

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FFC – FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

ANDERSON DEO

A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIAL DEMOCRACIA
NO BRASIL: FORMA TARDIA DE DOMINAÇÃO
BURGUESA NOS MARCOS DO CAPITALISMO
DE EXTRAÇÃO PRUSSIANO-COLONIAL

Marília

2011

ANDERSON DEO

A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIAL DEMOCRACIA NO BRASIL:
FORMA TARDIA DE DOMINAÇÃO BURGUESA NOS MARCOS
DO CAPITALISMO DE EXTRAÇÃO PRUSSIANO-COLONIAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Marília – para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^o. Dr. Antonio Carlos Mazzeo

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura

Marília

Abril de 2011

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Deo, Anderson.

D418c A consolidação da social-democracia no Brasil /
Anderson Deo. – Marília, 2011
303 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado – Ciências sociais) - Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011

Bibliografia: f. 293-303

Orientador: Antônio Carlos Mazzeo

1. Social democracia anômala. 2. Modernização
conservadora. 3. Colonial-bonapartismo. 4. Autocracia -
Brasil. Autor. II. Título.

CDD 320.5310981

ANDERSON DEO

A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIAL DEMOCRACIA NO BRASIL:
FORMA TARDIA DE DOMINAÇÃO BURGUESA NOS MARCOS
DO CAPITALISMO DE EXTRAÇÃO PRUSSIANO-COLONIAL

Banca Examinadora

Tese de Doutorado

Prof^o. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (Orientador)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília

Prof^o. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – *Campus* de Marília

Dr^a. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes
Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-graduação em História

Dr. Paulo Douglas Barsotti
Fundação Getúlio Vargas
Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos

Dr. Jason Tadeu Borba
Pontifícia Universidade Católica – São Paulo
Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuárias

Marília, 15 de abril de 2011

*“Ausente andei de ti na primavera,
Quando o festivo Abril mais se atavia,
E em tudo um’alma juvenil pusera
Que até Saturno saltitava e ria...”*

(Sonetos)

Shakespeare

Para Rúbia,

Mi vida!

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas envolvidas no processo de realização de um trabalho acadêmico. As poucas palavras abaixo pretendem de alguma forma, demonstrar o meu respeito e a minha gratidão a todos aqueles que participaram da construção da pesquisa que redundou na tese ora apresentada. O convívio e os debates, as críticas e sugestões, os sorrisos e as lágrimas, ajudaram a amenizar a solitária rotina da labuta intelectual.

Inicialmente, agradeço ao auxílio financeiro disponibilizado na forma de bolsa de estudo pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Oxalá todos os pesquisadores possam, num futuro breve, desfrutar de condições materiais mínimas para realização de suas pesquisas.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília, em especial a Sirlei Maria Fávero Duarte, Paulo Sérgio Teles, Helder Cavalcanti do Carmo e Aline da Silva Ribeiro, pela atenção a mim dispensada e, acima de tudo, pela paciência na dura “batalha” para vencer a burocracia acadêmica. A Vania Maria Silveira Reis Fantin e Maria Célia Pereira, em nome de quem agradeço aos funcionários da Biblioteca da Unesp de Marília, pela prestatividade e pelas inúmeras orientações.

A Joagda Rezende Abib, pela leitura e correção dos originais desse trabalho.

Aos amigos do Jardim Ana Maria, em Santo André, que nunca deixaram de estar por perto. Carlos Roberto Rizzo Procópio, o “Carlão”, Sandro Luiz Bueno, o “Queixão” e Gerson Ferreira da Silva, o “Toé”, foram grandes incentivadores no momento em que vim para Marília. Pelos velhos tempos de “colegial”, de militância política, pelos acampamentos e viagens, pelas aventuras muitas vezes irresponsáveis e por tudo que ainda está por vir. Valeu!

Robson Antonio Deo, meu irmão, é uma referência pessoal de conduta e responsabilidade. Minha mãe, Neuza Oliver Franqui e meu padastro, Romil Delfino dos Reis, são exemplos invejáveis de coerência na conduta e honestidade e franqueza nas palavras. Declaro aqui o meu amor e respeito por eles! Muito do que sou devo a vocês. Ensinarão-me a indignação diante das injustiças do mundo!

Aos amigos de Marília Alex Martins, Pedro Hugo Mass Araya, o “Chileno” e Flávio Iran Moroni Lima, o “Flavinho”, pelas longas reuniões e debates no *Escritório Beer*.

Aos camaradas de militância teórico-política, José Carlos Ignácio Júnior, Rafael Nunes Borges, Rafael Takamitsu Romero, Renata Pieratti Bueno, Rodrigo Passarella Muniz, Rondinelli Salvador Silva, Tiago Cherbo, Yuri Câmara Barnabé. Pela construção de novos outubros!

Aos amigos de doutorado na Pós-graduação e do Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana (NEOM), Erika Batista, Marcelo Lira Silva e Paula Hypólito de Araujo. Os longos debates, as participações em congressos e as observações apontadas, contribuíram de forma decisiva para a realização de meu trabalho.

Aos irmãos Gilberto César Lopes Rodrigues e Carlos Henrique Lopes Rodrigues. A companhia, as indicações bibliográficas, a amizade e, além de tudo, o compromisso em “educar para além do capital”, nos uniu e aprofundou nossos laços.

A Maria Isabel Lagoa que mesmo distante sempre esteve por perto. Suas elogiosas palavras de incentivo fizeram com que os momentos de desalento fossem rapidamente superados.

Ao amigo Antonio Macário de Moura, pela leitura de meu trabalho, observações e sugestões que sempre contribuíram para minha formação intelectual. Compartilhamos da preocupação em entender e transformar o Brasil!

Tive o privilégio de conviver num ambiente acadêmico que favoreceu amplamente o desenvolvimento de minha tese. Os constantes debates com os professores da Pós-graduação e do Curso de Ciências Sociais da Unesp de Marília foram extremamente férteis. Indicações bibliográficas, críticas, sugestões, enfim, tudo aquilo que é próprio de um processo de amadurecimento e acúmulo intelectual, foi a mim oferecido de forma generosa. Meus agradecimentos especiais aos professores Francisco Luiz Corsi, Jair Pinheiro, Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha e Marcos Del Roio. Este último valorizou ainda mais meu trabalho com suas observações sugeridas nas bancas de qualificação e defesa da tese. Agradeço especialmente a professora Angélica Lovatto, pela leitura acurada de meu trabalho, apontando as devidas

correções, sugerindo mudanças. Seus generosos comentários sempre soaram como incentivo!

Aos professores que gentilmente aceitaram participar de minha banca de defesa, Jason Tadeu Borba, Paulo Douglas Barsotti, Marcos Del Roio e Virgínia Fontes. Suas observações críticas foram fundamentais à elaboração da pesquisa. A professora Virgínia Fontes também participou de minha banca de qualificação, contribuindo decisivamente com suas sempre ponderadas sugestões. A presença de todos muito me honrou, além de valorizar a tese final!

Ao professor Antonio Carlos Mazzeo por ter aceitado a orientação desse trabalho. Sua generosidade, criatividade e a sofisticação intelectual de suas análises, contribuíram de forma decisiva para minha formação. Sempre atento às minhas argumentações, apontou equívocos, ratificou acertos e estimulou a reflexão sobre os “problemas brasileiros” que busquei discutir no trabalho. A franqueza e a honestidade sempre foram marcas de sua conduta em nossa relação!

A minha companheira Rúbia Martins. Sua cumplicidade, dedicação, compreensão e paciência foram fundamentais durante todo o período que me encontrei absorto pelo trabalho. Sem sua colaboração tudo seria muito mais difícil. Preencheu o espaço deixado pela minha ausência com seu sorriso generoso e estimulante. A ela, meu respeito, afeto e amor, mi vida!

*“Longa é a arte, breve a vida,
difícil o juízo, fugaz a ocasião.
Agir é fácil, difícil é pensar;
incômodo é agir de acordo
com o pensamento”*

(Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister)

Goethe.

Resumo

O presente trabalho analisa a consolidação da social democracia no Brasil. O período discutido diz respeito aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ao primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Observamos que a social democracia, tal como esta forma de organização sociometabólica do capital se concretizou no país, absorve e reproduz os elementos condicionantes da particularidade histórica brasileira, conformadas em torno da via prussiano-colonial de objetivação do capitalismo. Ao absorver, ampliar, aprofundar e reproduzir, sobre novas bases e condicionantes históricos, os contornos característicos dessa particularidade, o projeto social-democrata apresenta um caráter anômalo e tardio, sendo o responsável pelo resgate da ortodoxia liberal como fundamento de sociabilidade. Assim, o bloco histórico capitaneado pela social democracia representa a hegemonia da burguesia, cuja fração financeira determina a lógica da reprodução capitalista em sua atual fase de internacionalização. A social democracia não rompe, pelo contrário, reproduz aperfeiçoando a autocracia burguesa no país. Esta autocracia se expressa através de um conteúdo político-institucional legalizado, que lhe é atribuído pelo parlamento brasileiro. A autocracia burguesa é, portanto, autocracia do parlamento, que se desenvolve a partir da consolidação do colonial-bonapartismo, fenômeno político próprio da organização de governos burgueses em períodos abertamente conservadores e/ou reacionários. Dessa forma, o Sentido da Colonização se reproduz no Brasil através do projeto social-democrata que, ao promover uma modernização de caráter conservador, resgata e reafirma os elementos essenciais da particularidade brasileira, transmutadas e metamorfoseadas em Sentido da Modernização.

Palavras-Chave: social democracia anômala. modernização conservadora. colonial-bonapartismo. sentido da modernização.

Abstract

This work analyzes the consolidation of the social democracy in Brazil. The period we discuss is related to both mandates of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and to the first mandate of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). We observed that the social democracy, as this way of socialmetabolic organization has been consolidated in Brazil, absorbs and reproduces the conditioning elements of the Brazilian historical particularity, conformed around the Prussian-colonial way of capitalism objectification. As it absorbs, amplify, deepens and reproduces, on the new historical basis and conditioning, the characteristic outlines of this particularity, the social democrat project presents an anomalous and late character, which is the responsible for the redemption of the liberal orthodoxy as a sociability substance. This way, the historical bloc, captained by the social democracy represents the bourgeoisie hegemony, whose financial fraction determines the logic of the capitalist reproduction in its current step of internationalization. The social democracy doesn't break, on the contrary, it reproduces, improves the bourgeoisie autocracy in the country. This autocracy is expressed through a legalized political and institutional content which is attributed to it by the Brazilian parliament. The bourgeois autocracy is, therefore, parliament autocracy which is developed from the consolidation of the colonial bonapartism, a political phenomenon that belongs to the bourgeoisie governments in periods openly conservative and/or reactionary. This way, the Sense of the Colonization is reproduced in Brazil through the social democrat project that, when promotes a modernization of the conservative character, redeem and reaffirm the essential elements of the Brazilian particularity, transmuted and metamorphosed in Sense of the Modernization.

Key words: anomalous social democracy. conservative modernization. colonial bonapartism. sense of the modernization.

Résumé:

Ce travail analyse la consolidation de la démocratie sociale au Brésil. La période discutée concerne les deux mandats de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) et le premier mandat de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Nous avons observé que la social-démocratie, comme cette forme d'organisation socio-métabolique du capital s'est concrétisée dans le pays, absorbe et reproduit les éléments qui conditionnent la particularité historique brésilienne, conformées autour de la voie prussienne-coloniale d'objectivation du capitalisme. En absorbant, agrandissant, approfondissant et reproduisant sur des nouvelles bases et faits historiques les grands traits caractéristiques de cette particularité, le projet social-démocrate présente un caractère anomal et tardif, étant le responsable du retour de l'orthodoxie libérale comme la base de sociabilité. Ainsi, le bloc historique dirigé par la social-démocratie représente l'hégémonie de la bourgeoisie dans laquelle la fraction financière détermine la logique de la reproduction capitaliste dans sa phase actuelle d'internationalisation. La démocratie sociale ne se brise pas, au contraire, elle reproduit en améliorant l'autocratie bourgeoise dans le pays. Cette autocratie s'exprime à travers un contenu politique-institutionnel légalisé qui lui est attribué par le parlement brésilien. L'autocratie bourgeoise est cependant l'autocratie du parlement qui se développe à partir de la consolidation du colonial-bonapartisme, phénomène politique propre à l'organisation des gouvernements bourgeois dans des périodes ouvertement conservatrice et-ou réactionnaires. De cette façon, le Sens de la Colonisation se reproduit au Brésil par le projet social-démocrate qui, en promouvant une modernisation de façon conservatrice, reprend et réaffirme les éléments essentiels de la particularité brésilienne, transmuée et métamorphosé dans le Sens de la Modernisation.

Mots-clés: sociale-démocratie anormale. modernisation conservatrice. colonial-bonapartisme. sens de la modernisation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I – O SENTIDO DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA	21
Introdução	21
Capítulo I – A apreensão da realidade ao modo de sua totalidade concreta	25
1. <i>O Sentido da Modernização : as marcas indeléveis do capitalismo brasileiro</i>	33
Capítulo II – Sentido da Modernização e <i>Social Democracia Anômala</i>	49
1. <i>O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista</i>	50
2. <i>Uma transição à long terme</i>	61
3. <i>As anomalias da social democracia de extração prussiano-colonial</i>	68
3.1. <i>A social democracia clássica</i>	70
3.2. <i>As anomalias e o caráter tardio da social democracia brasileira</i>	91
PARTE II – DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO A LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA : UMA FORMA PARTICULAR DE SOCIAL DEMOCRACIA	104
Introdução	104
Capítulo I – Fernando Henrique Cardoso e a vitória da modernização conservadora	109
1. <i>A transição Itamar Franco – Fernando Henrique Cardoso</i>	110
2. <i>O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso : continuidades e ajustes</i>	120
2.1. <i>Arrimo teórico e concreção histórica</i>	121

2.2. <i>Sob o signo da dependência</i>	141
3. <i>Projeto liberal e Reforma Constitucional</i>	153
4. <i>Dependência externa e estagnação</i>	168
Capítulo II – Dependência e subordinação em um contexto de crise mundial	184
1. <i>A implosão do Real diante da crise</i>	185
Capítulo III – Um « operário rentista » no poder	212
1. <i>A sucessão presidencial no contexto da crise</i>	215
2. <i>Governo Lula : um operário a serviço do capital financeiro</i>	223
3. <i>O fôlego conjuntural da economia mundial</i>	231
4. <i>A dinâmica econômica interna</i>	235
5. <i>O imperialismo brasileiro</i>	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS – A SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DO COLONIAL-BONAPARTISMO	271
REFERÊNCIAS	293

Introdução

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Presidente da República, em outubro de 2002, possui um caráter simbólico inegável: depois de pouco mais de 500 anos de história, precisamente 113 anos de organização republicana, um representante oriundo da classe trabalhadora alcança o cargo mais importante da estrutura política do Brasil.

A trajetória pessoal de Lula o transformou naquilo que podemos identificar como a “síntese da miséria material” brasileira. Filho de pequenos agricultores do sertão nordestino, migrou com a família para fugir do flagelo da seca e da fome, tão presentes na história do país. Seu destino, como o de tantos outros, foi a “cidade grande”, espaço geográfico identificado à época como o único lugar possível para se alcançar a sobrevivência e a dignidade mínima através das oportunidades de trabalho oferecidas e a “promessa” de uma vida melhor. Em São Paulo, o jovem retirante nordestino encontrou a formação necessária, que o inseriu nas frações do proletariado industrial, posição que o alçaria ao cenário político brasileiro e, anos mais tarde, ao posto máximo da nação. Em sua história estão impressas algumas das principais marcas da exploração que o capitalismo brasileiro produziu no século XX. Nordestino de origem paupérrima, retirante e operário, são condições que expressam o “perfil” do proletariado brasileiro, sobretudo a partir da década de

1950, resultado direto das transformações capitalistas observadas na particularidade brasileira. Eis a “síntese” que lhe permitiu uma identificação direta com as camadas mais pobres da população do país.

O principal *slogan* de sua campanha apontava para a necessidade de “a esperança vencer o medo”. Referência direta à “nova postura” adotada pela versão “lulinha paz e amor”, o candidato do Partido dos Trabalhadores pretendia se desvencilhar de sua imagem do passado de líder sindical “radical”, intransigente e, portanto, pouco afeito ao diálogo. Na verdade, tratava-se de conquistar a confiança de parcelas significativas do eleitorado brasileiro – inclusive frações do proletariado – que lhe haviam negado, em três ocasiões, (1989, 1994 e 1998) a oportunidade de governar o país. No entanto, mais do que mero discurso eleitoral, a “nova” postura revelaria as *transformações* ocorridas no interior do principal partido *na esquerda* brasileira, surgido no pós-1964.

Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, depois de dois mandatos consecutivos (1995-1998/1999-2002) não havia conseguido eleger o sucessor indicado pelo seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira. Os efeitos da crise econômica mundial, bem como as alternativas oferecidas internamente pelo governo brasileiro, haviam produzido consequências irreparáveis à candidatura de José Serra. Desemprego em alta, baixos índices de crescimento econômico, a sempre presente ameaça do retorno da inflação e todas as mazelas sociais que se desdobram da crise de sociabilidade produzida pelo modo de produção capitalista, retiraram das mãos do PSDB o “comando” do bloco histórico burguês no país.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi o responsável pela inserção do país no novo ciclo de internacionalização do capital regido pela fração financeira da burguesia mundial. A partir da implantação do Plano Real, ainda no governo de Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique conseguiu articular as diversas frações da burguesia brasileira, construindo a aliança política que lhe deu sustentação durante os dois mandatos. Essa composição política permitiu a aprovação de todas as *reformas* juridicoinstitucionais

“necessárias” à realização do projeto liderado pelo PSDB. Todo o processo das *reformas*, a própria concretização do Plano Real – e a respectiva estabilidade da moeda que o plano criou –, a “diminuição” do Estado brasileiro e a abertura econômico-financeiro do mercado interno passaram a ser as marcas do governo do PSDB, que identificou o processo como sinônimo de modernidade.

Depois dos oito anos de governo Fernando Henrique, as certezas em relação à capacidade de seu partido continuar à frente do projeto da burguesia internamente instalada já não eram tão claras. Toda a “fragilidade estrutural” da economia brasileira frente aos fluxos do mercado internacional – principalmente em momentos de crise – vieram à tona no final do segundo mandato, e a eleição de Lula expressou, de certa forma, o cenário de insatisfação verificado no final do segundo mandato do PSDB.

Com a posse de Lula em janeiro de 2003, o novo governo passou a argumentar que a “herança maldita” deixada por Fernando Henrique impossibilitava qualquer medida significativa e imediata nos marcos da política econômica vigente. O discurso governista apontava para a necessidade de “colocar ordem na casa”, ou seja, somente depois de recolocar o Brasil no caminho da estabilidade econômica, as mudanças poderiam ser introduzidas. No entanto, o argumento inicial se “transmutou” em fundamento inquestionável do novo governo. Durante os quatro anos do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), os “fundamentos saudáveis” necessários a uma economia de mercado – leia-se, necessários à reprodução da lógica do capital financeiro – foram seguidos à risca, com uma disciplina, em alguns momentos, até maior que a do governo anterior.

As condições econômicas mundiais, contudo, começaram a se inverter já a partir do final de 2002. A rápida expansão do comércio em escala global favoreceu enormemente as exportações brasileiras, fato que possibilitou uma pequena, mas já visível retomada do crescimento econômico. A inflação é controlada, a arrecadação se eleva e o governo consolida aquele que seria o “carro chefe” das políticas sociais de Lula, o programa “Fome Zero”. Mas em nenhum momento a nova equipe econômica abriu mão dos tais “fundamentos

saudáveis”... Pelo contrário, não só deu continuidade, mas ampliou, aprofundou e aperfeiçoou o modelo anterior. Em que pese algumas diferenças pontuais, muito mais de ordem historicoideológica do que propriamente de prática política, econômica ou social, o governo petista se concretizou como um *continuum* de seu congênere tucano.

A questão central que orientou as investigações que aqui apresentamos diz respeito à compreensão e caracterização dessa *continuidade*. Como esforço de análise historicopolítica, procuramos demonstrar as congruências e os possíveis distanciamentos entre os dois projetos, caracterizando-os como a forma particular de *consolidação da social democracia no Brasil*, forma específica condicionada pelo caráter *retardatário e anômalo* do caminho *prussiano-colonial* de objetivação do capitalismo brasileiro.

No período por nós discutido (1995-2006), o país alcançou uma posição de protagonista entre as nações imperialistas. Totalmente inserida nos fluxos internacionais de reprodução do capital, a economia brasileira passou a figurar como uma das mais importantes – “emergentes” – no cenário mundial. Com um parque industrial altamente complexo e consolidado, um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo e um sistema financeiro conectado aos principais pólos do capitalismo mundial, o Brasil passou por um processo de *modernização*. No entanto, esta *modernização* – contraditoriamente – foi realizada *conservando* aspectos ontologicamente determinados pela referida particularidade. O desenvolvimento *desigual e combinado* da economia mundial reproduz sob novos condicionantes históricos, a estrutural dependência e subordinação do país em relação aos centros hegemônicos de reprodução do capital. A burguesia internamente instalada não rompeu seu caráter associativosubordinado em relação à burguesia mundial. Pelo contrário, essa associação foi reafirmada e reelaborada, adquirindo contornos altamente complexos e sofisticados, o que permitiu a essa mesma burguesia expandir seu *capital-imperialismo* por várias regiões do planeta.

Ao mesmo tempo em que há uma expansão econômica, condições mais do que precárias de um enorme contingente da população brasileira reproduzem a miséria social como uma de suas marcas indelévels. A autocracia burguesa em sua variante legalizada é reproduzida, expressando a forma presente em nossa processualidade histórica do *colonial-bonapartismo*. Observamos que o *sentido da modernização* brasileira expressa um caráter marcadamente de *modernização conservadora*, onde antigas práticas políticas são reconfiguradas para dar legitimidade à hegemonia burguesa. Com isso, mais uma vez, as transformações ocorrem “pelo alto”, sem a participação do proletariado, pois este é alijado do processo pela ofensiva desferida pela burguesia.

Assim, procuraremos demonstrar que esse *continuum* político representa a *forma de ser precisamente assim* da social democracia brasileira. Para tanto, dividimos o nosso trabalho em duas seções. Na primeira parte (Parte I), intitulada *O Sentido da Modernização Brasileira*, discutiremos o arcabouço categórico-conceitual que nos permite *A apreensão da realidade ao modo de sua totalidade concreta* (Capítulo I. I). Partindo de uma abordagem ontológica, num esforço de compreensão que caminha do *real-concreto* ao *real-pensado*, analisamos o *complexo de complexos* que compõem a processualidade histórica brasileira, onde o *Sentido* que esta expressa caracteriza uma forma particular de objetivação do modo de produção capitalista. A compreensão dos condicionantes particulares do sociometabolismo do país é fundamental à discussão e caracterização do projeto socialdemocrata que se consolida internamente. Em *Sentido da modernização e social democracia anômala* (Capítulo I. II), debateremos como a social democracia surge e se desenvolve em sua versão *clássica* nos países da Europa Ocidental, para, em seguida, cotejarmos esta forma com a particularidade da social democracia brasileira, apontando, sobretudo, as “deformidades” presentes nessa forma de dominação burguesa quando esta se realiza internamente.

.Na segunda parte (Parte II), intitulada *De Fernando Henrique a Luiz Inácio: uma forma particular de social democracia*, analisaremos os

desdobramentos econômicos, políticos e sociais dos referidos mandatos. Nos capítulos *Fernando Henrique Cardoso e a vitória da “modernização conservadora, Dependência e subordinação num contexto de crise mundial e Um “operário rentista” no poder* (respectivamente, Capítulos II. I, II. II, e II. III), demonstraremos os vínculos entre os projetos de governo que nos permitem identificar o caráter de continuidade entre ambos. Ao analisarmos o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, discutimos o processo comumente denominado de *Reformas do Estado*, onde todas as mudanças politicoinstitucionais foram realizadas de acordo com as “orientações” dos grandes bancos internacionais, sobretudo a partir das diretrizes do *Consenso de Washington*; verificamos como esse novo “formato estatal” passa a priorizar a lógica financeira de reprodução do capital. No segundo mandato do tucano, as crises cambiais internacionais que já se manifestavam no período anterior se intensificaram, e o governo se restringiu a responder contingencialmente aos ataques especulativos contra o Real. No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, observamos uma sensível recuperação da economia mundial, que permitiu ao país experimentar pequenos ciclos de crescimento. Dando continuidade ao projeto de hegemonia financeira do bloco histórico burguês, as premissas da organização econômica serão marcadamente as mesmas. O exemplo mais claro é o que estabelece metas – elevadas – de superávit primário, elemento fundamental à remuneração do capital financeiro internacional.

Em *A social democracia brasileira como expressão do colonial-bonapartismo* (Capítulo II. IV), analisamos, conclusivamente, a forma pela qual os governos de corte socialdemocrata no Brasil reproduzem a variante colonial da dominação burguesa em sua expressão bonapartista. A partir da crítica dos conceitos de “populismo” e “neopopulismo”, propomos uma análise que identifica os governos tucanos e o governo petista como governos burgueses, excluindo qualquer possibilidade de “hegemonia às avessas”. Partindo do pressuposto que a autocracia burguesa se reproduz, em certos contextos, a partir da legalidade institucional-parlamentar, reproduzindo uma forma de *bonapartismo soft*, entendemos que a caracterização política do período

explicita os novos contornos da hegemonia da fração financeira da burguesia no interior do bloco histórico dominante no país.

Parte I

O Sentido da Modernização Brasileira

“Se queremos que tudo fique como está

é preciso que tudo mude”

(O Leopardo)

Lampedusa.

Introdução

Talvez, uma das maiores dificuldades encontradas por um pesquisador, quando da elaboração de um trabalho científico, é a que diz respeito ao caráter *original* do objeto a ser pesquisado. Mesmo que a originalidade esteja na analítica da abordagem, e não necessariamente no objeto em si, a exigência e a busca constantes dos “novos” elementos que compõem o escopo analítico

apresentado é condição mister para toda forma de conhecimento academicamente reconhecido.

No campo das chamadas *Ciências Sociais*, a recente (e crescente) investida filosófica do irracionalismo¹ propugnou a “diluição” de toda ordem estabelecida, relativizando o mundo e suas respectivas formas de apreensão e conhecimento, identificando a “pós-modernidade” como o estabelecimento da “nova ordem” a ser compreendida. O “novismo” passou então a ser critério e sinônimo de cientificidade.

Longe de uma perspectiva “pós-moderna” – muito pelo contrário, crítica radical a tal propositura pseudo-científica – nossa pesquisa é permeada pela dificuldade acima apontada, pois, em última instância, o que procuramos discutir diz respeito aos *novos* contornos do capitalismo mundial e à respectiva inserção da particularidade brasileira em seu processo sociometabólico². Isto se explica pelo fato de – e este já é um pressuposto teórico de nosso trabalho – no processo de objetivação do capitalismo no Brasil, observarmos uma constante reposição, reafirmação, recomposição e, portanto, atualização de condicionantes históricos que sempre – ou quase sempre – estiveram presentes no contexto econômico, político e social do país. A reposição do *historicamente velho* é marca indelével do *ser precisamente assim* brasileiro.

Na presente seção, buscaremos discutir os fundamentos teóricoanalíticos que nos permitiram erigir o edifício categórico-conceitual de sustentação de nossa tese que aqui enunciaremos: o lapso temporal que marca os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) corresponde ao período de *Consolidação da Social Democracia no Brasil*. Condicionado pela particularidade histórica brasileira, tal processo se distingue das *formas clássicas* da social democracia europeia, pois ao se concretizar historicamente, absorve em sua *forma de ser* aspectos próprios, portanto particulares, do modo pelo qual o capitalismo se objetivou no país, cujo *sentido* se coadunou também

¹ Cumpre afirmar que toda forma de expressão filosófica absorve e desempenha feições ideológicas.

² Tomamos aqui o conceito tal como nos é apresentado por MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

de forma particular, expresso categorialmente pela *via prussiano-colonial* de desenvolvimento do capitalismo.

Buscaremos demonstrar as características fundamentais que imprimem contornos específicos à *via prussiano-colonial*. A autocracia burguesa se reproduz no país, ora através do instrumento despótico-militar dos golpes de caráter civil-militar, ora através da legalidade institucionalizada pelo parlamento, dando contornos ao fenômeno político que podemos identificar como *colonial-bonapartismo*. A subordinação econômica em relação aos pólos centrais do capitalismo mundial também se reproduz, mesmo que em novos patamares históricos, onde o Brasil passa a exercer – mesmo que de forma subordinada – o papel de protagonista na expansão do capital-imperialismo. Própria do *desenvolvimento desigual e combinado* da expansão do capital, esta subordinação extrapola as convenções geográficas amplamente aceitas até pouco tempo atrás, de um centro localizado no “norte” e a periferia ao “sul”. O capital em sua fase de internacionalização financeira³ aprofunda uma característica própria dessa forma de relação social, qual seja seu *universalismo*, reiterando de forma clara a máxima que indica que “o capital não possui identificação nacional”.

A social democracia brasileira se caracteriza como a forma de domínio burguês “mais bem acabada” que esta classe conseguiu organizar no país. O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva é o momento de seu coroamento, consolidando no plano nacional a ofensiva do capital sobre o trabalho. As principais organizações da classe trabalhadora “institucionalizam” o caráter defensivo de suas estratégias ao tomarem parte no governo Lula. Reproduzem no campo ideológico os preceitos liberais que indicam que a “justiça social” só poderá ser alcançada através da mais rigorosa observância às “regras do

³ Sem nos debruçarmos propriamente sobre o debate das características da expansão do capital financeiro, bem como da respectiva hegemonia que esta fração passa a exercer na lógica de reprodução capitalista na atualidade, tomamos as expressões “capital financeiro”, “lógica financeira”, “fração financeira da burguesia”, como forma de demonstrar a maneira pela qual o *capital portador de juros* – tal como definido por Marx – passou a imprimir sua lógica ao processo de internacionalização econômica, observada a partir da década de 1970. Encontramos a discussão original em MARX, K. *El Capital – Crítica de la economía política*. Tomo III, Livro III, “El proceso de producción capitalista, en su conjunto”. México: Fondo de Cultura Económica, 2000, principalmente na quinta seção intitulada *Desdoblamiento de la ganancia em interés y ganancia de empresario. El capital a interes* Na edição citada p. 326-572.

jogo”. Abandonam a luta de classes e embebidos pela maré “pós-moderna”, elegem formas “alternativas de luta” através das eufemisticamente denominadas “organizações sociais”. Na verdade, estes aparelhos privados de hegemonia burguesa, se constituíram como um instrumento valioso para “desideologizar” a luta – como se isso fosse possível – contribuindo com a forma naturalizada de compreensão das relações sociais, proposta pelo ideário liberal. É a expressão ideológica da hegemonia burguesa, que se fará expressar através da social democracia.

Assim, a caracterização da *particularidade* brasileira e a devida apreensão de seu *sentido* nos permite decifrar a forma pela qual o país se insere num processo de modernização, ao mesmo tempo em que reafirma e *conserva* características próprias de sua processualidade histórica. O *Sentido da Modernização*, portanto, se manifesta pela reposição, aprofundamento e ampliação do *historicamente velho*, recolocados sobre novos patamares e condicionantes do atual processo de internacionalização do capital.

Capítulo I

A apreensão da realidade ao modo de sua totalidade concreta

O pressuposto teórico fundamental para discussão de nosso tema é sua absorção reflexiva – portanto, sua captura no plano ideocategorial – a partir de seus “componentes” constitutivos que nos ofereçam o “conteúdo” e a “forma” de sua totalidade concreta.

O mundo fenomênico (objeto do conhecimento) se apresenta ao ser humano (sujeito do conhecimento) de forma dada e imediata. Isso significa que os seres humanos se relacionam com o mundo a partir de sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento se constrói a “imediata intuição prática” da realidade. Assim, no “trato prático-utilitário das coisas”, os seres humanos criam suas próprias representações do mundo (relações sociais, históricas, etc), e elaboram um sistema correlativo – ou seja, também como identidade prática e imediata – de noções que captam, e fixam de forma intuitiva o aspecto fenomênico do real, ou, dito de outro modo, a realidade tal como eles a observam e – apenas – a intuem.

Portanto, como sabemos, as formas fenomênicas de manifestação do real não correspondem à “lei do fenômeno” propriamente, sendo, muitas vezes,

contraditórias – as primeiras em relação à segunda. Isso significa que a análise de um determinado fenômeno que leve em consideração sua forma essencial de existência, – ou seja, seus nexos constitutivos em suas inter-relações – que busque capturar sua imanência, as “leis” que regem seu movimento, pode nos apontar a contradição entre a manifestação fenomênica de um dado do real e sua imanência essencial. Trata-se, portanto, da relação entre *essência* e *aparência* dos fenômenos. A captação dos fenômenos – sobretudo sociais – a partir de sua mera aparência, de forma praticointuitiva, possibilita aos seres humanos um *pôr-se* (postar-se) diante do mundo; este, por sua vez, é orientado por um utilitarismo imediato, cuja manifestação interpretativa corresponde ao “senso comum” que daí se desdobra. Os seres humanos, portanto, relacionam-se entre si e com o mundo a partir destas representações pautadas na imediaticidade cotidiana. Entretanto, esta relação praticointuitiva, de caráter imediato, não permite a *compreensão* das coisas e da *realidade* que as compõe em sua concretude, ou seja, em sua essência. Pelo contrário, o “mundo” construído a partir da experiência imediata, praticointuitiva, manifestado através do senso comum, constitui, como afirma Kosic, o *mundo da pseudoconcreticidade*, um mundo de “claro-escuro de verdade-engano”, pois em suas manifestações fenomênicas, ao produzirem regularidades absorvidas pelos indivíduos, estes passam a agir e a entender tais regularidades como “naturais” e “independentes”¹. No mundo da pseudoconcreticidade, o fenômeno é entendido, ele mesmo, como a essência das coisas. Portanto, a essência, nesta forma de entendimento praticointuitivo do mundo, desaparece, pois reproduz-se uma mera identidade entre essência e aparência.

No entanto, cabe apontar que a essência das coisas se manifesta no fenômeno e sendo assim, captar a manifestação fenomênica de uma determinada essência significa indagar e descrever como tal essência se

¹ “Por isso, a *práxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade.” (KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995, p. 14-15). Para discussão da apreensão do real enquanto totalidade ver, fundamentalmente, o primeiro capítulo, intitulado *Dialética da totalidade concreta*.

manifesta fenomenicamente e como, ao mesmo tempo, nele se esconde. Assim, “compreender o fenômeno é *atingir* a essência” do mesmo².

Nesse sentido, o conjunto categórico-conceitual elaborado a partir do objeto do conhecimento é fundamental no processo de captura da *coisa em-si*. Os conceitos e as categorias indicam a compreensão do objeto; *compreender* implica diferenciar, decifrar, conhecer sua estrutura. Portanto, o conjunto categórico-conceitual é a representação abstrata – no sentido do plano ideativo – da composição estrutural do objeto em-si (real/concreto),

O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa.³

Conceitos e categorias são, portanto, abstrações, que devem *refletir* a coisa em-si, a concreticidade do objeto do conhecimento. No entanto, tais abstrações não podem ser confundidas com a coisa em-si, não são coisas idênticas, possuem “substâncias” diferenciadas e são, portanto, ontologicamente distintos. Diante de tal constatação, desdobra-se a seguinte indagação: se o conhecimento não é o objeto, se ambos possuem *formas de ser* distintas, como pode o ser humano compreender o mundo em sua dimensão real/concreta? A esta pergunta respondemos nos apoiando em Lenin, quando este afirma que “[...] A existência da matéria não depende da sensação (sentidos) [...]”⁴, ou seja, o real em sua concreticidade possui uma existência independentemente de termos consciência (ou não) ou de conhecermos o mesmo. O conhecimento deve ter como ponto de partida o real concreto, e deve refletir, o mais próximo possível, esta realidade em suas conexões e determinações concretas. Assim, temos o primado do pensado sobre o pensar, “[...] A matéria é o primário. A sensação, o pensamento, a

² “A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, *no caso em que* se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou ‘autêntica’ realidade.” (Ibid., p. 16).

³ Ibid., p. 18.

⁴ LENIN, V. I. *Materialismo y empiriocriticismo*. Notas críticas sobre una filosofia reaccionaria. Moscú: Editorial Progreso, 1983, p. 51. Publica-se a partir do tomo 18 da 5ª edição de LENIN, V. I. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1983. Os parênteses são nossos.

consciência são o produto superior da matéria organizada de um modo especial [...].”⁵.

Em outras palavras, a matéria organizada de uma “determinada maneira” nos é “acessível” através de representações mentais, de abstrações (conceitos e categorias) que elaboramos a partir dela (da matéria). À medida em que tais abstrações refletem a “concretude” – as coisas tais como elas são, *formas de ser*, portanto, *determinações da existência* – da “matéria organizada”, aproximam-se do real em sua materialidade, apresentando-se como *abstrações razoáveis* ao nível do entendimento humano, cujo grau de razoabilidade deve tomar como parâmetro, novamente, o real em sua concretude. Portanto, o objeto do conhecimento, a coisa em-si (sua materialidade) como ente primário é anterior e independente das abstrações que dele extraímos; mas, ao mesmo tempo, deve ser tomado como medida de sua razoabilidade. É o ponto de partida e o ponto de chegada do processo do conhecimento. E aqui encontramos o fundamento da *teoria do reflexo leniniana*:

Nossas sensações, nossa consciência são somente a *imagem* do mundo exterior, e se entende por si só que o **reflexo** não pode existir sem o **refletido**, enquanto que o **refletido** existe independentemente do sujeito da **reflexão**.⁶

Sendo assim, quanto mais próxima estiver a teoria, as categorias e os conceitos que resultam do processo de compreensão do objeto, de sua realidade concreta, quanto mais o primeiro refletir o segundo, mais próximo da “verdade objetiva” sobre os processos históricos estarão os seres humanos⁷.

⁵ Ibid., p. 51.

⁶ Ibid., p. 66. Os negritos são nossos.

⁷ Lenin percorre aqui o itinerário traçado por Engels. Sobretudo o último Engels, cujas obras (analisadas exaustivamente por Lenin) *Anti-Düring* e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, aprofundam a questão do conhecimento como “reflexo da realidade concreta”. Mas também em Marx, ao longo de toda sua obra, tal problemática já se faz presente, mesmo que de forma embrionária e, portanto, sem um grande aprofundamento. Assim, na segunda tese *ad Feuerbach*, o pensador alemão define: “A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão de teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza criterior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não-realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica*.” (MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 533). Na *Introdução à crítica da economia política*, Marx nos apresenta uma sistematização “mais bem acabada” sobre o tema, ao formular que as “determinações abstratas” devem conduzir à “reprodução do concreto” por meio do pensamento, sendo que as categorias devem refletir o

Compreender significa, pois, diferenciar, conceituar, categorizar. Numa abordagem que busca compreender a processualidade histórica – o movimento histórico em sua dinâmica interna – conceituar diz respeito ao procedimento instrumental de decomposição do *todo*, da totalidade, como forma de reproduzir no plano abstrato a estrutura da mesma, o que permite a compreensão da coisa em-si. No processo de produção do conhecimento, a decomposição do todo corresponde à separação entre a essência e o fenômeno, procedimento este fundamental, pois, somente assim, podemos demonstrar sua “coerência interna”, sua composição orgânica, ontogenética, seu *caráter específico*. A “cisão do único” é o modo pelo qual o pensamento crítico capta a “coisa em-si”. Mas no que consiste a cisão do único? Segundo Kotic, “[...] na distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a *práxis* utilitária cotidiana dos homens e a *praxis* revolucionária da humanidade [...]”, onde a “dialética”, nas palavras do autor, é a principal “ferramenta” desse processo de conhecimento⁸.

Mas para que os seres humanos possam compreender um determinado objeto de forma “isolada”, – o que corresponde à cisão do único no processo de conhecimento – devem conceber o objeto isolado no horizonte de um determinado *todo* que, na maioria das vezes, não se expressa e nem é percebido explicitamente. Analisado desta forma, o objeto observado à luz de sua *totalidade* revela sua singularidade e seu significado. No entanto, a totalidade não se “apresenta” ao homem de forma “pronta” e “acabada”, ou seja, a totalidade não é cognoscível ao ser humano de forma *imediate*, mas sim de forma *mediata*. Em outras palavras, no plano imediato o todo é reconhecido pelos seres humanos somente e através dos sentidos: o ser humano o apreende através de uma representação, externaliza uma opinião e o reconhece e o reproduz através da experiência praticoimediate. Assim, é imediatamente sensível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Faz-se

“concreto pensado”, enquanto “síntese de múltiplas determinações.” (MARX, K. Para a crítica da economia política. In: *Os pensadores*. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.) Importante tradução do terceiro dos quatro tópicos deste texto, intitulado “O método da economia política”, sob responsabilidade de Fausto Castilho, pode ser encontrado em: MARX, K. O método da economia política. In: *Crítica Marxista*. Nº 30 – 2010. São Paulo: São Paulo, Fundação Editora UNESP, 2010. Ainda sobre a teoria do reflexo de Lenin e seus vínculos com a obra de Engels, ver: LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

⁸ KOSIC, op. Cit., p. 20.

necessário, portanto, para a compreensão dessa totalidade, um *instrumento mediador*, de mediação do abstrato: “o todo através da mediação da parte”, ou a categoria da *particularidade* como elemento mediador de apreensão da totalidade⁹.

O que acima descrevemos corresponde, na esfera do pensamento, à “ascensão do abstrato ao concreto”. Para que o conhecimento progrida do abstrato em direção ao concreto, deve mover-se no seu próprio elemento, ou seja, no plano abstrato. O plano abstrato, por sua vez, é a negação da imediatividade, da evidência e da concreticidade sensível (do sensível empírico). Ascender do abstrato ao concreto significa, nessa lógica, o movimento do conhecimento para o qual todo início é abstrato, mas ao mesmo tempo, ao movimentar-se (dialeticamente), encaminha-se à superação desta abstratividade,

O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição (particularidade) e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto.¹⁰

Assim, no próprio processo do conhecimento, o todo é delimitado, determinado e compreendido como *totalidade concreta*. O concreto é concreto porque é “síntese de múltiplas determinações”, isto é, “unidade do diverso”. Marx enuncia com precisão os fundamentos da compreensão da totalidade concreta dos objetos, totalidade enquanto “totalidade de pensamentos”, como um concreto de pensamentos,

[...] Por isso, para a consciência – e isto determina a consciência filosófica –, para a consciência, só o pensamento conceitual é o homem efetivamente real e somente o mundo conceituado possui, como tal, efetiva realidade. De sorte que, para a consciência, o movimento das categorias (*die Bewegung der Kategorien*) assume a aparência de um ato efetivamente real de produção – recebendo de fora apenas um empurrão, aliás, deplorável – cujo resultado é o mundo. Isto é correto [...], mas correto somente na medida em que a totalidade concreta é tomada como totalidade pensada, como um concreto pensado, *in fact*, como um produto do pensamento, do conceito. De modo algum, porém, como produto de um pensamento alheio à intuição e à representação ou que se lhes sobreponha, como produto de um conceito que, pensando, a si mesmo se gera

⁹ LUKCÁS, G. *Introdução a uma estética marxista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970. Fundamentalmente o capítulo III: “O particular à luz do materialismo dialético”. Ver também: Lukács (1979); Kosic (1995); Marx (1974).

¹⁰ KOSIC, op. Cit., p. 37. Os parênteses são nossos.

[...] mas como produto da elaboração conceitual da intuição e da representação [...]”¹¹.

De fundamental importância no “movimento” que o pensamento percorre no caminho de captura da totalidade concreta, é a relação entre esta totalidade e suas partes constitutivas. Esta relação não pode ser reduzida à proposição que aponta para a totalidade como um aglomerado de partes (como junção simples das partes), ou, ao contrário, como um todo que se sobrepõe às suas partes elementares. Não se trata, pois, de valorizar o todo como mais complexo, em oposição às partes simples.

Compreender a realidade ao modo da *dialética da totalidade concreta*¹² significa que a realidade deve ser racionalmente compreendida como um “todo estruturado”, onde qualquer fenômeno, ou conjunto de fenômenos, deve ser analisado à luz do “complexo de complexos” ao qual aqueles (os fenômenos) se inserem. Implica em reconhecer que o todo se manifesta *nas* e delinea as partes, ao mesmo tempo em que as partes se manifestam *no* e delineiam o todo.

Os fenômenos, os fatos em-si, devem ser compreendidos como momentos de um todo. A totalidade, como dito acima, manifesta-se nos fenômenos (nas partes) que a constituem. Sendo assim, cada fenômeno é um fato histórico na medida em que se expressa – e assim é analisado – como *momento* de um determinado todo. Nesse sentido, a parte (ou a particularidade) desempenha uma dupla função: “de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo”. Tal característica é que permite que ele (fenômeno) seja identificado como fato histórico. É ao mesmo tempo “produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais”¹³, mais amplo, à totalidade.

¹¹ “O todo, tal como ele na cabeça aparece – um todo pensado –, é o produto de uma cabeça pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível e que difere dos modos de apropriação do mundo que são o artístico, o religioso ou o do espírito prático. Enquanto a cabeça procede de modo somente especulativo, isto é, teoricamente, o sujeito real (*das reale Subjekt*), tanto antes como depois, subsiste, em sua independência, fora dela. Assim, no método teórico também, é preciso que o sujeito, a Sociedade (*das Subjekt, die Gesellschaft*), esteja sempre presente enquanto pressuposição.” (MARX, 2010, p. 111 a 113).

¹² KOSIC, 1995, p. 45.

¹³ *Ibid.*, p. 49.

Trata-se, portanto, de uma recíproca conexão, onde a mediação da parte e do todo é fundamental. Tal relação significa que, ao mesmo tempo, o fato isolado é uma abstração, momento artificialmente separado do todo; no entanto, somente quando inserido no todo que o determina, – mas que também é pelo fato determinado – absorve e adquire sentido, “verdade e concreticidade”. Dessa forma, concluímos que o contrário também é verdadeiro, ou seja, o todo em que não foram diferenciados e determinados os momentos (partes) que o constituem é um todo abstrato e vazio.

Toda formação social constitui uma totalidade. Isso não significa que o conhecimento que se proponha à compreensão de uma dada realidade ao modo de sua totalidade concreta deverá reproduzir conceitualmente todos os fatos desta realidade. Tal tarefa seria impossível ao ser humano devido à inexauribilidade e, portanto, infinita diversidade do real. Ao analisar um objeto tendo como referencial a totalidade concreta de sua constituição, o sujeito do conhecimento – o ser humano – deve buscar a essência desta totalidade que, em última instância, manifesta-se através de sua objetividade econômica¹⁴. A busca pela essência de toda totalidade concreta envolve a compreensão do todo não como um apanhado de partes, ou mais precisamente, apenas como um conjunto de relações, fatos e processos. A compreensão do todo dialeticamente articulado às suas partes constitutivas implica em reconhecer seu processo de *criação*, estrutura e gênese. Trata-se, portanto, de remeter o conhecimento ao processo de *ontogênese* da totalidade concreta a ser pesquisada.

Assim, conclusivamente, temos que a relação entre as “partes e o todo” é fundamental na formulação do conhecimento dialético da totalidade. Pensar a realidade concreta a partir do conceito de totalidade envolve analisar as “partes” dessa totalidade em sua relação de “reciprocidade”, entre si e com o “todo”. As partes se inter-relacionam – relação de interna interação –, ao

¹⁴ LUKÁCS, 1979, 37. Lukács aponta para o fato de a própria essência da totalidade econômica prescrever o caminho a ser seguido para sua compreensão. Nesse sentido, não há um *método*, este entendido como um construto mental previamente idealizado, – portanto, com uma lógica própria – posto que o concreto se manifesta na *unidade do diverso*. Para um aprofundamento sobre a questão da *ontognosiometodologia* marxiana, ver fundamentalmente, CHASIN, J. Estatuto ontológico e resolução metodológica (posfácio). In: TEIXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.

mesmo tempo em que se relacionam com o todo; é um processo autodeterminativo, ou seja, ao mesmo tempo em que as partes, em seu processo de *interpenetração*, determinam o todo, o todo determina as partes e vice-versa. O todo não pode ser tomado de forma isolada, como algo acima e “petrificado”, portanto abstrato, em relação às partes. Os conceitos e as categorias se formam de maneira *reflexiva* no processo de produção do conhecimento, cujo caráter dinâmico é fundamental para compreender a própria lógica da totalidade.

Tais formulações são fundamentais para compreendermos que todo fenômeno social, todo fato histórico em-si, é resultado de um determinado contexto que se manifesta através daquele fato histórico, ao mesmo tempo em que é por este determinado (num constante processo de autodeterminação), consubstanciando-se numa totalidade concreta. Se buscarmos a compreensão da processualidade histórica brasileira, em específico, a *consolidação da social democracia* no país, teremos de levar em conta, necessariamente, a forma pela qual o capitalismo se objetiva no Brasil, o que, por sua vez, remete à *particularidade brasileira*, pois esta é, ao mesmo tempo, “determinante e determinada” da forma, também particular, de social democracia que se concretiza na forma sociometabólica do país.

1. O Sentido da Modernização: as marcas indelévels do capitalismo brasileiro

Parafraseando o personagem Tancredi, da obra *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, podemos afirmar que a história brasileira se desdobrou até os dias atuais como “uma contínua reposição do passado”, ou seja, todas as “grandes transformações” que ocorreram em nossa processualidade serviram para “manter as coisas” como sempre estiveram¹⁵.

¹⁵ LAMPEDUSA, G. T. *O leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 40. Lampedusa nos oferece de forma magistral na obra citada, um quadro extremamente rico e detalhado do processo de unificação dos territórios italianos, na segunda metade do século XIX. Expõe com precisa correção a característica que marca a *Revolução Burguesa Italiana*, qual seja, a

Este é um elemento fundante da particularidade brasileira; no entanto, o que isto significa precisamente? Não podemos sequer aventar que a história é uma mera reprodução dos fatos, processo este entendido como uma constante cópia do passado, muito menos pressupor que os acontecimentos presenciados na atualidade já estavam previstos – mesmo que como fatos em potência – no passado e que foram se auto-realizando no tempo e no espaço. Aquilo que discutimos e analisamos como a historicidade presente é o resultado, sem dúvida, de processos anteriores. Mas estes dependeram de uma série de relações de *causalidades* e *casualidades* mediadas pelos seres humanos que só puderam *dar respostas* a estes processos na medida em que estes se concretizaram¹⁶. Isto posto, de que forma devemos então compreender as palavras de Tancredi? E mais, se estas foram utilizadas para decifrar e ilustrar a particularidade italiana, qual é a identidade que as mesmas guardam com a *particularidade brasileira*?

Ao discutirmos a particularidade da social democracia brasileira, especificamente o período entre 1995 e 2006, por nós caracterizado como o momento de *consolidação* desta forma sociometabólica de reprodução do capital, verificamos que muitos dos elementos fundantes da forma de ser econômico-política brasileiras foram constantemente *recolocados* ou *atualizados* como uma constante reposição/atualização do passado. Passado este que não se repete como *fax símile*, “cópia” pura e simples de processos anteriores, mas que se recoloca como *novo*, absorve *novos elementos*, promove *transformações*, em uma palavra, *moderniza-se*, mas sem perder seus vínculos originários. É uma processualidade que impulsiona uma modernização, apontando para o desenvolvimento civilizatório – mesmo que

modernização (o desenvolvimento do capitalismo e seu congênere ideológico, o liberalismo) que se “impõe” de uma forma a reafirmar os elementos conservadores e reacionários da forma de ser da sociabilidade daquele território. Tal processo é marcado pela aliança entre os setores historicamente tradicionais, nobreza (que se vai aburguesando no processo) e Igreja Católica, e àquele elemento social historicamente novo, a burguesia. Porém, esta última, já não desempenhava um papel social radicalmente novo, pois, a partir desse mesmo período, passa a se posicionar de forma a barrar qualquer tipo de progresso essencialmente humano, frente aos avanços da luta do proletariado internacional. Antonio Gramsci identifica conceitualmente a particularidade italiana como um processo de *Revolução Passiva*. GRAMSCI, A. *Os cadernos do cárcere*. (6 volumes). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, passim.

¹⁶ “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, (MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 335).

nos marcos da sociabilidade burguesa¹⁷ –, mas, ao mesmo tempo, tal modernidade é tributária do passado, é por este condicionada; não há rupturas radicais. Portanto, é possível observar, a partir da análise da particularidade histórica brasileira, um constante processo de *modernização conservadora*, onde todo processo de transformação, ou melhor, reformas – econômicas, políticas ou sociais – é realizado de modo a garantir a perpetuação da autocracia burguesa, seja ela na sua forma legalizada (democrática) ou na forma da violência explícita (ditaduras civil-militares), derrotando qualquer possibilidade de projeto alternativo, que envolva os reais interesses dos trabalhadores brasileiros¹⁸.

São processos que reprimem a classe trabalhadora em suas mais distintas e variadas frações. São *mudanças pelo alto*, arranjos politicoinstitucionais que garantem uma constante reposição das velhas forças políticas e sociais na composição do comando do bloco histórico de poder, seja através da legalidade institucional, seja através da força, como em golpes civil-militares. Aqui, o conceito aproxima-se da formulação gramsciana a respeito daquilo que o pensador italiano denominou por *Revolução Passiva*.¹⁹

¹⁷ MÉSZÁROS (2002), aponta para o esgotamento do caráter civilizatório do capital no atual momento histórico, argumentando que este, diante do atual ciclo de crise (econômica, societária, ambiental, etc.), só pode reproduzir a barbárie. Ver, do mesmo autor: *O século XXI: Socialismo ou barbárie?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Não é do nosso interesse neste trabalho tratar desta temática, mesmo porque ultrapassaríamos o escopo de nossa pesquisa. No entanto, apenas uma questão para suscitar a polêmica: à medida em que a barbárie reproduzida pelo capital pode – e tal questão deve ser tomada apenas como possibilidade – abrir espaço para a necessidade da alternativa socialista, não estaria o capital produzindo “processos civilizatórios”?

¹⁸ Sobre o conceito de autocracia burguesa ver, fundamentalmente: FLORESTAN, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. Outra importante análise sobre as origens da autocracia burguesa no país pode ser encontrada em: MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Sobre o capítulo intitulado “As determinações histórico-particulares do Estado nacional brasileiro”. Desse autor utilizamos ainda, o conceito de *via prussiano-colonial*, para identificar a via particularidade de objetivação do capitalismo no Brasil. MAZZEO, A. C. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp/Marília-Publicações, São Paulo: Boitempo, 1999, principalmente o Capítulo I: *Pizzicato* – Particularidades sócio-históricas da formação social brasileira, p. 105-129.

¹⁹ Ao analisar o *Risorgimento* na Itália, Gramsci caracteriza o processo da Revolução Burguesa naquele país como uma forma de reação das classes dominantes em relação ao avanço político do proletariado. Consequência da luta de classes, esse processo resulta na permanência da subalternização do proletariado, ao mesmo tempo em que a burguesia promove um “progresso” nas relações sociais, ao acolher algumas reivindicações desta classe. Este elemento de “restaurações progressivas” ou “revoluções-restaurações” nos oferece os contornos do conceito de “revolução passiva”. GRAMSCI, 2002, passim, sobretudo o *Caderno 19 sobre o Risorgimento Italiano*. Ibid. Vol. 5, p. 11-128 (conforme publicação brasileira).

Ao analisarmos o processo de consolidação da social democracia brasileira, observamos que o *Sentido* que sempre esteve presente no desenvolvimento históricossocial do país se reproduz, absorvendo e dando origens a novos fenômenos, ou novos contornos a antigas manifestações da *forma de ser e ir sendo* da sociabilidade brasileira. No entanto, este “novo” não rompe, pelo contrário, conserva uma *forma própria de objetivação do capitalismo*, seja no seu conteúdo político, seja em seus contornos econômicos.

Captar o *Sentido* de um momento histórico implica em reconhecer e apreender os elementos essenciais que imprimem uma determinada dinâmica aos fatos constituintes do mesmo²⁰. Por mais específico que seja o recorte analítico, o conjunto dos acontecimentos históricos deve ser analisado à luz de seu todo, ou, como afirmado anteriormente, ao modo de sua dialética da totalidade concreta. Assim, quando nos debruçamos sobre o objeto por nós aqui investigado, observamos que a direção social, política e econômica presente na dinâmica da social democracia brasileira reafirma elementos essências que, historicamente, constituem a estrutura sociometabólica do país. Ao analisarmos a história brasileira, podemos afirmar que alguns dos elementos essenciais que a compõe sempre se fizeram presentes, o que nos permite apontar identidades entre aquilo que Caio Prado apontou como o *Sentido da Colonização* e aquilo que aqui denominamos como *Sentido da Modernização*. O elemento teórico fundamental é a compreensão do *sentido histórico* a partir do princípio ontológico da “permanência na mudança”, assim definido por Lukács,

[...] A substância, enquanto *princípio ontológico da permanência na mudança*, perdeu certamente seu velho sentido de antítese excludente em face do devir, mas obteve também uma validade nova e mais profunda, já que o persistente é entendido como aquilo que *continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade*, na medida em que a continuidade como forma

²⁰ “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, [...] não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação”. (PRADO JR. C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000, p. 7).

interna do movimento do complexo transforma a persistência estática e abstrata numa persistência concreta no interior do devir.²¹

Toda a estrutura econômica brasileira sempre esteve vinculada de forma dependente e, portanto, subordinada aos pólos centrais do desenvolvimento econômico capitalista. Nunca é demais lembrar que o Brasil “surge” para o mundo no momento de gênese do capitalismo, ou seja, toda estrutura sociometabólica que se ergue no período colonial esteve vinculada ao momento de acumulação originária do capital, configurada à época pela expansão do comércio mundial – também em sua fase originária. Neste momento, a nascente estrutura econômica do país foi organizada com vistas ao fornecimento de matérias-primas e manufaturados de origem agrícola à metrópole Portugal, mesmo porque, inexistia um mercado consumidor interno.

O processo de independência liderado por Pedro I não altera a essência econômica, pelo contrário, a reafirma ao manter a mesma matriz agroexportadora como elemento propulsor da dinâmica econômica “nacional”.

Mesmo com a implementação do café (primeira metade do século XIX) e, posteriormente, com o início do que poderíamos caracterizar como o processo de “Revolução Industrial Brasileira” (a partir de 1930), o elemento essencial da subordinação e dependência da economia brasileira em relação aos pólos centrais do capitalismo não se extingue, ao contrário, renova-se, absorvendo novas e complexas formas de realização.

Novamente, é preciso apontar que não negamos ou desprezamos as transformações ocorridas na economia brasileira, como por exemplo, a organização da produção tendo como base a mão de obra assalariada, a consolidação de um mercado de consumo interno, concomitantemente à estruturação de um complexo parque industrial que se completa na década de 1970. Pressupomos, inclusive, que o Brasil promove e completa sua “Revolução Burguesa”. A questão por nós aqui discutida diz respeito ao *caráter* desta “revolução”. E quando afirmamos que a manutenção de elementos essenciais da processualidade histórica brasileira – mesmo que com novos contornos fenomênicos – é uma constante, o fazemos num esforço de

²¹ LUKÁCS, 1979, p. 78.

compreensão e caracterização daquilo que podemos denominar como “Revolução Brasileira”. Tal discussão não possui nenhum aspecto original, pois nos debruçamos em autores que – estes sim – apontaram de forma original para esta questão. O que nos parece passível de originalidade é a análise que compreende a *consolidação da social democracia no Brasil*, a partir de seus condicionantes histórico-particulares. Ou, de outra maneira, analisar o caráter específico-particular da social democracia à luz de sua totalidade concreta brasileira.

Da mesma forma que na configuração econômica, a estruturação política passa por transformações ao longo de nossa processualidade histórica, mas sem negar ou superar algumas de suas características essenciais, muitas delas presentes desde o período colonial. Ao longo da história brasileira, a conformação do *Bloco Histórico*²² que esteve à frente do processo de reprodução social no país, em suas mais distintas “fases”, reproduziu – e ainda reproduz – como elemento essencial o caráter *autocrático* da dominação burguesa. Isso significa, antes de mais nada, que desde a chegada dos portugueses em “Pindorama”, a estruturação da dominação política excluiu de sua formatação os setores sociais que compuseram a classe trabalhadora brasileira ao longo de pouco mais de 500 anos de história.

Todo esforço de composição política da burguesia, que aqui se vai desenvolvendo desde a estruturação da empresa colonial, aponta para uma total exclusão dos setores sociais vinculados à força de trabalho. Na fase colonial, pela própria *forma de ser* do período, a burguesia rural que se constitui em torno da empresa agroexportadora se associa de forma

²² Tomamos aqui, como referência, o conceito gramsciano de *Bloco Histórico*. Trata-se de compreender como os processos históricos expressam uma dada forma de valores econômicos, politicoideológicos, culturais, ético-morais, e como estes se edificam e se consubstanciam na forma de dominação de classe. Para uma análise aprofundada do conceito, veja-se fundamentalmente, GRAMSCI, 2000, especialmente os volumes 2 e 3, onde encontramos a discussão sobre o conceito de bloco histórico, respectivamente, nos Cadernos 10 e 13. Importante análise sobre o tema, abordando a discussão, expondo e analisando a polémica teórica em torno da obra gramsciana, pode ser encontrada em, PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Hugues Portelli, aponta como uma das principais contribuições da análise gramsciana sobre esta temática, o “vínculo orgânico” que o autor italiano explicita entre os níveis sociais da “estrutura e superestrutura”, bem como o papel fundamental atribuído aos “intelectuais” como mediadores de tais relações. *Ibidem*, principalmente o capítulo II – *A relação entre estrutura e superestrutura no seio do bloco histórico*. Ver ainda: GRUPPI, L. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

subordinada aos centros europeus²³. Isso exclui, obviamente, qualquer possibilidade de participação da força de trabalho. Aliás, tal questão não está colocada historicamente, pois tal demanda só seria concretamente factível a partir de finais do século XVII e durante o século XVIII, com o nascimento do movimento operário. De qualquer forma, o comando político da colônia girava em torno das fazendas produtoras e seus “senhores”, que estavam associados de forma subordinada ao governo português. Consequentemente, escravos e homens livres²⁴ estão totalmente excluídos de qualquer decisão política, permanecendo subordinados ao jugo da dominação dos proprietários de terras.

A conformação de um bloco histórico com contornos nacionais, no entanto, só pôde ser nitidamente observada durante o processo de emancipação política que culminaria com a formação do Estado Nacional, em 1822. Esse é o momento originário da autocracia burguesa no Brasil²⁵. Com a transferência da Corte Portuguesa, em 1808, o Brasil passa a internalizar todo o processo de concentração e administração do capital que – mesmo em crise – estava sob controle lusitano. Com isso, os ganhos da burguesia rural brasileira se avolumam, pois com o fim do monopólio comercial – *exclusivo metropolitano* – determinado pela “Abertura do Portos às Nações Amigas”, essa burguesia agroexportadora passa a ter um maior controle sobre os fluxos de capitais internamente produzidos.

²³ Marx em seus *Grundrisse* aponta para o caráter “anômalo” desta burguesia. Isto se explica pelas próprias características do momento histórico em questão. Nesta fase de transição, as classes sociais politicamente dominantes (e Marx se refere sobretudo à América Latina) ainda possuem as marcas do passado feudal em franca desagregação, mas já exercem um papel políticoeconômico que contribui decisivamente para o desenvolvimento do capitalismo, em gestação naquele momento. Assim, por exemplo, será oferecida à nobreza portuguesa a possibilidade de ocupação e exploração do território brasileiro no período colonial, ocupação esta fundada num estatuto jurídico cuja origem remonta à Idade Média (Cartas de Doação e Foral). No entanto, a estruturação da colônia se dará em função do desenvolvimento do capital em sua fase originária. É o momento da “subsunção formal do trabalho ao capital”, segundo Marx, onde em seu processo ontogenético, o capital incorpora formas não capitalistas, transmutando-as e reorganizando-as para que passem a desempenhar funções propriamente capitalistas. Veja, sobre a questão da “subsunção formal do trabalho ao capital”, MARX, K. *O capital* – Capítulo VI: inédito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978. Se Marx está certo – e pensamos que ele está – os membros da nobreza que no Brasil se instalam, são nobres que estão num processo de “aburguesamento”, pois ao mesmo tempo em que estão socialmente vinculados ao passado feudal – em franca decadência a partir do século XV –, desempenham funções próprias do capitalismo em desenvolvimento.

²⁴ Para uma análise aprofundada sobre o papel dos “homens livres” no período colonial ver fundamentalmente, FRANCO, M. S. C.. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.

²⁵ MAZZEO, 1989.

Ao retornar a Portugal, em 1821, pressionado pela burguesia comercial lusitana, D. João VI tenta restabelecer a estrutura de exploração colonial vigente no Brasil, anterior a 1808. A reação da burguesia agroexportadora brasileira será imediata: era necessário se livrar do jugo português para ampliar a internalização de capitais. No entanto, do ponto de vista desta burguesia, esse processo de ruptura deveria ser cauteloso, pois os exemplos de ruptura revolucionária do Continente Americano – sobretudo dos Estados Unidos (1776-1783), mas principalmente do Haiti (1804) – não poderiam sequer ser cogitados. A saída encontrada foi a conformação de um bloco histórico que teve como liderança o futuro rei de Portugal, D. Pedro, que desponta no processo como o grande líder do Partido da Independência. Dessa forma, a burguesia que internamente se desenvolvia não correria o risco de qualquer participação “popular” no processo de independência, pois ao adotar a conformação institucional de uma monarquia, excluía qualquer possibilidade de avanço progressista representado pelas idéias republicanas. Note-se, portanto, que o *historicamente novo*, a *mudança*, a *transformação*, a *modernização*, ocorre de tal forma a garantir o *historicamente velho*²⁶, *conservando* a estrutura econômica do país, cujas classes sociais que *permaneceram* à frente da condução da nação não mediram esforços para “manter tudo como sempre foi”.

Importante notar que data do processo de formação do Estado Nacional brasileiro uma característica essencial da autocracia burguesa internamente instalada – o que contribui para sua caracterização. Referimo-nos à utilização da força militar como forma de garantir o domínio do bloco histórico no poder, reprimindo violentamente qualquer forma de manifestação contrária ao seu domínio. É o que nos revelam os acontecimentos imediatamente posteriores à declaração da independência. O cerco à Assembléia Nacional, em 1823, impedindo a aprovação de uma Carta Constitucional (*Constituição da Mandioca*) com contornos liberais progressistas – mesmo que limitados – e a repressão violenta ao levante das províncias do Nordeste, em 1824, que se rebelaram contra a Constituição Outorgada no mesmo ano por D. Pedro I, rebelião esta que ficou conhecida como a Confederação do Equador, são

²⁶ CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978, p. 626 a 628.

exemplos claros de como o Estado brasileiro passaria a tratar todos aqueles setores que intentassem algum tipo de ruptura significativa no processo politicoeconômico brasileiro.

Desdobra-se daí, outra questão fundamental que diz respeito à forma como o liberalismo foi apropriado e praticado pelos sucessivos blocos históricos que foram se conformando em torno do Estado no Brasil. Voltaremos a esta questão adiante.

Como descrito anteriormente, os acontecimentos imediatamente posteriores a 1822, conferem um importante conteúdo de instabilidade política à consolidação do Estado Nacional Brasileiro. Trata-se da disputa no interior do bloco histórico em formação. Uma vez isolado o principal inimigo de classe, no caso brasileiro, os setores ligados a incipiente pequena burguesia urbana e à força de trabalho, estes últimos, totalmente aliados do processo (lembremos que a escravidão é mantida juridicamente no país até 1888), as disputas passam a ocorrer entre as frações de classe que disputam o controle do bloco. De um lado, temos a burguesia rural, formada basicamente por brasileiros, e de outro, a burguesia exportadora, composta basicamente por portugueses diretamente ligados ao Imperador. Com a morte de D. João VI e a clara intenção de D. Pedro I de ocupar, concomitantemente, o trono brasileiro e o português, acirram-se as disputas, culminando com a violenta deposição de D. Pedro I, em 1831. Finalmente, a burguesia rural brasileira teria o controle do Estado em suas mãos, pois, como sabemos, D. Pedro II é nomeado imperador, mas impedido de governar devido à idade.

Chamamos atenção para a seguinte questão: a burguesia assume o poder através de um Golpe de Estado! E lançará mão deste “expediente político” sempre que o projeto politicoeconômico hegemônico vigente estiver sobre ameaça.

Assim, a estrutura política burguesa que se ergue a partir de 1831 oscilará entre a forma de uma autocracia legalizada e a forma militar. O caráter “golpista” da burguesia brasileira se fará presente em todos os momentos históricos que esta classe entender necessário para garantir a manutenção de seu poder, seja na disputa contra a classe trabalhadora, seja nas disputas

intra-classe burguesa, expressando assim seu conteúdo bonapartista. É o que observamos nos processos que colocam fim ao *período das regências*, em 1840 (Golpe da Maioridade); no momento de Proclamação da República, em 1889; no fim do domínio hegemônico do bloco histórico formado pelas burguesias rurais, paulista e mineira, em 1930; em 1937, como forma de frear qualquer possibilidade de uma revolução de caráter nacional-popular, anti-imperialista, com o Estado Novo; em 1945, com a deposição de Vargas; e, finalmente, com o golpe civil-militar, em 1964, que retira João Goulart do poder e elimina definitivamente qualquer possibilidade de desenvolvimento e de inserção do capitalismo brasileiro de forma autônoma no cenário mundial.

O exame preciso, detalhado e aprofundado, de todos estes momentos da processualidade histórica brasileira foge aos objetivos deste trabalho. Ao caracterizarmos o momento inicial de estruturação da forma autocrática desenvolvida pela burguesia no Brasil, procuramos demonstrar a característica essencial que compõe a forma pela qual esta classe mantém o poder ao longo da história no país. Mais uma vez, chamamos a atenção para o fato de que em cada um dos episódios acima citados, novos contornos e contradições, resultantes de transformações economicossociais cada vez mais complexas, serão verificados. Portanto, a manifestação fenomênica da história brasileira possui e desenvolve uma diversidade de aspectos que nos permite inclusive identificar as transformações ocorridas ao longo dos anos. Por isso, é possível afirmar que, também em seu aspecto político, o país passa por um processo de *modernização*. Se analisarmos a história da democracia no Brasil em retrospectiva, verificaremos que importantes avanços foram feitos no sentido da consolidação desta forma burguesa de dominação política. No entanto, o que para nós é fundamental é o fato de que, apesar de todas as transformações – de toda a *modernização* – o elemento autocrático não é superado, sequer negado pela estrutura sociometabólica desenvolvida no país. Muito pelo contrário, este é *conditio sine qua non* da forma *precisamente assim* da burguesia ontogeneticamente constituída no interior do *complexo de complexos* societário brasileiro. Eis outro fundamento essencial daquilo que denominamos *modernização conservadora*, ou de outro modo, o *Sentido da Modernização* no Brasil.

Aqui, nos aproximamos da conceituação de Caio Prado Júnior quando este procura demonstrar o *sentido* que dá origem ao Brasil do século XX, vinculando-o aos primórdios da ocupação territorial do país pelos portugueses. Entendemos que Prado Jr foi um dos primeiros intelectuais da tradição marxista que buscaram compreender a particularidade brasileira ao modo de sua dialética da totalidade concreta²⁷.

Ao caracterizar o *Sentido da Colonização*, Caio Prado buscou analisar os elementos fundantes da forma de ser da “Revolução Brasileira”. Assim, ao investigar a origem da estrutura econômica do país, evidenciou seus vínculos de associativismo subordinado aos centros econômicos mundiais, bem como a estrutura politicoadministrativa que aqui vai sendo constituída, pautada no domínio das classes sociais que controlam tais atividades econômicas. Os efeitos sociais deste tipo de estruturação econômico-política serão extremamente danosos para o conjunto da força de trabalho brasileira, bem como para os segmentos sociais que, historicamente, estiveram à margem do sistema produtivo²⁸.

Mais uma vez, observamos que outro elemento essencial que sempre permeou a *forma de ser* da sociabilidade brasileira se reproduz. Mesmo com toda a complexificação e *modernização* da estrutura societal brasileira, que a partir do final do século XIX passa a se assentar na mão de obra “livre”

²⁷ O escopo inicial deste trabalho tinha como projeto a análise da obra teórica de dois dos principais autores marxistas que procuraram compreender a particularidade brasileira, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Precisamente, o trabalho analisaria o desenvolvimento do conceito de burguesia na obra dos dois autores, apontando possíveis aproximações e/ou distanciamentos na definição de “Revolução Brasileira” empreendida por ambos. No entanto, contingências teóricas e históricas, desdobradas do objeto inicial, fizeram com que optássemos pela mudança de “enfoque” de nosso objeto de estudo. Sem dúvida, não abrimos mão da discussão sobre as características da “revolução burguesa” no país; mas o esforço analítico que aqui empreendemos aponta para a necessidade de compreensão do atual momento, ou fase, desta “revolução”. Obviamente, não descartamos as contribuições dos autores citados, pelo contrário, nos amparamos nos conceitos que entendemos coetâneos e coerentes com a realidade concreta por nós analisada. Assim, o projeto inicial de nossa investigação será objeto de um possível trabalho futuro. Para uma discussão sobre o caráter particular da análise caiopradiana, ver: COUTINHO, C. N. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. (In) D’INCAO, M. A. *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora Unesp/Secretaria de Estado da Cultura/Editora Brasiliense, 1989.

²⁸ Ao se referir à estrutura social que se desenvolve no período colonial brasileiro, Caio Prado Jr. nos oferece a seguinte definição: “Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e escravos, a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos [...]” (PRADO JR., 2001, p. 289).

assalariada, o “abismo” entre aquela classe que controla privadamente a produção da riqueza e aquela que vive da venda da sua força de trabalho, aprofunda-se vertiginosamente.

Tal afirmação pode ser constatada empiricamente quando analisamos o processo de precarização das condições de trabalho implementado ao longo dos últimos quarenta anos, ampliado e aprofundado, sobretudo, a partir da década de 1990. Tal processo, além de lançar milhões de trabalhadores no desemprego e no chamado “mercado informal” de trabalho – onde nenhum direito trabalhista é observado –, promoveu um rebaixamento qualitativo nas condições de vida da força de trabalho, inclusive daqueles indivíduos que mantiveram seus empregos²⁹. Longe de ser uma condição de miserabilidade puramente material, o processo de *modernização conservadora* – como não poderia deixar de ser – aprofunda a *miséria espiritual*, historicamente presente na sociedade brasileira. A reposição de forma vertiginosa do individualismo, próprio da ideologia liberal, promove uma espécie de *privatização das relações sociais*, onde a noção de indivíduo, *mônada fechada* em torno de interesses privados, absorve e explicita um conteúdo radical, reafirmando o princípio fundamental da propriedade burguesa, onde a realização do “eu” condiciona necessariamente a não-realização dos “outros”. Reafirma-se assim, o pressuposto de que o “outro” é um obstáculo à “minha” existência. Tais aspectos ideológicos – que aqui nos restringimos a apontar seus efeitos

²⁹ Tal processo será reconhecido, inclusive, pela burguesia, quando esta passa a utilizar a expressão “inimpregáveis” para qualificar a exclusão de parcelas importantes da população brasileira do processo de produção da riqueza. Lembremo-nos que a referida expressão foi utilizada por Fernando Henrique Cardoso, na época, Presidente da República, e revela o caráter “estruturalmente necessário” do desemprego na sociedade capitalista. Para uma análise aprofundada do processo de reestruturação produtiva no Brasil e a conseqüente precarização do trabalho daí originada ver: ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995. BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999. CARODOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003. ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000. Outro importante estudo sobre o fenômeno do empobrecimento da mão de obra no Brasil, principalmente pelo esforço de demonstração empírica deste fenômeno, pode ser encontrado em, SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. José Alcides Figueira Santos utiliza o conceito de “classes destituídas” para caracterizar este processo de precarização. Argumenta que entre as classes destituídas encontram-se os trabalhadores elementares (legalmente empregados), empregados domésticos, autônomo precário, produtor agrícola precário, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente (desempregados), sendo que estes constituem 40,33% da população brasileira. (SANTOS, A. F. J.. Posições de classe destituídas no Brasil. In: SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.)

imediatos – podem ser percebido no esgarçamento dos mais elementares laços de convivência social. A violência (em todos os níveis e sentidos) reina absoluta nas grandes cidades brasileiras; o Estado, por sua vez, trata a questão como um problema de “segurança pública”, criminalizando toda e qualquer forma de existência que não respeite a lógica da propriedade privada – bem como aqueles movimentos sociais que questionam tal quadro de coisas; os trabalhadores estão constantemente sob a mira de fuzis, seja do crime organizado, seja da violência institucionalizada, plasmada no braço armado do Estado em suas múltiplas formas de organização policiais.

O “embrutecimento” de seres humanos não atinge somente as classes sociais subalternas, mas se estende ao conjunto da sociabilidade, como resultado direto da precarização, sucateamento, e conseqüente queda no nível educativo-cultural do país. Tal fato se explica também pela concepção de educação que passa a orientar os projetos político-pedagógicos no Brasil que, obedecendo à reposição dos valores liberais, nega qualquer possibilidade de formação humanista, privilegiando a “formação para o mercado de trabalho”, responsabilizando individualmente os fracassos gerados socialmente, reproduzindo uma visão puramente pragmática da educação, orientada exclusivamente pela “lógica” do mercado.

A maior parte da população brasileira carece de condições básicas de saúde e higiene públicas. O Brasil chega ao século XXI com um sistema de saneamento básico inferior ao de alguns vizinhos latino-americanos, tais como Bolívia e Colômbia. Enormes contingentes se avolumam nas filas da rede pública de saúde, pois obedecendo a mais perfeita tradição liberal, o Estado reduz ao limite mínimo os investimentos para esta área, privilegiando a iniciativa privada, que acumula bilhões com o chamado complexo médico-hospitalar.

Afirmamos anteriormente que uma das características mais importantes da “Revolução Brasileira” é o caráter particular com o qual os pressupostos ideológicos do liberalismo serão absorvidos e reproduzidos na forma sociometabólica que aqui vai se constituindo. Observamos que tal processo se diferencia substancialmente do ocorrido nos pólos centrais do desenvolvimento

capitalista. Em países como a Inglaterra, os Estados Unidos, a Holanda e sobretudo a França, os pressupostos liberais trouxeram consigo um conteúdo radicalmente progressista e revolucionário. Ressalvem-se as devidas particularidades, é possível afirmar que até meados do século XIX a burguesia europeia utilizava-se do instrumental liberal como forma de colocar abaixo todo resquício feudal, ao mesmo tempo em que construía a “modernidade”. Somente com a expansão dos domínios burgueses e a conseqüente “ocidentalização do mundo”, novos “antípodas”³⁰ serão constituídos, expressando a universalização da luta de classe, entre capital e trabalho.

Ao pensarmos a particularidade brasileira em sua perspectiva ideológica, verificaremos que a absorção dos pressupostos liberais pela burguesia que aqui vai se formando se condiciona a duas ordens de fatores contraditoriamente articulados: na primeira metade do século XIX (período em que tal ideologia ganha arrimo social no país), o liberalismo já expressa seu conteúdo conservador ao demonstrar os limites da emancipação política burguesa em nível mundial; ao mesmo tempo em que alcança seu limite histórico, esgotando seu caráter progressista, a doutrina liberal, tal como se materializa no Brasil, sequer observa os pressupostos básicos da emancipação burguesa, ou quando o faz, reveste-se de um duplo caráter. Assim, observamos um relativo processo de liberalização das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que se mantém a escravidão; estrutura-se uma organização estatal fincada na divisão dos poderes, no sufrágio e na *universalização* de direitos. No entanto, a Constituição de 1824 estabelece um quarto poder (Moderador), garantindo poderes autocráticos ao imperador, e o voto será exercido a partir do critério censitário, excluindo a maior parte da população de qualquer decisão política, sem contar o próprio estatuto jurídico do escravismo, cuja existência *per se* já denuncia a contradição³¹.

³⁰ Marx aponta para o esgotamento do caráter revolucionário da burguesia em seus escritos para a Nova Gazeta Renana, ao analisar a vaga revolucionária que se esgota em 1848. MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1997. Importante análise sobre a expansão do ideal liberal e a universalização da luta entre capital e trabalho – de onde inclusive emprestamos os termos entre aspas – é a obra de DEL ROIO, M. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

³¹ MAZZEO, 1989, p. 112-113 e 120-121.

Seguindo a análise de Roberto Schwarz, a “comédia ideológica” que aqui se instala atravessa todo o segundo reinado, permanecendo mesmo após a Proclamação da República, a despeito da abolição da escravatura em 1888. A contradição entre os ideais liberais e a escravidão será *estabilizada* a partir da existência de uma camada de homens livres, cuja relação com os senhores de escravos dará origem às *relações de favor*, estas sim apoiadas nas idéias provenientes da Europa. A equação (se é que podemos assim qualificar) estrutura-se da seguinte forma: o liberalismo se aplica às relações entre senhores e homens livres – mesmo que de forma contraditória e excludente, pois estes não tinham direito ao voto, por exemplo. A mão-de-obra escrava é o elemento fundamental à realização de tal ordem política, uma vez que garante a organização econômica voltada para o lucro, fonte de reprodução da riqueza socialmente necessária à existência do território. Eis a essência de “as idéias fora do lugar”³², onde características que, em tese, são contraditórias, assumem formas – ao mesmo tempo em que as delinham – de particularidade histórica.

Dando um salto histórico – mesmo com todos os riscos que tal procedimento analítico apresenta –, podemos afirmar que a essência da “comédia ideológica” se mantém, pois se em sua origem o liberalismo de extração prussiano-colonial assentava-se no escravismo da burguesia agroexportadora do país, durante a década de 1990 e início dos anos 2000, a burguesia representada pela social democracia será responsável pelo resgate da ortodoxia liberal, arrimo do projeto econômico-político do bloco histórico que se consolida a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, mais

³² Este é o título do texto de abertura à obra *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwartz. Nesta “introdução”, Schwarz busca compreender como a particular reprodução e absorção do liberalismo na realidade brasileira, produziu um ideal estético também particular, capturado de forma precisa, segundo o autor, por Machado de Assis. (SCHWARTZ, R. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000). Em SEGATTO, J. A. Política e Literatura em Machado de Assis. In: *Novos Rumos*, ano 22, nº 48, 2007, encontramos uma importante análise do romance machadiano *Esaú e Jacó*. Entre outros aspectos, Segatto chama atenção para a forma contraditória de manifestação do liberalismo no Brasil, além de apontar para o caráter conservador das transformações politicoeconômicas ocorridas no país, características estas plasmadas pelos personagens machadianos. Diz o autor ao que, por meio de “[...] ‘reformas pelo alto’ [...] Em todos os acontecimentos agudos e cruciais [...], a classe dominante sempre procurou rearticular e reorganizar as formas de dominação política e acumulação de capital para fazer frente aos crescentes antagonismos e contradições sociais que se acumularam, como também, para impedir que as classes subalternas subvertam a ordem vigente e, ainda, para truncar sua participação no processo político.” *Ibid.*, p. 89.

uma vez a aparência fenomênica nos é apresentada de forma contraditória, pois a socialdemocracia no Brasil é responsável pelo desmonte do arcabouço politicoinstitucional do que poderíamos identificar – ou do que mais nos aproximamos – como o “Estado de bem-estar” brasileiro, plasmado na Carta Constitucional de 1988. Mas, novamente, para compreendermos “o lugar das idéias” neste contexto, faz-se necessária a observação de nossa essência particular, onde a burguesia *que aqui se vai desenvolvendo* reproduz as características de uma *forma* particular de *ser*. Amalgamada pelo caráter prussiano-colonial do capitalismo, a burguesia brasileira oscila entre o conservadorismo e o reacionarismo político, sendo que tais manifestações ideológicas se farão perceber de acordo com as contingências históricas dos períodos analisados. Os avanços sociais possíveis serão somente resoluções genérico-abstratas, apontadas pelos textos constitucionais, que não encontram efetivação na realidade concreta. O máximo a ser oferecido em termos materiais serão os programas eufemisticamente denominados pelo título “transferência de renda”, recolocando uma espécie de “ideologia do favor”, agora protagonizado pelo Estado em relação aos milhares de miseráveis espalhados pelo país.

Enfim, a Revolução Burguesa, tal como esta se concretiza no Brasil, promove a estruturação de um bloco histórico de hegemonia burguesa, a modernização das relações econômico-produtivas, mas mantém, com novos contornos fenomênicos, a essência miserável, material e espiritual, das relações sociais no país. Eis o caráter do *Sentido da Colonização* que se atualiza, renovando-se e reafirmando-se, agora reproduzido em *Sentido da Modernização*.

Capítulo II

Sentido da Modernização e *Social Democracia Anômala*

A compreensão de um objeto de estudo ao modo de sua totalidade concreta implica no preciso reconhecimento do “lugar” que este ocupa no interior do *complexo de complexos* que compõem a referida totalidade. Isso nos remete imediatamente a outro aspecto determinante do modo de produção capitalista, qual seja, o caráter imanentemente *desigual* de seu *desenvolvimento*. Nesse sentido, a forma particular pela qual o capitalismo se objetiva no Brasil revela contornos que só podem – e devem – ser compreendidos na sua relação de reciprocidade com a totalidade do modo de produção capitalista. Assim, o caráter *desigual* do capitalismo se expressa a partir das particularidades nacionais – na medida em que essa forma sociometabólica se concretiza historicamente –, ao mesmo tempo em que seu caráter *combinado* expressa a sua totalidade mesma. Dessa relação de interação e reciprocidade entre o aspecto *desigual e combinado* do evoluir capitalista no Brasil, desdobram-se os aspectos singulares que compõem a forma de dominação social-democrata no país que, condicionada pelo seu caráter peculiar (particular), apresenta-se e reproduz-se de forma *anômala, tardia e diversa* daquela observada nos países onde esta forma político-social

de dominação do capital se desenvolveu de forma clássica, quais sejam, os países da Europa Ocidental. É o que procuraremos demonstrar a partir de agora.

1. O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista

Ao apontar para o caráter universalizante do modo de produção capitalista¹, Marx observa que a forma pela qual esta forma sociometabólica se objetiva no interior das fronteiras nacionais – as particularidades que ela assume em seu processo de expansão –, não se reproduz com a mesma dinâmica. Pelo contrário, as características singulares que constituem as particularidades nacionais assumem e reproduzem formas totalmente desiguais no seu desenvolvimento.

Marx não desenvolve, propriamente, uma “teoria do desenvolvimento desigual”. No entanto, podemos afirmar que o autor alemão aponta para o fenômeno em suas tendências estruturantes em *O Capital*², ao analisar a relação entre *produção, distribuição, troca (circulação) e consumo* como momentos distintos, porém intrinsecamente auto-determinativos do processo global de reprodução do capital.

Segundo a leitura lukacsiana – com a qual concordamos –, Marx aponta a produção como o “momento predominante” no âmbito das interações complexas que compõem a totalidade. Lukács adverte, porém, numa clara crítica à vulgarização da teoria marxiana produzida pelo stalinismo, que tal “posição” ocupada pela produção, “precisamente por ter sido radicalizada nas formulações vulgares”, promoveu uma distorção e um falseamento da questão.³ Uma breve digressão sobre a questão se faz necessária ao esclarecimento da essência do desenvolvimento desigual.

¹ “[...] primeira produção realmente social [...]” (LUKÁCS, 1979, p. 128).

² MARX, K. *El Capital – Crítica de la economía política*. Tomo III, Livro III, “El proceso de producción capitalista, en su conjunto”. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

³ LUKÁCS, op. Cit., p. 66.

Um texto fundamental ao entendimento da problemática anteriormente apresentada é a já citada *Introdução de 1857*, – obra que se insere no conjunto de estudos que dariam origem à sua obra de maturidade, *O Capital* – onde Marx analisa precisamente a relação dos “complexos particulares” da reprodução capitalista.

O pensador alemão chama a atenção para o fato de que, inicialmente, a “produção em geral” deve ser compreendida como uma “abstração razoável”, que possui um “caráter geral”. Sendo assim entendida, observa-se que, como em todas as épocas históricas, a produção possui elementos comuns. No entanto, é preciso apontar para os complexos particulares que distinguem os diversos processos de produção ao longo do desenvolvimento dos diferentes modos de produção historicamente constituídos. Como forma de ilustrar tal afirmação, a comparação entre dois modos de produção pode nos auxiliar. Assim, se no modo de produção feudal observamos que a “produção em geral” da riqueza é composta pelos complexos particulares da *produção-consumo*, no capitalismo a “produção em geral” da riqueza adquiriu e desenvolveu um elevado grau de complexidade, pois apresenta a relação entre os complexos particulares da *produção-distribuição-circulação-consumo*. Compreendemos assim, que todo modo de produção traz consigo “elementos” de formações sociais anteriores; no entanto, faz-se necessária a decomposição de tais especificidades em suas particularidades para diferenciar umas das outras,

[...] Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linhagens mais desenvolvidas tem leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia destes elementos gerais e comuns [...].⁴

É preciso compreender, ao modo de Marx, que na interação de inúmeros processos heterogêneos – de complexos particulares – há uma unidade última, dialética (portanto essencialmente contraditória), nas formações sociais.

A decomposição dos complexos particulares nos é apresentada por Marx na forma de *Relação geral da produção com a distribuição, troca (circulação) e consumo*. Na análise da relação entre *produção* e *consumo*,

⁴ MARX, 1974, p. 111.

Marx aponta para o fato de o consumo ser a realização de uma certa forma de produção, na medida em que, ao ser consumido um determinado bem, este é “realizado” em sua plenitude objetiva e subjetiva. Para ser realizado (consumido), todo bem teve de ser, antes de mais nada, produzido. Mas a produção, além de dar origem, existência propriamente dita a um bem, produz a forma como esse bem deve ser consumido, ou o “modo” como deve ser consumido. É produção, portanto, objetiva e subjetiva; objetiva pois, o resultado final do processo dá origem a um bem material, “um objeto de consumo concreto”; subjetiva pois, este objeto é produzido de acordo com as formas socialmente necessárias de consumo, moldando-as (as formas de consumo) de acordo com os objetivos para os quais foi produzido. “Logo, a produção cria o consumidor”⁵. A produção fornece um objeto material à necessidade, mas também uma necessidade ao objeto material. Posto que o consumo é mediado pelo objeto, a produção cria necessidades de consumo. Produção e consumo constituem um processo de interdeterminação, ou de determinação recíproca⁶.

Na relação entre *produção* e *distribuição*, novamente encontramos o primeiro complexo como “ponto de partida”, pois ao afirmar que “[...] A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção [...]”⁷, Marx explicita o fundamento da divisão social do trabalho, qual seja, a forma como os indivíduos vão participar da distribuição da riqueza socialmente produzida é determinada pela posição que ocupam no processo produtivo. Sendo assim, “a própria distribuição é um produto da produção”, tanto no que diz respeito ao objeto (a distribuição de mercadorias no capitalismo), como no que diz respeito à forma pela qual tais objetos serão distribuídos. Em relação ao indivíduo isolado, “a distribuição aparece naturalmente como lei social”. No entanto, antes de ser distribuição de produtos, é distribuição dos instrumentos da produção; depois, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, “[...] (Subordinação

⁵ Ibid., p. 116.

⁶ Há uma identidade entre produção e consumo de triplo aspecto: 1º - identidade imediata; a produção é consumo, o consumo é produção – “produção consumidora”, “consumo produtivo”; 2º - ambas existem por mediação do outro, numa “dependência recíproca”, mas são ao mesmo tempo “exteriores entre si”; 3º - “cada um (produção e consumo) não é apenas o outro: cada um, ao realizar-se, cria o outro”. Ibid., p. 116-117. Nesse momento, Marx aponta para a produção como ponto de partida, *momento predominante*, como afirmamos anteriormente.

⁷ Ibid., p. 118.

dos indivíduos a relações de produção determinadas) [...]”⁸. São, desta forma, determinações de processos históricos, e como tais, dependerão das “condições históricas gerais” (ou seja, de condições político-jurídicas, sociais, etc) e como estas afetam a produção e a distribuição que daí se desdobra.

Finalizando a análise do complexo de particularidades que compõem a totalidade da reprodução do capital, Marx analisa a posição da troca e circulação em sua relação com a produção. Inicialmente afirma que a circulação se constitui somente como um momento determinado da troca, ou ainda, é a troca considerada em sua totalidade. Aponta para o fato de a troca ser o momento mediador entre a produção e a distribuição, sendo aquela (a troca) determinada pela distribuição e pelo consumo. Uma vez que o consumo se constitui como um momento da produção, a troca nesta relação é também manifestamente “um ato compreendido na produção”,

[...] Mas, primeiro, não existe troca sem divisão do trabalho, quer natural, quer como resultado histórico; segundo, a troca privada supõe a produção privada; terceiro, a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e tipo, são determinadas pelo desenvolvimento e articulação da produção; por exemplo: a troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade, etc. A troca aparece, assim, em todos os seus momentos diretamente compreendida na produção ou por ela determinada.⁹

É precisamente no complexo da produção capitalista, em uma análise ampliada que apreenda o caráter universalizante do modo de produção do capital, que se insere a problemática do desenvolvimento desigual. A forma pela qual, bem como o “lugar” que os países capitalistas se inserem no processo de produção, distribuição, troca e consumo da riqueza mundialmente produzida sob a égide do capitalismo, delineou os contornos particulares e o papel desempenhado por estes na divisão internacional do trabalho.

Afirmamos anteriormente que Marx apontou os fundamentos do desenvolvimento desigual, sem, no entanto, analisar os desdobramentos dessa característica que marca o processo de internacionalização capitalista. Isso se deve, antes de mais nada, ao próprio contexto histórico no qual estava inserido o autor alemão, pois mesmo apontando para o caráter universalizante do

⁸ “A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado desta distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina.” (Ibid., p. 119).

⁹ Ibid., p. 121.

capitalismo, este só viria a se desenvolver plenamente na virada do século XIX para o século XX. Este momento histórico de plena expansão e internacionalização do capital em escala planetária foi identificado como a fase imperialista de expansão do capital.¹⁰

Ao analisar o desenvolvimento do capital financeiro, cuja origem se encontra na fusão entre capital industrial e o capital bancário, Lenin demonstra a forma através da qual o capitalismo desenvolve novos mecanismos de expansão, concretizando objetivamente, sua estatura universal. O capital financeiro passou a ser o arrimo econômico da expansão burguesa mundo a fora. O esgotamento da “fase concorrencial”, observado em meados do século XIX, promoveu transformações nas economias centrais, que passaram a se movimentar num duplo sentido: internamente, aprofunda-se o processo de concentração de capitais, dando origem à fase monopolista deste modo de produção (o surgimento da fração financeira resulta deste processo), ao mesmo tempo em que tais monopólios passam a exportar seus capitais para os quatro cantos do planeta. Abre-se com isso uma nova etapa de colonização do mundo, caracterizada por Lenin como a “fase superior do capitalismo”.

Os países periféricos¹¹, que até então participavam do complexo produtivo capitalista como produtores e exportadores agrícolas e de matérias

¹⁰ No início do século XX, os teóricos que discutiam as relações econômico-políticas entre os centros desenvolvidos do capital e as periferias exploradas, desenvolveram o conceito de *imperialismo* para caracterizar tais relações. Em 1902, vem a público a obra de John A. Hobson, *O imperialismo*, primeiro livro, segundo Lenin, a fazer “uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas do imperialismo”. Outra obra importante do período é *O capital financeiro*, de Rudolf Hilferding. Ainda nas palavras de Lenin “a obra mencionada constitui uma análise teórica extremamente valiosa da *fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo*”, sendo este, inclusive, o subtítulo do livro. Rosa Luxemburg também discutira o tema em seu importante livro *A acumulação do capital*. O autor russo também se dedicou ao tema ao publicar, às vésperas da Revolução Bolchevique, a importante brochura *O Imperialismo – Fase superior do capitalismo*, obra com a qual apoiaremos nossa leitura sobre os fundamentos da internacionalização do capital. LENIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

¹¹ Denominamos países periféricos aquele conjunto de nações que, ao longo de seu desenvolvimento histórico, desempenharam um papel de subordinação e dependência, sobretudo econômica, em relação àqueles países que determinam a dinâmica da economia mundial. Importante apontar que tais países possuem suas particularidades econômicas, sendo que a maioria deles, até os dias atuais, caracteriza-se como economias agroexportadoras. Mas mesmo o conjunto de países que completaram seu processo de industrialização, como o Brasil, não conseguiu romper com as “amarras” dessa relação de dependência. Esta se renovou e ganhou novos contornos, cada vez mais complexos, mas não foi anulada. Aliás, o capitalismo alcançou um nível tal de internacionalização a partir da década de 1970, que tornou impossível

primas e consumidores de manufaturados produzidos nas economias centrais, passam a receber em suas fronteiras nacionais investimentos produtivos industriais. Lenin chama a atenção para o fato de esta exportação de capital produtivo industrial ser controlada pelos pólos avançados do capitalismo, que reafirmavam assim, através dessa nova etapa de expansão, o caráter geneticamente predatório do capital,

[...] O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da maioria da população do planeta por um punhado de países avançados. A partilha desse saque, efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até os dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a *sua* guerra pela partilha do *seu* saque.¹²

O autor faz referência direta ao conflito que assumiu escalas mundiais – o primeiro na história da humanidade –, caracterizando-o como uma *guerra imperialista*, cujo objetivo era a partilha e a disputa pelo controle hegemônico da economia mundial.

Pelo exposto acima, observamos, portanto, que a fase imperialista do capitalismo representa um momento – último, segundo Lenin –, do desenvolvimento desta forma de sociabilidade. Mas, como em todas as outras, é uma fase caracterizada pelo desenvolvimento desigual, pois a referida expansão não se reproduzirá da mesma forma, nem com o mesmo conteúdo, em todos os países do mundo, sejam estes sujeitos ou objetos do imperialismo. É o que se lê na passagem a seguir:

[...] No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra).¹³

Portanto, a devida apreensão do caráter desigual do desenvolvimento capitalista nos remete diretamente para as particularidades dos países que passam a integrar o círculo de dominação do capital. Como o particular é um

para qualquer país historicamente subordinado, romper com a dependência no interior da lógica do capital.

¹² LENIN, 2008, p.11. Importante análise sobre o desenvolvimento do capitalismo nas periferias pode ser encontrada em AMIN, S. *O desenvolvimento desigual*. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

¹³ LENIN, op. Cit., p. 127. Ao se referir à Inglaterra, o autor aponta para a decadência da hegemonia econômica mundial, exercida pelo país até então.

momento da totalidade – categorialmente, *mediação* – compreende-se que a “parte” somente pode ser conhecida em sua relação com o “todo”, e vice-versa, numa constante relação de reciprocidade, como discutido anteriormente.

Afirmamos, com Marx e também com Lenin, que a totalidade da forma sociometabólica capitalista se expressa através de seu caráter universal. Assim, ao se expandir pelos quatro cantos do planeta, o capital – aqui entendido como *relação social* – subverte e transforma as características particulares dos territórios nacionais em relações de valorização do próprio capital. Formações econômicas totalmente distintas, – até, em tese, contraditórias – quando confrontadas com o modo de produção capitalista, são recompostas de forma a cumprir o pressuposto básico da acumulação capitalista. Assim, se a particularidade expressa o caráter desigual, a totalidade – o universal – expressa o caráter combinado do desenvolvimento capitalista. A expansão imperialista revela, dessa forma, uma lei fundamental à compreensão do modo de produção capitalista, cuja conceituação nos foi apresentada por Trotsky como *lei do desenvolvimento desigual e combinado*¹⁴.

Toda essa digressão sobre o caráter desigual do desenvolvimento capitalista nos interessa sobretudo, uma vez que compreendemos que a particularidade brasileira, como não poderia deixar de ser, deve ser compreendida à luz de sua inserção no processo acima exposto. Em outras palavras, nos interessa compreender o “lugar” que o Brasil ocupa no processo global de reprodução do capital, evidenciando a forma como a particularidade

¹⁴ “[...] O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não nos é revelada, em parte alguma, com a evidência e a complexidade como a que patenteia o destino dos países atrasados. Açoiado pelo chicote das necessidades materiais, tais países se vêem obrigados a avançar por saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura se deriva outra que, na falta de um nome mais adequado, qualificaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e a combinação das distintas fases, do amálgama de formas mais arcaicas e modernas [...]”. TROTSKY, L. *Historia de la revolución rusa*. 1. ed. Buenos Aires: RyR, 2007. Para uma apresentação introdutória da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky, ver LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual. In: *Revista Outubro*. Nº 1. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: 1988, p. 73-80. Segundo Ernest Mandel, “trata-se provavelmente da maior contribuição de Trotsky à teoria marxista”, citado por: Löwy, 1988, p. 73. Mas também Marx, ao tratar da *subsunção formal* e da *subsunção real* do trabalho ao capital, já destaca o processo de transformação de formas de sociabilidade pré-capitalistas em função da valorização do capital. (MARX, K. *O capital*. Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978).

brasileira se insere, de forma *desigual e combinada*, no atual momento de internacionalização do capital¹⁵.

O Brasil passou por transformações significativas em sua composição econômica e política a partir dos anos de 1970. Nessa década, observamos a constituição de um parque industrial altamente complexo e diversificado e a composição de um sistema financeiro que nasce integrado aos fluxos internacionais do capital. Tais transformações nos complexos econômico e financeiro do país serão acompanhadas por uma constante e crescente concentração de capitais, própria da fase monopolista de internacionalização do capital que se abre com a fase imperialista.

Ao analisar a forma como o capitalismo se desenvolve nas periferias do sistema, Samir Amin afirma que a função da periferia é elevar os “índices de extração de mais-valia” expropriada pelos países centrais. Para tanto, argumenta que a universalização capitalista produziu uma “especialização internacional desigual”, imposta pela “acumulação autocentrada” (economias centrais) em detrimento da “acumulação extrovertida” (economias periféricas). Na forma da acumulação extrovertida o “setor exportador vai jogar um papel determinante na criação e modelação do mercado interno”. Além disso, a especialização internacional desigual produzirá distorções de três ordens no desenvolvimento capitalista periférico. Apesar de longa, a passagem a seguir é esclarecedora:

[...] A distorção em direção às atividades exportadoras (extroversão), decisiva, não procede da “insuficiência do mercado interno”, mas da superioridade das produtividades no centro em todos os domínios, que obriga a periferia a isolar-se no papel de fornecedor complementar dos produtos para os quais ela dispõe de uma vantagem natural: os produtos agrícolas exóticos e os produtos minerais. Em seguida a esta distorção, no momento em que o nível das remunerações do trabalho na periferia se tiver tornado inferior para uma produtividade igual à do centro, um desenvolvimento limitado de indústrias destinadas ao mercado interno à periferia tornar-se-á possível, ao mesmo tempo em que a troca se tornará desigual. O modelo posterior de industrialização por substituição de importações, como também aquele ainda embrionário duma nova divisão internacional do trabalho no interior da firma transnacional,

¹⁵ Pela própria limitação do “recorte” histórico de nossa pesquisa, concentraremos nossas análises na década de 1990 e início dos anos 2000. Todavia, cabe apontar que a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* é fundamental para a correta compreensão do desenvolvimento históricossocial brasileiro em toda sua processualidade.

não modifica as condições essenciais da extroversão, mesmo se estes transformam suas forças.¹⁶

Observamos, pela argumentação, que as relações com o mercado externo são determinantes para o desenvolvimento no interior das economias periféricas. A tese fundamental aponta para o elemento originário que garante a continuidade da dependência, qual seja, o papel relevante desempenhado pelas atividades exportadoras. Mesmo com a possível transformação e industrialização das economias periféricas, tal setor muda sua forma, mas não seu caráter essencialmente dependente e subordinado.

De acordo com Amin, a contração e/ou dilatação do mercado interno não são as *causas* da expansão das exportações, mas sim uma consequência desta última, pois “a partir dum certo nível de extensão do setor exportador, aparece um mercado interno”¹⁷. Este será voltado à “demanda de bens de consumo de luxo em detrimento dos bens de massa”. Aqui, verificamos uma aproximação entre as formulações de Samir Amin e as de Ruy Mauro Marini, quando este procura explicar o caráter da “superexploração do trabalho” que o autor considera fundamental à compreensão da posição periférica brasileira.

Em *A dialética da dependência*¹⁸, Marini argumenta que devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas e a inserção tardia no mercado internacional, as burguesias periféricas buscaram compensar seu atraso com a superexploração do trabalho. Isso teria sido possível devido ao fato de o desenvolvimento industrial ancorado na expansão das forças produtivas ter permitido uma exploração extensiva e intensiva, combinando a extração da mais-valia em sua forma absoluta e relativa. Este seria um dos fundamentos do *subimperialismo* exercido por algumas burguesias periféricas, tais como a brasileira.¹⁹

¹⁶ AMIN, 1976, p. 169.

¹⁷ Ibid., p. 162.

¹⁸ SADER, E. (org.). *A dialética da dependência*. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: Clacso, 2000.

¹⁹ MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. 5. ed. México: Siglo XXI Editores, 1974. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 15 jul. 2010. MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. (In) *Cuadernos Políticos n° 12*. México: Ediciones Era, abril-junio de 1977. Disponível em: < <http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

O *subimperialismo* deve ser caracterizado, também, por dois outros fatores: devido à insuficiência do mercado interno, a burguesia instalada internamente passa a exportar seus capitais para outros países periféricos como forma de compensar a referida insuficiência, mas também - e este é o segundo fator – como forma de compensar as transferências de parte de suas taxas de lucro às economias centrais.

Por mais que este conjunto teórico possa ter fundamento concreto no contexto em que foi elaborado, entendemos que atualmente não são totalmente suficientes para explicar as transformações recentes do capitalismo, sobretudo no Brasil.

Aqui, nos apoiamos na argumentação de Virgínia Fontes²⁰ quando a autora analisa os complexos constitutivos do capitalismo brasileiro na atualidade. Segundo Fontes,

Tomada, sobretudo, do ponto de vista econômico [...] a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão do capital-imperialismo brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente, porém, a partir da década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares [...].²¹

Sem deixar de reconhecer o mérito e a importância da análise de Marini – pelo contrário, reafirmando seu caráter “matricial” –, Fontes argumenta que o autor “desconsidera” que um processo de industrialização pautado na substituição de importações tem como função o desenvolvimento de um mercado interno, cuja expansão alterou as próprias condições desse mercado.

Outra crítica elaborada por Fontes diz respeito à tese de Marini sobre um “truncamento *estrutural peculiar* da lei do valor” nas condições brasileiras²². Refutando a hipótese de que esta seja uma peculiaridade das economias periféricas, a autora argumenta – apoiada em Marx – que o *truncamento* da lei do valor no tocante à força de trabalho é próprio do capital, é uma lei imanente desta forma de sociabilidade. O capital expande seus domínios pelo mundo e

²⁰ FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

²¹ *Ibid.*, p. 357.

²² *Ibid.*, p. 356.

busca, de todas as formas, antigas e novas, aumentar seus níveis de extração de mais trabalho, seja pela “contínua reprodução de exércitos industriais de reserva”, seja pela constante reestruturação dos processos produtivos, ou ainda pela atual liberdade de “mobilidade de capitais contraposta ao encapsulamento da força de trabalho” nas fronteiras nacionais. Como precisamente nos aponta “[...] Essa é a lei do valor sob o capital, no que se refere à força de trabalho e nisso não difere o centro da periferia”.²³

Entendemos que as questões acima expostas são fundamentais à compreensão de nosso objeto de estudo. Ao afirmarmos que o período por nós analisado corresponde ao momento de consolidação da social democracia brasileira, nos interessa demonstrar os contornos atuais do capitalismo brasileiro, bem como a forma pela qual este se insere no processo de internacionalização do capital, em curso a partir da crise dos anos 1970.

*A mundialização financeira*²⁴ coloca como protagonista hegemônico do capital sua fração financeira. A lógica da acumulação a partir da valorização do capital fictício passa a determinar a estruturação econômico-política no interior das fronteiras nacionais. O período por nós analisado coincide com a inserção do Brasil no interior da lógica financeira mundial. Condicionado pela dinâmica desigual e combinada deste processo, o caráter essencialmente subordinado e dependente da economia brasileira se mantém, mas agora com novos condicionantes.

Podemos afirmar que o país ocupa, hoje, uma posição de protagonista no cenário imperialista internacional, pois atua de forma integrada em todos os momentos do complexo reprodutivo capitalista – *produção/circulação/distribuição (troca)/consumo*. Dito de forma direta, frações da burguesia internamente instalada exportam seus capitais mundo afora e

²³ Ibid., p. 356. Entendemos que tal discussão é de extrema importância, sobretudo, no seu aspecto político para a perspectiva do Trabalho. A luta política do Trabalho contra o Capital possui um caráter internacional e assim deve ser conduzida. O falseamento ideológico da questão, que prega que os trabalhadores dos países centrais sustentam seus “elevados” salários às custas da exploração dos trabalhadores da periferia, produz distorções e falseamentos abertamente favoráveis à burguesia, na medida em que coloca as frações nacionais da classe trabalhadora – ou mesmo regionais, num mesmo país – umas contra as outras. O xenofobismo atual é uma das expressões dessa forma de contradição.

²⁴ Utilizamos aqui a conceituação de CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

reproduzem as mesmas práticas imperialistas que as burguesias dos pólos centrais. No entanto, a particularidade do imperialismo brasileiro manifesta um caráter subordinado e dependente em relação aos pólos centrais do imperialismo mundial²⁵, reafirmando, ao mesmo tempo em que absorve (por ela é condicionada, mas, ao mesmo tempo, a reproduz) a via prussiano-colonial de objetivação do capitalismo.

2. *Uma transição à long terme*

A integração, ou a inserção subordinada aos fluxos internacionais do capital foi possível a partir da constituição, no interior das fronteiras nacionais brasileiras, de um novo bloco histórico burguês que alcança sua consolidação no período entre 1995 e 2006. As forças políticas responsáveis por tal processo foram os dois maiores partidos políticos de orientação social democrata presentes na realidade brasileira, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

No entanto, é preciso apontar dois aspectos fundamentais à compreensão do que caracteriza esse novo bloco histórico: o primeiro diz respeito à processualidade histórica que deu origem ao mesmo, que denominamos aqui como uma transição *à long terme* pactuada; o outro aspecto se relaciona a composição interna do bloco. Analisemos, pois, ambas as características.

Ao assumir o poder em março de 1974, o general Ernesto Geisel sinaliza com a possibilidade do retorno ao regime autocrático burguês em sua forma legalizada. Depois de derrotado todo movimento de oposição ao governo saído das casernas, chegara o momento do “retorno à democracia”. No entanto, este processo de “redemocratização” deveria se caracterizar como um processo “gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”.

²⁵ Aqui nos aproximamos do conceito desenvolvido por Virgínia Fontes, *capital-imperialismo*, para designar a expansão imperialista no presente momento de universalização do capital. A autora indica precisamente para a posição subordinada do capital-imperialismo brasileiro no interior do desenvolvimento desigual mundial.

Assim, num movimento de constante distensão/contração, os militares “entregaram” o poder aos civis sem colocar em risco a dominação burguesa no país. Como mais um capítulo da modernização conservadora brasileira, muitos civis que ocuparam as mais diversas esferas de poder em 1985 estiveram umbilicalmente ligados ao regime militar. O maior exemplo foi a posse de José Sarney. Uma rápida análise dos acontecimentos ilustra o afirmado.

No mesmo ano de 1974, foram realizadas eleições parlamentares, e o MDB, partido que condensava institucionalmente todas as forças políticas de oposição à ditadura, obteve uma significativa vitória frente ao partido da ordem, a ARENA²⁶, demonstrando uma clara insatisfação da população brasileira com os governos militares.

Dois outros acontecimentos foram decisivos à retomada das lutas sociais pela redemocratização do país. O jornalista Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho foram assassinados nos porões do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo, respectivamente, em 1975 e 1976. A repercussão das duas mortes evidenciava as práticas de tortura exercidas pelos agentes da repressão sob o comando dos militares. Setores da classe operária, da pequena burguesia e da Igreja – sobretudo a Igreja Católica – passam a se manifestar numa clara postura de questionamento do regime²⁷.

A reação das casernas não tardaria. Em 1977, o Poder Executivo encaminha uma proposta de reforma do Poder Judiciário ao Congresso, que recusa a proposta governista. Diante da derrota, Geisel se utiliza das prerrogativas estabelecidas pelo AI-5 e dissolve o Congresso Nacional. Esta seria uma das medidas inseridas no chamado “Pacote de Abril”, que, além da reforma no judiciário, estabeleceu também mudanças na estrutura de representação política do Congresso. De acordo com as novas diretrizes, 1/3 dos senadores seriam escolhidos indiretamente – os “senadores biônicos” –, o que garantiria o controle do senado por parte do Executivo. Lembremo-nos que 1978 seria um ano eleitoral, e a derrota sofrida pela ARENA no pleito anterior

²⁶ O MDB elegeu 16 senadores, obtendo 15 milhões de votos, contra 5 senadores eleitos pela ARENA, com 12 milhões de votos.

²⁷ Lembremo-nos do culto ecumênico realizado na Catedral da Sé, em outubro de 1975, que contou com grande participação popular, transformando-se num ato político contra a ditadura.

poderia se repetir. Para tanto, lançando-se dos pressupostos básicos de um governo autocrático, Geisel criou os “mecanismos institucionais” para garantir a continuidade da abertura “lenta, gradual e segura”²⁸. Passado o período eleitoral e tendo garantido o processo sucessório, Geisel acenaria com novas medidas “democráticas”, como o fim gradual da censura e a Emenda Constitucional nº 11, de 13/10/1978, que pôs fim ao Ato Institucional nº 5.

Em 1979, já durante o governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, foi aprovada uma outra reforma política que extinguiu o MDB e a ARENA, e estabelecia uma reforma partidária. Podemos entender esta reforma como uma clara tentativa das forças políticas conservadoras de fragmentar a oposição no país, proposta esta que alcançou os resultados esperados. A ARENA se transformou no Partido Democrático Social (PDS); o MDB passa a ser denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); antigos membros do MDB (re)fundaram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que um outro setor dos trabalhistas, com uma postura à esquerda de seus antigos aliados, funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o Partido Popular (PP) tem uma vida curta, sendo incorporado ao PMDB em 1982; em 1980, oriundo da retomada do movimento operário e das lutas sociais no país, nasce o Partido dos Trabalhadores (PT); o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) só teriam existência legal a partir de 1985. Diante do esfacelamento da oposição em partidos distintos, aquelas forças políticas que se posicionavam à esquerda, no interior do bloco formado pelo (agora) antigo MDB, perdem espaço no cenário politicoinstitucional. A estratégia da fragmentação colocada em curso pelo Executivo tinha um único e exclusivo objetivo: barrar o avanço da oposição nas eleições diretas para governador em 1982. No entanto, o fazia em nome da democracia, que passa a absorver contornos de legalidade, mas mantém seu caráter autocrático.

Ainda no mesmo ano da reforma partidária, precisamente em 28 de agosto, é aprovada a Lei de Anistia, que permitiu o retorno ao Brasil dos perseguidos pela ditadura, bem como a liberdade para todos os presos

²⁸ Outras medidas tomadas nesse momento ilustram o que argumentamos: os governadores estaduais seriam escolhidos indiretamente; o mandato presidencial passou de 5 para 6 anos; e a “Lei Falcão” impôs uma mordaza nos candidatos da oposição que disputariam as eleições de 1978.

políticos. Vitória dos movimentos sociais, a anistia “ampla, geral e irrestrita” foi habilmente utilizada pelos militares, pois atribuiu “legalidade” aos homicídios e atrocidades cometidos pelos torturadores e seus mandantes, que continuam gozando de plena liberdade até o presente momento.

No entanto, a “Crise do Milagre” desencadeada em meados dos anos 1970, fez renascer o movimento operário no país. Mesmo diante da estrutura intervencionista e repressiva do Estado, os sindicatos passam a organizar greves questionando as péssimas condições de trabalho e o altíssimo custo de vida, as elevadas jornadas e os baixos salários. Assim, ao cruzarem os braços, colocavam em cheque os alicerces do modelo econômico que deram origem ao famigerado *Milagre Brasileiro*.²⁹

Como resultado direto da reorganização sindical, em 1983 foi fundada a Central única dos Trabalhadores (CUT), intimamente ligada às lutas que insurgiram no ABC Paulista a partir de 1978. No mesmo ano de fundação da CUT, sindicatos liderados por grupos que discordavam da direção daquela entidade fundaram a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat).

Em 1984, as ruas das principais capitais brasileiras foram tomadas por multidões que reivindicavam “Diretas-já” para a escolha do próximo Presidente da República. A proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) estabelecia eleições diretas para a escolha do próximo presidente, já em 1985. Mesmo com apoio de aproximadamente 90% da população do país, e defendida por uma aliança política composta por setores sociais de centroesquerda, que movimentou milhões de manifestantes pelas ruas brasileiras, a emenda foi barrada no Congresso, pois os setores conservadores conseguiram impedir que a proposta alcançasse a votação mínima necessária à sua aprovação (320 votos). Mais uma vez, a transição era garantida de forma a não promover nenhuma transformação radical, sequer significativa, que pudesse indicar qualquer mudança na trajetória historicossocial. A transição pactuada era, assim, mais uma vez garantida, explicitando mais uma vez o caráter

²⁹ CHASIN, J. As máquinas param, germina a democracia! (In) *Escrita Ensaio*. Ano IV. Nº 7. P. 107-132. São Paulo: 1980.

conservador da modernização brasileira. Nas eleições indiretas para a escolha do próximo presidente, tais características foram profundamente reafirmadas.

No processo de sucessão de 1985 concorreram à presidência, Paulo Maluf pelo PDS e Tancredo Neves pelo PMDB. Em 15 de janeiro, Tancredo foi eleito com grande maioria pelo colégio eleitoral, tendo como seu vice José Sarney, político historicamente vinculado à ARENA e, portanto, às forças mais reacionárias e conservadoras desse país. Sarney se aliou ao PMDB logo após as prévias do PDS indicaram Maluf para concorrer no colégio eleitoral – Flávio Marcílio do Piauí era o vice. A dissidência do PDS foi liderada por “arenistas” históricos, tais como Antonio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves (vice-presidente de Figueiredo), Jorge Bornhausen, Marco Maciel, além do próprio Sarney, que ocupava a presidência do PDS à época. Formaram a Frente Liberal, posteriormente denominado Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM). Tancredo morre antes de assumir e Sarney toma posse como presidente em 15 de março de 1985. O Brasil voltava a ter um presidente civil vinte e um anos após a deposição de João Goulart. No entanto, as mesmas forças políticas que “apearam” Jango do poder e deram sustentação à autocracia burguesa em mais uma fase militar-bonapartista, permaneceram à frente do comando da nação após os militares “baterem em retirada”. Era preciso mudar para que tudo permanecesse como sempre esteve!

Se é certo que a transição caminhava nos moldes planejados por Geisel, esta ocorria não sem enfrentar grandes mobilizações por parte da classe trabalhadora e setores da pequena burguesia. A organização do PT e da CUT e o avanço das lutas sociais por todo o país, fizeram com que a burguesia recuasse diante de reivindicações históricas dos trabalhadores. Tal argumentação pode ser constatada com a promulgação da Constitucional de 1988. Dado seu caráter, em alguns aspectos, progressista, podemos afirmar que a *Constituição Cidadã* é o arcabouço juridicoinstitucional mais próximo que o país conseguiu alcançar de um modelo de “Estado de Bem-estar”.

Esta concessão feita pela burguesia só pode ser compreendida se observarmos o avanço das lutas sociais na década de 1980. Resultado direto das péssimas condições econômicas pelas quais o Brasil passava, os

trabalhadores brasileiros realizaram uma média de quatro mil paralisações ao ano³⁰, indicando claramente o renascimento do sindicalismo no país. No campo, a luta por reforma agrária liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) explicitava todas as mazelas decorrentes do caráter prussiano do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Diante desse quadro, a burguesia internamente instalada recuou estrategicamente durante os debates legislativos constitucionais. Após as eleições de 1986, o PMDB emergiu no cenário político brasileiro como a principal força política. Dos 23 governadores possíveis, o partido elegeu 22. Na Assembléia Nacional Constituinte empossada em 1987, frações desse partido se aliaram ao PDS e ao PFL, compondo um “núcleo duro” conservador alcunhado “Centrão”, isolando os partidos políticos com uma postura política mais progressista, como PCB, PT, PC do B e PDT. É nesse período que setores do PMDB começam a articular uma ruptura no interior da legenda que daria origem ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988. Mesmo com tal composição política, os avanços sociais na Constituição só foram possíveis devido ao acirramento da luta de classes no Brasil.

Ao mesmo tempo em que os debates constitucionais se acirravam, as condições econômicas do país se deterioravam. Mesmo após três planos econômicos – “Cruzado I”, “Cruzado II” e “Plano Verão” – a hiperinflação no país não demonstrava sinais de recuo. O governo Sarney chega a declarar a suspensão (moratória) no pagamento da dívida externa. As eleições de 1989 se aproximavam e apontavam para o principal candidato *na* esquerda como favorito. Tratava-se do metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva.

O contexto resumidamente exposto acima nos remete ao segundo aspecto pertinente à formação do bloco histórico liderado pela social democracia de corte prussiano-colonial a partir de 1995. Como afirmado anteriormente, trata-se de sua composição orgânica.

³⁰ CAMACHO, K. Sindicalização cai pela metade depois da década de 80. *Folha de São Paulo*, 12 maio. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400883.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

O debate da transição *à long terme* é também o debate da composição de um novo bloco de hegemonia burguesa no país. Ao nos debruçarmos sobre o processo de transição, observamos que existem cisões no interior da própria burguesia que, enquanto classe social, fragmenta-se em frações específicas de representação. A luta de classes envolve a compreensão não só das disputas *entre* as classes antagônicas, mas também a análise das disputas *intra* classe, que imprimem uma determinada orientação nas ações políticas e econômicas do bloco histórico hegemônico³¹.

Assim, observamos que durante a década de 1980, duas questões influenciaram decisivamente a composição do bloco histórico burguês: a primeira diz respeito ao recuo estratégico que a burguesia teve de promover diante do avanço da luta de classes no Brasil, que analisamos anteriormente. Com relação a este aspecto, é preciso apontar que não havia unanimidade no interior do bloco histórico em formação de qual “caminho adotar”. Setores reacionários representados principalmente pelo PDS propunham saídas que remetiam ao período das casernas; o “Centrão” – posição majoritária naquele cenário – defendia o caminho negociado do recuo momentâneo; alguns setores mais progressistas, sobretudo do PMDB, defendiam o avanço nas conquistas sociais. Mas tais divisões eram também reflexo da crise econômica pela qual o país passou nos anos 1980. Os interesses em jogo envolveram principalmente as frações financeira e industrial da burguesia que disputavam no interior do bloco a condução do desenvolvimento econômico brasileiro. A questão da

³¹ Nossa conceituação se aproxima, aqui, da oferecida por Poulantzas, quando este analisa o *bloco de poder hegemônico*, bem como a composição e a atuação das *frações de classe* no interior do bloco. Porém, diferentemente do autor, não consideramos que exista algum tipo de “autonomia relativa” das instâncias intermediárias entre “estrutura” e “superestrutura” que possam desempenhar o papel de “pólo dominante” segundo as conjunturas analisadas. Utilizamos assim, o conceito gramsciano de “bloco histórico” como “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. (Gramsci, 2000, p. 26). Contudo, consideramos pertinente a análise de Poulantzas quando este afirma que as disputas *intra-classes* se desdobram numa hegemonia no interior do próprio bloco de poder, uma espécie de “hegemonia na hegemonia burguesa”. Mas estas estão, no nosso entendimento, intimamente vinculadas aos interesses econômicos destas frações de classe. Para a discussão dos conceitos de bloco de poder hegemônico e sua relação com as frações de classe ver: POULANTZAS, N.. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. Ciudad del México: Siglo XXI, 2007. Para uma primeira crítica sobre a “autonomia relativa”, ver: BRANDÃO, G. M. Totalidade e determinação econômica. In: *Temas de Ciências Humanas*. Vol. 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

inserção no mercado mundial estava colocada na ordem do dia desde a crise do milagre. A grande interrogação era qual modelo adotar³².

Os contornos finais da construção desse novo bloco histórico só foram definidos a partir do governo de Collor de Mello, e a fração financeira da burguesia internamente instalada seria a grande vitoriosa. O modelo inaugurado por Collor representou a reestruturação do complexo economicossocial brasileiro, com vistas a inserir o país nos ciclos internacionais da mundialização do capital, cuja orientação, ritmo e lógica obedeciam às “ordens” do capital financeiro. No entanto, a hegemonia da fração financeira do capital no interior do bloco histórico somente se confirmaria com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso, sendo que tal hegemonia corresponde ao momento de consolidação da social democracia brasileira com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Passaremos agora a caracterização da forma particular da social democracia brasileira.

3. As anomalias da social democracia de extração prussiano-colonial

Entendemos a social democracia como uma forma de sociabilidade que se insere nos marcos do modo de produção capitalista. Tal afirmação implica no reconhecimento, portanto, de seu caráter eminentemente burguês, pois a social democracia, em sua concretização histórica, não rompe os pressupostos econômicos, políticos e sociais do liberalismo, forma ideológica primaz das relações sociais regidas sob a égide do capital.

No entanto, se, por um lado, não podemos incorrer no equívoco das caracterizações que identificam nessa forma de sociabilidade um modo de produção específico – distinto do capitalismo –, por outro, é preciso evitar o risco das simplificações vulgares – próprias de um certo esquerdismo – que atribuem similaridade entre os governos de tipo socialdemocrata e os de tipo liberalclássico. Compreendemos que a social democracia, tal como esta se

³² Para uma discussão do processo de construção desse novo bloco histórico, ver: BIANCHI, A. *Hegemonia em construção*. A trajetória do PNBE. São Paulo: Xamã, 2001.

concretizou *classicamente*³³, representou a absorção de elementos democrático-progressistas³⁴ pela própria ideologia liberal, como forma de a burguesia responder às pressões e reivindicações plasmadas pelo avanço do movimento operário internacional.

É preciso, contudo, observar que a forma pela qual os governos de tipo social-democrata se concretizaram – nos diversos países onde se desenvolveram – não é idêntica, pois são condicionadas (ao mesmo tempo em que condicionam) pelas particularidades históricas de tais realidades nacionais. Com isso, afirmamos que a forma particular que a social democracia assume no Brasil, possui contornos específicos, contingenciados pela processualidade histórica do país, que lhe imprimiu um caráter *anômalo*, quando cotejados com a forma *clássica*. Passemos à análise da social democracia em sua forma de desenvolvimento *clássico*, para, em seguida, discutirmos as *anomalias* da particularidade brasileira.

3.1. A social democracia clássica

Ao analisarmos a social democracia em sua forma clássica, dois aspectos – imbricados entre si – são essenciais: o primeiro diz respeito ao contexto histórico em que tem lugar o nascimento e o desenvolvimento da estratégia e tática políticas desse movimento; o segundo, refere-se aos

³³ Denominaremos *social democracia clássica* aquela forma de governo que se desenvolveu em alguns países da Europa Ocidental a partir do período entre as duas grandes guerras mundiais. Mesmo que de forma sintética, procuraremos demonstrar que as origens e os debates teórico-políticos em torno desta forma de governo, remontam à virada do século XIX para o XX, tendo como protagonista o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). A caracterização *clássica* dos governos social-democratas se faz necessária pois, a partir desta, buscaremos demonstrar as singularidades da forma particular da social democracia desenvolvida no Brasil, que permitem, ao mesmo tempo, apontar e discutir as diferenças e congruências entre as referidas particularidades.

³⁴ Trata-se do caráter *universalista* da democracia. Na formulação marxiana estes avanços dizem respeito à “emancipação política”, ver: MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. Por um prussiano. In: *Revista Práxis*, nº 5, Belo Horizonte: 1995.

debates e disputas teorico-programáticas no interior do próprio Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD)³⁵.

Como afirmado anteriormente, o modo de produção capitalista passou por importantes transformações econômicas no final do século XIX, inaugurando a fase imperialista de reprodução do capital. O desenvolvimento das forças produtivas, o surgimento do capital financeiro e a reorganização dos Estados Nacionais de acordo com as novas exigências capitalistas, possibilitaram a expansão do capital monopolista mundo afora. Do ponto de vista da organização da classe operária, também observamos importantes transformações. A exploração da força de trabalho passou a se assentar sobre o domínio da extração de mais-valia relativa – agora possível devido ao desenvolvimento tecnocientífico –, garantindo a ampliação da taxa de lucro dos capitalistas, ao mesmo tempo em que os Estados Nacionais passaram a perseguir e a reprimir toda forma de organização proletária, cuja estratégia política se apoiava no pressuposto da revolução socialista.

A reação – via política de Estado – da burguesia europeia tinha sua razão de ser: o movimento revolucionário europeu passou por um claro momento de ascensão, cujo ápice de sua organização foi a tomada de Paris pelos comunardos em 1871, primeira experiência histórica de uma revolução de caráter socialista. Esse período de ampliação e avanço da revolução socialista sofreu um duro golpe com a derrota da Comuna de Paris e só voltou a ser retomado em 1917, com o advento da Revolução Bolchevique na Rússia.

Atentemo-nos para o fato de que a social democracia surgiu no interregno que separa as duas revoluções de caráter socialista, e, tanto as consequências da derrota da Comuna, como os desdobramentos da vitória dos Bolcheviques, foram fundamentais na conformação da estratégia e do alcance social da política social-democrata, bem como do grau de concessão de direitos que a burguesia se viu obrigada a ceder em favor do proletariado. Os

³⁵ Como sabemos, os partidos social-democratas passam a ser organizados na maioria dos países da Europa Ocidental a partir do último quartel do século XIX. No entanto, foi na Alemanha que esse partido alcançou amplitude social de maior relevância e onde as disputas internas alcançaram, por assim dizer, um maior nível de elaboração teorico-políticas. Sendo assim, tomaremos como referência, num primeiro momento, os desdobramentos próprios do SPD, recorrendo ao contexto europeu como um todo quando necessário à ilustração de possíveis argumentações.

debates em torno da estratégia política a ser adotada pelos social-democratas foram diretamente marcados por este contexto histórico – como não podia deixar de ser – e explicitaram as contradições e disputas que já se faziam presentes no interior do movimento operário internacional, influenciando suas futuras elaborações e posicionamentos políticos, assim como a cisão no interior deste, dando origem àqueles grupos que passaram a ser denominados *revisionistas* e os grupos *revolucionários*³⁶. Cabe apontar que mesmo as leituras *revisionista* e *revolucionária* não eram em si homogêneas³⁷. Trataremos agora – mesmo que sumariamente – do referido debate e de seus desdobramentos históricos.

O Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) nasce em 1875, durante o Congresso de Gotha. Já em sua origem, expressava um conteúdo político reformista que veio a se concretizar pela via legalista adotada nas décadas seguintes. Tal conteúdo pode ser constatado a partir de sua linha política que se estruturou “[...] com base em reivindicações de ordem imediata, como o aumento das franquias democráticas e melhoras nas condições de vida dos trabalhadores [...]”, sendo que a “via parlamentar” deveria se constituir como o principal instrumento de luta para que os trabalhadores alcançassem tais reivindicações³⁸. Nesse sentido, o Programa de Gotha não apresentou nenhuma análise a respeito da fase de desenvolvimento que se encontrava o capitalismo, ignorou o caráter essencialmente burguês do Estado, bem como a necessidade de uma revolução com claro conteúdo socialista que teria como objetivo a superação da sociedade capitalista. Tais observações críticas foram elaboradas por Marx em seu artigo intitulado *Crítica ao programa de Gotha*, em 1875³⁹.

A partir desse momento o SPD passou a se fortalecer e a ganhar corpo nos debates que influenciariam a II Internacional Comunista. A social

³⁶ A questão de fundo que impulsionou esta cisão diz respeito “ao caminho a ser percorrido” rumo à revolução socialista. *Revisionistas e revolucionários* expressam a posição política das diferentes frações do proletariado, produzidas como desdobramentos do referido debate.

³⁷ WALDENBERG, M. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSBAUWN, E. et al. *História do marxismo II: o marxismo na época da II Internacional*; tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁸ TONET, I.; NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda*. Da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2009.

³⁹ *Ibid.*, p. 45.

democracia ampliou gradativamente sua influência, atraindo cada vez mais novos militantes, sindicalistas e pequenos proprietários, principalmente após a revogação da legislação antissocialista, em 1890, que possibilitou a legalização do SPD e a consolidação da estratégia política parlamentar⁴⁰. Em 1891, vem a público o *Programa de Erfurt* – documento elaborado pelo SPD a partir do Congresso de Erfurt – que se constituiu como a primeira elaboração politicoprogramática do partido, com vistas à participação nas eleições de fevereiro daquele ano. Durante o congresso os calorosos debates e as acirradas disputas deram o tom dos trabalhos, onde o documento final foi “[...] considerado por diversos socialistas como o fundamento da ulterior política reformista no interior da social-democracia [...]”. No entanto, apesar de seu caráter originalmente reformista, o Programa de Erfurt “[...] conseguiu ser mais radical na crítica à sociedade burguesa do que o Programa de Gotha [...]”, sendo que as medidas de caráter reformista foram definidas como necessárias e com caráter apenas de reivindicações imediatas, mas que não deveriam orientar a estratégia socialista⁴¹.

Tais reivindicações – de caráter imediato – deveriam orientar a ação prática dos adeptos da social-democracia, sendo assim descritas por Tonet e Nascimento,

[...] o sufrágio universal com voto secreto; a legislação direta por parte do povo; auto-governo popular na nação, nas províncias e nos municípios; o fim do exército permanente e formação do exército popular; a igualdade de direitos para as mulheres; gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental; legislação trabalhista; e a implantação de um sistema de impostos progressivos.⁴²

Observamos, a partir das reivindicações iniciais da social democracia, que se apontava para a necessidade de ampliação de direitos sociais, bem como para a necessidade dos trabalhadores tomarem o poder (“auto-governo

⁴⁰ DEL ROIO, M. T. Rosa Luxemburg e as origens da refundação comunista. In: *Revista Novos Rumos* nº 32. São Paulo: Revista do Instituto Astrojildo Pereira, 2000, p. 81.

⁴¹ TONET; NASCIMENTO (2009, p. 46). O referido caráter analítico é salientado pelos autores ao constatarem que no Programa “[...] se fixava a tese de que o desenvolvimento econômico da sociedade capitalista levava à concentração de capital e à formação de monopólios, por um lado, e à desaparecimento do pequeno produtor e sua transformação em trabalhador proletário espoliado, por outro. Com isso as contradições de classe tornavam-se cada vez mais manifestas e se agudizavam nas ocasiões de crises, cuja regularidade era inevitável no sistema capitalista. Essa situação apenas seria solucionada com a classe trabalhadora assumindo o controle do poder político e transformando a propriedade privada capitalista em propriedade social”.

⁴² *Ibid.*, p. 47.

popular na nação”), reconhecendo o caráter político da luta para se alcançar tal objetivo. No entanto, não verificamos nenhuma referência à ruptura com a legalidade burguesa como mecanismo necessário à superação capitalista. Tal elemento constitutivo da estratégia política social democrata absorveu contornos explícitos durante os debates da II Internacional. Mas, mesmo que de forma embrionária, já podem ser detectados nas formulações do Programa de Erfurt.

Assim, o debate que se abriu concomitantemente à fundação do SPD e seus futuros desdobramentos foi marcado pela presença de tendências que passaram a reivindicar o marxismo como ideologia fundante da estratégia política socialista: “ortodoxos”, “revisionistas” e “sindicalistas revolucionários”, dedicaram-se ao debate de quais os fundamentos e os meios mais adequados para se alcançar o socialismo⁴³. Como dito anteriormente, tais tendências não possuíam um conteúdo eminentemente homogêneo. Esta característica será marcante, sobretudo, entre os intitulados “ortodoxos”, onde encontramos dois grupos: aqueles capitaneados pelas posições de Karl Kautsky que, antes de aderir explicitamente ao revisionismo de Eduard Bernstein – por volta de 1910 – ainda mantinha posições próximas àqueles grupos que defendiam a via revolucionária – e este é o segundo grupo entre os ortodoxos – de superação do capitalismo. Esse segundo grupo esteve reunido em torno da *Neue Linke* (Nova Esquerda), tendo à sua frente Rosa Luxemburg. Numa posição abertamente oposta, estavam os revisionistas liderados por Bernstein. Passemos às elaborações politicoestratégicas dos referidos grupos.

Até sua total inclinação rumo aos revisionistas, Kautsky apoiava-se na tese denominada “expectativismo revolucionário”. Tal tese defendia a idéia de que, com o avanço das lutas e das conquistas – via legalidade – do proletariado, a burguesia em algum momento reagiria abrindo espaços para

⁴³ Entre as três tendências, aquela que apresentava menor grau de homogeneidade era a “sindicalista revolucionária”. Estava representada em vários países, mas não possuía um grau de elaboração teórico-política aprofundada. Seus maiores formuladores se encontravam na Itália e na França, sendo que os princípios anarquistas influenciaram decisivamente suas posições. Entre eles destacou-se o francês G. Sorel e o italiano Arturo Labriola. Waldenberg, *Ibid.*, p. 247 e 248.

períodos revolucionários, ao aguçar a luta de classes⁴⁴. A questão central dessa estratégia passava pela conquista do poder estatal pela classe operária, representada pelo partido socialista. Observe-se que na própria concepção socialista de revolução, já estava implícita a questão de que a revolução socialista deveria começar pela revolução política estatal⁴⁵.

Outra questão levantada pelos ortodoxos e que encontrava diferentes respostas no interior dessa tendência dizia respeito ao caminho a ser percorrido para se chegar ao poder. Talvez aqui encontramos a diferença germinal entre as posições de Kautsky e Rosa Luxemburg, que levou à posterior e irreversível cisão no interior da social democracia alemã. Os núcleos que circulavam em torno das formulações de Kautsky afirmavam frequentemente que as formas de revoluções políticas e de conquistas de poder pela classe operária podiam ser diferentes, sendo que dificilmente seriam antevistas com exatidão. Erigia-se, desta forma, a posição majoritária entre os ortodoxos que defendiam a via pacífica e da legalidade como estratégia política para os socialistas alcançarem o poder. No entanto, sublinhavam que tal caminho dependia das concessões feitas pela classe dominante, não dependendo, portanto, exclusiva e diretamente da classe operária ou da social-democracia. Para Waldenberg, trata-se de uma concepção que levava em conta o caráter do capitalismo como um regime fortemente regressivo. A idéia é a de que a burguesia reagiria aos avanços democráticos do proletariado, sufocando-o, e, ao fazê-lo, daria lugar a uma vaga revolucionária impulsionada pela explicitação da luta de classes. Kautsky

⁴⁴ Segundo O. Bauer, Kautsky foi o maior representante daquilo que se convencionou denominar “expectativismo revolucionário”. A questão de fundo que orientou esta formulação pode ser resumida nas palavras de Waldenbrg: “[...] depois da queda da Comuna de Paris, iniciou-se na Europa Central e Ocidental um período – já então quase semi-secular – de desenvolvimento pacífico do capitalismo, um período durante o qual não existiu para a classe operária a possibilidade de passar à ofensiva revolucionária e no qual, portanto, a revolução tornou-se apenas uma esperança para o futuro. Os partidos operários não podiam fazer outra coisa senão ocupar-se da luta pelo melhoramento das condições de trabalho e de vida do proletariado, da luta pela ampliação dos direitos políticos, do desenvolvimento dos sindicatos e da atividade parlamentar [...]”. Ibid., p. 228-229.

⁴⁵ Encontramos aqui o fundamento do estatismo defendido posteriormente pelos socialistas: “[...] já que o socialismo é, antes de mais nada, socialização dos meios de produção, essa socialização só é possível com a apropriação dos meios de produção pelo Estado, ou seja, através da ‘expropriação dos expropriadores’, realizável apenas mediante a intervenção do poder estatal [...]”. Ibid. p. 230.

– assim como a maior parte dos social-democratas – estava convencido de que o sistema capitalista não poderia se desenvolver corretamente por muito tempo na ausência de reformas democráticas⁴⁶.

Para a maioria dos ortodoxos, uma revolução via armada era vista com grande ceticismo. O próprio Kautsky explicitou posições distintas sobre o assunto⁴⁷: podemos dizer que, até 1905, o autor apontava para possibilidades escassas da realização de revoltas armadas nos países centrais da Europa Ocidental; depois da experiência russa de 1905, encarou a possibilidade de uma insurreição vitoriosa com certo otimismo. Mas já em 1907, na obra intitulada *O caminho para o poder*, sem fazer qualquer referência aos acontecimentos da Rússia, apontava para dois problemas que deveriam ser levados em conta nesta discussão⁴⁸. Indagava a respeito da disposição da classe operária – em termos quantitativos – em se lançar à luta pelo socialismo através das armas, apontando que a resposta para tal questão dependeria de um segundo aspecto, qual seja, do grau de democracia (e direitos sociais) alcançado pelos operários, em seus respectivos países, concluindo que quanto maior o grau de conquista democrática, menor a disposição para este tipo de luta – a não ser que houvesse um ataque a tais conquistas. Mesmo que em alguns países levantes revolucionários se concretizassem, seria impossível prever o grau de probabilidade de sucesso destas investidas. Assim, concluía que a greve geral de massas seria uma estratégia muito mais eficaz para desestruturar os governos do que a luta armada.

A fração à esquerda no interior da tendência ortodoxa se manifestou através da *Neue Linke*, como afirmado anteriormente. Apesar de seu alcance político limitado – restringiu-se à Alemanha – contava com importantes nomes entre seus quadros políticos. Entre seus principais formuladores estavam Rosa Luxemburg e Anton Pannekoek⁴⁹. Em linhas gerais, Rosa Luxemburg defendia

⁴⁶ Essa proposição argumentava que, pela própria forma de ser da burguesia, o sistema capitalista entraria em colapso, pois, dado seu caráter antidemocrático, levaria ao aguçamento da luta de classes. Nesse processo, o proletariado contaria inclusive com o apoio de parcelas importantes das camadas médias.

⁴⁷ WALDENBERG, 1982, p. 231 e 232.

⁴⁸ Ibid., p. 232.

⁴⁹ WALDENBERG, op. Cit., p. 244, afirma que as formulações desse grupo teve um caráter bastante vago, ocasionado pelas diferentes posições de Luxemburg e de Pannekoek, sendo que as divergências “[...] se manifestava sobretudo na interpretação do processo

que a luta pelo poder seria um processo revolucionário de longa duração, onde o proletariado poderia repetidamente tomar o poder e perdê-lo, até a vitória definitiva. Para Luxemburg a consciência e a vontade revolucionárias – assim como o exército revolucionário – seriam formadas durante a luta, no próprio processo da revolução. Pannekoek, ao contrário, defendia que o proletariado deveria se preparar, ampliando sua força e seu raio de atuação, pois assim estaria pronto para quando, no momento oportuno, chegasse a hora de vencer o capital.

Apesar das divergências sumariamente expostas acima, tais perspectivas guardam algumas semelhanças, sobretudo no que diz respeito à preparação do proletariado para a revolução. Ambas enfatizavam que o processo revolucionário forma a consciência proletária, atribuindo importância primaz aos movimentos e agitações das massas ligadas ao proletariado. Observa-se assim, que o elemento voluntarista/expontaneísta era de certo modo preponderante, pois “[...] o movimento operário, aproveitando-se do descontentamento das massas ligadas ao proletariado, deveria criar ou acelerar uma situação revolucionária”⁵⁰. Mas, talvez a principal congruência entre as posições presentes na *Neue Line* que garantiu a este grupo uma unidade nos debates internos da social democracia nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra tenha sido sua posição com relação à estratégia política do proletariado. Em nenhum momento seus formuladores abriram mão da necessidade da luta revolucionária como instrumento de superação da tomada do poder e conseqüente superação da ordem capitalista. Esta leitura da estratégia política social-democrata os afastou, progressivamente, dos outros grupos ortodoxos e, desde o início, dos revisionistas, ao afirmarem que estes “[...] não passavam de duas faces da subsunção real da cultura política do movimento operário pelo Estado e pela ideologia do capital.”⁵¹

O principal formulador teórico da tendência revisionista foi o alemão Eduard Bernstein. Suas posições podem ser consideradas como a síntese –

revolucionário, dos mecanismos de formação da consciência de classe e da vontade revolucionária das massas proletárias.”

⁵⁰ Ibid., p. 246. Waldenberg chama atenção para o fato de Rosa Luxemburg refutar com frequência as análises que atribuíam à sua visão política, uma posição central à questão das greves de massas. Ibid.

⁵¹ DEL ROIO, 2000, p. 82.

com maior grau de aprofundamento teórico – do revisionismo, já presente em vários partidos social-democratas da Europa. Segundo Bernstein, o problema não estava propriamente na forma como tomar o poder, mas sim, como o proletariado iria promover a “socialização dos meios de produção de acordo com os princípios do socialismo”. Esta preocupação deriva de duas circunstâncias: 1^a) mesmo com a visível tendência à concentração monopolista do capital, continuava existindo um grande número de pequenas empresas, sendo que estas seriam impossíveis de serem socializadas, sobretudo pelo seu grande número; 2^a) a classe operária ainda se encontrava incapacitada para realizar a tarefa de substituição do capitalismo pelo socialismo. O argumento central das formulações de Bernstein se apoiava na tese de que o processo de socialização não poderia promover abalos na estrutura produtiva; caso os operários não estivessem preparados, a tomada do poder pela social democracia seria um desastre, pois a socialização não poderia ocorrer de forma rápida e integral (devido ao despreparo do proletariado), o que provocaria grande revolta da sociedade contra a social democracia.

Era preciso, além de tudo, evitar a burocratização da vida econômica; a transição ao socialismo não poderia ocorrer como um “salto”,

[...] mas sim gradualmente e no interior do sistema capitalista; as relações socialistas de produção devem evoluir antes mesmo da chegada ao poder da social-democracia, do mesmo modo como as relações capitalistas de produção se formaram no quadro do sistema feudal.⁵²

Esta concepção era considerada por Bernstein como a única realista, prevendo assim uma evolução em sentido democrático das formas de Estado, que, gradativamente, perderia seu caráter de classe, ou seja, de domínio de uma classe sobre a outra. É exatamente esta forma que permitiria a tomada de poder de forma pacífica pela social democracia, que só seria possível a partir da adesão da ampla maioria da população ao programa social-democrata.

Para tanto, a social democracia deveria tentar formar uma coalizão de governo, compondo com uma parte dos partidos burgueses, antes mesmo da chegada ao poder, pois o pressuposto era que, na história, nenhuma classe jamais alcançou de forma imediata o poder estatal. Ao chegar ao poder, a

⁵² Ibid., p 241.

social democracia deveria promover uma transformação no sistema político, através de uma “metamorfose progressiva” onde “as estruturas mistas devem aparecer tanto na base como na superestrutura”⁵³. Bernstein argumenta que, mesmo que alguns setores da burguesia tentassem negar tais mudanças, o próprio curso dos acontecimentos – em direção ao fortalecimento da democracia – levaria à derrota dos mesmos. Aqui, precisamente, é possível perceber uma visão peculiar sobre a evolução da relação entre as classes, que, da forma como entendemos, será uma das marcas fundamentais dos governos social democratas nos mais diversos países em que estes se concretizaram historicamente. Trata-se da tese que defende a existência de uma tendência constante à conciliação entre as classes nas sociedades modernas, o que provocaria um gradual arrefecimento do antagonismo e da própria luta de classes. O fundamento último dessa formulação se assenta no argumento de que uma parte considerável da burguesia estaria disposta a aceitar a evolução gradual para o socialismo.⁵⁴

Segundo Waldenberg, essas formulações aproximam Bernstein do chamado “socialismo ético”. Ao combater as teses do “materialismo histórico”, a intenção é criticar a concepção segundo a qual os interesses de classe influenciam e determinam o comportamento político dos indivíduos. Para tanto, o autor alemão buscou valorizar e colocar em evidência o peso das concepções éticas,

[...] Para facilitar a formação de tal opinião na burguesia, contribuiriam os métodos justos de socialização dos meios de produção, e, em primeiro lugar, o princípio da expropriação com ressarcimento dos prejuízos. As hipóteses formuladas sobre a dinâmica das relações entre as classes ligavam-se, por seu turno, às previsões sobre o funcionamento da economia capitalista, que deveria funcionar de modo mais harmonioso que no passado”⁵⁵.

⁵³ Assim, da mesma forma que o processo produtivo passaria por uma transformação progressiva, abrigando, ao mesmo tempo, formas capitalistas e socialistas de produção, o sistema político, a “superestrutura” se organizaria também de forma “mista”, com contornos políticos socialistas que substituiriam progressivamente as instituições políticas capitalistas. *Ibid.*, p. 242.

⁵⁴ Não é de nosso interesse, neste momento, discutir de forma aprofundada os fundamentos teóricos e ideológicos desse tipo de formulação. Basta que apontemos para o conteúdo explicitamente *contratualista* – portanto, liberal – presente na idéia de que a luta de classe pode ser superada através do acordo mútuo-consentido de toda a sociedade civil.

⁵⁵ DEL ROIO, op. Cit., p. 243.

Observa-se desse modo que, desde o início do debate, houve uma aproximação das formulações entre Kautsky e Bernstein. Dito de outra forma, mesmo que os fundamentos e os métodos fossem – inicialmente, nunca é demais lembrar – diferenciados, a defesa de uma estratégia reformista se constituiu como a principal ferramenta à substituição do capitalismo pelo socialismo na leitura e na formulação de ambos.

Tais formulações são por demais importantes devido aos seus desdobramentos. Como a concepção revisionista ganha corpo político e passa a ser hegemônica no interior do SPD – sobretudo, após 1910 –, o movimento socialista será decisivamente influenciado por ela, principalmente no que diz respeito às concepções sobre a organização da classe operária e do movimento socialista internacional. Seus teóricos defendiam a necessidade de instruir a classe operária, para que a mesma passasse a influenciar as outras classes, concentrando esforços na luta pelas reformas sociais e políticas. Assim, segundo argumentam seus autores, seria possível alcançar uma forte posição no parlamento, compondo alianças com setores progressistas da burguesia. Os sindicatos e as cooperativas deveriam concentrar esforços para, através de reformas parlamentares, alcançarem uma melhora material das condições de vida de seus representados no interior do sistema econômico-político existente, além de desenvolver na classe operária as capacidades necessárias para a realização das reformas socialistas. Observa-se, portanto, que a tendência revisionista passou a defender uma clara postura de conciliação entre as classes ao propugnar que o movimento operário organizado deveria renunciar à política do confronto contra a burguesia e o Estado existentes.

Para Bernstein, a liberdade se constituía como um valor político intocável. Ao tecer considerações críticas à tese da ditadura do proletariado, o autor alemão faz uma defesa contundente da liberdade, deixando transparecer o viés liberal de suas formulações. A conclusão de Waldenberg é esclarecedora a esse respeito,

[...] Na hierarquia dos valores políticos, o lugar principal – para Bernstein – era indubitavelmente ocupado pela liberdade; e, em sua opinião, portanto, a garantia da liberdade dos cidadãos devia ser considerada como mais importante do que a realização de qualquer

postulado econômico; nem ele aceitava que a realização de tais postulados pudesse ocorrer ao preço de limitações da liberdade. [...].⁵⁶

Os pressupostos genericoabstratos do liberalismo, aqui explicitados pelo conceito de *liberdade*, apontam para o fato de Bernstein considerar o socialismo como o verdadeiro “sucessor do liberalismo”, estabelecendo uma relação íntima entre tais concepções. Isto resulta, antes de mais nada, da própria postura política defendida pelos revisionistas, que se baseava na idéia de cooperação e colaboração com os partidos liberais, com vistas a alcançar as reformas democráticas necessárias à participação política e à ampliação dos direitos da classe operária.

À medida que as proposituras revisionistas se tornaram hegemônicas no interior do SPD – assim como nos outros partidos socialdemocratas europeus –, sobretudo a partir da congruência política entre Kautsky e Bernstein, a participação política via eleições passou a ser prioritária. Nesse sentido, era necessário eleger um número cada vez maior de “representantes” do proletariado para que, através da legalidade parlamentar, fossem aprovadas as reformas necessárias à democratização das relações políticas e econômicas. Progressivamente, abriu-se mão de uma postura claramente de confronto – acirramento da luta de classes –, em favor da conciliação. É preciso observar, no entanto, que a própria participação política que reafirma as “regras do jogo” moldou, ou melhor, condicionou o movimento socialista aos limites próprios da emancipação política, limites estes representados pelas estruturas burguesas do Estado. Como apontado por Przeworski⁵⁷, a participação política via eleições se faz necessária para alcançar um apoio em massa às reivindicações dos trabalhadores. No entanto, a simples participação não garante o referido apoio e – o que do ponto de vista do movimento socialista foi (e é)

⁵⁶ Ibid., p. 244.

⁵⁷ PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 26. O autor aponta para dois efeitos próprios da participação política eleitoral sobre a organização da classe trabalhadora: num primeiro momento, a própria estrutura do Estado burguês reafirma e aprofunda a fragmentação da classe trabalhadora, pois explicita a disputa intra-classe ao restringir as discussões políticas aos interesses politicoeconômicos específicos de cada fração, promovendo uma individualização das relações de classe na esfera política e ideológica”, assim “[...] A classe organizada como participante não aparece como um agente único em conflitos históricos concretos”; o segundo efeito aponta para a desmobilização das massas de trabalhadores, ao impor sobre a classe a estrutura de representação própria das estruturas institucionais da democracia. A representação é exercida por líderes que tendem a se sobrepor à base. (PRZEWORSKI, 1989, p. 27).

drasticamente prejudicial – contribuiu para a obstrução na consecução dos “objetivos finais”, ou seja, a transição para o socialismo.

Assim, a democracia é elevada à expressão de valor inviolável, intransponível e universal pelos partidos social-democratas, cabendo a tarefa política de “aperfeiçoá-la” e “ampliá-la”, cada vez mais, via participação institucionalizada. Através das eleições, seria possível vencer as classes dominantes utilizando-se das “regras” do seu próprio “jogo”. O argumento é de um silogismo quase infantil, mas sua reprodução se faz necessária. A luta pelo controle do Estado e pela participação política são fundamentais à ampliação da democracia; ao mesmo tempo, o desenvolvimento capitalista expande a proletarianização; portanto, a ampliação da democracia possibilita a participação do proletariado que, cada vez em maior número, toma o poder do Estado através do voto. A democracia seria assim, anticapitalista.⁵⁸

No entanto, os resultados concretos da estratégia política revisionista, pautada na participação política pela via eleitoral, não corresponderam às “previsões” de seus propugnantes. Mesmo com a crescente adesão popular observada através dos resultados eleitorais durante o período que vai do nascimento da social democracia até o período imediatamente anterior à Primeira Guerra⁵⁹, o proletariado jamais se consubstanciou em maioria numérica dos membros votantes de nenhum parlamento. O prognóstico da “proletarianização das classes médias” não se confirmou, relegando ao proletariado o papel de minoria no interior das disputas parlamentares. Nas palavras de Przeworski, “As regras do jogo democrático, conquanto universais e às vezes justas, são implacáveis”⁶⁰. Como condição básica para um partido governar sozinho seria necessário algo em torno de 50% dos votos; como, na prática, isso não aconteceu, as previstas alianças com “setores moderados” da burguesia se mostraram como a “única” alternativa.

⁵⁸ Esse tipo de abordagem não leva em consideração, por exemplo, o poder exercido pela ideologia no processo de absorção de indivíduos (inclusive as lideranças) de uma classe antagônica para o interior da classe hegemônica.

⁵⁹ Encontramos os dados em Przeworski, op. Cit., p. 32 e 33. A título de ilustração, vale citar que o SPD obteve 125 mil votos em 1871, alcançando 4,25 milhões em 1912.

⁶⁰ Ibid., p. 38.

A questão aqui a ser analisada aponta para o fato de “as regras do jogo eleitoral” serem anteriores aos partidos que procuram utilizá-las como ferramentas para se alcançar o socialismo. Assim sendo, tais regras – bem como a estrutura juridicoinstitucional que as fundamenta – impossibilitam a vitória de uma minoria isolada. Para um partido que representa uma classe, – principalmente os socialistas – torna-se impossível vencer as disputas eleitorais se este não possuir a maioria no interior do parlamento. Foi exatamente isso o que historicamente aconteceu com a social democracia européia. A via da legalidade burguesa condicionou, desta forma, a atuação dos partidos que representavam o proletariado, limitando esta ação aos marcos de sua legalidade (burguesa) mesma. A partir de então, duas possibilidades se abrem à social democracia: ou o partido mantém seu caráter de classe e, portanto, é derrotado nas disputas eleitorais, ou se articula com outras classes – representadas no parlamento – para garantir algumas conquistas, perdendo assim seu caráter orgânico de classe. Essa “cilada histórica” resultou da própria política revisionista, onde

[...] O sistema democrático pregou uma peça perversa às intenções dos socialistas: a emancipação da classe operária não poderia ser tarefa dos próprios operários se tivesse de ser alcançada por intermédio de eleições. **Restou somente a questão de ser ou não possível recrutar uma maioria favorável ao socialismo procurando apoio eleitoral fora do operariado.**⁶¹

Observamos, portanto, que a estratégia política da social democracia se consolidou a partir de uma plataforma explicitamente revisionista, cuja centralidade das ações se orientou pela via da institucionalidade burguesa. À medida que os partidos de orientação socialdemocrata passaram a ocupar posições importantes no interior dos parlamentos nacionais, suas propostas econômicas foram se distanciando cada vez mais da alternativa socialista, ao mesmo tempo em que, no plano político, o partido renunciava ao caráter de classe presente em suas origens.

A via da legalidade burguesa impôs a necessidade de ampliação no “leque” das alianças. Esta é inerente à prática eleitoral e condicionou, cada vez mais, os partidos socialdemocratas, seja no plano programático, seja no plano praticopolítico. Assim, a partir da década de 1910, a expressão “povo” passa a

⁶¹ Ibid., p. 39. O negrito é nosso.

figurar nos discursos desse partido, em substituição ao conceito de classe social. Essa não foi uma mera substituição no léxico partidário. Nas primeiras décadas do século XX, os “setores médios” se expandem com importante rapidez, passando a influenciar diretamente nos resultados eleitorais (essa tendência se expandiu na Europa pelo menos até a década de 1970). Para alcançar tais setores, a social democracia deixa de lado a identidade específica com o proletariado para discursar em nome “dos trabalhadores em geral”, do “povo em geral”, condicionando suas ações e reivindicações àqueles interesses da “classe média” – mas que de alguma forma também dizia respeito ao proletariado como transporte de qualidade, saúde e educação públicas, habitação, etc. O discurso do exercício da “cidadania”, da ampliação de direitos, da “segurança social” que o Estado deveria oferecer aos “cidadãos” passou, progressivamente, a compor o núcleo da agenda política da social democracia⁶².

Explicita-se, dessa forma, a inflexão ocorrida no conteúdo politicoeconômico desse partido, citada anteriormente. A social democracia europeia passou a se organizar como um “partido de massas” e não mais como um partido que se identificava com uma classe, a saber, a classe operária. Assim como o conceito de “liberdade” definido por Bernstein, a composição de um “partido de massas” resgata elementos teóricos próprios do ideário liberal. Podemos observar que, ao negar um conteúdo de classe, o partido se ancora na concepção política que prevê uma harmonia entre os diversos grupos e interesses individuais, harmonia esta concretizada a partir de um “contrato”, de um grande “pacto social”, onde a política deve ser entendida como um processo de definição do bem-estar coletivo, sendo o Estado a principal ferramenta para sua consecução, verdadeiro promotor da “racionalidade, da justiça e da liberdade”. Dessa forma, a social democracia passou a ser identificada, qualitativamente, como mais um partido no interior da lógica burguesa de organização política, não havendo características que o distinguísse dos outros partidos, pois “[...] a lealdade de classe não mais constitui a base mais sólida de auto-identificação[...]”⁶³.

⁶² Ibid., p. 40-43.

⁶³ Ibid., p. 43.

Como não poderia deixar de ser, as propostas econômicas da social democracia também foram condicionadas pelo discurso e pela prática revisionistas. A partir da constatação de que o capitalismo se caracteriza como um modo de produção irracional e injusto, devido ao caráter privado dos meios de produção, os partidos de orientação socialdemocrata passaram a defender a “socialização” ou a “nacionalização” do processo produtivo como principal método para a consecução dos “objetivos sociais”. Esta seria a principal tarefa a ser cumprida pelos socialdemocratas após a conquista do poder. No entanto, até meados da década de 1910, pouco foi feito no sentido de demonstrar como seria realizada a proposta de “socialização” dos meios de produção.

Na verdade, o que se observou é que, mesmo com o governo – ou a participação nestes – dos socialdemocratas, não houve qualquer mudança nas instituições políticas e econômicas próprias do capitalismo. Segundo Przeworski⁶⁴, o problema reside na própria natureza ambígua das propostas de socialização e nacionalização, pois a primeira não elimina o caráter da exploração presente no capitalismo, e a segunda transfere para o Estado o “poder de explorar”. Além disso, em nenhum lugar os socialistas conseguiram a maioria dos votos necessários à aprovação das reformas sem compor com outras classes. Novamente, os limites próprios da legalidade burguesa se impuseram sobre qualquer perspectiva de mudança. Como minoria no interior dos parlamentos europeus, os partidos socialdemocratas passaram a adotar uma estratégia que buscava demonstrar à sociedade que estes estariam “aptos a governar”, para, num momento futuro, alcançarem a votação necessária que lhes garantissem a maioria eleitoral. Sendo assim, passaram a administrar, ou a compor a administração da própria estrutura estatal que reproduz a ordem do capital. Novamente, a saída encontrada ficou restrita à luta pela aprovação de medidas que melhorassem as condições materiais das camadas médias e dos trabalhadores, tais como a aprovação de legislações trabalhistas, sistemas de seguridade social, etc.

Uma vez inseridos na ordem legalburguesa, os partidos socialdemocratas passam a respeitar todos os princípios da “boa”

⁶⁴ Ibid., p. 48-49.

administração pública (orçamento público equilibrado, políticas deflacionárias anticrise, padrão-ouro, etc). É o que observamos com a proposta oferecida pela social democracia durante o período da Grande Depressão, que em nenhum momento apontou para a ruptura em relação ao capitalismo, pelo contrário, ao sinalizarem para a “nacionalização” dos meios de produção como alternativa à crise, sustentaram suas propostas nas elaborações de John M. Keynes, quando este defendia a posição do Estado como “regulador” econômico necessário à correção dos desequilíbrios causadores das crises. Ao incorporarem a teoria keynesiana como plataforma política de administração pública, passaram a propor que o Estado deveria ser o produtor do “bem-estar social” dos trabalhadores.

Assim, o “tripé teórico” construído pela social democracia durante a primeira metade do século XX se constituiu a partir dos seguintes pilares: a estratégia política eleitoral dirigida ao povo, a defesa corporativista de interesses dos trabalhadores (mas que eram comuns à “classe média”) e a justificativa ideológica ancorada nas teorias keynesianas. A própria temática da socialização ou nacionalização da produção foi sendo abandonada, pois o entendimento passou a ser que estes instrumentos eram desnecessários e até impossíveis de realização. O discurso passa a ser composto pela “socialização do consumo”, e não da produção. O Estado, através de um “controle indireto”, deveria ser o gerenciador, o regulador que racionalizaria a economia como um todo, com vistas à promoção do “bem-estar geral”. O poder estatal deveria influenciar – através de sua autoridade para administrar/legislar – a indústria privada, para que esta passasse a agir em função do “interesse geral”. A “autoridade para administrar” é distinta e mais eficaz do que a propriedade como posse legal, ou seja, a prioridade é a regulação e não a propriedade estatal direta.⁶⁵ Portanto, a partir de meados da década de 1930, o novo projeto socialdemocrata defendia uma proposta “economicamente viável”, “socialmente benéfica” e “politicamente praticável sob a égide democrática”.

Se as propostas revisionistas, desde sua origem, já traziam elementos que distanciavam, concretamente, o proletariado da luta pelo socialismo, com o

⁶⁵ Ibid., p. 54 e 55.

passar do tempo, tal perspectiva foi definitivamente abandonada, à medida que a social democracia alcança o poder na Europa. O *slogan* “socialismo” ficou restrito à nomenclatura partidária e à retórica politicoeleitoral, pois, no plano programático, as propostas passaram a defender a reprodução do capital, onde sua “administração” deveria ser orientada para o pleno alcance da “justiça social” e da “ampliação da democracia”. O que aqui afirmamos é que a social democracia, historicamente concretizada⁶⁶, abandonou, progressivamente, até mesmo os – frágeis – pressupostos reformistas/revisionistas.

Antes, porém, de analisarmos este processo, é importante que apontemos para a seguinte questão: mesmo com todo o conteúdo revisionista, seus limites e incoerências no que diz respeito ao “objetivo final” do socialismo, a chegada ao poder da social democracia representou um processo de ampliação democrática na sociedade capitalista, em todos os aspectos do seu metabolismo social. No plano político, as várias frações da classe trabalhadora passaram a ter “voz e voto” – observados, nunca é demais afirmar, os limites da legalidade burguesa”. Economicamente, o Estado passa a ser o “distribuidor” de uma parte da mais-valia socialmente produzida, investindo nas denominadas áreas sociais, o que possibilitou um avanço significativo nas condições materiais de vida dos trabalhadores. No plano propriamente ideológico há uma ampliação do significado e da abrangência sociais do próprio conceito de democracia. Estas transformações foram caracterizadas como a forma de organização do “Estado de bem-estar social”, marca fundamental dos governos de corte socialdemocrata na Europa⁶⁷. Como afirmado anteriormente, estes não rompem com o caráter capitalista, portanto burguês, da organização social. No entanto, mesmo sem representar uma ruptura, pelo contrário, caracterizando-se como um governo da burguesia, tais conquistas sociais só foram possíveis devido à ampliação no grau de concessões que esta classe cedeu em relação à classe trabalhadora. E para compreendermos esse processo é preciso levar em conta que, a partir de

⁶⁶ Ou seja, os governos de orientação social-democrata que tiveram lugar historicamente na Europa, sobretudo a partir de 1945.

⁶⁷ Observadas e guardadas as devidas particularidades históricas aonde tais governos se efetivaram.

1917, um novo ciclo revolucionário explicitamente ascendente foi liderado pelo proletariado europeu.

Como apontado anteriormente, a origem da social democracia, bem como os debates que marcam sua primeira fase de formulações politicoprogramáticas, tem lugar no período entre 1871 e 1917, ou seja, entre a experiência duramente reprimida da Comuna de Paris e a vitória Bolchevique na Revolução Russa. Some-se a estes, o fato de a humanidade presenciar, pela primeira vez na história, a deflagração de um conflito em proporções mundiais, denunciando o caráter endemicamente destrutivo das relações capitalistas de produção. Sobretudo após a Revolução de Outubro, a burguesia mundial, mas principalmente a europeia, teve de enfrentar a possibilidade da alternativa vitoriosa de um projeto socialista. Era preciso, partindo da perspectiva burguesa, conceder “direitos” ao proletariado, pois caso os conflitos de classe se exacerbassem – devido à reprodução das péssimas condições materiais dos trabalhadores – o exemplo soviético poderia ser seguido. Nesse sentido, a ampliação do “estatuto democrático” nas nações europeias resultou do avanço da luta de classes num momento de ofensiva socialista. Tal processo se intensifica em complexidade no período entre guerras e no pós-1945. Com a crise mundial deflagrada a partir de 1930, a perspectiva social democrata passou a ser a “melhor saída”, desde uma perspectiva burguesa, para a prevenção e/ou resolução do possível aguçamento e radicalização das disputas entre a perspectiva do Trabalho e do Capital.

Esse quadro histórico absorveu contornos favoráveis à perspectiva do proletariado com o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Lembremo-nos que o Exército Vermelho foi o responsável direto pela derrota dos governos burgueses de corte radicalmente reacionário, liderados pela Alemanha nazista. A força revolucionária dos soviéticos foi responsável pela libertação da Europa – e do mundo – da ameaça retrógrada do nazifascismo, exercendo enorme influência sobre os trabalhadores organizados, sobretudo, na Europa. Novamente, a burguesia mundial era obrigada a “conceder direitos”, a empreender um recuo estratégico diante do avanço da perspectiva da revolução proletária mundial. O caminho adotado como a alternativa possível ao capital – e que se mostrou correto (para a burguesia) pelos seus

desdobramentos históricos – foi a dupla frente de atuação, de ampliação dos “direitos democráticos” no interior da legalidade burguesa – tão bem absorvidos e representados pelos governos socialdemocratas –, ao mesmo tempo em que, na outra frente, foi orquestrada uma campanha monumental de combate aos comunistas, tanto no plano econômico, como no plano ideológico⁶⁸. No que diz respeito aos “avanços econômicos”, é preciso observar que a economia capitalista mundial necessitou ser reconstruída, além da reconstrução propriamente física do continente europeu. O crescimento econômico dos países capitalistas, observado a partir de 1945 – os “trinta anos gloriosos” – possibilitou uma expansão da mais-valia socialmente produzida que, uma vez absorvida (em parte) pelos Estados nacionais na forma de impostos, pôde ser revertida em “benefícios sociais”, estes característicos dos governos de corte social-democrata.

Uma vez esgotado o ciclo de crescimento do capital, o “encapsulamento ideológico” do proletariado nos marcos da legalidade burguesa permitiu à burguesia mundial lançar mão de uma ofensiva ancorada no resgate da ortodoxia liberal, como forma de responder ao ciclo de crise que se iniciou em meados dos anos 1970. Observamos nesse momento que o ciclo ascendente da revolução mundial havia se arrefecido, e diante da ofensiva “neoliberal” – denominação genérica atribuída pelos partidos *na* esquerda à postura da burguesia – conjugada com o momento de crise do capital, o proletariado mundial passa a defender suas conquistas que, paulatinamente, foram atacadas e vilipendiadas pelas políticas econômicas de ajustes capitalistas.

Um dos argumentos centrais da reestruturação capitalista, em torno do qual as economias nacionais passaram a se organizar, é a elevação do

⁶⁸ Lembremo-nos, por exemplo, do Plano Marshall que, na esteira da Doutrina Truman, destinou mais de 13 bilhões de dólares para a reconstrução da Europa no pós-guerra, àqueles países que implementassem políticas de combate ao avanço das idéias comunistas. Aliás, os governos europeus de corte socialdemocrata já possuíam um histórico de combate aos comunistas. Referimo-nos aos acontecimentos na Alemanha, ao final da Primeira Guerra. As divergências entre o grupo liderado por Rosa Luxemburg, de um lado, e ortodoxos e revisionistas, de outro, sumariamente expostas acima, acirraram-se às vésperas da Guerra, quando o SPD votou no parlamento alemão favoravelmente aos “créditos de guerra”, em agosto de 1914. Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht fundaram o Grupo Internationale que logo se transformaria na Liga Espartaquista. Em 1918 fundaram o Partido Comunista da Alemanha, responsável direto pelo levante revolucionário naquele país, que seria derrotado em 1919. Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht foram sumariamente executados a mando do governo da República de Weimar, cujo comando era exercido pelo Partido Social-Democrata da Alemanha.

mercado à condição de *deus ex machina* do ordenamento da reprodução sociometabólica do capital. Ao contrário do que muitos autores defendem, as formulações elaboradas pela social democracia europeia não negavam ou desprezavam a existência e função econômica do mercado. Pelo contrário, a partir da elaboração da estratégia anticrise, fundamentada na teoria keynesiana, a social democracia passou a se comprometer “[...] com o mercado livre sempre que possível, e com a propriedade pública quando necessário.”⁶⁹.

As formulações socialdemocratas passam a ser baseadas na “teoria dos bens públicos do Estado”, onde encontramos a divisão e as posições ocupadas pela estrutura estatal e pelo mercado no interior das relações econômicas. Segundo Przeworski, o referido posicionamento da social democracia no que concerne à função econômica do mercado levou ao abandono até mesmo da perspectiva reformista⁷⁰. Isso porque, de acordo com aquela teoria, o mercado capitalista expressa a forma natural da atividade econômica, sendo que sua existência, bem como das leis que o regem, é um “dado”, ou seja, está presente e não há possibilidades de questionamentos sobre tais fenômenos. No interior dessa dinâmica, o Estado deve ser um fornecedor – entenda-se, deve se limitar à – de “bens públicos”, agindo naquelas atividades que não são lucrativas e que, portanto, não atrairiam investimentos da iniciativa privada, mas que são fundamentais para a estruturação econômica como um todo. Outra atribuição do Estado é sua função “reguladora”, ou seja, os capitalistas privados “podem ser induzidos” a alocar recursos de modo a favorecer toda a sociedade, sendo que dois mecanismos básicos são utilizados na alocação de recursos no interior de um governo democrático: através do mercado, onde o peso das preferências de investimento será individual; e através do Estado, cuja preferência recai sobre o caráter coletivo dos investimentos. Assim, segundo tal argumentação,

[...] A essência da social-democracia contemporânea reside na convicção de que o mercado pode ser dirigido para as alocações de qualquer bem, público ou privado, que sejam preferidas pelos cidadãos, e de que pela racionalização gradual da economia o Estado

⁶⁹ PRZEWORSKI, 1989, p. 56.

⁷⁰ Ibid., p. 55-59.

pode transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada.⁷¹

Corroboramos com a tese de Przeworski, quando este nos aponta as características atuais da social democracia, qualificando-as como congruentes e determinadas com e pelo modo de produção capitalista. No entanto, não entendemos que o “programa” da social democracia, concretizado historicamente, representa um afastamento ou “abandono” das proposituras reformistas. Pelo contrário, as transformações e reformulações programáticas observadas ao longo do século XX são antes desdobramentos, conseqüências da postura revisionista, do que propriamente uma inflexão. Ao posicionar as reivindicações do operariado no interior da lógica capitalista, aceitando os condicionantes politicoeconômicos da legalidade burguesa, as propostas revisionistas passaram a operar de acordo com as “regras do jogo” estabelecidas. O resultado foi que, em momentos de crescimento econômico, associado à ofensiva do movimento revolucionário, a burguesia teve de fazer concessões para evitar a “ameaça soviética”; a partir do momento que o proletariado mundial se posicionou defensivamente diante dos novos ciclos de crise do capital, a burguesia “volta à carga” sobre os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Sendo assim, consideramos que a social democracia se concretizou historicamente como uma forma burguesa de administração das contradições imanentes ao modo de produção capitalista, sendo que somente em seus primeiros vagidos encontramos algumas de suas frações afinadas ideologicamente com o proletariado. Caracterizar as mudanças teorico-programáticas operadas no seio do movimento socialdemocrata, sobretudo no século XX, como momentos de “abandono” ou mesmo “ruptura”, como pretende Przeworski, implica no equívoco de, em algum momento, caracterizar essa forma de governo como distinta ou antagônica aos fundamentos do capital.

3.2. *As anomalias e o caráter tardio da social democracia brasileira*

⁷¹ Ibid., p. 57. Segundo o autor a social democracia “atual” deixou de ser um movimento reformista ao se comprometer em manter a propriedade privada dos meios de produção, assegurar a eficiência (caráter meritocrático) e mitigar os efeitos distributivos (as aspas são nossas).

Os debates em torno da construção de um movimento social democrata no Brasil coincidem historicamente com o momento de retomada da ofensiva liberalconservadora em meados da década de 1970, como descrito acima. A partir de 1973, a crise mundial se manifesta no país e começam a ruir os pilares econômicos da ditadura civil-militar instaurada com o golpe de Estado de 1964. Inicia-se um processo de reorganização dos movimentos sociais em nível nacional que se consubstanciou na transição “lenta, gradual e segura”, tal como a descrevemos na primeira parte da presente seção.

Um dos primeiros aspectos que caracterizam a particularidade da social democracia brasileira diz respeito exatamente a esse contexto. A perspectiva socialdemocrata brasileira passa a ser formulada no exato momento em que o “Estado de bem-estar social” europeu explicita seus limites e possibilidades históricas, diante da eclosão de mais um ciclo da crise estrutural do capital. Se no Brasil a “Crise do Milagre” – denominação que denota a falência do governo saído das casernas – abre um período de avanços democráticos, nos países centrais, mais especificamente na Europa, as reformas de caráter liberal-ortodoxo passam a decompor e a desmontar as conquistas dos trabalhadores, pois o ciclo de concessões burguesas havia terminado, demonstrando a impossibilidade de “reformatar” o capitalismo com vistas à construção de uma sociedade socialista.

Tais elementos constitutivos da processualidade histórica universal produzirão, contraditoriamente, efeitos na particularidade histórica brasileira. O que aqui nos interessa é a caracterização da social democracia no país, a partir do momento que os partidos políticos com tal orientação chegam ao poder. Para tanto, nos concentraremos no fenômeno por nós denominado *consolidação da social democracia no Brasil*, objeto central de nosso trabalho⁷², que identificamos cronologicamente com o período que se estende de 1995 a 2002.

⁷² Assumimos o risco do “salto” histórico ao optar por tal linha de abordagem. No entanto, a tese que procuramos demonstrar se refere ao momento da chegada ao poder daquilo que denominamos *social democracia brasileira*. Portanto, recorreremos ao histórico de formação dos partidos somente quando tal processo nos oferecer elementos necessários à análise.

Esse período corresponde aos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e ao primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Dois núcleos temáticos devem orientar nossas discussões nesse momento: o primeiro aponta para a caracterização dos referidos governos como socialdemocratas; e a segunda, que deriva diretamente da anterior, é a explicitação das congruências e divergências entre os dois governos, quanto à caracterização dos mesmos como sendo de corte socialdemocrata.

Podemos afirmar que PSDB e PT compõem o núcleo da social democracia brasileira. As divergências entre os dois partidos serão explícitas à frente. Por hora basta apontarmos que o primeiro manifesta as posições da fração conservadora, ao passo que o segundo se posiciona numa perspectiva minimamente progressista. No entanto, ambos os partidos orientam sua estratégia política a partir do arcabouço teórico liberal – sobretudo no momento em que chegam ao poder. São partidos da burguesia que organizaram seus projetos econômicos a partir das prerrogativas e das exigências da organização e reprodução do capital, tal como analisado na segunda parte do presente trabalho⁷³. A diferença se restringe ao grau e ao conteúdo das concessões em favor dos trabalhadores, sendo que estas foram condicionadas primeiramente por questões conjunturais, mas também pelas diferenças no conteúdo programático dos dois partidos.

No que diz respeito à propositura política, a social democracia brasileira apoiou-se no princípio da legalidade burguesa – ou seja, pela via eleitoral-parlamentar – para promover qualquer tipo de reforma política e/ou econômica. Os princípios democráticos da liberdade e da igualdade – mesmo que estes expressem a forma legalmente viável da dominação burguesa, portanto, apresentem formulações genericoabstratas – foram defendidos como “direitos sagrados”, “invioláveis”, e devem ser protegidos pelo Estado, que, por sua vez, deve primar para que tais princípios sejam sempre aperfeiçoados e ampliados para o conjunto da sociedade brasileira. Há, claramente, uma “defesa das

⁷³ O processo de “cooptação” do PT pela burguesia internamente instalada será analisado no Capítulo III da segunda parte de nosso trabalho. Trata-se do processo caracterizado pelo conceito gramsciano de *transformismo*.

regras do jogo” – parafraseando o pensador italiano Norberto Bobbio –, que devem ser recolocadas, segundo a perspectiva socialdemocrata, a partir dos condicionantes presentes na “modernidade”. Podemos identificar a proximidade entre os fundamentos dessa concepção de democracia e as concepções de Bobbio, na medida em que a social democracia no Brasil sempre defendeu que os procedimentos democráticos devem ser ampliados a todas as esferas da sociedade, incluindo aí a esfera privada das empresas. A democracia passa a ser entendida como um “método” que deve garantir um conjunto de “regras mínimas”, primárias e fundamentais, dando legitimidade social às atitudes individuais daqueles que governam (ou que tomam as decisões)⁷⁴. É esse o conteúdo presente nos discursos em nome do “exercício da cidadania”, da “democratização das instituições”, da “ética na política” ou da “democratização do acesso aos bens públicos”.

Apontamos, anteriormente, as críticas que Marx, já em 1844 (*Glosas Críticas...*), tece em relação ao caráter limitado e restritivo das reivindicações e propostas burguesas que acenam para a plena emancipação política como expressão última da liberdade humana. Estas se baseiam nos pressupostos liberais e, portanto, defendem que a política é o universo da resolução consensual (contrato) dos interesses individuais (naturais), ou seja, é a esfera da resolução das contradições materiais, que se daria através do bom senso “social” da maioria. Como Marx corretamente demonstrou, este tipo de formulação nega a possibilidade de plena emancipação da humanidade, pois não leva em consideração que a desigualdade material – a exploração do trabalho pelo capital – não pode ser superada por generalizações abstratas como as apresentadas nos textos constitucionais (“liberdade e igualdade perante a lei”, por exemplo). A emancipação plena só é possível, na leitura marxiana, com a abolição do fundamento material da desigualdade entre os homens, ou seja, a propriedade privada dos meios socialmente necessários à produção da riqueza.

⁷⁴ “Naturalmente, todo este discurso vale apenas se nos atemos àquela que chamei definição mínima de democracia, segundo a qual por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados[...]”. (BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 22).

As formulações de Bobbio acerca do conceito de democracia, que aqui apontamos como um dos pressupostos politicoestratégicos da social democracia brasileira, coadunam-se generosamente com a teoria liberal. O autor afirma categoricamente que “[...] o Estado liberal é o pressuposto não só histórico mas jurídico do Estado democrático [...]”, ao constatar que esta estrutura jurídica é a única capaz de garantir os direitos naturalindividuais citados acima, *conditio sine qua non* “[...] para o correto funcionamento dos próprios mecanismos predominantes procedimentais que caracterizam um regime democrático [...]”⁷⁵. Bobbio é herdeiro da tradição liberal, sobretudo aquela que se afirma teoricamente a partir de Weber e suas formulação sobre as “vocações” presentes na política, compondo um núcleo teórico que pode ser caracterizado como o *neocontratualismo* do século XX⁷⁶.

A via democrática da legalidade burguesaparlamentar, constituiu-se portanto, como o principal meio de atuação dos partidos de orientação socialdemocrata no Brasil. Nesse sentido, assim como nos países de *via clássica*, a social democracia brasileira passa a compor uma forma de governo nos marcos da reprodução social capitalista, distanciando-se – cada vez mais – de qualquer proposta alternativa orientada *pela* e *para* a emancipação do trabalho. Ao invés disso, o discurso apresentado busca o objetivo da *justiça social*. Podemos identificar na elaboração deste conceito, a influência de outro autor *neocontratualista*, John Rawls, cuja obra teórica de maior envergadura

⁷⁵ Ibid., p. 32. Bobbio ainda afirma que “[...] Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um Estado não-liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um Estado não-democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. [...]”. Ibid., p. 32-33.

⁷⁶ Para o nosso intento, vale mencionar – mesmo que apenas como apontamentos – que as teorias *neocontratualistas* se fundamentam na proposta de “retomada crítica” da teoria liberal clássica. Assim, autores como Immanuel Kant, John Locke, Montesquieu, J. J. Rousseau, Alexis de Tocqueville, John S. Mill, entre outros, serão retomados e “recontextualizados” a partir dos fenômenos políticos contemporâneos. O próprio Bobbio analisa as possibilidades da democracia no futuro a partir de uma leitura que procura enfatizar as “promessas não cumpridas” da democracia, cotejando as formulações liberais clássicas com o desdobramento histórico. Max Weber será uma referência obrigatória para os neocontratualistas, sobretudo sua teoria sobre as formas de governos legítimas, que serviu como arrimo à construção de *tipos ideais* que pretendem explicar as características de alguns governos. Analisaremos dois destes tipos ideais na conclusão de nosso trabalho, os assim denominados fenômenos do “populismo” e do “lulismo”.

discute os fundamentos e os elementos constituintes do conceito de *justiça*⁷⁷. Segundo Rawls, a justiça deve ser a concepção orientadora das instituições sociais. Mas no que consiste, ou melhor dizendo, onde deve se fundamentar tal concepção sobre a justiça? Segundo Rawls, a resposta a esta indagação se encontra na inviolabilidade dos direitos individuais. Ou seja, sociedades justas são aquelas onde os direitos individuais (a *cidadania*) são garantidos pelas instituições sociais; tais direitos não são passíveis de negociações políticas e não podem ser submetidos aos interesses sociais. A justiça deve ser o princípio básico da vida humana organizada em grupo, onde o Estado será o ente regulador/garantidor de sua realização, estimulando e implementando uma concepção pública de justiça. Assim, o indivíduo deve aceitar – e aceita – os princípios de justiça, pois sabe que os outros indivíduos também o farão. A justiça, portanto, seria o fundamento primeiro do consenso, do contrato social. Entre indivíduos de objetivos e propósitos díspares, uma concepção partilhada de justiça estabelece os vínculos da convivência cívica, cuja “carta fundamental” da associação humana (as leis) estabelece os princípios e os mecanismos necessários à sua realização⁷⁸.

Para Rawls, a concepção de justiça deve levar em conta três aspectos: seu papel distributivo, sua eficiência e sua coordenação e estabilidade. Assim como Bobbio, que advoga em favor da ampliação da democracia em direção a todas as esferas sociais, defende que a ampliação do alcance social da concepção de justiça deve ser o principal objetivo do Estado. Daí deriva a idéia de que a *justiça social* deve ser o objeto primário da justiça⁷⁹, pois, em qualquer sociedade, encontraremos, originalmente, uma estrutura básica (entenda-se material) desigual; à medida que a “constituição política” de uma sociedade (o Estado) é orientada de acordo com os princípios da justiça social, teremos a “correção” de possíveis distorções originais. Isso não significa uma transformação da base material dessa sociedade, mas a organização de um sistema político onde todos se reconheçam como iguais, ou melhor, onde a

⁷⁷ RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. – 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

⁷⁸ Ibid., p. 4 e 5.

⁷⁹ “[...] Para nós o objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social. Por instituições mais importantes quero dizer a constituição política e os principais acordos econômicos e sociais [...]”. Ibid., p. 7 e 8.

“posição de igualdade original” entre os indivíduos seja reafirmada e garantida pelo Estado⁸⁰. Este seria o elemento fundante daquilo que o autor definiu por *justiça como equidade*.

Também em Rawls, assim como em Bobbio, observamos uma filiação explícita e declarada às teses liberais, sobretudo, a Locke, Rousseau e Kant, tal como afirmado pelo próprio autor na introdução de sua obra. O que interessa para nós é a compreensão da rearticulação dos fundamentos do liberalismo político, como pressuposto de um conteúdo “progressista” de reabsorção dessa teoria social, que aponte à possibilidade de reordenação da sociedade capitalista a partir de critérios socialmente justos. Tais fundamentos foram absorvidos pela social democracia brasileira que organizou sua estratégia política com vistas a “humanizar” as relações econômicas através de medidas que deveriam proporcionar uma maior “distribuição de renda”, melhores condições de “saúde, educação e moradia” ao conjunto da população, promovendo a “equidade” defendida por Rawls. Sendo assim, já que a economia é “naturalmente desigual”, o Estado como ente regulador deve “corrigir as distorções”, garantindo a “igualdade natural” que fundamenta o convívio social.

Se no que diz respeito às formulações politicoestratégicas podemos identificar uma total filiação da social democracia aos fundamentos do liberalismo político, as formulações econômicas não serão diferentes, pelo contrário, aprofundam e resgatam os fundamentos liberais em sua versão mais conservadora. E aqui, encontramos a primeira diferença entre as propostas socialdemocratas expressas por PSDB e PT. Se por um lado podemos afirmar que há uma clara continuidade e aprofundamento no projeto econômico dos dois partidos, por outro, é preciso apontar que o governo petista alcançou resultados de crescimento há muito não presenciados na realidade brasileira, o que permitiu uma “relativa melhora” das condições mínimas de existência dos trabalhadores brasileiros. Mas mesmo esta melhoria carece de melhor explicação. Orientemos nossas discussões a partir de dois eixos temáticos: o

⁸⁰ Mesmo porque, para Rawls “[...] a proteção legal da liberdade de pensamento e consciência, os mercados competitivos, a propriedade particular no âmbito dos meios de produção e a família monogâmica constituem exemplos das instituições sociais mais importantes [...]”. Ibid., p. 8.

papel do Estado na economia e o papel do Estado como promotor do bem-estar social.

A proposta tucana de reorganização do Estado brasileiro promoveu o “desmonte” da estrutura das empresas públicas, constituída ao longo dos últimos cinquenta anos. Com uma proposta claramente privatista, que envolveu o “enxugamento” da máquina administrativa, os governos do PSDB promoveram todas as mudanças “necessárias” (jurídicas, políticas e econômicas) à inserção do país no atual ciclo de internacionalização do capital, regido pela fração financeira do capital. A esse respeito, não é possível identificar uma diferença substantiva entre tucanos e petistas, mas apenas elementos periféricos/secundários que distinguem os dois projetos: se a maioria tucana sempre defendeu que o Estado deveria se concentrar em atividades que não trazem lucro – e, portanto, são desprezadas – à iniciativa privada, para os petistas, algumas atividades econômicas devem ser controladas por empresas estatais, como por exemplo, a atividade petrolífera. Da mesma forma, se durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, a ordem foi reduzir drasticamente o quadro do funcionalismo público federal, com o governo Lula, observamos uma retomada dos concursos públicos para recompor os quadros de funcionários em várias áreas e níveis. Nesse sentido, as propostas econômicas do governo petista o aproxima do modelo keynesiano proposto pela social democracia clássica. Mas mesmo nesse aspecto, algumas observações devem ser feitas. Em nenhum momento o governo Lula propôs uma “reestatização” das empresas privatizadas, nem sequer apontou para uma revisão dos processos de privatizações das estatais, claramente maculados por operações corruptas. Pelo contrário, apesar de apontar para a criação de novas empresas estatais, reafirmou o caráter privatista do Estado ao aprovar medida que possibilitou a aplicação das Parcerias Público-Privadas (PPP's). Isso se deve, antes de mais nada, ao conteúdo das políticas de assistência social desenvolvidas pelo governo petista.

Apesar de, constitucionalmente, o Estado Brasileiro ser responsável por uma política de assistência social universal, em termos reais e concretos, esta foi traduzida no aperfeiçoamento de programas sociais –, com caráter

claramente assistencialistas – cuja função foi (e é) a criação de uma “renda mínima” para os trabalhadores e populações pobres de todo o país. Há que se diferenciar as “políticas sociais de governo”, que são sujeitas aos aspectos conjunturais da economia e a prioridade das alianças políticas que estão à frente do governo, das “políticas sociais de Estado”, que se caracterizam pelo estabelecimento de regras constitucionais que deverão ser cumpridas – em tese – independentemente das classes sociais, e suas respectivas forças políticas, que estiverem no poder⁸¹. No Brasil, a social democracia opta por “políticas sociais de governo”, estabelecendo os programas de “bolsas sociais” como forma de inserir parcelas excluídas historicamente do processo de reprodução do capital. Assim, se o PSDB inaugura este tipo de “política social”, o PT foi responsável por ampliá-la e aprofundá-la, estendendo a um contingente importante da população brasileira o acesso a bens primários de subsistência, principalmente alimentação básica. Tais medidas, aliadas à oferta elevada de crédito, possibilitaram – a partir do final do primeiro mandato de Luiz Inácio – uma elevação substancial do consumo entre os trabalhadores brasileiros, cujos efeitos puderam ser percebidos, também, através do aumento da produção industrial e a tímida, porém presente, queda na taxa de desemprego.

Assim, observamos que a social democracia no Brasil, ao mesmo tempo em que mantém os contornos constitucionais da assistência social no país, tais como o sistema de previdência social, a universalização do sistema de saúde, a vinculação de parcelas do orçamento com o setor educacional, modifica seu conteúdo drasticamente. Todas as medidas aprovadas durante o processo de reformas constitucionais, não extinguem o sistema, mas passam a adequá-lo à reforma do Estado, que, como objetivo último, obedece à lógica fiscal da

⁸¹ O argumento aqui se baseia na elaboração de Filgueiras & Gonçalves, quando estes argumentam que os governos de Fernando Henrique e Lula privilegiaram as “políticas focalizadas” em oposição as “políticas universais” de assistência social, seguindo a lógica própria da ideologia liberal que, segundo os autores, “deixa de fora as causas estruturais da desigualdade e da pobreza”. Argumentam ainda que a combinação entre a flexibilização e precarização do trabalho com políticas focalizadas e flexíveis de combate à pobreza, coadunam-se com as premissas desenvolvidas pelo Banco Mundial para o tratamento da pobreza no mundo. Assim, programas como Bolsa Família/Fome Zero estariam plenamente em sintonia com as exigências do capitalismo na sua atual forma de reprodução sócio-econômica. Ver, FILGUEIRAS, L. A. M.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. Sobre tudo o capítulo 5, “Pobreza e política social”.

elevação da arrecadação associada ao cumprimento dos superávits primários estabelecidos pelos bancos internacionais. Esse modelo implica num ataque direto às conquistas sociais que o proletariado brasileiro alcançou ao longo da sua história de lutas. Quando nos referimos ao grau ou ao nível de concessões permitidos pela burguesia em favor do proletariado, estamos apontando para esse processo. Enquanto o proletariado brasileiro esteve numa posição ofensiva, de confronto aberto contra o capital, foi possível manter e ampliar alguns desses direitos. No entanto, a partir do momento que o principal partido *na* esquerda organizado no pós-1964, juntamente com a única central sindical combativa – respectivamente, PT e CUT –, capitulam e passam a compor, progressivamente, com os quadros da burguesia – até representá-la diretamente –, os direitos sociais, ou aquilo que podemos chamar de “Estado de bem-estar social brasileiro”, passam a ser reestruturados⁸².

Vimos, portanto, que enquanto fundamento *universal* da social democracia, PSDB e PT, reproduzem o princípio da participação política eleitoral como o único instrumento eficaz na luta pela ampliação dos direitos sociais. O caráter *particular* dessa forma de social democracia, no entanto, restringe estes direitos ao “mínimo possível”, pois ambos os partidos orientam suas ações a partir da perspectiva do capital, cuja hegemonia é exercida nas últimas décadas por sua fração financeira. Esse mínimo possível se traduz, no plano concreto, através de uma menor participação do Estado na garantia de direitos sociais, ao mesmo tempo em que cria e amplia a participação das “organizações sociais” de caráter privado – ou numa linguagem própria ao marxismo, os *aparelhos privados de hegemonia burguesa* – na condução de

⁸² Sem entrar no mérito da questão, identificamos a passagem da década de 1980 para 1990, como o momento inicial da inflexão rumo à uma postura “defensiva” dos movimentos sociais no país. Sobretudo após a derrota de Lula, em 1989, onde a partir de então, o PT passou a adotar uma estratégia política marcadamente hegemonizada pela lógica da legalidade burguesa, via eleições. Para muitos autores, esta transição permitiria a caracterização do PT e, portanto, do governo Lula, assim como os governos de Fernando Henrique, como um governo “social-liberal”, tal como proposto pelas teses de Anthony Giddens, quando este propõe uma “terceira via” de organização politicoeconômica. Não encontramos, neste momento, espaço para discutirmos as possíveis diferenças entre as teses da social democracia e as do social liberalismo. Para o presente trabalho, apontamos apenas que ambas possuem mais identidades do que propriamente discrepâncias, pois são formas que propugnam uma forma de organização do modo de produção capitalista que possibilitem o desenvolvimento social que preservem os “direitos individuais dos cidadãos”. Em nenhuma destas formulações observamos qualquer crítica radical ao capitalismo, pelo contrário, e talvez isso as identifique como formas declaradas de administração e “aperfeiçoamento” do capitalismo.

interesses sociais específicos. Ainda no plano concreto, a “melhor” alternativa apresentada pelo Estado para “amenizar” as contradições sociais inerentes ao capitalismo é a criação de programas de “transferência de renda”, materializados na concessão de “bolsas sociais”. O programa “Fome Zero” é o maior exemplo dessa lógica. Tais programas reafirmam o caráter autocrático do Estado burguês no Brasil, na medida em que reforçam e aprofundam o assistencialismo, abrindo espaço para governos de corte bonapartista, como o de Luiz Inácio Lula da Silva⁸³.

Se em sua origem, a social democracia clássica, impulsionada pelo implacável “jogo eleitoral”, aproxima-se de setores médios (pequena burguesia, rural e urbana), hoje, no Brasil, a social democracia faz o “jogo” do grande capital (financeiro, industrial, comercial e rural). O princípio que orienta a particularidade brasileira é o mesmo observado na gênese socialdemocrata: a “mudança” e a “transformação”, só poderão ocorrer pela via democráticoeleitoral, por isso é necessário ter a maioria para governar. O problema é que o “conteúdo” da mudança é extremamente vil aos trabalhadores, pois, no seu momento de ascensão, a social democracia se apoiou no fluxo também ascendente do movimento operário, que contava com o referencial da Revolução Bolchevique para orientar suas ações, alcançando assim, conquistas significativas para o conjunto da classe trabalhadora. No Brasil, diante do refluxo do movimento operário, concomitantemente à ofensiva do capital, a social democracia será o principal instrumento político no processo de eliminação de direitos historicamente conquistados, oferecendo as “migalhas” que sobraram sobre a mesa do banquete desfrutado pela burguesia⁸⁴.

Para concluir a presente seção, uma última diferença entre PSDB e PT necessita ser analisada. Esta diz respeito aos contornos ideológicos dos governos levados a cabo pelos dois partidos⁸⁵. No que diz respeito à formação do “consenso social” em torno das propostas de governo, o governo Lula foi

⁸³ Trataremos do caráter bonapartista do governo Lula na conclusão de nosso trabalho.

⁸⁴ Importante notar que, no caso brasileiro, tais “migalhas”, como o “programa de bolsas”, mas principalmente o aumento do crédito, azeitam a engrenagem da lógica financeira, hegemônica no presente momento histórico.

⁸⁵ E aqui nos restringiremos aos aspectos imediatos da manifestação ideológica, sobretudo ao plano discursivo.

infinitamente mais eficaz do que o seu antecessor. O petista conseguiu reunir em torno de suas propostas as frações de classe mais distintas e contraditórias da sociedade brasileira. Tal fato se deve, antes de mais nada, aos “resultados saudáveis” da economia, verificados a partir de meados de 2003, o que permitiu a ampliação dos referidos “programas sociais”. Mas também é preciso apontar que o PT em geral, e Lula especificamente, possuem um histórico que os identifica com a classe trabalhadora brasileira e com os movimentos sociais de corte progressista, como o MST por exemplo. Já o governo tucano, sempre foi identificado com um certo “elitismo” na política nacional, atraindo principalmente o apoio de setores conservadores e mesmo reacionários de diversas classes sociais, sobretudo dos setores médios da burguesia.

Historicamente, a bandeira do “socialismo” esteve presente nos programas políticos petistas – se bem que este “socialismo” sempre careceu de formulações precisas, aproximando-se muito mais das concepções de *justiça social* (como expostas acima) do que propriamente de uma proposta de ruptura com o capitalismo. Já entre os tucanos, a palavra de ordem sempre foi a “transformação”, cujo conteúdo deve ser traduzido como “modernização” e “democratização” das instituições. Nesse sentido, o PSDB nega o socialismo, não pelos possíveis avanços sociais que este sistema poderia alcançar, mas pela leitura que as “liberdades individuais” não poderiam ser sacrificadas em nome daqueles avanços. Portanto, há uma identidade, nessa concepção, entre socialismo e governo “anti-democrático”.

De qualquer forma, as formulações ideológicas do PT sempre tiveram uma vinculação com as chamadas “forças progressistas” da sociedade. Uma vez abrandado o discurso e revista a postura pública do seu principal candidato, fato que possibilitou uma relativa quebra do preconceito da pequena burguesia em relação à Lula, o caminho rumo ao Palácio do Planalto esteve mais próximo. Bastou para tanto, acenar generosamente ao bloco histórico no poder – de hegemonia financeira – com a *Carta ao povo brasileiro*. A partir de então, a derrota do PSDB foi líquida e certa. Devido à extensão e à complexidade do tema – que certamente comporiam uma nova tese – não vamos nos aprofundar nos aspectos ideológicos da contradição entre discurso

político, identidade social e projeto econômico do governo petista. Para o nosso intento, procuramos apenas demonstrar a existência de tal contradição.

Sendo assim, mesmo que no plano ideológico possam ser identificadas diferenças entre os dois partidos de orientação social democrata do Brasil, estas não são tão nítidas, pelo contrário, são praticamente inexistentes quando analisamos a realização dos projetos politicoeconômicos levados a cabo pelo PSDB e pelo PT quando estes estiveram à frente do comando do país.

As anomalias da social democracia brasileira resultam, portanto, do momento histórico em que esta forma política de administração do capital chega ao poder. No contexto de crise estrutural do capital, reafirma a autocracia burguesa em sua variante legalizada, manifestação essencial do *colonial-bonapartismo* no Brasil.

Parte II

De Fernando Henrique a Luiz Inácio: uma forma particular de social-democracia

“O concreto é concreto por ser síntese de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo. Eis a razão por que aparece no pensamento como processo de síntese, como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real e, assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação”
(O método da economia política)
Karl Marx.

Introdução

No início de seu primeiro mandato, ao ser questionado sobre as possíveis diferenças existentes entre a atuação do “político” e a do “sociólogo”, Fernando Henrique Cardoso teria respondido aos jornalistas: “esqueçam tudo o

que escrevi”. Mesmo tendo negado posteriormente tal afirmação – o então presidente narrou o fato como invenção dos jornalistas –, o episódio, polêmico por si só, suscita no mínimo algumas indagações: é possível verificar algum tipo de continuidade e/ou congruências entre as proposições do Cientista Social e as do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso? Todo o esforço intelectual de compreensão do desenvolvimento societário brasileiro e latino-americano empreendido pelo pesquisador serviu como arrimo teórico ao projeto político e econômico, implementado pela aliança conservadora consubstanciada na figura de Cardoso? Ou ainda, de outro modo, é possível afirmar que um dos maiores nomes da sociologia brasileira – tal como preferem alguns, *O príncipe* –, simplesmente deixou de lado todos seus escritos e reflexões ao assumir o Palácio do Planalto? A análise imanente da teoria produzida pelo autor, principalmente no que diz respeito à relação entre os conceitos de dependência e desenvolvimento¹, não nos deixa dúvida: a obra teórica da maturidade intelectual de Fernando Henrique alcançou uma vigorosa atualidade a partir da *consolidação do projeto social-democrata* no Brasil.

Denominamos *Consolidação da social-democracia brasileira*, o processo histórico que se estende entre os dois mandatos de Fernando Henrique (1995-1998/1999-2002) e o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Esse período marca o fim de um processo de transição de longa duração pactuada (*à long terme*), que se inicia com a abertura “lenta, gradual e segura” durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), como exposto na primeira parte de nosso trabalho. É nesse período de *consolidação* que as teses do sociólogo Henrique Cardoso serão recolocadas e rearticuladas num novo momento de internacionalização e mundialização do capital, alcançando conteúdo e concretude como projeto econômico-político.

Ao incluirmos o primeiro mandato de Luiz Inácio nesse contexto, entendemos que o caráter nuclear que dá *sentido* ao seu governo apresenta um claro e intencional – apesar de, na maioria das vezes, não assumido – viés de continuidade em relação ao projeto colocado em curso pelos dois mandatos de Fernando Henrique. Em que pesem algumas diferenças pontuais e outras de ordem histórica – principalmente no que diz respeito à formação dos dois

¹ CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina* – Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1970.

principais partidos de orientação social-democrata no Brasil, a saber, PT e PSDB –, ao analisarmos o complexo societário brasileiro no período em questão, verificamos que as semelhanças são muito mais visíveis, importantes e decisivas do que as discrepâncias. Em suma, o governo de Luiz Inácio não promoveu nenhum tipo de reforma que pudesse apontar para alguma forma de mudança; a organização política, em todos os níveis e poderes, reproduz de forma cada vez mais sofisticada e inovadora as mazelas próprias da autocracia burguesa em sua forma legalizada, materializadas nos mais diversos escândalos de corrupção, clientelismo e favorecimentos que inundam diariamente os noticiários; em termos econômicos, a continuidade, o aprofundamento e o aperfeiçoamento do modelo iniciado na gestão anterior reafirmam e renovam o caráter histórico de dependência e subordinação do país em relação aos pólos centrais do capitalismo, bem como da burguesia internamente instalada, sócio-subordinada ao capital transnacional; socialmente, a barbárie caminha a passos largos, levando a burguesia em suas mais diversas frações ao pânico (hipócrito) generalizado e ao radical esgarçamento dos mais elementares laços de solidariedade presentes nas formações sociais, empurrando milhões de seres humanos à inanição de uma vida miserável material e espiritualmente, principalmente os trabalhadores.

O objetivo desta seção é analisar o período que sumariamente expusemos acima. Buscaremos explicitar as possíveis aproximações e distanciamentos entre os dois governos. Partimos da tese que há uma clara continuidade entre os dois projetos, e a compreensão dos nexos constituintes do metabolismo social brasileiro no período em questão, nos permitirá apontar o caráter particular da social democracia brasileira, qual seja, uma expressão economicopolítica do liberalismo em um país que se inscreve no processo universal de objetivação do capital a partir de uma via particular (prussiano-colonial).

Para tanto, obedeceremos a divisão do período de acordo com os mandatos presidenciais. Sendo assim, o primeiro mandato de Fernando Henrique (1995-1998) teve como elemento central a consolidação do Plano Real, a reforma do Estado – principalmente as privatizações – e a reestruturação (abertura) econômica do país. Quando nos referimos aos dois

últimos aspectos, não podemos nos esquecer que, como consequência necessária desse processo, todos os setores organizados da classe trabalhadora deveriam ser combatidos e subjugados sob pena de fracasso do plano de estabilização.

Já o segundo mandato de Cardoso (1999-2002) se caracterizou como um momento de continuidade e aperfeiçoamento do projeto então em curso. Várias crises internacionais² (México, 1994, Ásia, 1997 e Rússia, 1998) exigiram medidas de readequação do modelo. Ao final desse processo, a configuração da hegemonia burguesa no Brasil possuía novos contornos. O capital em sua fração financeira – nacional e internacional – ditava as ordens da economia política brasileira; as outras frações burguesas (industrial, comercial e agrária) estavam presentes na aliança política que sustentavam FHC, porém não com a mesma força de outros períodos. A reestruturação e modernização conservadora do parque industrial brasileiro promoveram o desmantelamento do movimento operário, setor mais combativo até então, entre os trabalhadores, abrindo caminho para as Reformas Constitucionais – previdenciária, trabalhista – que preconizavam a precarização cada vez mais acentuada das condições de trabalho no país. As categorias ligadas ao funcionalismo público – principalmente os petroleiros – passam a se constituir como o pólo mais organizado do movimento sindical, apesar de haverem sofrido derrotas já no primeiro mandato de Fernando Henrique. Tais processos imprimiram e reafirmaram o caráter conciliador ao qual vinha se submetendo o movimento sindical, tanto do setor público como do setor privado³.

Durante o governo de Luiz Inácio a economia mundial começa a se recuperar das crises anteriores e os efeitos dessa retomada se farão sentir internamente. Aprofundando uma tendência iniciada no segundo mandato de Fernando Henrique, a equipe econômica de Lula da Silva criou condições para que o país exportasse cada vez mais, reafirmando assim o papel nuclear desse setor no conjunto da economia. Tal papel, historicamente observado, levou a

² Na verdade, estas constituem momentos de um mesmo ciclo de explicitação da crise estrutural que o capital passa a enfrentar a partir de meados dos anos 1970. (MESZÁRÓS, 2002).

³ MOURA, A. M.; DEO, A. *A greve dos petroleiros de 1995*. Santo André: CUFSA, 2001. Monografia desenvolvida no curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Sociologia e História do Trabalho. Centro Universitário Fundação Santo André, 2001.

um grau de dependência – e conseqüente subordinação – ainda mais elevado. De qualquer forma, com a intensificação das transações no comércio mundial, a economia brasileira começa a apresentar os primeiros sinais de recuperação, mesmo que como conseqüência de um cenário externo favorável. No plano interno, o principal feito do governo Lula, em termos sociais, foi a unificação dos programas de transferência de renda, criando assim o *Fome Zero*. Tal programa, de caráter claramente assistencialista, estendeu a concessão de “bolsas sociais” a milhares de famílias brasileiras e se apresenta como a proposta “mais avançada” que o ideário liberal brasileiro conseguiu formular para o combate a miséria no Brasil. Além disso, a eleição de um ex-metalúrgico, migrante nordestino, identificado com as camadas paupérrimas da estrutura social brasileira, promoverá um arrefecimento das “lutas sociais” no país. Nesse sentido, o governo de Luiz Inácio demonstrou mais eficiência do que os dois períodos de Fernando Henrique, pois, ao levar para o Palácio do Planalto os setores mais organizados e combativos da esquerda brasileira, abortou qualquer possibilidade de um projeto alternativo de caráter progressista, nacional-popular, quiçá emancipador.

Ao sublinharmos o caráter do período referido, temos claro que, como todo processo, este também se desdobra em novas contingências históricas. Como o objeto de nossa pesquisa está delimitado no período sumariamente descrito, não nos debruçamos sobre os desdobramentos posteriores ao período, mesmo correndo o risco de incorrerem em possíveis falhas e/ou lacunas.

Capítulo I

Fernando Henrique Cardoso e a vitória da *modernização conservadora*

A elaboração e concretização do Plano Real alcançaram o objetivo esperado de reconstruir a aliança política burguesa no Brasil que daria continuidade à implementação da retomada liberal-conservadora no país. Tal aliança sofrera os abalos dos percalços causados pela passagem de Collor de Mello pelo Planalto. Uma vez acalmados os ânimos sociais – papel muito bem desempenhado pelo governo Itamar Franco –, o momento era de recomposição do bloco histórico burguês e o nome de consenso foi o de Fernando Henrique Cardoso. Eleito em 1994, assume em 1º de janeiro de 1995; sua tarefa – como ele mesmo anunciou em seu discurso de posse – seria a modernização econômica, política e social do Brasil. Tal modernização teria como premissa a inserção do país no novo ciclo de internacionalização da economia mundial. Nesse novo ciclo o predomínio da fração financeira do capital mundial passa a ditar a lógica do processo de reprodução e acumulação capitalistas e o primeiro mandato de Cardoso (1995-1998) colocará o Brasil nos “trilhos” em que perseguirá, sempre de forma subordinada e dependente, a locomotiva do capital monopolista internacional.

1. A transição Itamar Franco – Fernando Henrique Cardoso

A breve passagem de Itamar Franco pelo palácio do Planalto teve como mote a reorganização do bloco histórico de hegemonia burguesa no país. Itamar herdara de seu sucessor um quadro de grandes manifestações sociais e agudos problemas econômicos, além da crise política em si. Mesmo sendo caracterizado pelo explícito espontaneísmo político e pela incongruência ideológica, o movimento dos “cara pintada” colou milhares de jovens nas ruas do país. Tais jovens manifestavam sua insatisfação com o quadro de corrupção desvelado pelos escândalos envolvendo o presidente Collor de Mello. Além disso, Itamar deparar-se-á com a organização sindical do funcionalismo público – último pólo de resistência combativa do sindicalismo no Brasil –, enfrentando paralisações em importantes categorias ligadas às empresas estatais¹. No que diz respeito à economia, o país voltava a experimentar o crescimento dos índices de inflação e desemprego, bem como o retorno da recessão, consequências diretas do fracassado Plano Collor.

A saída encontrada produziu os efeitos esperados. A proposta de formação de um “pacto nacional” envolvendo as diversas frações da burguesia e a aristocracia operária arrefeceu os ânimos e os principais partidos na esquerda ficaram isolados diante da assertiva liberal. A partir de então Itamar teve o arrimo sócio-político necessário para retomar o projeto iniciado – porém interrompido prematuramente – por Collor de Mello e aperfeiçoar/desenvolver um projeto no Brasil que se coadunasse com os pressupostos da nova fase de internacionalização da economia capitalista.

Tal projeto se inscreve entre uma série de propostas que, a partir da década de 1990, começam a ser implementadas em toda América Latina, cuja matriz teórica deriva dos pólos centrais do capital financeiro capitaneados por agências internacionais como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

¹ Além dos petroleiros, que paralisaram suas atividades em 1994, outras categorias ligadas ao funcionalismo público federal deflagraram movimentos grevistas

[...] o chamado “Consenso de Washington”, que expressou para a América Latina os novos caminhos – segundo ele, da estabilização e do desenvolvimento – que deveriam ser trilhados por suas sociedades e economias [...]².

Diante do processo de mundialização do capital, o receituário do *Consenso de Washington* seria a melhor alternativa – segundo seus propugnantes – à inserção da economia latino-americana numa economia “globalizada”.

Resultado de um encontro realizado em novembro de 1989 na capital dos Estados Unidos, contou com a participação de funcionários do governo estadunidense e de economistas acadêmicos latino-americanos³ – além das instituições financeiras já citadas. A denominação (informal) *Consenso de Washington* representava as conclusões dos debates organizados pelo Institute for International Economics, encontro este intitulado “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, onde a proposta central era analisar os equívocos, bem como os possíveis acertos, cometidos pelos governos latino-americanos durante a implementação de seus planos de reestruturação econômica na década de 1980. Além da avaliação das reformas – de corte liberal – já em andamento no subcontinente, procurava desenvolver oportunidades de coordenação “das ações por parte de entidades com papel importante nesse processo”⁴, quais sejam, aquelas que representassem o capital financeiro tanto em nível nacional como internacional, ou seja, a análise do documento aponta para a articulação da fração financeira da burguesia internacional no sentido de se transformar em força hegemônica a partir de seus braços nacionais.

As diretrizes básicas do documento indicavam para reformas necessárias e urgentes que compreendiam três fases distintas, porém integradas: a estabilização macroeconômica, as reformas estruturais e a retomada dos investimentos e do crescimento. Tais medidas deveriam ser orientadas pelo fluxo e pela dinâmica de uma economia de livre mercado, demarcando o terreno político com o resgate da ortodoxia liberal, própria do

² FILGUEIRAS, Luiz. *História do plano real*. – 3. ed. – São Paulo: Boitempo, 2006, p. 93.

³ Na ocasião, Carlos Bresser Pereira foi indicado como representante do Brasil na conferência (FIORI, J. L. *Moedeiros Falsos*. – 4. ed. - Petrópolis: Vozes, 1998, p. 14).

⁴ FILGUEIRAS, 2006, p. 95.

processo em curso nos pólos centrais do capitalismo, onde, a partir do final da década de 1970, a ofensiva conservadora ganhou espaço⁵.

Podemos afirmar que o Plano Real, implementado em 7 de dezembro de 1993, foi idealizado a partir das “sugestões” oriundas do encontro de Washington. Anunciado como um plano de estabilização, foi responsável por uma série de mudanças que seriam complementadas e aperfeiçoadas ao longo dos oito anos em que Cardoso esteve à frente do Planalto.

Argumentando que o Consenso de Washington se caracterizou como um dos fundamentos teóricos do Plano Real, Luiz Filgueiras afirma:

Como se sabe, todos os planos de estabilização adotados nos últimos anos na América Latina são da mesma família do Consenso de Washington [...]. Em todos os lugares onde foram adotados, esses planos seguiram, sempre, o mesmo roteiro: combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do “ajuste fiscal”. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social – desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) comercial e financeira⁶.

Nesse sentido, o documento defendia algumas medidas que deveriam ser tomadas como referências para o processo de reestruturação e recuperação das economias nacionais latino-americanas. A seguir, elencamos aquelas que consideramos mais congruentes com o desenvolvimento sociometabólico brasileiro. Importante notar que diante do processo universal de mundialização do capital, tais medidas terão a função mediadora (de caráter particular) na objetivação dessa etapa do desenvolvimento capitalista nas singularidades nacionais. Vamos a elas.

Um dos principais fundamentos liberais resgatados pelo “Consenso” é a teoria do “Estado Mínimo”⁷. Propugna uma reestruturação orçamentária, defendendo uma rígida disciplina através da redução dos gastos públicos e a realização de uma reforma tributária. A questão central é aumentar os índices de arrecadação concomitantemente à redução dos gastos públicos e do

⁵ FIORI, 1998; BATISTA, P. N., et al. *Em defesa do interesse nacional*. Desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; SADER, E. (org.); GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

⁶ FILGUEIRAS, op. Cit., p. 93-94.

⁷ Para uma primeira aproximação sobre a teoria do “Estado Mínimo” ver: NOZICK, R. *Anarquia, estado y utopia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1990; CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado – Pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

“tamanho” do Estado. Tal objetivo deveria ser alcançado aumentando a parcela da população sobre a qual incidiriam os tributos sem que as maiores rendas passassem, necessariamente, por uma maior tributação⁸.

Uma orientação importante diz respeito ao regime cambial. A política de estabilização a ser adotada pelos países deveria se pautar numa “dolarização direta ou indireta”. Tal procedimento deveria ser adotado a partir de uma sobrevalorização da moeda nacional complementada com uma política monetária passiva, ou seja, os bancos centrais nacionais perderiam – ou, no mínimo, veriam comprometidas – sua capacidade de autonomia e soberania⁹.

Outra medida a ser implementada pelos Estados Nacionais seria a “liberalização comercial e financeira”. Esta seria a principal ferramenta para inserir os países latino-americanos nos “trilhos da modernidade”, uma vez que a “abertura unilateral e rápida” dos mercados nacionais atrairia os capitais externos, promovendo, através da “livre concorrência”, o aperfeiçoamento do mercado interno de acordo com os novos padrões internacionais.

As privatizações assumem papel central nesse processo, pois, ao mesmo tempo em que “reduziriam” a participação e o “tamanho” do Estado no processo econômico, se constituiriam como a principal forma – não a única – de atrair os investimentos externos diretos, considerados agora como um instrumento de “complementação da poupança nacional” e de desenvolvimento tecnológico. Por esses motivos, os capitais externos deveriam ter o mesmo tratamento do que aqueles de origem interna. A desregulamentação econômica cumpriria a mesma função ao permitir uma liberdade total aos capitais externos e a defesa intransigente das propriedades intelectual e industrial, através de uma clara política de proteção de patentes, seria a garantia de ganhos certos para os monopólios transnacionais¹⁰.

⁸ Filgueiras argumenta que tal reforma tributária deveria privilegiar “[...] sobretudo, a ampliação da base de incidência dos tributos e não o seu aumento e que tivesse menor progressividade do imposto de renda e maior contribuição dos impostos indiretos[...].” (FILGUEIRAS, op. Cit., p. 95)

⁹ No que diz respeito à posição dos Bancos Centrais, em especial o do Brasil, há uma série de argumentos que apontam para a total incapacidade do BC's em reagir diante dos fluxos do mercado financeiro internacional. Voltaremos a esta discussão mais adiante; por enquanto, basta apontar que todo o discurso e propostas de “autonomia” dos BC's, constituem-se como uma das medidas fundamentais para implementação do projeto liberal-conservador. Portanto, não há nenhuma postura passiva por parte dos BC's, principalmente o do Brasil.

¹⁰ FILGUEIRAS, op. Cit., p. 96.

É importante notar que as propostas defendidas no Consenso de Washington se coadunam, em grande medida, com o Plano Collor. No entanto, os erros daquele momento não poderiam ser repetidos. Segundo os defensores de tal modelo (FMI, Banco Mundial), houve no Brasil uma inversão das etapas, algo como “colocar o carro na frente dos bois”; o principal equívoco da equipe econômica de Collor de Mello teria sido a implementação da desregulamentação e da abertura econômica sem antes alcançar a estabilização da moeda, ou seja, para garantir um afluxo de capitais externos constante era necessário, antes de mais nada, estabilizar a moeda nacional, garantindo assim um “crescimento sustentado e competitivo” em nível mundial e um cenário inflacionário controlado, com baixos índices. Tais conclusões foram “produzidas” em um novo encontro em Washington.

Em janeiro de 1993, o mesmo instituto que patrocinara as reuniões de 1989 voltou a reunir os representantes da burguesia financeira mundial. Em linhas gerais participaram as mesmas instituições financeiras. No que diz respeito à representatividade dos países, esta foi estendida aos países da África e da Ásia – além dos da América Latina – que enviaram seus representantes: basicamente, executivos de governos, banqueiros, empresários de empresas privadas e acadêmicos. Os debates desse encontro tiveram como ponto de partida o documento *Search of a Manual for Technopols*, redigido por John Williamson¹¹.

Segundo José Luís Fiori, o objetivo central do encontro era discutir “as circunstâncias e as regras de ação que poderiam ajudar um *technopol* a obter o apoio político que lhe permitisse levar a cabo com sucesso”¹² as medidas propugnadas pelo Consenso de Washington. O Plano Real deve ser entendido nesse contexto e a eleição de Fernando Henrique Cardoso concretizou o sucesso de tal estratégia.

Cardoso esteve à frente da equipe econômica que formulou e concretizou o Plano Real¹³. Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco,

¹¹ Fora o mesmo John Williamson que criara a expressão *Washington consensus*, em 1989.

¹² FIORI, 1998, p. 11 e 12. Segundo Fiori, Williamson usou a denominação *technopols* para identificar “[...] economistas capazes de somar ao perfeito manejo do seu *mainstream* (evidentemente neoclássico e ortodoxo) a capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda política do *consensus* [...]”. (Ibid., p. 12.)

¹³ Importante salientar que, entre outubro de 1992 e maio de 1993, Fernando Henrique esteve no comando do Ministério das Relações Exteriores.

a partir de maio de 1993, seu nome despontava como a alternativa viável para dar continuidade ao plano/projeto de modernização conservadora. Do ponto de vista do bloco histórico hegemônico, estabeleceu-se um consenso em torno de seu nome; intelectual consagrado, político comprometido historicamente com as forças progressistas que lutaram contra a ditadura (apesar de nunca assumir uma posição nacional-popular), rodeado por uma burocracia técnica comprometida com as frações financeiras do capital nacional e internacional, mas também abrindo espaço para os setores industrial, comercial e agrário da burguesia, Fernando Henrique apresentava todas as características necessárias à um *technopol*, daí a formulação esclarecedora de Fiori:

[...] Desde este seu ponto de vista, aliás, o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta(va) ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.¹⁴

Portanto, podemos dizer que a eleição de Cardoso pode ser entendida como mais um momento, mais uma etapa do projeto de recomposição das forças políticas conservadoras do país. Para tanto, a implementação do Real não pode ser ignorada.

Segundo a análise de Filgueiras, o Plano Real foi implementado em três fases, entre o anúncio, em dezembro de 1993, e o surgimento de uma nova moeda, em julho de 1994: *1ª fase, ajuste fiscal; 2ª fase, criação da Unidade Real de Valor (URV); 3ª fase, instituição de uma nova moeda*. Todo esse processo seria complementado pelas reformas de caráter estrutural, concretizadas pela Reforma Constitucional durante o então primeiro mandato de Fernando Henrique, assunto este que será tratado posteriormente.

A primeira etapa a ser cumprida seria, então, a do ajuste fiscal. Grosso modo, era preciso buscar o equilíbrio orçamentário da União. Na *Exposição de Motivos nº 395, de 7/12/1993*¹⁵, os objetivos são claros: “[...] redução e maior eficiência de gastos; recuperação da receita tributária; fim da inadimplência de Estados e Municípios com a União[...]”, além da ampliação do programa de privatização e da necessidade de saneamento do sistema bancário em nível estadual e federal.

¹⁴ FIORI, 1998, p. 14. O parêntese é nosso.

¹⁵ Apud, FILGUEIRAS, 2006, p.102.

Para alcançar estas primeiras medidas, foi criado, ainda em 1993, o Fundo Social de Emergência (FSE). Segundo o governo, o FSE seria uma forma de promover cortes no orçamento da União para 1994, além de proporcionar um maior controle do fluxo de caixa e uma maior flexibilidade na utilização dos recursos orçamentários. Com esse artifício o Executivo conseguiu ampliar sua liberdade na manipulação dos gastos públicos no interior do orçamento. Além do objetivo eleitoral – lembremo-nos que 1994 era um ano de eleições gerais –, o objetivo era alcançar um equilíbrio fiscal primário, fundamento este que matizou todo o período posterior¹⁶.

Outras medidas foram tomadas no sentido de reduzir os gastos públicos nas três esferas da Federação, entre elas destacamos a proibição de emissão de novos títulos da dívida pública, medida esta tomada a partir da renegociação das dívidas com Estados e Municípios. Tais medidas se coadunavam com o discurso oficial que anunciava a “responsabilidade fiscal” do governo, ou seja, os gastos não ultrapassariam a arrecadação, criando um clima de credibilidade para a nova moeda a ser implantada¹⁷.

A segunda etapa de implementação do Real diz respeito à criação da Unidade Real de Valor, a URV. Criada em 1º de março de 1994, a URV se caracterizou como um “superindexador”, acoplando o novo referencial monetário ao dólar. Segundo Filgueiras, esse é o momento de “preparação” da chamada “âncora cambial”, implementada efetivamente na 3ª fase do Plano. Tal proposta cumpriu com sua função econômico-política para a lógica do plano e sua articulação, com o objetivo políticoeleitoral.

Todos os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 criaram novas moedas. Com o Plano Real não foi diferente. No entanto, se em momentos anteriores essas novas moedas foram criadas de forma abrupta,

¹⁶ Ibid, p. 101 a 104. Posteriormente, o FSE foi renomeado, passando a se chamar Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). É nesse contexto que será criado o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), rebatizado em seguida como Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), este último criado sob o argumento de que seus recursos seriam destinados à área da saúde. A despeito de seus “objetivos originais”, tais medidas possuem um caráter arrecadatório, ou seja, fazem parte de uma estratégia mais ampla de arrecadar cada vez mais para garantir o necessário – e exigido – superávit primário.

¹⁷ Ibid. Todas estas medidas foram impostas à sociedade brasileira através do expediente autocrático-legalizado das Medidas Provisórias. Importante salientar que esta foi a saída encontrada pelo governo para implementar as mudanças fiscais necessárias ao “bom” andamento do Plano Real diante da recusa do Congresso Nacional em aprovar a Reforma Tributária proposta pelo Executivo. Voltaremos a esta questão quando tratarmos do processo de Revisão e Reforma da Constituição.

com a URV o processo foi diverso. A nova moeda foi implantada progressivamente, pois, durante um período de quatro meses, duas moedas operaram simultaneamente no país, o Cruzeiro Real – então vigente – e a URV. De acordo com Filgueiras,

Idealmente, o processo deveria possibilitar a passagem, paulatina, de todos os preços e salários de Cruzeiro Real para URV, de modo espontâneo e / ou induzido através da fixação imediata dos preços, tarifas e contratos públicos em URV. Quando quase toda economia estivesse operando com base em URV, esta se transformaria na nova moeda, o Real. Neste momento, quase todos os preços relativos da economia estariam alinhados, isto é, não haveria pressão para qualquer modificação na posição relativa dos diversos agentes econômicos, garantindo-se, assim, que a inflação existente em Cruzeiro Real não viesse a contaminar a nova moeda¹⁸.

Apesar de algumas diferenças entre a proposta inicial e a concretização do processo, esta segunda etapa alcançou relativo êxito: a inflação caiu abruptamente. Além disso, a inflação inercial, que segundo os formuladores do plano teria sido o elemento responsável pelo fracasso dos planos anteriores (década de 1980, início da de 1990), foi totalmente eliminada. Há que se observar ainda que a URV manteve o poder aquisitivo dos salários relativamente constante, e o resultado político do plano de estabilização foi a reversão do quadro sucessório, que durante a maior parte da corrida eleitoral, apontava para o principal candidato na oposição, Luiz Inácio, como favorito. No pleito de 1994, Fernando Henrique Cardoso é eleito ainda no primeiro turno com 54,27% dos votos, contra 27,04% do segundo colocado, Lula.

A partir de 1º de julho de 1994, entra em vigor a nova moeda, o Real. Temos aí o início da terceira fase de implantação do Plano explicitando o elemento central de valorização da nova moeda, a “âncora cambial”¹⁹. O regime cambial adotado pelo Banco Central era mais flexível, pois não garantia a conversibilidade das duas moedas (Real e Dólar). Tal medida fora adotada por permitir respostas mais adequadas diante das turbulências desencadeadas pela crise mexicana que já provocara estragos visíveis na economia do Mercosul, principalmente na Argentina.

¹⁸ Ibid., p. 105. Toda a discussão sobre o componente inercial da inflação, que perpassa os planos econômicos anteriores, pode ser encontrada em FILGUEIRAS, 2006, cap. II.

¹⁹ A conversão final “[...] constituiu na transformação da URV em Real, quando ela então valia CR\$ 2.750,00, cuja conversão foi feita na proporção de 1URV = R\$ 1. Essa etapa trouxe consigo a explicitação da ‘âncora cambial’, que estava subentendida no período anterior. A taxa de câmbio foi fixada, pelo Banco Central, em US\$ 1 = R\$ 1, com o apoio e a garantia das reservas em dólar acumuladas desde 1993 [...]”. (Ibid., p. 108).

Essa forma específica de “dolarização” apontava para a necessidade de reservas em dólares cada vez mais volumosas, pois a emissão da nova moeda deveria ter como lastro a moeda americana. O governo, que já vinha acumulando reservas expressivas desde 1993, passa a praticar uma política de juros altos – através de deliberações do Banco Central. Com isso, as reservas em dólar vão aumentar significativamente num curto espaço de tempo, devido ao grande afluxo de capitais externos de curto prazo atraídos pelos juros. As medidas práticas para que essa “receita” alcançasse os resultados desejados – inclusive “o combate à inflação com crescimento econômico e aumento do emprego” – podem ser assim resumidas:

[...] abertura da economia às importações, com a queda das alíquotas do Imposto de Importação; quebra das barreiras para entrada de capitais estrangeiros no mercado financeiro, atraindo-os com elevadas taxas de juros; e câmbio nominal e real em queda.

Podemos dizer que, no Brasil, este é o momento de inflexão no interior do bloco burguês. É a partir da criação de uma nova moeda, bem como dos mecanismos de funcionamento do Plano Real, que os agentes financeiros – internos e externos – passam a atuar como determinantes na condução da economia brasileira. A conjugação remonetização/regulação/administração da dívida pública constituir-se-á na ferramenta de poder das equipes econômicas comandadas pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda. A apreciação (âncora) cambial implementada por Gustavo Franco²⁰ se caracterizou como o

²⁰ Exerceu a função de Presidente do Banco Central do Brasil em duas ocasiões, entre 31 de dezembro de 1994 e 11 de janeiro de 1995, na condição de interino, durante o governo de Itamar Franco, e entre 20 de agosto de 1997 e 4 de março de 1999, entre o final do primeiro e início do segundo mandatos de Cardoso. É importante salientar ainda, que Gustavo Franco representa uma “escola” econômica cujas linhas mestras foram traçadas por uma equipe liderada por Edmar Bacha, economista, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, considerado um dos principais formuladores do Plano Real. Entre seus “colaboradores”, encontramos uma série de intelectuais e técnicos que ocuparam (e ocupam) postos relevantes na burocracia estatal, principalmente na presidência do Banco Central, tais como Pérsio Arida (este viria a ser sócio do banqueiro Daniel Dantas, no então recém fundado Banco Opportunity), Gustavo Loyola, Armínio Fraga e Pedro Malan, este último, ocupando o cargo de Ministro da Fazenda durante todo o período de governo de Cardoso, ou seja, 1995-2002. Ao analisarmos a trajetória profissional dos nomes aqui elencados, constatamos uma característica comum entre todos eles, qual seja, estão diretamente ligados ao capital financeiro nacional e internacional, como executivos e sócios de bancos de investimentos e agências de consultoria financeira. Um relato interessante e esclarecedor – apesar do tom jornalístico – pode ser encontrado em NASSIF, L. *Os cabeças-de-planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. Principalmente os capítulos intitulados *O Plano Real, As ferramentas financeiras dos anos 1990 e Os donos do dinheiro*.

“grande negócio do século” para os capitais financeiros internacionais, e também para aquelas frações da burguesia financeira brasileira que eram representadas pela burocracia do Banco Central. O mecanismo funcionaria da seguinte forma: à medida em que há uma apreciação do Real, o dólar se torna um ativo escasso no mercado interno. Sendo assim, cria-se a justificativa para o aumento contínuo da taxa de juros como forma de atrair dólares para o país. Novos bancos de investimento vão surgir como responsáveis pelo “comando” do movimento de atração de dólares.

Como consequência direta desse “Golpe de apreciação”, toda estrutura econômica desenvolve uma enorme dependência em relação à moeda estadunidense. Paralelamente, a dívida pública passa a crescer exponencialmente, uma vez que será utilizada como lastro de remuneração dos fluxos de capitais externos²¹, ou de forma mais direta, o capital financeiro passa a ser remunerado através da dívida pública, sendo que todo o processo econômico deve ser estruturado para atingir tal fim, manifestando assim o caráter endemicamente burguês do Estado²².

Notamos aqui, o início de um mecanismo que será fundamental para garantir o ingresso do Brasil nessa nova etapa de internacionalização do capital liderada pelo capital financeiro mundial, qual seja, a política de juros altos. Esta será, juntamente com todo “esforço exportador” do período posterior, a forma primeira de atração de capitais externos para o interior da economia brasileira. Como buscaremos demonstrar mais adiante, tais mecanismos reafirmam e recolocam – num novo patamar de desenvolvimento do capital – o caráter historicamente determinado e ocupado pelo Brasil no cenário internacional, aquele de uma economia que se insere nas diversas etapas de internacionalização do capital de forma subordinada e dependente, cuja burguesia – em suas diversas frações – se associa às burguesias dos pólos centrais, também de forma subordinada, expressando e reafirmando sua incapacidade e impotência política diante de processos econômico-sociais que demandem algum grau de autonomia nacional. Como procuramos analisar na

²¹ NASSIF, 2007, p. 25 a 33.

²² “[...] o Estado moderno, que, comprado progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos, cai plenamente sob o domínio destes pelo sistema de dívida pública, e cuja existência, tal como se manifesta na alta e na baixa dos papéis estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses [...]” (MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 75).

introdução de nosso trabalho, tais características se coadunam com as características de formações sociometabólicas que percorrem o “caminho” prussiano-colonial de objetivação do capitalismo.

Finalizado o processo de implementação do Plano Real, podemos dizer que, do ponto de vista da reorganização e recomposição dos setores conservadores, o governo de Itamar Franco cumpria sua função: alçar ao comando geral da nação um presidente que iria dar continuidade às propostas propugnadas pelo Consenso de Washington. Na epígrafe de seu livro, *Os moedeiros falsos*, Fiori cita uma frase de John Williamson que ilustra o que afirmamos. De acordo com Williamson, “É importante para um technopol vencer a própria eleição para continuar a implementar sua agenda [...]”, caso contrário, “[...] Vencer uma eleição abandonando suas posições é para ele uma vitória de Pirro”²³.

A posse de Cardoso significou a continuidade do projeto. O próximo passo a ser dado dizia respeito às reformas do Estado, à continuidade do programa de privatizações e ao aperfeiçoamento do Real.

2. O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso: continuidade e ajustes

Em 1º de janeiro de 1995, Itamar Franco transmite o cargo a Fernando Henrique Cardoso. O discurso da modernização deu o tom dos pronunciamentos da posse. Aliás, esta temática já vinha sendo a “ponta de lança” da campanha à Presidência da República; todo seu programa de governo indicava explicitamente o caminho a ser seguido (continuado). Na verdade, tratava-se de recolocar, sobre novas bases históricas, a discussão do desenvolvimento possível em economias capitalistas “dependentes”. Afirmamos anteriormente, que a análise de Fernando Henrique Cardoso alcançara *elevada atualidade*, principalmente pelo fato desta se constituir como um dos alicerces que serviram (e servem) de arrimo teórico do projeto liberal-conservador no Brasil. É isso que pretendemos demonstrar a partir de agora.

²³ FIORI, 1998, p. 11.

2.1. Arrimo teórico e concreção histórica

A obra intitulada *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de autoria de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, enuncia seus propósitos claramente já em seu prefácio:

[...] esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas de desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania.²⁴

Trata-se, portanto, da compreensão das especificidades históricas que levaram as economias latino-americanas a uma condição de dependência estrutural, mesmo após o processo em que estas alcançaram sua autonomia política e se constituíram em Estados Nacionais. Os autores chamam atenção para o fato de se tratar de um subcontinente composto por modelos econômicos distintos que resultaram de processos históricos específicos e que as análises que tendem a tratar a situação econômica da região como homogênea incorrem em “um equívoco teórico de conseqüências práticas perigosas”²⁵. Chamemos a atenção para esta última frase. Os autores já apontam para a necessidade de um “diagnóstico” que possa servir como referencial teórico para futuras ações politicoeconômicas, aliás, os desdobramentos da análise proposta apontam claramente para esse caminho.

Abertamente inseridos no debate dos anos 1970, Cardoso e Faletto buscam analisar os caminhos da dependência na América Latina apontando, inicialmente, os equívocos dos esforços analíticos empreendidos até aquele momento²⁶.

O questionamento inicial dos autores pode ser assim resumido: por que as previsões do “esquema interpretativo” *desenvolvimentista* não haviam se realizado, tornando-o insuficiente para explicitar o curso dos acontecimentos

²⁴ Ibid., p. 7.

²⁵ Ibid., p. 7.

²⁶ Tal debate diz respeito às análises e estudos produzidos por duas “escolas” econômicas, a saber, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e aquela intitulada Teoria da Dependência. A primeira parte do livro se dedica à análise dos equívocos e insuficiências de que padeciam tais abordagens.

posteriores aos anos 1940? Respondem à pergunta argumentando que tais teorias produziram uma análise que levou em conta os “fatores puramente econômicos”, deixando de lado os “fatores inscritos na estrutura social” das nações latino-americanas²⁷. A proposta não é uma análise puramente “sociológica”, pois esta incorreria no mesmo reducionismo que as análises economicistas. Para os autores

[...] Falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre *seu sentido* e suas condições políticas e sociais²⁸.

A tese é de que o processo histórico latino-americano engendrou características específicas na estrutura político-social dos países da região. Tal processo deu origem a uma estrutura de classes, sendo que estas, por sua vez, desenvolveram relações políticas que devem ser analisadas em sua relação com os aspectos econômicos, pois só assim poderemos compreender o caráter da dependência e as possibilidades de desenvolvimento de cada país.

A *Análise integrada do desenvolvimento*, como foi denominada pelos autores, possui um caráter totalizante ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade da compreensão das especificidades nacionais, pois se assenta num “duplo esforço de redefinição de perspectivas”, considerando as características históricas “particulares” próprias do processo de desenvolvimento nos seus determinantes internos e externos, ao mesmo tempo em que busca compreender, “[...] nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais [...]”²⁹ que dinamizam o processo nas sociedades em desenvolvimento.

Apontando o referencial metodológico³⁰, os autores procuram discutir as especificidades históricas que originaram a situação de “subdesenvolvimento”,

²⁷ CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 12, 13 e 14.

²⁸ Ibid., p. 15. O itálico é nosso.

²⁹ Ibid., p. 21.

³⁰ A orientação metodológica que procura conjugar a análise sociológica com a histórica é própria da tradição weberiana. A esse respeito ver, TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez, 2010. Sobre tudo a Parte I intitulada: “Uma

proveniente da relação recíproca entre sociedades “periféricas” e “centrais”. Com esta afirmação, os autores procuram refutar – corretamente – a tese de que a posição de uma nação “desenvolvida” ou “subdesenvolvida” se deve, exclusivamente, ao momento histórico em que a mesma surge como nação politicamente autônoma. Portanto, o “atraso” ou “avanço” que diferencia as economias nacionais em sua dinâmica interna e externa não deve ser atribuído a fatores de “ordem cronológica”. Para compreender a “dependência”, é preciso levar em conta que esta nasce da própria dinâmica da expansão capitalista, onde os países periféricos – colônias – ocuparam posições e funções no interior do sistema econômico internacional, distintas das que ocuparam os países centrais – metrópoles. Nesse sentido, o esforço analítico de compreensão das economias “subdesenvolvidas” deve apontar as condições estruturais que deram origem a tais relações sociometabólicas, explicitando a forma pela qual as economias “subdesenvolvidas” se vincularam ao mercado mundial, bem como a organização de grupos sociais no interior de tais economias, que passam a definir as “relações orientadas para o exterior” necessárias à existência de um país “subdesenvolvido”.

Essa perspectiva analítica reconhece, necessariamente, que nas relações politicossociais internas, determinados “grupos sociais” (o conceito de classes sociais nos parece mais preciso) estruturam e desenvolvem uma dinâmica de dominação própria, necessária à condição de “subdesenvolvimento”, que reafirma e repõe a condição de “dependência” das “periferias” em relação aos países “centrais” do sistema capitalista. Apontam ainda a diferenciação teórico-analítica existente entre os conceitos de “desenvolvimento/subdesenvolvimento”, “dependência/autonomia” e “centro/periferia”, afirmando que não se trata da sumária substituição de um conceito pelo outro, mas sim de compreender que tais conceitos expressam dimensões analíticas distintas. Sendo assim, afirmam que o conceito de “dependência” se relaciona “[...] às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e político [...]”, propondo a compreensão de seus nexos internos e externos, diferentemente da noção de “subdesenvolvimento”, que procura analisar “[...] um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo

[...]”, ou seja, diz respeito ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas de um país – tal conceito envolve, necessariamente, a análise das condições sociais. Já os conceitos de “centro” e “periferia” levam em conta “[...] as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial [...]”, não abordando os possíveis determinantes politicossociais envolvidos na situação de dependência³¹. São, portanto, conceitos distintos que se inter-relacionam e se complementam, dando *sentido* às partes constitutivas de um todo, consubstanciado no *modelo analítico* proposto pelos autores, denominado *Análise integrada do desenvolvimento*.

Percorrendo o escopo teórico traçado pelos autores, cabe salientar que a situação de subdesenvolvimento não se coloca como uma mera determinação externa, ou seja, existem “vínculos estruturais” que foram constituídos ao longo do processo histórico, vínculos estes estabelecidos a partir da relação entre as economias periféricas e os pólos hegemônicos das economias centrais. Como economias coloniais – portanto periféricas e dependentes – os países da América Latina passaram por um processo interno de organização sócio-política que visava um determinado fim, qual seja, o da exploração econômica colonial. Tal estrutura de poder interno foi, inicialmente, determinada e constituída por elementos externos com vistas a alcançar aqueles fins. Paulatinamente, toda composição social de poder se reproduz trazendo novos protagonistas, porém sem perder de vista o modelo de exploração econômica que possuía como *locus* dinamizador o mercado externo. Sendo assim, mesmo após o processo de emancipação política levado a cabo pelas lutas anticoloniais, a estrutura politicossocial constituída no interior das economias latino-americanas repousa e se concentra nas mãos dos mesmos grupos econômicos que participavam do sistema de exploração colonial e que, portanto, irão reproduzi-lo, perpetuando a condição de dependência, pois, apesar de o poder político estar nas mãos de grupos internos, a dinâmica da acumulação econômica continua a ser determinada externamente. Daí deriva a condição de subdesenvolvimento, mesmo em países organizados “nacionalmente”. Nas palavras dos autores,

[...] Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação [...] o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar

³¹ CARDOSO; FALETTO, 1970 , p. 27.

certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas.[...]³².

A despeito de qualquer análise que considere tais estruturas como “anômalas”, estas representam “uma maneira de ser” historicamente constituída, pautada por uma situação de dependência, bem como por um tipo específico de domínio, onde o elemento a ser compreendido é a relação de domínio existente entre as classes sociais, internamente organizadas, e suas vinculações estruturais com o mercado externo.

Ao aplicarem tal modelo à realidade histórica brasileira³³, os autores apontam para as questões de ordem estrutural que compõem o complexo societário do país, destacando assim, como a trajetória específica do Brasil engendrou um modelo econômico periférico-dependente e, por isso mesmo, subdesenvolvido.

Com uma estrutura colonial voltada à máxima exploração dos recursos naturais então disponíveis, verifica-se no Brasil o desenvolvimento de uma estrutura política que exerce o controle interno do sistema produtivo. No entanto, durante o período em que o país foi mantido como um território contíguo a Portugal, todo o processo decisório, seja do ponto de vista político, seja em sua dinâmica econômica, era determinado externamente, ou seja, a condição colonial impunha uma total subordinação dos grupos sociais internamente constituídos ao jugo do Pacto Colonial. Importante salientar que a economia colonial do Brasil se organizava a partir de um modelo

³² Ibid, p. 30.

³³ Importante ressaltar que os autores procuram analisar as estruturas econômico-sociais dos países da América Latina em dois períodos históricos, quais sejam, o momento em que estas se constituíam como colônias, e o momento em que alcançam a condição de nações politicamente autônomas. No período colonial de “expansão para fora” se distinguem dois grandes grupos de países: aqueles que possuíam um “Controle nacional do sistema produtivo” e aqueles denominados “As economias de enclave”. Já no período pós-emancipação política, as distinções são mais complexas, dado o grau de distinção e heterogeneidade da própria região como um todo – o que contribuirá para a diversidade dos casos. Apontam para um primeiro “Momento de transição”, sucedido em alguns países pelo fenômeno do “Nacionalismo e Populismo”, terminando a análise com o que denominam “A internacionalização do mercado: o novo caráter da dependência”. Devido às contingências de nosso trabalho, analisaremos o modelo que diz respeito ao Brasil. Os outros modelos serão aludidos somente se necessário à compreensão do caso brasileiro. Desse modo, procuraremos expor os elementos centrais da argumentação dos autores. Obviamente, os períodos aqui descritos devem ser entendidos como processos históricos, e como tais, permeados por contradições e transformações. Assim, a concatenação dos argumentos, longe de ser uma tentativa de simplificação “esquemática”, procura expor a essência da análise apresentada pelos autores.

agroexportador, com sua produção voltada amplamente para o mercado externo. Com a ruptura propugnada pelo processo de independência política, aqueles grupos sociais – a saber, os grandes proprietários de terras ou, como preferem os autores, as oligarquias locais – passam a controlar internamente os fluxos comerciais com o exterior, criando estruturas de poder que legitimassem tal processo. O primeiro objetivo a ser alcançado diz respeito à organização nacional, pois duas tarefas se impunham como imediatas:

- [...] a) manter sob controle local o sistema produtivo exportador herdado do sistema colonial, que constituía o vínculo principal com o exterior e com a atividade econômica fundamental;
- b) em dispor de um sistema de alianças políticas entre os vários setores sociais e econômicos das antigas colônias que permitisse ao grupo que assegurava as relações com o exterior – com o mercado internacional e naturalmente com os Estados nacionais dos países centrais – manter um mínimo de poder interno para que a nação pudesse adquirir estabilidade e se constituísse como expressão política da dominação econômica do setor produtivo-exportador.³⁴

Essa seria a essência das transformações internas ocorridas no Brasil a partir de 1822. Segundo tal argumentação, o século XIX presenciou o nascimento de um “novo modo de ordenação da economia e da sociedade local” no país. Novas relações econômico-políticas tiveram de ser definidas, obedecendo duas variantes fundamentais. Ao mesmo tempo, os “grupos sociais” que detinham o monopólio sobre o setor produtivoexportador deveriam reorientar “as vinculações externas na direção dos novos centros hegemônicos” e organizar internamente um “sistema de alianças com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas” ao modelo agroexportador³⁵. Esse processo daria origem a uma das características mais importantes da organização política no Brasil, qual seja, a aliança entre os grupos sociais ligados aos setores mais “modernos” de nossa economia – num primeiro momento ligados aos setores exportadores e, posteriormente, representando os setores urbanoindustriais – e àqueles grupos diretamente vinculados às oligarquias locais, apontando diretamente para seu caráter “tradicional”.

A aparente contradição entre o caráter *moderno* e o *tradicional* será, antes de ser um entrave, a marca *fundante* do desenvolvimento históricossocial

³⁴ CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 40.

³⁵ *Ibid.*, p. 41-42.

brasileiro. O caráter dependente, a conseqüente condição de subdesenvolvimento, bem como a estrutura social que reproduz tal ordem, devem, necessariamente, ser levados em conta por qualquer projeto politicoeconômico que almeje alcançar uma trajetória de desenvolvimento.

Ao analisarem o *momento da transição* no Brasil³⁶, os autores procuram enfatizar o fato de que mesmo com a participação e incorporação de novos “grupos sociais” diretamente vinculados aos setores urbanos, a organização política ainda manterá seu conteúdo tradicional. Argumentam que a “estrutura classista”, por isso mesmo, apresenta no Brasil um caráter débil. Tal debilidade será responsável pelas peculiaridades da fase de transição.

Assim, podemos verificar que os primeiros vagidos de modernização da economia exportadora possuíram um caráter nacional. Tal argumento se sustenta na constatação de que os movimentos abolicionista e republicano questionavam, em grande medida, a ordem econômica dependente, bem como toda a estrutura politicossocial que lhe servira de arrimo. No entanto, toda estrutura de dominação forjada durante o Império se manteve. Ou seja, mesmo com a abolição da escravatura – e a conseqüente utilização da mão-de-obra assalariada –, mesmo com a Proclamação da República e a reformulação da estrutura políticoinstitucional no país, as “oligarquias locais” garantem sua participação e influência política no plano nacional. Por mais que novos grupos “não-conformistas” (trata-se, principalmente, da classe média nascente, a saber, burocracia, exército, advogados, etc), ou mesmo aqueles formados por oligarquias das antigas províncias “economicamente secundárias”, cultivem “germes renovadores” no que diz respeito ao pensamento político, ainda assim, estão vinculados estruturalmente às oligarquias dominantes, uma vez que estas controlam o setor que dinamiza a economia brasileira (o agroexportador) e as instâncias políticas decisórias.

Durante as décadas iniciais do século XX, o modelo de dominação oligárquica começa a dar sinais de esgotamento. Todas as movimentações sociais – principalmente as manifestações urbanas – darão um “novo sentido” aos movimentos antioligárquicos. O domínio politicoeconômico dos grupos tradicionais será definitivamente abalado pelos efeitos da Crise de 1929. A

³⁶ Capítulo IV, intitulado *Desenvolvimento e Mudança Social no Momento da Transição*, p. 52-90.

“Revolução de 1930” expressa nessa leitura a manifestação plena da crise de dominação oligárquica, uma vez que as divisões internas nas “camadas dominantes” evidenciava a precariedade do esquema de alianças regionais, tornando-o insustentável e abrindo espaço para os grupos urbanos.³⁷ Isso não significa, entretanto, que os antigos grupos dominantes foram excluídos do “novo” esquema de poder estabelecido a partir de 1930. Se é certo que o governo de Vargas permitiu uma reestruturação econômica, abrindo espaço para os grupos sociais urbano-industriais, também é verdade que os interesses dos setores agroexportadores foram levados em consideração na composição da “nova” aliança de poder que se compunha. Reafirma-se dessa forma, sobre novas bases economicossociais, o caráter próprio da composição política brasileira que traz, na sua forma de ser, o “moderno” de mãos dadas com o “tradicional”:

A política de Vargas cria, com posteridade, uma nova base econômica que fortalecerá a burguesia urbana e integrará as classes médias e limitados setores das classes populares das cidades, sem *prejudicar economicamente* os setores agro-exportadores; mais ainda, em poucos anos, tratou Vargas de recuperar o apoio de alguns setores dominantes da etapa anterior, inclusive o dos cafeicultores, a fim de *constituir uma nova aliança nacional de poder*, que, apesar de excluir o campesinato, incorporava lentamente os setores populares urbanos.³⁸

Nesse sentido, segundo os autores, a velha aliança “oligárquico-capitalista”, representante dos interesses dos setores exportadores regionais, cede espaço no cenário nacional a uma política “centralista”, cuja base urbana foi forte o suficiente para fazer emergir uma burguesia industrial e mercantil. Entretanto, tal centralização não significou a supressão daquelas oligarquias do cenário político, pelo contrário, representa a (re)composição político-social *possível* de dominação no Brasil³⁹.

Percorrendo ainda a argumentação de Cardoso e Faletto, a fase que se abre, no caso brasileiro, a partir da II Guerra Mundial e alcança plenitude nos anos 1950-1960, pode ser denominada como o início do “desenvolvimento para dentro”⁴⁰. Essa fase tem como característica marcante a maior participação das

³⁷ CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 66.

³⁸ Ibid., p. 66-67. Os itálicos são nossos.

³⁹ Ibid., p. 67.

⁴⁰ Capítulo V, intitulado *Nacionalismo e Populismo: Forças Sociais e Política Desenvolvimentista na Fase de Consolidação do Mercado Interno*, p. 91-113.

“classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação”, bem como a formação e o incremento do proletariado ao lado de um “setor popular urbano não-operário”. Por si só, tais elementos já são suficientes para distinguir esta fase da do “período de transição”.

É nesse momento que observamos o alavancar de um processo de “industrialização substitutiva”, pautado numa alteração no papel do Estado, pois, por seu intermédio, as políticas econômicas passam a ser orientadas na “defesa do mercado interno”. Assim, verificamos no período o investimento estatal nas chamadas “Indústrias de base”, ou de bens de produção. Os setores de infra-estrutura (aço, petróleo, eletricidade, etc) serão os primeiros a contar com a participação direta do Estado, dando o impulso necessário à industrialização de larga escala, ou de bens de consumo.

Por seu turno, verificamos uma mudança no caráter da aliança de poder que passa a controlar o Estado, pois, ao lado dos antigos interesses agroexportadores, verificamos a presença de uma burguesia ligada aos setores industrial e comercial, além de todas as pressões que a “presença das massas” passa a exercer sobre o controle estatal. Dessa maneira, longe de ser um “processo revolucionário”, a industrialização no Brasil se desenvolve a partir de políticas de acordos entre os mais diversos setores, desde as velhas oligarquias agroexportadoras até o novo setor popular-urbano. Os conflitos entre os grupos sociais que controlavam – ou pressionavam para controlar – as fontes de acumulação e os setores que influíam no ordenamento politicoinstitucional deram a tônica da fase do “populismo desenvolvimentista”.

No Brasil, o fenômeno do “populismo” expressaria a forma mais bem acabada de regulação dos interesses sociais contraditórios no momento de industrialização do país. Com um conteúdo marcadamente “nacionalista”, o Estado brasileiro passaria a ser o instrumento de regulação do sistema industrial. Marcada por suas debilidades históricas, próprias de um sistema econômico de origem agrária, a “burguesia industrial brasileira” necessitaria do apoio de outros setores econômicos para garantir uma aliança de poder capaz de dinamizar a industrialização. O discurso nacionalista reivindicaria a atuação do Estado como forma de garantir o interesse de “todo o povo”. Segundo os

autores, a impossibilidade de um projeto de desenvolvimento industrial com viés liberal se deu devido ao fato de que os grupos econômicos que ascenderam ao poder em 1930 não compartilhavam interesses que pudessem ser mediados por um modelo liberal de condução políticoeconômica, ou seja, devido às contradições intrínsecas à aliança política que se forma em torno de Vargas, somente um modelo de Estado “intervencionista” e “centralizador” poderia levar a cabo o processo de implementação da indústria. Esta mesma atuação estatal criou os mecanismos politicoinstitucionais necessários para, ao mesmo tempo, absorver relativamente no interior do Estado, controlar e disciplinar a atuação dos trabalhadores urbanos.

Novamente se faz presente a aliança entre o “tradicional” e o “moderno”, uma vez que, para garantir a viabilidade do projeto,

[...] necessitava-se uma aliança política com os setores mais atrasados da estrutura produtiva brasileira (os latifundiários não-exportadores) para chegar a uma política de criação de setores econômicos modernos que permitissem criar uma possibilidade de incorporação das massas. Por outro lado, a viabilidade de tal política passava a depender precisamente de uma divisão entre os setores populares: a massa urbana que se beneficia do desenvolvimento e a rural que nele não é incorporada [...]⁴¹.

A interpretação apresentada acima aponta para a impossibilidade de os “avanços sociais e econômicos” alcançados pelas “massas urbanas” se estenderem para o campo, pois as velhas oligarquias locais não permitiram tal concessão, aliás, os autores afirmam que, quando as propostas de ampliação da “aliança desenvolvimentista” e de uma postura “populista” são estendidas aos trabalhadores rurais, o esquema de poder se rompe, não encontrando legitimidade entre os grupos que até então o sustentavam. Seria esse o motivo do Golpe de Estado de 1964.⁴²

A descrição do modelo analítico de Cardoso e Faletto – por mais que possa parecer uma mera digressão – faz-se necessária tendo em vista um dos pressupostos que defendemos neste trabalho. Ao afirmarmos que as teses de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* ganharam um elevado conteúdo de *atualidade político-programática*, buscamos demonstrar como os autores – e, especificamente, Fernando Henrique Cardoso – analisaram (e ainda analisa, no caso deste) o desenvolvimento historicossocial brasileiro, pois

⁴¹ Ibid., p. 105.

⁴² Ibid., p. 106.

esta se constitui como uma das chaves para a compreensão do Plano Real e dos oito anos de governo em que o sociólogo esteve à frente da aliança política que comandou o Brasil. Para tanto, são necessárias algumas observações sobre a última parte do livro⁴³.

Ao tratarem da fase da *Internacionalização do mercado*, os autores deixam claro quais são suas conclusões – bem como os possíveis caminhos a serem trilhados – sobre o processo de desenvolvimento histórico latino-americano. A tese fundamental pode ser assim resumida: estruturalmente, os países do subcontinente se viram impossibilitados – pelas próprias contingências históricas – de romper com a condição periférica de dependência em relação aos centros econômicos hegemônicos. Tal característica deve-se ao fato de no interior das economias nacionais se desenvolverem estruturas sociais e políticas que reproduzem os laços de dependência, devido aos interesses econômicos de grupos políticos diretamente vinculados ao mercado externo. Diante de tal constatação, a “única” forma possível de romper com a condição de subdesenvolvimento das periferias seria a inserção incondicional das economias nacionais no processo de internacionalização do mercado mundial iniciado a partir da década de 1970. Dito de outra forma, para tornar “factível o que estruturalmente é apenas possível”, o Brasil, por exemplo, deveria se integrar aos fluxos internacionais do capitalismo contemporâneo, obedecendo à lógica – “única possível” – do mercado mundial, como *conditio sine qua non* para alcançar o desenvolvimento, mesmo que mantendo os laços de dependência. Vamos às argumentações dos autores no que diz respeito ao Brasil e sua possível inserção no momento da *internacionalização do mercado*.

Segundo Faletto e Cardoso, este período se caracteriza a partir da “diferenciação da economia capitalista”. O “populismo desenvolvimentista”, próprio da fase de formação de um mercado interno, entra em crise, assim como toda a organização das alianças políticas que legitimavam o domínio de suas respectivas classes dominantes. Surge então a necessidade de se organizar o sistema político e social sobre novos alicerces, buscando uma composição congruente com esta nova fase. Nesse sentido, observamos um vínculo cada vez maior entre o setor produtivo do mercado interno e as

⁴³ Capítulo VI, intitulado *A Internacionalização do Mercado: O Novo Caráter da Dependência*, p. 114-138.

economias externas dominantes. Tal processo, desencadeado no Brasil a partir de meados dos anos 1960, intensifica-se na década seguinte e a aliança política dominante passa a contar, cada vez mais com representantes desse setor.

Na fase anterior, paralelamente aos investimentos estatais, desenvolveu-se e fortaleceu-se economicamente o setor industrial privado; estes ganham força ao longo dos governos Eurico Dutra (1946-1950), do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Afirma-se que a industrialização brasileira, de alguma forma, possuiu (e ainda possui) vínculos estruturais com o mercado externo. Resumidamente, argumenta-se que, entre 1930 e 1954, os investimentos no mercado interno estiveram ancorados nas exportações, impulsionadas pelo momento pré e pós-II Guerra Mundial. O setor exportador foi, portanto, amplamente representado pelos governos do período, pois “traziam” os recursos necessários ao investimento industrial. Os atritos com este setor serão sentidos a partir do segundo governo Vargas, com o fortalecimento da indústria interna, pois através de uma política de câmbio diferenciada, a política econômica privilegiava – ou, como preferem alguns autores, protegia – o desenvolvimento interno em detrimento das exportações. Com Juscelino, a despeito da instabilidade política, o desenvolvimento econômico será perceptível. Este, porém, assentou-se no financiamento externo. Novamente, argumentam os autores, observamos os vínculos estruturais que atam o desenvolvimento econômico interno aos setores externos.

Dessa forma, observamos que um projeto de “desenvolvimento nacional para a indústria” esbarrou nos limites estruturais existentes na “composição das forças sociais” internamente instaladas, que atuavam no interior da aliança política que garantiu legitimidade aos governos estabelecidos. Esse limite estrutural deriva do fato de a acumulação e o financiamento industriais estarem diretamente vinculados ao mercado externo, pois se realizaram através das exportações e do financiamento externo. Outro elemento estrutural que merece destaque é a necessidade de “manutenção dos níveis salariais” e, conseqüentemente, da elevação da capacidade de consumo desses setores, própria da prática “manipulatória” do “populismo-nacionalismo”. Tal prática redundava numa maior incorporação das “massas” que, cada vez mais,

pressionam no sentido de alcançarem representatividade junto à aliança no poder. Tal presença torna-se “perigosa para o sistema” em momentos de “crise dos preços de exportação ou com os influxos inflacionários”, pois as transferências de rendas se intensificam neste processo, o que pode provocar intensas instabilidades políticas. A saída para evitar (ou solucionar) tais processos, apontando como solução única quando da ausência de investimentos, públicos ou privados, para manter o desenvolvimento, é assim apresentada pelos autores:

Nessas circunstâncias [...] as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, **seriam todas inconseqüentes**, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo. O exame de algumas delas, quando feito dentro do marco da estrutura política vigente, põe de manifesto sua falta de viabilidade.⁴⁴

Observa-se pela citação acima que a proposta de abertura incondicional do mercado interno ao capital internacional já se colocava como proposta “unicamente viável” no horizonte politicoeconômico dos autores. Tal proposta ganhará contornos factíveis somente na década de 1990, quando todos os setores políticos e sociais que se posicionavam contra o projeto foram derrotados num lento processo de transição pactuada, como procuramos demonstrar anteriormente. Ao assumir a presidência da república Fernando Henrique encontrou um cenário político amplamente favorável para implementar as propostas definidas já na década de 1970.

Durante o período de 1964 a 1985, a economia brasileira experimentou um alto nível de abertura aos capitais estrangeiros. Esse processo é apontado pelos autores como inexorável, representando uma nova configuração na relação entre “dependência e desenvolvimento”, com características e significados distintos daqueles observados quando da fase econômica agroexportadora. A integração ao mercado mundial dar-se-á através dos investimentos industriais diretos realizados pelas economias centrais no Brasil – investimentos estes concentrados num grupo muito pequeno de empresas, o que já caracteriza uma atuação monopolista –, além dos investimentos estatais, principalmente em infra-estrutura, financiados pelos bancos internacionais. Essa fase da “dependência” apresenta um novo conteúdo;

⁴⁴ Ibid., p. 120. O negrito é nosso.

apesar do acelerado processo de industrialização, o fluxo de capitais e o controle das decisões econômicas “passam” pelo exterior, na medida em que a crescente massa de capitais disponíveis nas economias centrais será investida de acordo com a posição e influência que os grupos externos exercem na esfera das alianças políticas internas. Visto do modo inverso, as alianças que legitimam os governos no plano nacional contarão com a presença de representantes desses grupos externos, privilegiando seus investimentos. Por isso, mesmo alcançando um alto nível de complexidade em seu parque industrial, os autores afirmam que o Brasil continua numa posição de país periférico e dependente. O desenvolvimento industrial continua dependendo da “capacidade de importação” de bens de capital e de matérias-primas complementares (tecnologia, principalmente).

Entretanto, uma vez alcançado o pleno desenvolvimento do parque industrial brasileiro, seria necessário dar um passo adiante, promovendo o que Faletto e Cardoso denominaram “internacionalização do mercado interno”. A lógica do argumento aponta para a impossibilidade de ruptura com os laços de dependência, uma vez que o novo conteúdo destes laços seriam os pilares do desenvolvimento econômico do país, mesmo que ainda se mantivesse a condição periférica. Impulsionada pelo mercado e, portanto, pela lógica da concorrência, tais economias passariam por uma verdadeira transformação no seu sistema produtivo, pois as indústrias de ponta seriam o carro chefe da inovação tecnológica necessária à “modernização”. Percebemos aqui que o discurso apologético em relação à “modernização” já se faz presente, e com grande intensidade, como um elemento de composição do discurso ideológico que ganhará força na década de 1990, com a aliança política liberal-conservadora que se formou em torno de Fernando Henrique Cardoso. Segundo os autores, o processo de modernização industrial do país seria fundamental não só para a transformação técnicoadministrativa da economia interna, mas também como um elemento dinamizador que envolveria todas as formas de controle social e político. É o que se lê a seguir:

[...] Essa revolução industrial de novo tipo conduz a uma reorganização administrativa, tecnológica e financeira que implica a reordenação das formas de controle social e político. [...] São os esquemas políticos, que expressam a luta entre as forças sociais, que servem de intermediários ativos entre um determinado estágio

de evolução econômica, organizatória e tecnológica e a dinâmica global das sociedades [...]”⁴⁵.

Os autores parecem ter clareza quanto à necessidade de composição de uma aliança política que dê sustentação ao projeto economicossocial a ser implementado.

Argumentando ainda em defesa da abertura do mercado, corroboram com a tese de que a “livre concorrência” é um mecanismo estimulador do desenvolvimento produtivo; mas, além disso, tal estímulo atinge todas as esferas sociais, na medida em que, “[...] através dos capitais, da técnica e da organização transferidos do exterior inaugura-se um novo eixo de ordenamento da economia nacional”.⁴⁶

Nos parece ser claro que os autores apontam, no caso brasileiro, o período em que os militares estiveram à frente do Palácio do Planalto como aquele em que este processo de “internacionalização do mercado interno” teve início. Afirmam ainda que o esquema de sustentação política dessa nova etapa do “desenvolvimento dependente” apresenta um elevado grau de complexidade devido ao intervencionismo estatal – o que garante um maior poder de decisão interna, mesmo não negando o processo como um todo. Naquele período, principalmente entre 1968 e 1973, a articulação econômico-política contava com o tripé “setor público (estatais)/monopólios internacionais/setor capitalista moderno nacional”.

Além disso, o Estado atuou combatendo e reprimindo qualquer tipo de manifestação política contrária ao modelo/projeto, utilizando-se da “ideologia da segurança nacional” como expediente constante e como forma de justificar o caráter autocrático dessa atuação.

Ao explicarem a dinâmica econômica do modelo – onde as indústrias de bens de consumo são as maiores consumidoras de mercadorias (tecnologia) ou, nas palavras dos autores, “no incremento das relações entre produtores” –, Cardoso e Faletto apontam também quais foram seus limites. O intervencionismo estatal passa a ser prejudicial, pois impossibilita a “modernização” da economia como um todo. Os setores de ponta – estimulados pelos investimentos e pela dinâmica externas – são os únicos a

⁴⁵ Ibid., p. 128.

⁴⁶ Ibid., p. 129.

usufruírem das vantagens produzidas pela “internacionalização do mercado interno”, pois a abertura econômica lhes proporcionará tais benefícios. O mercado interno não será capaz de absorver a mão-de-obra, que ficará dependente das empresas estatais. Conseqüentemente, a exclusão social trará problemas para o “desenvolvimento” como um todo, pois produzirá uma retração no consumo interno e, como desdobramento seguinte, na produção.⁴⁷

Devido às manifestações e aos distúrbios políticos gerados nesse contexto, o processo de “internacionalização” no Brasil ganha força a partir de um “golpe militar” em que o Estado, a partir da constituição de uma “tecnoburocracia”, se reveste de um caráter “desenvolvimentista”, mas agora sem a influência dos setores “populistas-nacionais”.

Finalizando o debate, os autores expõem aquele que seria o grande desafio das burguesias instaladas nas economias dependentes e, portanto, no Brasil, nos anos em que se seguiram à publicação da obra em questão⁴⁸, que pode ser resumido na seguinte questão: como retornar ao regime democrático-representativo, sem perder o “leme da embarcação” e ainda promover as reformas necessárias à inserção do país num novo ciclo de “internacionalização” que pudesse ampliar a “modernização” e o “desenvolvimento” brasileiros?

A construção da resposta para esta questão levaria 30 anos para ser concretizada. No entanto, os resultados foram “surpreendentemente” positivos para a burguesia instalada no Brasil. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva consolidou o processo de transição pactuada iniciado por Geisel, onde as reformas implementadas trouxeram ganhos cada vez maiores para todas as frações burguesas – umas mais que as outras, é verdade –, ao mesmo tempo em que as frações da classe trabalhadora estão disciplinadas e subordinadas ao jugo do capital.

Os dois mandatos de Fernando Henrique foram fundamentais nesse processo. As teses propugnadas pelo sociólogo na década de 1970 deram sustentabilidade teórica ao projeto político que reuniu em torno de Cardoso a

⁴⁷ Ibid., 130-135.

⁴⁸ Como afirmado anteriormente, a obra é publicada em 1970 e o debate ganha intensidade nos anos seguintes.

aliança liberal-conservadora que levou à frente os momentos finais e decisivos dessa transição *à long terme*.

O que tentamos demonstrar é que, na concepção do autor, qualquer processo de “desenvolvimento” no Brasil só é possível – devido aos fatores de sua estrutura socioeconômica, historicamente constituída – se pensado dentro dos quadros da “dependência”, ou seja, todo e qualquer processo de expansão econômica que possa ocorrer no Brasil está sujeito à forma como o país aproveita para se inserir nos ciclos de internacionalização do capital. Como a estrutura econômica interna, bem como suas formas de representação político-social, apresentam como caráter atávico a dependência, esta precisa ser aproveitada para promover o desenvolvimento. Fizemos referência anteriormente ao discurso de posse e ao programa de governo do presidente Fernando Henrique, em 1994, onde apontamos o resgate de suas teses da década de 1970. Antes de passarmos à análise do tema em si, fazem-se necessárias, mesmo que de forma breve, algumas observações finais, de caráter metodológico-científico, a respeito da obra de Cardoso e Faletto.

Quando da polêmica já mencionada por nós a respeito da recomendação do então presidente Fernando Henrique – para que fossem “deixadas no passado” suas análises de sociólogo –, alguns críticos aventaram que, na verdade, Cardoso teria abandonado não só suas teses, mas uma determinada perspectiva crítico-analítica de caráter marxista. O que pretendemos demonstrar com estas poucas linhas a respeito do modelo analítico adotado – e nunca abandonado – pelo autor de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é que este nunca possuiu (e nem sequer intentou nesse sentido) qualquer vínculo ou filiação, seja de caráter científico ou ideológico-político, com o marxismo. Cientista Social de formação sólida, Cardoso possui conhecimento sobre a obra de Karl Marx e de suas implicações na abordagem da análise sociológica, não há dúvida⁴⁹. E é por isso mesmo que nunca adotou o marxismo como referência teórica de suas análises, pois a teorização marxiana pressupõe a ruptura com a sociedade capitalista, sua superação e a construção de uma sociedade que possua como elemento fundante a plena emancipação humana. Partindo dessa perspectiva, não há

⁴⁹ Lembremo-nos que Cardoso participou do importante seminário organizado por José Arthur Giannotti sobre o Capital.

desenvolvimento possível na sociedade capitalista, pois nesta forma de sociabilidade, a desigualdade – que se origina *na e da* propriedade privada dos meios de produção – produz o constante efeito usurpador de ceifar a possibilidade da plena *emancipação humana do homem*⁵⁰.

A produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso se insere nos marcos da *sociologia compreensiva*, cuja expressão clássica é Max Weber. A formulação teórica do autor parte da construção de modelos ideais apriorísticos que devem servir como elemento de concatenação e organização dos atos isolados, ou em outras palavras, a *Análise Integrada do Desenvolvimento* constitui um esforço ideo-metodológico de compreensão dos possíveis *sentidos* que as *ações sociais* possuem e desenvolvem em suas relações recíprocas. Daí decorre a necessidade de compreensão e da articulação das “especificidades históricas”, pois a totalidade, o universal, expressa o sentido contido na atomização das “particularidades”. O conceito (*o universal*) é composto a partir da concatenação lógica (compreensiva) das singularidades históricas, ou seja, o universal é uma determinação do singular idealmente organizado. Portanto, o sentido das ações sociais dos indivíduos é “composto” a partir de um *constructo* lógico-mental, oferecendo, assim, os contornos “universalizantes” que nos permitem compreender a totalidade. A tarefa do cientista social nessa forma de abordagem é elaborar *constructos mentais*, modelos ideais previamente articulados a partir de uma escala valorativa que hierarquize o que de fato é relevante nas ações sociais a serem investigadas⁵¹.

Como tentamos demonstrar, os autores enfatizam a “especificidade” histórica, argumentando que estas devem ser levadas em conta na elaboração de modelos interpretativos que busquem compreender a complexa diversidade das formações sociais latino-americanas. É por isso, inclusive, que as análises de matriz weberiana podem se aproximar parcialmente (e apenas

⁵⁰ Fundamentamos nossa posição em: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008; ENGELS, F. Esboço de uma crítica da economia política. (In) NETTO, J. P. (org.). *Engels*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

⁵¹ Para uma análise vigorosa sobre a teoria social de Max Weber, ver, fundamentalmente, COHN, G. *Crítica e resignação – Max Weber e a teoria social*. – 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003. Particularmente, as influências de Friedrich Nietzsche (cap. 1), que discute a noção de “atomização” das esferas de compreensão da realidade, Wilhelm Dilthey (cap. 2), que procura discutir a hermenêutica como pressuposto fundamental da ciência, uma vez que propicia a interpretação da realidade atomizada, e Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert (cap. 4), cuja discussão sobre a escala valorativa entre as ciências históricas e naturais é fundamental à construção do ideal-tipo.

parcialmente) do processo de análise do *desenvolvimento do real-concreto*, pois, ao partirem das singularidades (especificidades) históricas, estas já são a expressão de “múltiplas determinações”, que só poderão ser compreendidas em sua plenitude quando tomadas a partir de sua relação com a totalidade (o universal), mediadas pelas *particularidades* que compõem o processo históricossocial.

Na análise empreendida por György Lukács, a *particularidade* nos é apresentada como uma categoria fundamental da elaboração marxiana. Negando qualquer traço de empirismo, argumenta que a realidade não pode ser explicada por si só, pois a “viva totalidade” necessita de mediações, “abstratas e universais”, para ser desvendada a partir de critérios científicos. A *particularidade* entendida como categoria mediativa se constitui como o caminho necessário para o “retorno” das abstrações simples e universais à totalidade da realidade, autêntica e concreta. Nesse sentido, a formulação lukacsiana propugna que o real-concreto assim o é, pois é “unidade do múltiplo”, a soma ou síntese de “múltiplas determinações”⁵². A particularidade se constitui como o conjunto de categorias que surgem em primeiro plano na análise científica. São reflexos de situações objetivas encontradas tanto na natureza como na sociedade, sendo que a *práxis humana* é o critério fundante para sua confirmação enquanto categoria lógica. A *essência* das categorias deve ser o *reflexo da realidade* que lhes corresponde, “em uma clareza e concreticidade qualitativamente diversas”.

Observa-se aqui uma distinção fundamental entre a teoria marxiana e a elaboração de Cardoso e Faletto. Apesar de estes últimos utilizarem o conceito “particularidade histórica”, o fazem como sinônimo de características específicas, como “especificidade histórica”. A *particularidade* não é entendida como mediação entre o singular e o universal, pelo contrário, o todo, a totalidade social – nessa análise –, pode ser compreendida a partir da ligação direta e mecânica entre esta e suas partes constitutivas. Não há mediações,

⁵² Há uma nítida influência de Lênin e sua “teoria do reflexo” sobre Lukács. Ver LENIN, V. I. *Materialismo y empiriocriticismo*. Notas críticas sobre una filosofia reaccionaria. Moscú: Editorial Progreso, 1983. Como tratado em na Parte I desse trabalho.

criando o que Lukács denominou de uma “pseudo-dialética formalista”⁵³. Uma expressão desta pseudo-dialética é a argumentação, por parte dos autores, que a aparente “antinomia” entre os conceitos de dependência e desenvolvimento é, na verdade, a forma de ser – possível – de desenvolvimento dos países periféricos. Em nossa forma de entendimento a “antinomia” não é apenas aparente. Os conceitos são em si excludentes, antagônicos, e não são “aplicáveis” à realidade. As formulações marxianas que levam em consideração o caráter “desigual e combinado”, como formas mediativas das relações entre os pólos centrais e a periferia da forma sóciometabólica capitalista, nos oferecem a devida compreensão de tais processos⁵⁴.

Como expressão da *sociologia compreensiva*, portanto de corte weberiano, a teoria social produzida por Fernando Henrique Cardoso obedece os mesmo princípios de seu mestre na atuação ideológico-política. Em outras palavras, não há qualquer proposta de ruptura com a ordem social burguesa, mas a intenção de “compreender” os processos para “aperfeiçoar” as práticas políticas e econômicas somente “possíveis”. Fizemos alusão em nosso texto ao caráter político-programático da “teoria da dependência” de Cardoso. Esta teoria carrega consigo a proposta de reformulação das economias periféricas dentro do “estruturalmente possível e viável”, ou seja, não há qualquer proposta de ruptura com as velhas formas estruturais de dominação, pelo contrário,

Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins históricos viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros. *Este dependerá, mais do que das previsões teóricas, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível.*⁵⁵

Com essa frase os autores encerram a obra. Passados quarenta anos de sua primeira edição, podemos perceber que o projeto politicossocial arquitetado em torno das duas candidaturas de Fernando Henrique Cardoso

⁵³ A propósito da categoria *particularidade*, ver LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. – 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970. Particularmente o capítulo III, “O particular à luz do materialismo dialético”.

⁵⁴ Tal como analisado em nosso Capítulo II da Parte I.

⁵⁵ Cf. CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 143.

expressou – e ainda expressa – a tese central dos autores, qual seja, qualquer forma de desenvolvimento possível no Brasil do século XXI, só será factível se este se associar – bem como sua burguesia, ou *elites dominantes*, como preferem os autores – de forma dependente (subordinada) aos processos e ciclos atuais de internacionalização do capital, e ainda, contar com a participação e conivência do “estruturalmente possível” acordo entre o politicamente conservador e o moderno.

2.2. Sob o signo da dependência

O documento intitulado *Mãos à obra Brasil*⁵⁶ traça as cinco metas prioritárias do que seria o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Genérico em suas análises e proposituras – próprio de planos de governo que se constituem como instrumento ideológico das campanhas eleitorais atuais –, no capítulo III, o programa aponta como prioritárias as áreas da agricultura, educação, emprego, saúde e segurança, sendo que destas se desdobram três setores complementares que deveriam ter uma atenção especial por parte do novo governo, quais sejam, habitação, saneamento e turismo. Mesmo que o nosso propósito não seja uma análise pormenorizada do documento, nos parece relevante voltarmos nossa atenção para os capítulos I, II, IV e V, respectivamente intitulados *Um novo projeto de desenvolvimento*, *A construção de um novo país*, *A reforma do Estado* e *A parceria Estado-Sociedade*⁵⁷.

Neles encontramos os fundamentos argumentativos que identificam o documento como um projeto de inserção do Brasil nos novos patamares de internacionalização do capital. Como não poderia deixar de ser, em nenhum momento o documento faz menção à tese central do sociólogo Fernando Henrique⁵⁸. Por isso não encontraremos, de forma explícita, nenhuma

⁵⁶CARDOSO, F. H. *Mãos à obra Brasil*: proposta de governo / Fernando Henrique Cardoso. Brasília: s. Ed., 1994.

⁵⁷ Não nos deteremos a uma análise minuciosa do documento. Buscaremos demonstrar como sua argumentação de fundo se coaduna com as teses de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* bem como suas imbricações com o novo momento de internacionalização do capital e do ideário traçado pelo capital financeiro mundial consubstanciado no já citado Consenso de Washington.

⁵⁸ Somente no Anexo II, *Reforma e imaginação*, o autor faz uma breve menção ao “colapso” histórico da “burguesia nacional”. Voltaremos a esta questão a seguir.

referência à inserção subordinada – “estruturalmente possível” – do Brasil no processo de mundialização do capital⁵⁹. No entanto, quando relacionamos as análises e as propostas contidas no documento à totalidade do processo histórico em que este se insere, saltam aos olhos as congruências e imbricações de tal conteúdo com as referidas teses de Cardoso e Faletto.

A análise parte de um pressuposto fundamental à argumentação que se desdobra nos cinco capítulos do documento – bem como nos dois anexos que o complementam –, qual seja, a constatação da “falência do Estado brasileiro” em todos os níveis e esferas da administração pública. A partir da caracterização da crise, bem como do processo histórico que a engendrou, o conteúdo do programa vai sendo construído no sentido de reafirmar constantemente a necessidade e a atualidade históricas das reformas propugnadas que, como veremos, foram arquitetadas a partir das diretrizes expressas no Consenso de Washington.

Todo o conteúdo gira em torno de temas e conceituações que passaram a ser amplamente divulgados (e defendidos) pelo governo e pelos meios de comunicação nos anos de 1990, estes, o principal instrumento de propagação ideológica pró-governo⁶⁰. Sinteticamente, o documento se estrutura – mesmo que de forma frágil, em termos teóricos – a partir da constatação, como dito acima, da falência de um modelo de Estado corporativo que já teria esgotado suas possibilidades históricas.

⁵⁹ Nunca é demais lembrar que, corroborando com o discurso apologético da pós-modernidade, o programa utiliza a denominação *globalização* para identificar as transformações histórico-sociais ocorridas a partir da década de 1970. Tais transformações teriam criado um movimento **inexorável** de unidade rumo a um futuro promissor, apontando para um mundo pós-capitalista, onde as fronteiras nacionais desapareceriam, os antagonismos de classe seriam suprimidos, e os seres humanos passariam a viver em harmonia numa **aldeia global**. Entendemos que tais considerações podem ser situadas como um dos traços, de corte ideológico, do processo de reposição da teoria liberal de viés conservador, que resgata de forma implacável as teses da origem “natural” das formas sociais, conferindo à essência humana uma característica **a-histórica**, ao mesmo tempo em que nega qualquer possibilidade de “caminho alternativo” ao desenvolvimento humano, pois, afinal, tudo já está “determinado naturalmente”. Entre os clássicos da teoria política, tais teses podem ser encontradas em: LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Abril Cultural: São Paulo, 1983. Para uma análise crítica do tema: DEL ROIO, M. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998. Sobre tudo o capítulo II “O liberalismo clássico e a reinvenção do subalterno”.

⁶⁰ A grande mídia se constitui, na conceituação de Louis Althusser, como um dos “aparelhos ideológicos do Estado”. Antonio Gramsci a caracteriza como um dos “aparelhos privados de hegemonia”.

Segundo o documento, o “nacional-desenvolvimentismo” teve suas origens na década de 1930, sendo que a principal característica desse modelo de desenvolvimento era a iniciativa financiadora e coordenadora do Estado, no sentido de criar as condições para a industrialização, e o conseqüente (*sic*) desenvolvimento social. Tal modelo deixa de ter sentido a partir de 1970, devido às transformações que anunciavam o limiar de um novo período histórico, cujos efeitos só puderam ser sentidos nos anos de 1990, momento de auge do processo denominado “globalização”. Como no início desse processo de mudanças o Brasil não se “adequou” à nova configuração econômica internacional, persistindo no modelo de um Estado intervencionista, os resultados foram catastróficos para o conjunto da sociedade brasileira: inflação, baixa produtividade, elevada especulação financeira, recessão e desemprego foram os ingredientes daquela que seria intitulada “a década perdida”, ou seja, os anos de 1980⁶¹.

Diante desse quadro, a década de 1990 se abre, sempre segundo o autor, como um novo momento histórico de oportunidades para que o Brasil possa se inserir no processo de “transformação em curso” sem perder o “bonde da história”. Para tanto, as palavras de ordem passam a ser: **estabilidade econômica** a qualquer custo, pois o **combate à inflação** e, portanto, a criação de uma “moeda forte” serão os arrimos do Brasil moderno; **reforma do Estado**, o que passa por uma ampla **reestruturação administrativa**, descentralizando as funções, reordenando a administração pública, no sentido de combater o corporativismo. A reforma do Estado deveria ainda contar com a continuidade do processo de **privatizações** das empresas estatais, com a **abertura econômica** ao capital internacional e com as **reformas da previdência social e trabalhista**, com o intuito de atribuir ao Estado a função de regulador dos processos economicossociais, eliminando sua característica de investidor, ou como preferem seus críticos, seu caráter intervencionista.

O conteúdo ideológico do programa o vincula diretamente às diretrizes do documento elaborado pelos arautos do capital financeiro internacional reunidos em Washington em 1989 e 1993. A perspectiva de resgate da teoria liberal se faz confirmar pela defesa intransigente da constituição de um “Estado

⁶¹ CARDOSO, 1994, p. 9 e 10.

Mínimo”, da lógica do mercado como a única possibilidade de desenvolvimento para o ser humano, na medida em que esta se baseia na racionalidade técnica e na “livre concorrência” e no caráter *meritocrático* da condução dos negócios públicos, próprio da concepção weberiana de burocracia⁶². Como demonstraremos nas páginas seguintes, todo o esforço durante o primeiro mandato de Fernando Henrique foi orientado no sentido de garantir a estabilidade econômica e reorganizar a estrutura do Estado brasileiro, afastando a administração pública o máximo possível da regulação dos processos economicossociais e transferindo aos agentes do capital – interno e externo – o que, até então, era responsabilidade do Estado. Era necessário, portanto, aperfeiçoar o que já estava em andamento, ou seja, a modernização conservadora plasmada na aliança política que dava sustentação ao projeto econômico do governo Cardoso.

Como tentamos demonstrar anteriormente, a criação e a implementação do Plano Real foi um dos momentos decisivos deste projeto, pois possibilitou a criação de um consenso mínimo entre as diversas frações da burguesia internamente instalada no país, ao mesmo tempo em que angariou o apoio de parcelas significativas dos trabalhadores.

Do ponto de vista da execução de seu programa de governo, podemos dizer que a administração PSDB-PFL obteve um enorme êxito. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que nos primeiros quatro anos em que esteve à frente do Palácio do Planalto, a aliança liberal-conservadora pôs em prática – mesmo que em alguns aspectos apenas parcialmente, como a reforma trabalhista e previdenciária, por exemplo – todas as propostas enunciadas em seu programa inicial. Vamos aos fatos.

⁶² WEBER, M. *Ciência e política* – Duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1968. Nessa obra, ao caracterizar o “tipo legal de dominação legítima”, o autor alemão aponta para o caráter necessariamente técnico da burocracia, para a ausência da influência política nas decisões técnicas, portanto, para sua neutralidade, bem como, para a questão do mérito enquanto critério de estruturação da administração pública. Não vamos nos ater à esta questão, mas quando o programa de Fernando Henrique trata da reforma administrativa, tal concepção burocrática orienta toda a argumentação, no sentido de justificar as propugnadas reformas administrativas e o combate ao corporativismo. Também do autor: WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. (In) COHN, G. (org.). *Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2008. Como sabemos, a argumentação da suposta “neutralidade” da burocracia se constitui como um elemento ideológico de sustentação da estrutura estatal. Não há neutralidade, mesmo porque o Estado possui um caráter imanente de classe. É a forma política pela qual (não a única) a burguesia organiza sua hegemonia. Sendo assim, toda sua estrutura já é organizada para tal fim.

Todo o processo de implementação do Plano Real, descrito no início da presente seção, levou a resultados políticos imediatos extremamente positivos à candidatura de Fernando Henrique. Como afirmado, o candidato se elegeu em primeiro turno, o que possibilitou a continuidade do processo de “modernização” brasileira. Nesse sentido, era mais do que necessário, era estruturalmente fundamental, promover (dar continuidade) à uma ampla e profunda reforma da estrutura econômica e do Estado no Brasil. Como podemos observar, o programa de governo aponta tal necessidade em vários trechos⁶³. O capítulo IV, *A reforma do Estado*, começa com a seguinte constatação:

A reforma do Estado é indispensável para a estabilidade econômica, o desenvolvimento sustentado, a correção das desigualdades sociais e regionais. Ela irá torná-lo mais competente e voltado à inovação social. Irá também fortalecê-lo contra as pressões do clientelismo político e dos interesses particulares de grupos ou corporações. Sem a reconstrução do Estado, tampouco será possível criar os instrumentos pelos quais a **inevitável** rearticulação entre o país e o exterior se dará efetivamente conforme os interesses nacionais⁶⁴

Numa primeira aproximação, poderíamos concluir – apressadamente – que tal reforma possibilitaria um avanço nos serviços públicos. Mas, em seguida, as afirmações apontam para outro sentido:

Para otimizar a aplicação de recursos é fundamental, ainda, determinar claramente as competências e responsabilidades das três esferas de governo [...]. Em resumo, é inadiável a definição de um **novo pacto federativo** [...]. A **descentralização** permite maior eficácia e controle social das ações governamentais [...]. Estes são os objetivos das reformas administrativa e fiscal, da redefinição das competências federativas, do estabelecimento de novas formas de **parceria com o setor privado** e de um programa reformulado de **privatizações**, cujo conjunto constitui o núcleo da reforma do Estado [...]⁶⁵.

Apesar da generalização na forma da abordagem, estas passagens apontam os caminhos a serem percorridos pelo governo. Aliás, a ausência de precisão das propostas cumpre seu papel politicoeleitoral, qual seja, dissuadir, tergiversar e impossibilitar uma discussão aprofundada sobre os verdadeiros fundamentos de tal proposta. De qualquer forma, quando analisadas à luz dos desdobramentos históricos, seu conteúdo vem à tona.

⁶³ Obviamente, selecionamos aqui somente alguns exemplos dessas passagens.

⁶⁴ CARDOSO, 1994, p. 185. O negrito é nosso.

⁶⁵ Ibid., p. 186. O negrito é nosso.

No capítulo II, *A construção do novo país*, o programa de governo de Fernando Henrique explicita os fundamentos econômicos que orientariam (e orientaram!) seu mandato. Inicia com a questão da necessidade “urgente” de uma reforma tributária que ampliasse a base de arrecadação da União, ou seja, a proposta é ampliar o número de contribuintes, excluindo qualquer possibilidade de um regime tarifário “progressivo”. O objetivo, alcançado, diga-se de passagem, era ampliar a arrecadação e aumentar os recursos voltados para o cálculo do superávit primário – que, como veremos, passa a ser uma exigência do FMI –, sem que, com isso, o grande capital, em todas as suas frações, fosse onerado. A intenção era atrair os investimentos externos e, para tanto, a garantia de extração de elevadas taxas de lucro não poderia, na perspectiva do governo, ser ofuscada com uma pesada carga tributária. Ao longo dos oito anos em que esteve à frente do Palácio do Planalto, o governo de Cardoso aprofundou tal lógica, levando a um aumento da carga tributária sobre as camadas médias e sobre os trabalhadores, num claro favorecimento do capital internacional, principalmente em sua fração financeira⁶⁶.

Paralelamente, o programa de privatizações deveria ser retomado e aprofundado. Tal proposta visava alcançar dois objetivos diretos: atrair investimentos privados internos e externos e “diminuir” o papel do Estado junto à economia nacional. A previsão de arrecadação para quatro anos era de 15 bilhões de Reais⁶⁷. Aliás, todo o programa se orienta pela lógica privatista, pois ao tratar (ainda no capítulo II) de temas como infraestrutura, energia, telecomunicações, transporte, ciência e tecnologia, entre outros, o referencial é a lógica do setor privado. A todo momento, a iniciativa privada é chamada a participar da gestão de setores que, até então, estavam concentrados na administração estatal. A ordem é (foi) eliminar monopólios, privatizar, descentralizar a administração, ou seja, na formulação ideologicamente orientada, “modernizar” o Brasil. Mesmo naqueles setores onde o Estado

⁶⁶ O fato de as organizações de classe da burguesia industrial reclamarem das altas taxas de juros, além da “elevada carga tributária” que incide sobre a folha de pagamentos, não nega o argumento por nós aqui apresentado. Pelo contrário, como na atual fase de internacionalização do capital é a lógica financeira que rege o processo, o sistema produtivo se constitui como uma importante fonte de arrecadação. No entanto, é preciso chamar a atenção para o seguinte fato: **o que a burguesia industrial deseja é elevar suas taxas de lucro às custas da eliminação de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora.** Para isso se utilizam da sanha ideológica que aponta como “oneroso” o preço da mão-de-obra no Brasil.

⁶⁷ CARDOSO, 1994, p. 23.

deveria, necessariamente, continuar atuando, o *modus operandi* deveria ser o da lógica do mercado. Esta deveria pautar todo o metabolismo social brasileiro. É o que se lê quando o documento trata, por exemplo, do investimento em Ciência e Tecnologia:

[...] É necessária uma nova política para a C&T (Ciência e Tecnologia) no Brasil, que envolva de forma mais decisiva o setor produtivo na geração de novas tecnologias, aproveite e **estimule a competência existente**, [...].

A política de formação de recursos humanos de alto nível requer uma revisão aprofundada do atual sistema de pós-graduação, tornando os **mestrados** mais eficientes e **voltados para o mercado de trabalho, reduzindo a duração** e melhorando a qualidade dos **doutorados** e estimulando a criação de cursos intensivos e de especialização de diferentes formatos [...] ⁶⁸.

Pois bem, passados os quatro primeiros anos de governo Fernando Henrique Cardoso, a internacionalização da economia brasileira promoveu uma transferência, sem precedentes históricos, de capitais para os investidores externos através, principalmente, das privatizações e da conseqüente abertura do mercado interno aos fluxos do capital internacional. Vale sempre lembrar que o processo de privatizações iniciara-se com Collor de Mello e o então denominado Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1991. O governo Cardoso promoveu sua continuidade e aprofundamento em termos quantitativos e qualitativos, incluindo algumas modalidades que contribuem para o processo como um todo, tal como o sistema de concessões de serviços públicos, principal modelo utilizado para transferir à iniciativa privada – interna e externa – o controle do setor de telecomunicações, por exemplo. Alguns números ilustram o afirmado ⁶⁹. Entre janeiro de 1991 e julho de 1999, sessenta e quatro empresas estatais foram privatizadas no contexto do PND. A receita total gerada foi de 28.861 milhões de dólares (somadas as receitas das vendas com as dívidas transferidas). Se acrescentarmos a esses números os resultados obtidos com a privatização do setor de telecomunicações e aquelas

⁶⁸ Ibid., p. 78 e 81. Os parênteses e os negritos são nossos.

⁶⁹ Os dados utilizados foram extraídos de: BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001; FILGUEIRAS, L. *História do plano real*. – 3. ed. – São Paulo: Boitempo, 2006; GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Pelo próprio conteúdo econômico das obras citadas, os dados são muito mais completos, elaborados a partir de tabelas e gráficos que esmiúçam, por exemplo, a composição do capital das empresas pré e pós-privatizações, bem como as concessões e fusões realizadas no período. Para o nosso trabalho, serão utilizados alguns dados conclusivos.

realizadas pelos estados da federação, o valor total sobe para 88.310 milhões de dólares. Importante apontar que, somente com a privatização das telecomunicações, o governo brasileiro arrecadou mais do que com todo o PND: 29.103 milhões contra 28.861 milhões de dólares, respectivamente⁷⁰.

Outro dado importante, segundo Gonçalves, é o que diz respeito à entrada de capital externo no Brasil. Argumentando que a partir de 1995 a economia do país entrou num processo de “desnacionalização” nunca antes visto, o autor se utiliza das estatísticas sobre os Investimentos Externos Diretos (IED) para fundamentar seu argumento. Em 1995, o “fluxo de ingresso bruto” foi de 3,9 bilhões de dólares; no ano seguinte, tal fluxo alcançou 9,5 bilhões e, em 1997, 16,9 bilhões, sendo que as projeções (naquele momento) eram de 20 bilhões de dólares para 1998. Ainda analisando os dados sobre o IED, Gonçalves aponta para o “crescimento acelerado” da relação IED/PIB, que aumentou de 0,55% em 1995, para 2,55% em 1998⁷¹.

No mesmo diapasão crítico de Filgueiras e Gonçalves, Aloysio Biondi nos fornece uma série de dados que se contrapõem às estatísticas oficiais, principalmente no que diz respeito aos números finais do processo de privatizações e o seu caráter “desnacionalizante”. Argumenta que as informações foram escamoteadas ou, no mínimo, distorcidas, como forma de não revelar os favorecimentos e as irregularidades do processo de venda das estatais. Assim, aponta para o fato de que existiam “[...] dívidas das empresas privatizadas, e que foram ‘engolidas’ pelo Tesouro e deveriam ser pagas pelos ‘compradores’”, além dos investimentos públicos anteriores às privatizações, o dinheiro em caixa que o governo “deixou” aos compradores (Telesp e Vale do Rio Doce, respectivamente, 1,0 e 0,7 bilhão de Reais), as demissões em massa, anteriores à venda das estatais – desonerando os futuros compradores que teriam de arcar com as despesas trabalhistas –, as facilidades oferecidas ao capital estrangeiro a partir de créditos a juros irrisórios oferecidos pelo BNDES e a utilização de “moedas podres” na compra das estatais⁷². O

⁷⁰ FILGUEIRAS, 2006, p. 114 e 115.

⁷¹ GONÇALVES, 1999, p. 124. Outras relações são abordadas pelo autor a partir dos dados apresentados, tais como a participação dos principais países na composição do capital estrangeiro instalado no Brasil, a participação das empresas de capital estrangeiro na composição do emprego, a especificação dos ramos de atuação do capital estrangeiro, etc. Para uma análise pormenorizada, Idem, capítulos V e VI.

⁷² BIONDI, 2001, p. 75 a 83.

resultado final desse processo foi a transferência da quase totalidade das empresas públicas para o setor privado, sendo que o capital externo aumentou seu papel e participação de forma decisiva na economia brasileira. É importante lembrar que, mesmo naqueles setores em que a União permanece atuando com empresas estatais, como no caso do petróleo, o fim do monopólio – aprovado em 1995 – possibilitou a participação da iniciativa privada na exploração desses recursos naturais.

Os dados que os autores acima citados apontam, de fato, nos levam à conclusão de que o governo Cardoso proporcionou, a partir da consolidação do Plano Real, uma reestruturação da economia brasileira, com vistas ao favorecimento explícito do capital internacional. No entanto, discordamos da conceituação apontada pelos autores em epígrafe, quando estes tratam o processo como um processo de “desnacionalização”. O conceito de “desnacionalização” está carregado de um conteúdo ideológico que não corresponde a real especificidade brasileira. Do modo como é discutido pelos autores, parece-nos que incorpora o conteúdo de um *projeto nacionalista* que se opõe ao imperialismo internacional, como se fosse possível, no atual momento histórico, uma alternativa progressista dentro dos marcos regulatórios do capitalismo.

A argumentação passa pela idéia de que é possível um projeto politicoeconômico de “caráter nacional” que atenda as “verdadeiras” necessidades do “povo” e da “economia brasileira”. Um projeto que enfrente o “entreguismo” e o favorecimento ao capital internacional arquitetados por Fernando Henrique Cardoso. Mais do que a possibilidade, a argumentação, em alguns momentos, nos faz crer que existiu no Brasil um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, ou que este estava – pelo menos – em construção e teria sido interrompido pelo governo Cardoso.

Não concordamos com estas formulações. Não porque achamos que a saída liberal-conservadora fosse a única possível. A história abre um leque de possibilidades criadas pelos homens organizados socialmente, e os caminhos a serem seguidos são definidos pelos seres humanos, organizados coletivamente, a partir de seus interesses de classe. A questão que colocamos é que, no processo de objetivação do capitalismo no Brasil, a burguesia que aqui se origina, ou, posteriormente, veio a se instalar, possui vínculos

embrionários com a expansão imperialista, vínculos estes que a caracterizam ontologicamente como uma classe sócio-subordinada à burguesia dos pólos centrais do capital e que não desenvolve um projeto nacional – nos termos das burguesias dos países de via clássica – e, portanto, se apóia e nutre uma forma específica de liberalismo, próprio das formações econômicas de tipo prussiano-colonial.

Nossa análise aqui se aproxima da de Cardoso e Faletto, na constatação de que a burguesia brasileira é estruturalmente dependente. Mas é também aqui que nos distanciamos diametralmente dos autores de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, pois compreendemos que a objetivação do capitalismo no Brasil está vinculada historicamente aos fluxos e movimentos do capital internacional de forma *desigual e combinada*, sendo que o próprio conceito de “desenvolvimento capitalista”, seja ele subordinado ou não, dependente ou não, produz em escalas cada vez mais ampliadas a miséria material e espiritual da humanidade. Não há nenhuma forma possível de *desenvolvimento plenamente humano* onde prevaleça a ordem sociometabólica do capital.

Estas características vão ser repostas e reafirmadas, em novos patamares históricos, durante os dois mandatos de Fernando Henrique (e no de Luiz Inácio, como veremos à frente). Uma alternativa que de fato busque a emancipação (humana) não pode ser pensada nos marcos do nacionalismo – expressão última da ideologia liberal (já em decadência) no século XIX, própria de formas não clássicas de objetivação do capitalismo. Mas sim ser pensada e elaborada nos termos da plena emancipação humana, cuja factibilidade depende de uma ruptura de caráter socialista, tema que aqui não pode ser senão apontado.

Portanto, a crítica ao modelo econômico-social implementado por Cardoso não pode ser sustentada a partir de um projeto de “desenvolvimento nacional”, como expressam Gonçalves e Biondi nas obras citadas. A precisão com que apresentam os dados e os mecanismos de funcionamento econômico, bem como a relação destes com os acontecimentos políticos na análise do primeiro mandato de Fernando Henrique, fica prejudicada quando os mesmos apontam os “possíveis caminhos” para o país entrar nos eixos do “verdadeiro” desenvolvimento:

A globalização econômica *cum* estratégias nacionais liberalizantes gera um processo desnacionalizador e subordina a economia brasileira às estratégias e ao comportamento do capital internacional.⁷³

Tal argumento incorre no equivocado pressuposto de que, em momentos históricos passados, o país possuiu um projeto que fizesse frente ao capital internacional. Como se os governos de Eurico Dutra, Juscelino Kubistchek e o próprio período bonapartista da ditadura militar não fossem expressões históricas – e, por isso mesmo, com características específicas distintas, mas que, em essência, não fogem a lógica de reprodução do capital no país – da atávica subordinação econômica brasileira em relação ao capital internacional. Ao argumentar sobre a entrada de investimentos externos diretos, Gonçalves aponta que:

[...] Reconhecendo a contribuição desse tipo de investimento, deve-se estabelecer pragmaticamente mecanismos que, por exemplo, inibam práticas comerciais restritivas, estimulem a produtividade, a transferência de tecnologia para o país e a geração de emprego, e induzam um impacto positivo sobre as contas externas do país [...].⁷⁴

Como bem nos demonstra Chesnais⁷⁵, um dos elementos fundamentais do processo que o autor denominou Mundialização do Capital são os afluxos de IED's que percorrem os mercados internacionais em busca de economias que possibilitem seu acesso com o mínimo de restrições possíveis. A adesão a essa lógica pressupõe exatamente a desregulamentação econômica e a liberalização dos mercados nacionais em favor dos fluxos internacionais do capital.

Gonçalves aponta ainda, para os “erros de política e estratégia econômica” do governo Cardoso como fator que levou à “concentração econômica e à desnacionalização”, bem como suas consequências políticas, comprometendo “o futuro do Estado-nação e da sociedade brasileira”. Não se trata, a nosso ver, de “erros” – ou acertos –, ou de colocar em risco o “Estado-nação”. Pelo contrário, pela perspectiva burguesa, especificamente pela fração financeira da burguesia, o Estado-nação promoveu as reformas necessárias para o verdadeiro “salto de desenvolvimento” que levaria o Brasil rumo ao

⁷³ GONÇALVES, 1999, p. 191.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 192.

⁷⁵ Cf. CHENAIS, 1996. Especialmente o capítulo 2 “O investimento externo direto (IED): presença, aspectos qualitativos e tendências recentes”.

século XXI. O Estado-nação não é uma entidade autônoma que paira sobre a sociedade civil de forma neutra e independente como se esta fosse uma manifestação de seu demiurgo (o Estado); ao contrário, o Estado é a esfera onde as contradições materiais que se originam dos interesses de classe presentes na sociedade civil, são regulados a partir da perspectiva de classe burguesa. Sendo assim, compõe o processo de reprodução de uma certa forma sociometabólica de dominação, pautada no capital⁷⁶. A propositura nacionalista que encontramos nos interstícios da argumentação de Gonçalves não nega a dominação burguesa, pelo contrário, a reafirma a partir de uma perspectiva nacional, reafirmando, portanto, os fundamentos pretensamente criticados pelo autor, quais sejam, a teoria política liberal. Com um agravante – cujas dimensões teórico-práticas são trágicas para a perspectiva do Trabalho –, a expressão da teoria política liberal produzida já no seu período de decadência. Desconsiderar estas questões é, a nosso ver, um equívoco que contribui para um escamoteamento ou, no mínimo, para um desvio do foco – que é tão problemático quanto – do verdadeiro problema⁷⁷.

Se não se trata de um processo de “desnacionalização”, como entender a reestruturação econômica que possibilitou a entrada de capitais externos no país, bem como o processo de privatização de empresas públicas, verificados a partir de Collor de Mello e aperfeiçoado por Fernando Henrique?

Antes de começarmos a responder o questionamento apontado acima – e que, por sinal, é uma das indagações centrais em nossa pesquisa – é preciso apontarmos outros momentos que compuseram o projeto liberal-conservador dirigido pelo governo Cardoso.

⁷⁶ MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2005.

⁷⁷ BIONDI, em seu *O Brasil privatizado* (2001), também incorre nos mesmos equívocos. Ao discutir a questão da exploração do petróleo pós-fim do monopólio (1995), defendendo a exclusividade da Petrobras e o aumento da produção do mineral como saída para os problemas brasileiros, afirma: “A situação do povo brasileiro melhoraria rapidamente. **Classe média, trabalhadores, empresários e agricultores teriam uma renda extra**. A economia **poderia crescer**, criando **mais empregos, renda, impostos**. Haveria mais dólares, evitando o crescimento da dívida com os banqueiros internacionais e a **desnacionalização** da economia, perigosa porque aumenta as remessas de lucros para os países ricos, comprometendo o próprio futuro do país [...]” (BIONDI, 2001, p. 118). Os vários artigos jornalísticos que compõem a obra citada são ricos em dados e informações sobre o processo de privatizações e o respectivo favorecimento de empresas estrangeiras no mesmo. À parte, a precisa e esclarecedora constatação da ilegalidade e imoralidade de tais transações econômicas, o discurso está carregado de um conteúdo ideológico nacionalista que, como afirmamos, não contribui para a efetiva superação do “estado atual das coisas”.

Assim como as privatizações, outros componentes das reformas, do Estado e econômica, foram fundamentais para o resgate e a consecução da retomada liberal-conservadora no Brasil. Tais componentes, segundo Filgueiras, seriam fundamentais, pois

Como componentes do “novo modelo”, elas garantiriam a racionalidade do Estado, possibilitando o surgimento de um novo regime fiscal sustentável, aumentariam a competitividade da economia brasileira e atrairiam os investidores estrangeiros, criando as condições para um novo ciclo de desenvolvimento auto-sustentado⁷⁸.

Trata-se da reforma tributária, cujo fundamento último era ampliar a base de arrecadação – como já afirmado anteriormente – para garantir a âncora cambial criada pelo Plano Real, bem como a elevação dos índices de superávit primário. Esta estaria inserida num contexto maior de reformas da ordem econômica e politicoadministrativa do país.

Politicamente, o governo possuía maioria no Congresso Nacional, fato este que favoreceu a aprovação das propostas em pauta. Assim, a Revisão Constitucional, iniciada em 1993, possibilitou a adequação jurídica ao “novo modelo” de desenvolvimento proposto por Cardoso.

3. *Projeto liberal e Reforma Constitucional*

Em outubro de 1988, uma nova Constituição Federal é promulgada no Brasil. Resultado de intensas lutas sociais, a *Carta Magna* aprovada expressava o que de mais avançado já se alcançou neste país em termos de legislação social. Segundo José Paulo Netto, o documento “apontava para a construção – pela primeira vez assim posta na história brasileira – de uma espécie de Estado de bem-estar social”⁷⁹. Prova disso é a inclusão no texto constitucional dos chamados direitos sociais – tais como, saúde e educação públicas, seguridade social, direito de greve –, bem como a previsão da estruturação dos mecanismos institucionais para que se ampliasse o acesso da

⁷⁸ FILGUEIRAS, 2006, p. 110.

⁷⁹ NETTO, J. P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 77.

população a esses direitos pautados na concepção burguesa de emancipação política, expressa através do discurso da ampliação da cidadania⁸⁰.

É importante apontar que tal conteúdo somente pôde ser incorporado devido ao recrudescimento das lutas sociais no país. A retomada da luta pelo fim do governo de corte militar-bonapartista a partir de meados dos anos 1970, o “renascimento” do movimento sindical, bem como as movimentações que se seguem durante a década de 1980, vão resultar num recuo estratégico da burguesia internamente instalada diante do avanço das organizações dos trabalhadores.

Todo esse contexto seria complementado pelas eleições de 1989. Depois de 29 anos, um novo presidente seria eleito através do sufrágio universal. Para que a burguesia pudesse dar continuidade ao seu projeto de transição de (longa duração), seria imprescindível a vitória naquele pleito. Portanto, as concessões feitas aos trabalhadores e aos movimentos sociais durante o processo de elaboração da nova Constituição foram fundamentais para conter os ânimos e isolar os setores mais radicais que estavam envolvidos na organização dos trabalhadores⁸¹. Era o “preço a ser pago” pela burguesia naquele momento. Porém, tal ônus foi apenas passageiro, pois os *intelectuais orgânicos* da burguesia – muito mais bem preparados do que os dos trabalhadores –, que participavam do processo de elaboração constitucional, conseguiram aprovar um dispositivo que garantiria o tempo necessário para a recomposição da classe como um todo (orgânico), com vistas a desencadear uma nova ofensiva contra os trabalhadores. Trata-se do artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que previa a Revisão Constitucional em 1993, ou seja, cinco anos após entrar em vigor a então denominada *Constituição Cidadã*.

Durante os cinco anos que separam a promulgação da nova Carta do processo de revisão da mesma, as diversas frações da burguesia internamente instalada tiveram o “tempo necessário” para se reorganizar e retomar a “longa

⁸⁰ Sobre os limites da emancipação política e, portanto, da cidadania como formas de reprodução da liberdade burguesa, ver: MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo *O rei da Prússia e a reforma social*. (In) *Revista Praxis*. Nº 5, outubro-dezembro, 1995; TONET, I. *Democracia ou liberdade?* Maceió: EDUFAL, 1997.

⁸¹ Lembremo-nos que o PT, por exemplo, não autorizou seus deputados federais a rubricarem a nova Constituição – impondo penalidades àqueles que o fizeram –, mesmo que todos tenham participado dos debates parlamentares que redundaram na mesma.

transição” que redundaria na vitória máxima do projeto liberal-conservador plasmado no governo Cardoso⁸².

A Revisão Constitucional será o instrumento político de adequação juridicoinstitucional da ordem socioeconômica brasileira aos ditames do novo processo de internacionalização do capital, previstos como fundamentais pelo Programa de Governo de Fernando Henrique, cujos fundamentos seriam reafirmados pelo Plano Real.

Podemos afirmar que o processo de reformulação da Constituição que se inicia em 1993 só será concluído em 1999, sendo dividido em dois momentos distintos, mas que, nem por isso, deixam de possuir um sentido único. São dois momentos de um mesmo processo: a Revisão Constitucional de 1993-1994 e a Reforma Constitucional de 1995-1999.

Como afirmado anteriormente, a aliança política que dava sustentação ao governo Cardoso possuía a maioria dos representantes no Poder Legislativo. Assim, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, a aliança PSDB-PFL contava com o apoio de outros partidos, cuja expressividade se fazia perceber pelo tamanho de suas bancadas, como no caso do PMDB. Além disso, outros partidos de menor expressão política também formavam a base de apoio do governo, como, por exemplo, o PTB, o PPB (hoje, PP), o PL, o PRONA, entre outros⁸³.

Diante desse quadro de alianças, a aprovação das reformulações juridicoinstitucionais, necessárias ao prosseguimento do projeto conservador-

⁸² Obviamente, essa composição não foi arquitetada de forma tranqüila e homogênea. A própria burguesia tropeça em seus erros, abrindo espaços para a contraofensiva dos trabalhadores. Porém, como estes não conseguiram dar respostas à altura da necessidade histórica – mesmo porque as forças sociais *na* esquerda mal compreendiam o processo –, a burguesia consegue contornar os possíveis obstáculos erguidos sobre seu caminho. É o caso, por exemplo, do processo de impeachment de Fernando Collor.

⁸³ Poderíamos citar ainda o PRTB o PT do B, o PTN, o PTC, o PSL, o PSC, o PSDC e o PMN. Estes são denominados como “partidos nanicos”, formando aquilo que se convencionou denominar “baixo clero” na Câmara dos Deputados. Outros partidos como o PDT e o PV oscilavam entre a base aliada e a oposição ao governo. É importante ainda afirmar que tal amplitude da base aliada é alcançada através da negociação, entre governo e partidos políticos, dos mais diversos cargos nos mais diversos escalões do Poder Executivo. Assim, através da concessão de pastas ministeriais, do controle de estatais, de fundações federais, etc., o Executivo alcança a maioria necessária para implementar seus projetos. O Estado é, em essência, um *ente* corrompido. A corrupção, portanto, é endêmica, faz parte da *forma de ser* do Estado; é o meio pelo qual a burguesia o transforma em seu “escritório” para praticar seus negócios. Ver LENIN, V. I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

liberal no Brasil, foi relativamente fácil⁸⁴. Terminado o primeiro mandato, Fernando Henrique conseguiu aprovar as reformas necessárias à continuidade do projeto em curso. A seguir, apresentaremos as principais modificações na Carta de 1988 relacionadas à temática de nosso trabalho.

O conjunto de propostas, que fora denominado genericamente como *Reforma do Estado*, se constituiu como a composição de uma série de mudanças juridicoinstitucionais que tinham por objetivo último atribuir um “novo” perfil ao Estado no Brasil. Tais mudanças deveriam ser direcionadas no sentido de promover uma profunda *Reforma Administrativa, Fiscal e da Previdência Social*. Estes seriam os eixos centrais das reformas. Outras temáticas estão diretamente relacionadas a estas, sendo desdobramentos, ou mesmo, estando contidas nos “temas geradores” da reforma. Assim, por exemplo, a temática das privatizações está relacionada à reforma administrativa, ao mesmo tempo em que a reforma tributária se relaciona à questão fiscal.

Cabe ainda apontar que a primeira etapa da reestruturação constitucional, denominada *revisão*, tem início em 1993, – como previsto no ADCT, art.º 3º, apontado acima – durante o governo de Itamar Franco. Por ser um “governo de transição” (inserido na transição de *à long terme*), em se tratando de um momento de instabilidade política e de reorganização das frações burguesas no país, os “avanços” no processo de mudança da Constituição foram poucos, porém, o suficiente para algumas reformas iniciais, tais como a implementação do Real⁸⁵.

⁸⁴ Existem diferenças no que diz respeito aos mecanismos burocraticoinstitucionais entre uma Revisão e uma Reforma Constitucional. Só para se ter uma idéia, o sistema de tramitação e votação das propostas numa *revisão* é realizado a partir de uma única câmara de discussão (sistema unicameral), sendo que a aprovação das propostas se dá por maioria simples, ou seja, metade dos votos mais um. Já numa *reforma*, a votação passa pelas duas casas do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado –, em dois turnos, sendo necessário o apoio de 3/5 dos representantes em cada esfera e sessão. Tal constatação não contradiz nosso argumento central, que aponta para etapas distintas, com características próprias, de um mesmo processo. Para um detalhamento dos tramites burocraticoinstitucionais que permearam o processo de modificação da Constituição do Brasil na década de 1990, ver MELO, M. A. *Reformas constitucionais no Brasil – instituições políticas e processos decisórios*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

⁸⁵ Como vimos anteriormente, o Fundo Social de Emergência (FSE) foi fundamental para o processo de implementação do Plano Real. O FSE foi criado a partir da Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1º de março de 1994 (BRASIL. *Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1º de março de 1994*. Acrescenta os arts. 71, 72 e 73 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/ECR/ecr1.htm>. Acesso em: 22 abr.

Os debates mais acirrados neste primeiro momento giraram em torno da reforma tributária. O que estava em disputa era o modelo fiscal que deveria ser adotado pelo Estado brasileiro e as frações da burguesia, internamente instaladas, buscam dar vazão às suas propostas através de seus representantes no parlamento.

O conteúdo da reforma fiscal/tributária é fundamental para a compreensão dos mecanismos pelos quais a fração financeira do capital – interno e externo – passa a ditar a lógica da reprodução capitalista no Brasil. Sinteticamente, podemos apontar como sendo a característica principal da proposta apresentada pelo Poder Executivo o seu conteúdo arrecadatório⁸⁶ e descentralizador, ou seja, para alcançar os índices de superávit primário, exigidos pelas instituições financeiras internacionais como forma de remuneração dos investimentos externos e para garantir o lastro da âncora cambial, era preciso aumentar a base de arrecadação – além do “esforço exportador” que se verificará no segundo mandato de Cardoso.

Na prática, a proposta do governo apontava para uma maior contribuição fiscal por parte dos trabalhadores e da classe média, além de uma maior incidência sobre as folhas de pagamento, ao mesmo tempo em que transferia para as administrações estaduais e municipais a responsabilidade sobre uma série de serviços que, até então, contavam com verbas federais⁸⁷.

Devido à derrota dos movimentos sociais e à inanição dos partidos *na* esquerda, a disputa ficou concentrada entre as frações do capital. Os maiores obstáculos se ergueram a partir de representantes da burguesia industrial, apoiada por alguns segmentos da burguesia comercial e rural, além de

2010.). Em 4 de março de 1996, uma nova Emenda Constitucional, de nº 10 (BRASIL. *Emenda constitucional nº 10, de 04 de março de 1996*. (a). Altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc10.htm>. Acesso em: 22 abr. 2010.), mantém o FSE, agora com a denominação de Fundo de Estabilização Fiscal, conforme apontado no início do presente capítulo.

⁸⁶ Em seu Programa de Governo, Fernando Henrique define da seguinte maneira a então vigente legislação tributária brasileira: “Não é **justo** que apenas alguns poucos contribuintes sustentem o Estado. Todos devem contribuir, de acordo com sua capacidade, para o financiamento dos serviços prestados pelo governo à sociedade.” (CARDOSO, 1994, p, 191). É importante notar que, como não há uma definição clara do conceito de “justiça tributária”, o argumento abre margem para várias interpretações. O que se viu na prática foi um aumento constante da carga tributária que afetou diretamente a classe média e os trabalhadores, pois até o momento em que escrevemos esse trabalho, inexistia no Brasil legislação específica sobre a tributação de grandes fortunas.

⁸⁷ É o caso da municipalização da Educação Infantil e do Sistema de Saúde.

representantes dos trabalhadores. No entanto, se num primeiro momento, durante o processo de revisão, a proposta do governo parecia ter sido derrotada, a partir de 1995, utilizando-se dos mecanismos próprios que caracterizam a autocracia burguesa no Brasil, o governo Cardoso lança mão do expediente autocrático das Medidas Provisórias para impor a todas as frações do capital, as mudanças fiscais necessárias à lógica da financeirização⁸⁸.

Além desse mecanismo, o Executivo consegue a aprovação da Emenda Constitucional nº 12 (já no período de *Reforma Constitucional*), de 15 de agosto de 1996, criando a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, comumente conhecida como CPMF. Idealizada pelo então Ministro da Saúde, o médico Adib Jatene (1995-1996) – que, inclusive, havia ocupado a mesma pasta ministerial durante o governo Collor, em 1992 – a CPMF foi criada para substituir (ou dar continuidade) o Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira, o IPMF. Ambos os tributos foram instituídos a partir do argumento da falência do Estado. Tal característica fica clara quando da criação da CPMF, pois esta deveria arrecadar recursos que seriam destinados “exclusivamente” ao custeio da saúde pública, da previdência social e do combate a pobreza. O pressuposto é que, devido à ingerência financeiro-administrativa provocada pelo modelo estatal anterior, não haveriam recursos suficientes para manter e ampliar os serviços públicos acima citados. Assim, novas alíquotas⁸⁹ eram necessárias para financiar, sobretudo, a área da saúde.

⁸⁸ Para uma descrição exata das propostas, bem como dos mecanismos utilizados pelo Poder Executivo para impor seu projeto, ver fundamentalmente, MELO (2002), cap. 3 (todo) e p. 77 a 95. A descrição apresentada pelo autor nos permite visualizar os mecanismos burocraticoinstitucionais utilizados, pelas várias frações da burguesia na luta pela hegemonia no interior do bloco histórico em gestação. Um exemplo significativo desse processo é a aprovação da Lei Complementar nº 87, de 1996, também conhecida como Lei Kandir, que, em linhas gerais, trata das novas regras para tributação do ICMS e da desoneração das exportações. (BRASIL. *Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996* (b). Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/LCP/Lcp87.htm> >. Acesso em: 22 abr. 2010).

⁸⁹ As alíquotas da CPMF variaram entre 0,25% e 0,38%, entre janeiro de 1997 e dezembro de 2007, período em que esteve em vigor. As emendas constitucionais que possibilitaram a prorrogação da CPMF foram, respectivamente, a de **nº 21, de 18 de março de 1999** (BRASIL. *Emenda Constitucional nº. 21, de 18 de março de 1999*. Prorroga, alterando a alíquota, a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e de direitos de natureza financeira, a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_003/constituicao/emendas>. Acesso em: 22 abr. 2010.), a de **nº 37, de 12 de junho de 2002** (BRASIL. _____). *Emenda*

Portanto, um novo tributo foi criado, dando condições para que o governo federal destinasse boa parte de sua arrecadação total à formação do superávit primário⁹⁰, mesmo porque, nem todos os recursos da CPMF eram aplicados em suas áreas-fins – em 2006, quase 6 bilhões permaneceram nos cofres do governo⁹¹.

Como dito anteriormente, a composição do Congresso Nacional era, já nesse momento, favorável ao governo Cardoso. Com ampla maioria nas duas Casas que compõem o Parlamento no Brasil, Fernando Henrique foi o responsável pela consolidação de uma nova hegemonia no interior do bloco histórico que se formara. Nesse sentido, a fração financeira da burguesia será a grande vencedora. Voltaremos a esta análise ao final do presente capítulo.

Continuemos, pois, pela análise da reforma administrativa. O debate sobre a necessidade de reestruturação da administração pública em todos os níveis de poder, não é um fenômeno da década de 1990. Os primeiros vagidos a esse respeito datam do governo de José Sarney (1985-1990). O retorno à legalidade autocrática burguesa requeria uma nova estrutura na administração do Estado. No entanto, a discussão que vai sendo gestada – ou a *formação da agenda da reforma administrativa*, como preferem os “politicólogos” de plantão – somente alcançará terreno fértil (do ponto de vista liberal) no governo Fernando Henrique. Mesmo assim, é correto afirmar que a reforma administrativa passa a ser implementada no governo Collor de Mello – apesar de todos os “percalços” políticos enfrentados no período.

O mote central que alicerçou a argumentação sobre a necessidade de se reestruturar a administração pública no Brasil foi o *déficit público*. O discurso, ideologicamente orientado, passa a identificar o funcionalismo

Constitucional n° 37, de 12 de junho de 2002. Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc37.htm>. Acesso em: 22 abr. 2010.), e a de **n° 42, de 19 de dezembro de 2003** (BRASIL. *Emenda Constitucional n° 42*, de 19 de dezembro de 2003 (b). Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm >. Acesso em: 22 jul. 2010).

⁹⁰ Só para se ter uma idéia, a arrecadação com a CPMF saltou de, aproximadamente, 8 bilhões no ano de sua implementação (1997), para, aproximadamente, 33 bilhões em 2006. As projeções para 2007 foram de 40 bilhões de arrecadação.

⁹¹ Mesmo após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva o tributo é mantido como fundamental pela nova equipe de governo, sendo que sua extinção, em 2007, foi considerada uma derrota pelo governo petista. Voltaremos a esta questão quando tratarmos das similitudes entre os governos Fernando Henrique e Luiz Inácio.

público, bem como a estrutura “desenvolvimentista” e “corporativista” que o sustentara, como os grandes responsáveis pela falência do Estado brasileiro. Era necessário, ou melhor, imprescindível, readequar a estrutura administrativa brasileira (em todas as esferas da federação, diga-se de passagem), “diminuindo” o tamanho do Estado e, portanto, do gasto público, assim como a atuação econômica do mesmo, que servira, até aquele momento, para manter “um conjunto de trabalhadores privilegiados” que viviam “às custas do Estado” com salários e benefícios “imorais” quando comparados ao do restante da população brasileira. São esses mesmos “interesses corporativos” os responsáveis, segundo a burguesia internamente instalada, pelo “inchaço” do Estado e o conseqüente processo de elevação dos gastos públicos⁹².

A saída para tal estado de coisas passa a ser clara: diminuição do “tamanho” do Estado, ou em termos técnicos, redução da máquina pública, seja na esfera administrativa, seja na atividade econômica. Para tanto, faziam-se necessárias uma série de mudanças *legais* que dariam legitimidade ao processo, daí a necessidade de uma reforma na Constituição.

Como dissemos, Collor foi o primeiro a implementar medidas que visavam tal intento. Nesse momento inicial, o foco foi a administração pública direta, o que seria feito através do expediente das Medidas Provisórias⁹³. Deve-se lembrar também que esse mesmo governo foi responsável pelo início do processo de privatização das empresas públicas federais, processo este eufemisticamente denominado “desestatização”⁹⁴.

⁹² É importante lembrar que estes foram os argumentos, em linhas gerais, presentes desde a campanha de Collor rumo à presidência da República. Fundamentam o discurso da modernização da “máquina estatal”, bem como a perseguição aos funcionários públicos fantasmas, ou, como se passou a denominar, os “marajás”. O funcionalismo público passa a ser descrito como um dos principais inimigos do “desenvolvimento econômico” e responsável pelo “gigantesco” Estado brasileiro. Lembremo-nos que Roberto Campos, um destacado intelectual orgânico da burguesia, histórico defensor da ortodoxia liberal, passa a caracterizar a estrutura estatal como “jurássica”, identificando estas empresas como “grandes dinossauros” que deveriam ser extintos.

⁹³ Assim, a partir da Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990 (BRASIL. Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2010.), foram eliminadas 12 pastas ministeriais, bem como 22 entidades federais, devido à extinção e/ou fusão de ministérios. Na administração federal, foram eliminados cerca de 270 mil postos de trabalho, concursos públicos foram suspensos por quatro anos, levando a uma redução no quadro do funcionalismo público federal: de um total de 1 milhão e 700 mil antes das reformas, a administração federal contava com algo em torno de 600 mil trabalhadores mais 830 mil nas empresas estatais. (MELO, 2002, p. 198).

⁹⁴ Cf. BIONDI, 2001; GONÇALVES, 1999.

Após o conturbado período de transição entre Collor e Fernando Henrique, o processo de “reorganização” da máquina estatal foi retomado. O prazo previsto para as alterações via Revisão Constitucional havia se esgotado durante o mandato de Itamar Franco. O governo que se inicia em janeiro de 1995 irá retomar o processo de reformulação da Constituição através do expediente burocrático da Reforma Constitucional. Como afirmamos acima, trata-se de um mesmo processo, com distinções nos mecanismos burocráticos decisórios, quando comparamos ao processo de *Revisão*, mas com o sentido único de readequar a estrutura jurídico-institucional do país, de acordo com os pressupostos liberais-conservadores.

Nesse sentido, uma importante alteração na Constituição foi a modificação da Lei que tratava da propriedade do subsolo e das riquezas mineiras existentes no Brasil. Para dar continuidade ao projeto de privatização do patrimônio público, era necessário – do ponto de vista liberal – alterar os fundamentos legais que determinavam o monopólio do Estado sobre os recursos minerais, sobre os hidrocarbonetos e o gás natural e sobre os recursos hídricos. Até então, a pesquisa, a prospecção, lavra e refino dos hidrocarbonetos, bem como a exploração dos recursos hídricos, eram exclusividade do Estado e de suas concessionárias, exclusivamente empresas estatais. Era o que determinava o Código de Mineração, de 28 de fevereiro de 1967⁹⁵.

A partir das Emendas Constitucionais nº5 e nº6, de 15 de agosto de 1995 e, sobretudo, com as alterações efetuadas no Código de Mineração a partir da Lei 9.314, de 14 de novembro de 1996, todos os recursos minerais encontrados no Brasil, ou seja, toda a riqueza do subsolo brasileiro passa a ser passível de exploração pela iniciativa privada. Essa mudança foi fundamental para o processo de privatização das empresas estatais, pois agora, empresas como a Vale do Rio Doce, a Cemig e a CNS, por exemplo, poderiam ser

⁹⁵ O Decreto-lei nº 277, de 28 de fevereiro de 1967, alterava a redação do Código de Minas, criado a partir do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (BRASIL. Decreto-lei nº 277, de 28 de fevereiro de 1967. Altera os artigos 48 e 53, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010).

transferidas – a “preço de banana”, nunca é demais afirmar – a empresas de capital privado, nacional ou internacional⁹⁶.

A mesma lógica foi utilizada para alterar o regime de exploração do petróleo no país. Talvez a única diferença se encontre no fato de que a estatal (Petrobras) responsável pela exploração do mineral não tenha sido vendida, apesar da possibilidade de participação do capital privado no controle acionário da empresa. Mas a quebra do monopólio e a introdução do regime de concessões às empresas de capital privado, estabelecidos a partir da Emenda Constitucional nº 9, de 09 de novembro de 1995, proporcionará ao capital internacional a oportunidade de exploração do valioso óleo extraído de terras brasileiras⁹⁷.

Outra importante alteração na Constituição Federal que está diretamente relacionada ao processo de privatizações do governo Cardoso, e aquela determinada pela Emenda Constitucional nº 8, também de 15 de agosto de

⁹⁶ A Emenda Constitucional nº 5 alterou o § 2º, do art. 25 da Constituição Federal: onde se lia “Cabe aos Estados explorar diretamente, **ou mediante concessão, a empresa estatal**, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.”, passa a ter a seguinte redação: “Cabe aos Estados explorar diretamente, **ou mediante concessão**, os serviços locais de gás canalizado, **na forma da lei**, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.” (BRASIL. *Emenda Constitucional nº 5 de 15 de agosto de 1995* (a). Altera o § 2º do art. 25 da Constituição Federal. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010). A Emenda Constitucional nº 6 altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal. O inciso IX do art. 170 determinava: “tratamento favorecido para empresas brasileiras de **capital nacional** de pequeno porte”, passando a ter a seguinte redação: “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte **constituídas sob as leis brasileiras** e que tenham sua sede e administração no País.”; o art. 171 foi revogado, pois nele eram definidos os critérios, e os possíveis favorecimentos, de empresas de capital nacional. O § 1º do art. 176 diz respeito à exploração de recursos minerais e hídricos; a alteração na sua redação possibilita a participação do capital privado nos processos de exploração, lavra e distribuição. (BRASIL. _____. *Emenda Constitucional nº 6 de 15 de agosto de 1995* (b). Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010). A Lei 9.314, de 14 de novembro de 1996, altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências; na prática, tais alterações no Código de Mineração acabam com o regime de monopólio do Estado, ao mesmo tempo em que passa a permitir a exploração dos recursos minerais e hídricos pela iniciativa privada, nacional ou estrangeira (BRASIL. Lei 9.314, de 14 de novembro de 1996 (c). Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9314.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2010), os negritos são nossos.

⁹⁷ A Emenda Constitucional nº 9 dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Um olhar desatento pode nos levar a equívocos, pois, mesmo com a reformulação do referido artigo, o monopólio deve ser exercido pela União. A grande questão é que, com a nova redação, empresas de capital privado, nacional ou estrangeiro, poderão participar de todas as etapas do processo de produção do petróleo, com exceção do refino, que continua a cargo da Petrobras. (BRASIL. Emenda Constitucional nº 9, de 09 de novembro de 1995 (d). Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.)

1995. Esta tratou do setor de telecomunicações, estabelecendo – assim como nos casos descritos acima – o fim do monopólio exercido pela União e pelos Estados da Federação sobre o mesmo. Resultado das grandes transformações ocorridas nos meios de produção ao longo do século XX, as telecomunicações figuram nas décadas que finalizaram o período citado – assim como nos dias atuais – como um dos setores mais promissores em termos de inovações tecnológicas e, portanto, de acumulação de capitais, demonstrando empiricamente a capacidade – e necessidade – de o modo de produção capitalista se autorevolucionar constantemente no seu processo de reprodução.

No entanto, a proposta burguesa encarnada pelo governo de Fernando Henrique apontava para a “necessidade de participação” – que podemos entender como um eufemismo para *doação* – do capital privado, pois este seria o único capaz de promover a “modernização” necessária ao setor. Assim, a referida Emenda criou os mecanismos jurídicos para esta transferência de uma grande parcela do patrimônio publicoestatal aos agentes do capital internacional, internamente instalados⁹⁸.

Uma última observação se faz necessária a respeito do processo de privatizações e esta diz respeito à questão da privatização e “modernização dos portos” brasileiros. Como projeto de longo prazo que possui como um de seus alicerces a formação constante de um elevado e crescente superávit primário – sendo que um dos componentes para o cálculo do mesmo é a balança comercial –, as exportações efetuadas pelo conjunto da economia brasileira passam a ser tratadas como prioridade pela equipe econômica, reafirmando a lógica histórica – característica *do ser precisamente assim* da economia do país – da dependência em relação aos pólos centrais do capital.

⁹⁸ Assim, a Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995, altera o inciso XI e a alínea “a” do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. O art. 21 trata daquilo que “**Compete à União**”, sendo que o inciso XI possuía a seguinte redação: “**explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal**, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.”; após a Emenda, a redação foi a seguinte: “**explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão**, os serviços de telecomunicações, **nos termos da lei**, que disporá sobre a organização dos serviços, a **criação de um órgão regulador** e outros aspectos institucionais.” (BRASIL. Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995 (c). Altera o inciso XI e a alínea “a” do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.), os negritos são nossos.

Aqui o discurso será, novamente, o da incapacidade de o Estado brasileiro promover a ideologicamente orientada “modernização”. Portanto, para que o Brasil pudesse se “inserir na circulação mundial de mercadorias”, exigência própria da “globalização”, sem “perder o bonde da história”, seria necessário entregar os portos brasileiros à iniciativa privada, esta sim, “capaz” e “apta” pela sua própria “natureza” concorrencial, a levar adiante tal processo de reestruturação.

Assim, a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990⁹⁹, ainda durante o governo Collor, decreta a dissolução da Empresa de Portos do Brasil S/A – Portobras, estatal que centralizava as atividades portuárias no Brasil. Em 25 de fevereiro de 1993, é aprovada a Lei 8.630, também conhecida como “Lei dos Portos”, abrindo o caminho para iniciativa privada explorar a atividade portuária no país.

Além das privatizações, outros mecanismos passam a ser criados para transferir à iniciativa privada a responsabilidade sobre áreas de atuação que, até então, caberia ao Estado. É nesse contexto que serão propostas uma série de “inovações” institucionais que permitirão a criação das Organizações Sociais e as Agências Executivas (Decreto nº 2.487, de 02/02/1998), assim como as Agências Reguladoras¹⁰⁰, que serão criadas no mesmo contexto. O discurso da racionalização técnicoadministrativa será utilizado como instrumento politicoideológico de convencimento. Ou seja, a *lógica tecnocrata* passa a ser hegemônica entre os quadros diretivos da burocracia estatal, como pressuposto de imparcialidade política, voltada para o “bem da nação”¹⁰¹.

Com as alterações legais efetuadas a partir do processo de Revisão/Reforma Constitucional, as empresas constituídas exclusivamente por capital estrangeiro passam a ter o mesmo tratamento jurídico que as empresas compostas por capital nacional, possibilitando, assim, a entrada, sem restrições, de investimentos externos no mercado interno. Afinal, segundo o

⁹⁹ Importante apontar que esta Lei é uma conversão da Medida Provisória nº 151, de 1990 (BRASIL, 1990), uma das primeiras relativas à Reforma Administrativa. *Infra*, nota 94.

¹⁰⁰ A partir de 1996, serão criadas as seguintes Agências Reguladoras em nível federal: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Nos planos estaduais e municipais, também podem ser criadas agências reguladoras.

¹⁰¹ *Infra*, ver nota 62.

programa de governo de Cardoso, este seria um dos principais mecanismo de captação dos recursos necessários à “retomada do crescimento” no país¹⁰².

Para os propósitos de nosso trabalho, cabe ainda ressaltar a aprovação de duas Emendas Constitucionais, a que trata da Reeleição dos cargos do Poder Executivo e a que altera o regime de Previdência Social no país, respectivamente, nº 16, de 4 de junho de 1997, e nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Por uma questão de lógica em nossa argumentação, começaremos pela última.

O trabalhador brasileiro “trabalha pouco!”. Esta é a constatação e a argumentação ideológica do governo federal para promover uma profunda alteração nas regras da Previdência Social do setor privado no país. Uma intensa campanha midiática foi desencadeada para convencer a população brasileira de que, no auge de sua vida produtiva, o trabalhador deixava de contribuir para o “crescimento e progresso da nação”. Além disso, novamente apelou-se para o discurso da falência do Estado, agora tendo como foco central o sistema previdenciário. Segundo o governo, como a população brasileira envelhecia num ritmo maior do que a capacidade de absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho, os recursos necessários para o pagamento das aposentadorias não seriam gerados em quantidade suficiente pelos trabalhadores da ativa, gerando déficits que cresciam anualmente, fato este que levaria o sistema como um todo à falência em menos de uma década.

Aqueles que assim passam a defender a Reforma da Previdência, ou seja, os representantes e porta-vozes do projeto de reposição liberal no país, se “esqueciam”, propositadamente, de apontar as verdadeiras causas das – supostas – aposentadorias precoces. A forma pela qual o capitalismo se objetiva no Brasil produz uma estrutura social historicamente miserável! Próprio da posição que o país ocupou (e ocupa) ao longo do processo de Divisão Internacional do Trabalho, a classe trabalhadora engendrada por esse processo, em todas as suas frações, sempre possuiu em suas fileiras

¹⁰² “Para que o Brasil possa tirar o maior proveito possível da situação externa de ofertas de recursos [...] é necessário garantir **um ambiente favorável e confiável** para os investidores estrangeiros. Por isso, o Governo Fernando Henrique vai manter **regras claras e confiáveis** para o capital estrangeiro, garantindo **liberdade** nas decisões de investimento e mobilidade dos recurso”. CARDOSO, 1994, 26 e 27. Os negritos são nossos.

trabalhadores em idade infantil e adolescentes¹⁰³, fato este agravado pelos baixos valores de remuneração da mão-de-obra. O que os *arautos da modernidade* faziam questão de omitir é que, devido à miséria que grassa nos campos e centros urbanos brasileiros, crianças e jovens sempre foram obrigados a lutar por um posto de trabalho para alcançarem a própria reprodução material, além de contribuir para a reprodução material familiar. Portanto, a questão não é – e nem nunca foi – que o “brasileiro trabalha pouco”, mas sim, que mulheres e homens no Brasil são lançados ao mercado de trabalho cada vez mais cedo, tendo suas infâncias abortadas e seus futuros tolhidos.

Sendo assim, como a regra previdenciária anterior previa 35 anos de contribuição para os homens e 30 anos para as mulheres, quanto antes iniciassem suas atividades laborativas, antes teriam direito a suas aposentadorias¹⁰⁴.

Quanto à elevação das demandas por recursos na Previdência Social, é preciso apontar que uma de suas causas – talvez a principal – foi a correção de uma injustiça histórica em relação aos trabalhadores rurais do país: quando da criação do sistema previdenciário, em 1943¹⁰⁵, os trabalhadores rurais não foram contemplados pelo mesmo; assim, foram incluídos a partir de 1988 com a promulgação da nova Constituição¹⁰⁶. Obviamente, a dotação orçamentária para a previdência passou por um aumento de recursos que até então não estavam previstos.

Obedecendo à lógica das *Reformas*, a Emenda Constitucional nº 20 altera as regras da Previdência Social para o setor privado com o objetivo de aumentar o tempo de contribuição dos trabalhadores, passando a vigorar o critério da *idade mínima*, 60 anos para as mulheres e 65 para os homens, além de manter o critério do tempo de contribuição, 30 e 35 anos, respectivamente.

¹⁰³ O fato de a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943) proibir o trabalho infantil e regulamentar o trabalho dos aprendizes adolescentes não muda concretamente tal situação social (BRASIL. Consolidação das leis do trabalho. *Vade Mecum Acadêmico de Direito*. Org. Anne J. Angher. – 9. ed. – São Paulo: Rideel, 2009.).

¹⁰⁴ Respeitadas as regras jurídico-trabalhistas, obviamente. O documento *Mãos à obra Brasil* chega a apontar essa problemática. Mas, como forma de desviar o foco da discussão, afirma em seguida que o sistema de aposentadorias vigente beneficia “os segmentos de mais alta renda”, devido à “vida profissional estável” de que estes desfrutam. (CARDOSO, 1994, p. 198).

¹⁰⁵ Referimo-nos ao primeiro projeto de Consolidação das Leis da Previdência Social.

¹⁰⁶ Art. 195, § 8 da Constituição Federal (BRASIL, 2006).

Ou seja, se levarmos em conta que a expectativa de vida do brasileiro é de 71,3 anos¹⁰⁷, concluiremos que o tempo de contribuição será muito maior que o tempo de “desfrute” do direito à aposentadoria, proporcionando uma maior arrecadação a longo prazo. Novamente, recursos orçamentários serão liberados para a formação do superávit primário.

Outra mudança importante, introduzida no sistema previdenciário pela referida Emenda Constitucional, foi a criação do sistema de Previdência Privada, possibilitando a criação de fundos de pensão estatais e privados – controlados principalmente pelos grandes bancos, mas também administrados pela aristocracia do trabalho que chega ao poder através do PT – próprios da atual fase de mundialização financeira. Observa-se, portanto, que a lógica privatista permeia todo o processo da Reforma do Estado.

Nossa última análise sobre a desconstrução da carta constitucional de 1988 tem como foco a emenda Constitucional nº 16. Tal modificação introduz uma possibilidade inédita no regime republicano brasileiro, qual seja, a de reeleição para cargos do Poder Executivo em todas as esferas federativas. Até então, nenhum presidente havia permanecido no poder, pela via da legalidade autocrática burguesa, por mais de um mandato. Agora, com a aprovação da referida emenda, Presidente da República, Governadores de Estados e do Distrito Federal, os Prefeitos Municipais e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos, passam a contar com a possibilidade de reeleição por até um mandato subsequente ao do exercício. Tal alteração foi fundamental para que a nova fração hegemônica da burguesia no bloco histórico hegemônico levasse adiante seu projeto de *modernização conservadora*.

Para que as *Reformas* pudessem ter continuidade, era fundamental que Fernando Henrique Cardoso continuasse no poder. Isso nos remete à formulação, já comentada, de John Williamson sobre aqueles que ele denominou *technopol*. A permanência no posto de Presidente da República era a garantia de continuidade na implementação da *agenda* liberal prescrita pelos

¹⁰⁷ Os dados são do IBGE para o ano de 2003, data da elaboração da última Tábua Completa de Mortalidade da População Brasileira.

bancos internacionais, objetivo este desejado e alcançado pelas frações financeiras da burguesia internamente instalada¹⁰⁸.

4. Dependência externa e estagnação

Como tentamos demonstrar, o arranjo politicoinstitucional durante o primeiro mandato de Fernando Henrique foi extremamente favorável às pretensões da aliança liberal que esteve à frente do projeto de modernização conservadora do país. No entanto, se do ponto de vista político, a maioria no Congresso garantia a estabilidade necessária à “governabilidade” e à aprovação das *Reformas*, o desempenho econômico explicitava uma série de contradições imanentes ao modelo adotado pelo governo, inserindo o país num processo de recessão econômica sem perspectivas de superação (naquele momento) a médio ou longo prazos. Devido ao alto grau de “vulnerabilidade externa” – um dos pressuposto do projeto econômico-político implantado –, a realidade econômica brasileira foi atingida duramente pelas sucessivas crises internacionais desencadeadas no período. Esta conjuntura internacional de crise será, inclusive, utilizada pelo governo como um dos argumentos – ideologicamente orientados, nunca é demais lembrar – para pressionar o Congresso e convencer a opinião pública sobre a urgência da Reforma do Estado.

Assim, todo o primeiro mandato de Cardoso, foi marcado por inflexões na condução da politicoeconômica determinadas pelas contingências desencadeadas pelas crises do México, do Sudeste Asiático e da Rússia, ainda que o elemento central da âncora cambial permanecesse como o *leitmotiv* do Plano Real.

¹⁰⁸ Não vamos aqui nos deter ao processo de aprovação da “Emenda da Reeleição”. Basta apenas apontar que, para assegurar sua aprovação, o Poder Executivo lançou mão de todos os artifícios e das artimanhas ao seu alcance, próprios da corrupção que permeia o *ser precisamente assim* do Estado. O episódio ficou conhecido como “o escândalo da compra de votos para emenda da reeleição”; à época, o principal acusado de intermediar o esquema foi o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta (1995 a 1998). Vitimado por uma infecção pulmonar em 1998, quando ainda ocupava a pasta ministerial, a morte de Motta serviu, de certa maneira, para “sepultar” uma possível CPI que investigaria o caso. Vale a pena lembrar que Motta foi um dos principais responsáveis pelo modelo adotado nas privatizações do setor de telecomunicações.

As alternativas apresentadas pela equipe econômica do governo¹⁰⁹ sempre tiveram um caráter conjuntural, ou seja, eram medidas tomadas para conter tendências que se apresentavam com o evoluir da crise e que exigiam respostas imediatas, mas que não mudavam a linha de condução econômica apresentada pelo governo. Por isso, as respostas aos períodos de crise contavam invariavelmente com o mesmo conjunto de medidas, qual seja, elevação das taxas de juros, cortes nos gastos públicos, diminuição do crédito a prazo, sendo que seus efeitos economicossociais também se reproduziam em larga escala, marcadamente recessão, com a consequente queda da produção e desemprego em níveis nunca antes registrados

Os primeiros meses após a criação do Real geraram um clima de otimismo fartamente propagandeado pela mídia. No plano imediato, o primeiro resultado alcançado foi a queda brusca da inflação; de 46,60%, em junho de 1994, para 3,34%, em agosto do mesmo ano¹¹⁰. Tal otimismo se explica pelos efeitos no consumo, na produção e no emprego, que passaram por um crescimento curto, porém visível. Contribuíram para esse quadro de aquecimento da atividade econômica o aumento das compras a prazo, a baixa remuneração nominal das aplicações financeiras e a não-desindexação imediata dos salários.

Assistia-se no Brasil, após mais de uma década, a um período de relativa estabilidade econômica. No entanto, os fundamentos econômicos dessa estratégia de estabilização produziram efeitos nefastos sobre o conjunto da economia interna, pois tinham como pressuposto a valorização do Real frente ao Dólar e a liberalização das importações, lançando o país num novo ciclo de extrema dependência externa – que, na linguagem eufemística dos economistas, é denominada “vulnerabilidade externa”.

¹⁰⁹ É importante apontar que durante os oito anos em que esteve à frente da presidência, Fernando Henrique Cardoso manteve como seu Ministro da Fazenda Pedro Malan, este um representante da fração financeira da burguesia brasileira reconhecido internacionalmente. Malan ocupou a função de Presidente do Banco Central durante os anos de 1993-1994, quando da criação do Plano Real. Considerado o “homem forte” do governo Cardoso, Malan foi o coordenador da equipe de tecnoburocratas que deram a linha de condução da política-econômica no período. Seu vínculo com o capital financeiro fica claro quando, em 2004, assume a presidência do conselho administrativo do Unibanco, uma das maiores instituições financeiras do Brasil e que hoje pertence ao Grupo Itaú, atualmente o maior conglomerado financeiro do país.

¹¹⁰ Os dados aqui utilizados, bem como a caracterização e os efeitos do Plano Real, foram extraídos de FILGUEIRAS, 2006, cap. IV e V.

Os primeiros resultados dessa abertura irrestrita às importações podem ser observados através dos dados da balança comercial que passaram a registrar sucessivos saldos negativos, a partir de 1994¹¹¹. Inicialmente, tais déficits foram amenizados com a entrada de capitais estrangeiros (especulativos) em aplicações de curto prazo e com as reservas de dólares que o país acumulou durante o biênio 1993/1994, quando o saldo positivo da balança comercial alcançou, respectivamente, 12,9 e 10,4 bilhões de dólares. A partir de então, as reservas cambiais do país vão sofrer sucessivas reduções em seu montante, devido aos déficits da balança comercial. A questão contingencial que se apresenta para a equipe econômica passa a ser a criação de mecanismos para garantir o aumento das reservas em dólares, tão necessárias à remuneração dos capitais internacionais.

Tais mecanismos vão gerar uma espécie de “ciclo vicioso”, onde a cada movimento de fuga de capitais, o governo reage com as mesmas medidas para mantê-los (ou atraí-los novamente) para o mercado interno, aprofundando cada vez mais e dando novos contornos – agora balizados pela lógica do capital financeiro – à histórica dependência e subordinação da economia brasileira (bem como de sua burguesia internamente constituída) em relação aos pólos centrais do capitalismo, característica esta da forma de *ser precisamente assim* da objetivação do capitalismo no Brasil.

A primeira manifestação desse fenômeno pôde ser observada a partir de dezembro de 1994, quando da eclosão da Crise Mexicana. Caracterizada como uma crise cambial, esta provoca uma queda brusca na cotação do dólar no mercado mundial, promovendo uma fuga de capitais especulativos do Brasil, bem como de outros países da América Latina¹¹². O Plano Real começa a demonstrar suas primeiras lacunas e seus vínculos inerentes com o capital financeiro. No entanto, como a crise se manifesta em dezembro, a aliança política liberal-conservadora pôde dar continuidade à implementação de seu

¹¹¹ “[...] de novembro de 1994 até março de 1995, o déficit acumulado na balança comercial atingiu US\$ 3,55 bilhões. Entre janeiro e março de 1995, esse mesmo déficit alcançou o montante de US\$ 2,33 bilhões contra um superávit de US\$ 2,83 bilhões no mesmo período do ano anterior, resultado de um aumento nas importações de 99,5%, enquanto as exportações cresceram apenas 9,6%.” (Ibid., p. 123).

¹¹² A título ilustrativo, lembremo-nos dos efeitos provocados pela mesma crise em nossa vizinha, Argentina, muito mais graves do que no Brasil.

projeto sem maiores percalços políticos, afinal, com a vitória nas eleições de outubro, o problema da sucessão já estava superado.

Fernando Henrique Cardoso assume em 1º de janeiro de 1995 diante de um quadro de crise internacional e de um visível desaquecimento da economia interna. Por mais que tentasse negar, os efeitos da crise atingiram o país e demonstraram o engodo dos planos econômicos de orientação ortodoxo-liberal, que seguiam o receituário do Consenso de Washington. Ou, em outras palavras, a explicitação da impossibilidade de crescimento nos países da periferia capitalista que orientaram suas economias no sentido da abertura “total e irrestrita” aos capitais internacionais. Sobre esta característica, Filgueiras nos oferece a importante definição:

A crise cambial do México, em dezembro de 1994, anunciou claramente, pela primeira vez, a impossibilidade de os países periféricos sustentarem o crescimento econômico num ambiente de ampla abertura comercial e financeira, utilizando-se de uma política de combate à inflação apoiada na sobrevalorização de suas moedas frente ao dólar¹¹³.

A saída encontrada pelo governo para responder à fuga de capitais se concretizou através de uma série de medidas que deram início a um vertiginoso processo de estagnação econômica. A manipulação da taxa de juros passa a ser o principal mecanismo para atrair os capitais especulativos; sua elevação ou diminuição passa, então, a obedecer à movimentação e os fluxos destes capitais. Além desta, outra medida inicial foi a criação de uma série de mecanismos que criavam dificuldades para as compras a prazo com o claro intuito de barrar os fluxos de importações, tais como “[...] elevações consecutivas dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais no Banco Central, com o crescimento assustador da taxa de juros; redução nos prazos dos consórcios [...]”, e ainda “[...] elevação das alíquotas do Imposto de Importação [...] incentivos à exportação e à entrada de capitais especulativos, com a retirada ou diminuição do IOF, e [...] o estabelecimento de quotas de importação para os automóveis.”¹¹⁴.

¹¹³ Filgueiras esclarece que: “No Brasil, com a fuga de capitais que ocorreu a partir daí, percebeu-se que essa estratégia era insustentável a longo prazo, uma vez que o equilíbrio do balanço de pagamentos ficava na dependência da entrada de capitais especulativos, atraídos, necessariamente, por taxas de juros cada vez mais elevadas, ou na dependência da existência de reservas cambiais instáveis, uma vez que seu montante passou a depender exatamente desses capitais voláteis [...]” (Ibid., p. 125-126).

¹¹⁴ Ibid., p. 127.

Observamos que o principal objetivo das medidas anunciadas pelo governo era criar no mercado interno um “ambiente favorável” aos investimentos externos, “acalmado” os capitais especulativos e garantindo que os erros verificados no México, principalmente no que diz respeito ao balanço de pagamentos, não se repetiriam no Brasil. De fato, o objetivo maior foi alcançado, pois, a partir de maio, as reservas cambiais voltaram a crescer, fechando o ano de 1995 em patamares maiores do que o nível inicial, de julho de 1994¹¹⁵.

Como claro sinal de que a nova ordem econômica obedeceria aos interesses da fração financeira do capital, tanto os de origem externa como os de origem interna, a equipe econômica lança mão de medidas que favoreceram diretamente tais frações. Exemplo maior dessa postura, além do exposto acima, pôde ser observado quando da edição da Medida Provisória nº 1. 812, que possibilitou a regulamentação do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, o Proer. Através deste expediente, o Banco Central estava autorizado a investir grandes quantias nas instituições financeiras para salvá-las da bancarrota. Devido à redução da inflação – mecanismo que garantiu grandes lucros aos bancos durante a década de 1980 e início da de 1990, num ciclo conhecido como “ciranda financeira” – e ao aumento da inadimplência, os bancos de menor porte, tais como o Econômico e o Nacional¹¹⁶, não resistiram aos novos mecanismos da política econômica. De qualquer forma, o governo federal vai ao “socorro” desses bancos, demonstrando claramente que a nova fração hegemônica no bloco histórico era composta pela burguesia financeira.

Os efeitos sobre a produção passam a ser sentidos imediatamente. Depois de uma tímida recuperação em 1994, a taxa de desemprego volta a crescer em 1995, consequência da queda na produção industrial. O setor agrícola também será atingido, principalmente pela elevação da taxa de juros e

¹¹⁵ Em agosto de 1995, as reservas cambiais atingiram o valor de US\$ 47,7 bilhões, fechando o ano no patamar de US\$ 51,8 bilhões. (Ibid., p. 128).

¹¹⁶ Foi constatado que, em ambos os bancos, a gestão fraudulenta era uma prática comum por parte de seus controladores, Ângelo Calmon de Sá, do Econômico, e a família Magalhães Pinto, do Nacional. Mesmo assim, os bancos foram saneados e, posteriormente, vendidos; o Nacional foi comprado pelo Unibanco e o Econômico, pelo banco Excel, posteriormente (1998) incorporado pelo grupo espanhol Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA). Filgueiras nos informa que “foram gastos R\$ 21 bilhões na operação de ‘socorro’ a sete bancos.” (Ibid, p. 166).

pela política de livre importação de alimentos. Inaugurava-se, assim, um novo ciclo recessivo, assim definido por Filgueiras:

Em resumo, a consequência dessa opção de política econômica se expressou numa recessão que atravessou os dois trimestres seguintes (abril-setembro), com queda anualizada, nesse período, de 9,1% do PIB, crescimento da inadimplência de empresas e pessoas físicas e aumento das falências e das concordatas.¹¹⁷

Afirmamos anteriormente (quando discutimos a Reforma do Estado), que a proposta do governo de uma Reforma Tributária visava criar os mecanismos necessários para um regime fiscal que favorece o capital financeiro. Tal análise pode ser confirmada quando constatamos que mesmo com todos os ajustes implementados pelo governo diante da crise mexicana, as contas públicas apresentaram um saldo deficitário de R\$ 1,5 bilhão no primeiro semestre de 1995, provocando um primeiro atrito entre as frações burguesas representadas no interior da aliança de sustentação política do governo¹¹⁸.

O elemento central da estabilização econômica estaria assim preservado, qual seja, a âncora cambial. Para dar sustentabilidade a esta postura, o governo passa a argumentar que era preciso garantir a desindexação dos salários para, posteriormente, promover alterações significativas na política cambial. Através da Medida Provisória nº 1.053, alterada posteriormente pela MP nº 1.079/95, o Executivo Federal promove a desindexação salarial, historicamente defendida pela burguesia. Ao alterar as regras da política salarial, estabelecendo a “livre negociação”, o objetivo era fazer com que as pressões inflacionárias exercidas pelas reposições salariais (de inflações passadas) diminuíssem ou se anulassem. O discurso das

¹¹⁷ A taxa de desemprego que era de 12,6%, em dezembro de 1994, alcança o índice de 13,5%, em 1995. Há uma queda na utilização da capacidade industrial instalada de 81%, em março, para 78%, em abril de 1995. Apesar do aumento da produção em 4,4%, verificado em 1995, observa-se uma queda na renda do setor agrícola da ordem de 26%. Outro importante número diz respeito às contas do Governo: a dívida pública interna imobiliária passou de US\$ 54 bilhões no Governo Itamar Franco, para US\$ 73 bilhões, ao fim desse período, alavancada pela vertiginosa taxa de juros praticada pela equipe econômica, 60% em termos nominais (a terceira maior do mundo), e 30% em termos reais (a primeira nessa categoria). Todos os dados aqui utilizados foram retirados de Filgueiras (2006, p. 129, 130 e 131).

¹¹⁸ É o que nos informa Filgueiras ao descrever que o então Ministro do Planejamento, José Serra, defendendo certos segmentos da indústria paulista se opôs à política econômica defendida por Pedro Malan, Ministro da Fazenda, “[...] Este último mais próximo de uma posição liberal ortodoxa, contrário à utilização de políticas industriais e comerciais ativas por parte do Estado [...]” Tal confronto se explicitaria, novamente, com a crise russa, em setembro de 1998. (Ibid., p. 131).

“autoridades econômicas” foram no sentido de apontar a “livre negociação” como parâmetro das “novas” relações de mercado, estendendo-se para o setor imobiliário (aluguéis), educacional, da saúde, entre outros; mas o que se viu na prática é que somente os salários foram desindexados.

A aprovação pelo Congresso das referidas medidas provisórias se insere no contexto das reformas Trabalhista e Sindical, iniciadas já durante o governo Collor, quando da aprovação da Lei 8.030, de 1990, lei esta que estabelecia o critério da livre negociação salarial, mas que, naquele momento, contava ainda com instrumentos de intervenção por parte do Estado. Retomadas com toda força pelo governo Cardoso, tais mudanças na relação entre Capital e Trabalho representaram uma efetiva derrota para os trabalhadores. Ao estabelecer o critério do “negociado sobre o legislado”, tal flexibilização impôs ao conjunto da classe trabalhadora um sucessivo acúmulo de perdas (observadas até hoje), pois diante da crise estrutural do sindicalismo brasileiro, as categorias não encontram o arrimo social necessário para o combate, mesmo que dentro da legalidade burguesa, contra a burguesia. Importante apontar que esse conjunto de modificações se coadunava com a ideologia de reposição da ortodoxia liberal no país, que propugnara a não intervenção do Estado nas relações econômicas, inserindo-se na totalidade historicossocial que denominamos de modernização conservadora¹¹⁹.

O período que se abre pós-crise mexicana, a partir de 1996, foi decisivo para o “bom andamento” do referido projeto liberal. As eleições municipais de outubro serviriam como um “termômetro” político para os desdobramentos futuros do mesmo. O governo não poupou esforços para conquistar a opinião pública. Aproveitando uma (breve) calmaria nos mercados internacionais, a equipe econômica dá continuidade ao “lento, gradual e seguro” processo de redução das taxas de juros – este se iniciara a partir de setembro de 1995, com vistas ao aquecimento do consumo próprio das festas de fim de ano. Uma verdadeira ofensiva de marketing propalou aquele que seria o discurso oficial: era chegada a hora de retomar o crescimento de forma sustentável no país (o mesmo exercício de retórica ideológica seria retomado nas eleições

¹¹⁹ Para uma análise acurada sobre a Reforma Trabalhista da década de 1990, no Brasil, ver fundamentalmente. GALVÃO, A. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/FAPESP, 2007.

presidenciais de 1998, o que, por sinal, deu certo). Considerando os principais partidos da base aliada, PSDB, PFL, PMDB, PTB e PPB, o governo federal elegeu 17 prefeitos entre as 26 capitais do país.

Mesmo com uma situação política extremamente favorável, as ações na área econômica não eram suficientes para promover a retomada do “crescimento sustentado”. O caráter falacioso desse discurso tinha uma única razão: a política econômica adotada pelo governo. Segundo Filgueiras, a estabilização econômica fora alcançada através de mecanismos que colocaram o país “numa armadilha”, pois, para manter a inflação reduzida, era necessário conter o aumento do consumo – através da política de juros elevados –, abrindo espaço à estagnação e ao desemprego; do contrário, a promoção de uma política de crescimento apontava para o “risco de uma crise cambial”. A prova cabal da “armadilha” criada pela política econômica foi o progressivo déficit da balança comercial brasileira, desencadeado pela aceleração das atividades econômicas no segundo semestre de 1996¹²⁰

Sendo assim, o governo de Fernando Henrique opta pela primeira postura, obedecendo aos movimentos dos fluxos especulativos do capital financeiro, pois, diante de qualquer sinal de aquecimento econômico e consequente elevação dos índices de inflação, o Banco Central lançava mão do expediente da elevação dos juros, o que era extremamente vantajoso para os investimentos de curto prazo, mesmo que para isso fosse necessário sacrificar o crescimento interno e as contas públicas. Lembremo-nos que a elevação da taxa de juros era o mecanismo utilizado para atrair dólares para o país e, conseqüentemente, evitar a “fuga” de capitais.

Em julho de 1997, um novo movimento “migratório” de capitais seria observado na economia brasileira. Como resultado da “Crise dos Tigres Asiáticos”, o Brasil foi atingido diretamente por uma “nova aceleração da fuga de capitais”, fazendo com que as reservas do país sofressem uma grave redução em poucos meses (de 63 bilhões de dólares em agosto, para 52

¹²⁰ “[...] De praticamente um equilíbrio no primeiro semestre – superávit acumulado de US\$ 1 milhão –, o país passou para um déficit acumulado de US\$ 5,5 bilhões no semestre seguinte, financiado por reservas internacionais na casa dos US\$ 60 bilhões. [...]” (FILGUEIRAS, op. Cit., p. 135).

bilhões de dólares em dezembro)¹²¹. Novamente o governo eleva as taxas de juros (43% ao ano), além de decretar um novo pacote fiscal, denominado “Medidas de Ajuste Fiscal e Competitividade”, também conhecido como “Pacote 51”,

A ordem era (continuava sendo) reduzir gastos e aumentar a arrecadação. Para tanto, o governo demitiu 33 mil funcionários públicos não estáveis e suspendeu o reajuste salarial do funcionalismo público federal. Também foi determinada a redução em 15% dos gastos em atividades e o corte de 6% no valor dos investimentos para o ano de 1998. Reafirmando a lógica arrecadatória, foram elevadas as alíquotas de impostos sobre os automóveis, o preço dos derivados de petróleo e do álcool, além da elevação das alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Física em 10%¹²².

O desempenho econômico após o anúncio do “Pacote 51” obedeceu à mesma lógica observada quando da recuperação da crise do México, ou seja, num primeiro momento, o governo consegue “barrar” a fuga de capitais, pois, com a elevação da taxa de juros, os investimentos especulativos retornam ao país – beneficiados pela “calmaria nos mercados” ocasionada após a liberação de empréstimos do FMI aos países asiáticos. No entanto, com a eclosão da crise na Rússia em 1998, as mesmas deficiências são recolocadas com grau de agudeza e profundidades ainda maiores. Mais uma vez as conseqüências danosas do ajuste fiscal atingiram diretamente os trabalhadores.

Como decorrência, o desemprego cresceu durante todo o ano de 1998, juntamente com a elevação das dívidas interna e externa e a aceleração do déficit público. A economia entrou num período de deflação. Na cidade de São Paulo, durante sete meses desse ano, os preços diminuíram em relação aos meses imediatamente anteriores, explicitando-se a estagnação econômica.¹²³

Novamente, a resposta da equipe econômica de Cardoso obedeceu aos mesmos princípios já observados. A crise russa reafirma a prostração da economia brasileira frente ao capital financeiro mundial, produzindo uma

¹²¹ Filgueiras faz a seguinte descrição da crise: “O pânico começou em julho, com a desvalorização da moeda da Tailândia, atingindo em cadeia a Malásia, a Indonésia e as Filipinas; prosseguiu no mês de outubro, com um ataque especulativo contra o dólar de Hongcong e a derrubada da bolsa de Nova Iorque, e aprofundou-se, em novembro, com a desvalorização do won coreano. Em dezembro, o FMI concedeu um empréstimo de US\$ 57 bilhões à Coreia do Sul, tendo em vista o caráter abrangente assumido pela crise asiática [...]” (Ibid., p. 136 e 137).

¹²² Ibid., p. 137.

¹²³ Ibid., p. 138.

“deterioração” nas condições e variáveis macroeconômicas do país. Imediatamente, foi determinada uma nova elevação da taxa de juros. Esta, que havia sido reduzida nos primeiros meses de 1998 a 19%, teve um primeiro aumento de 10% alcançando posteriormente a casa dos 49%.

No entanto, o ano de 1998 era decisivo às pretensões da aliança política que dava sustentação ao *technopol* em sua versão meridional, encarnada por Fernando Henrique Cardoso. A primeira vitória na sucessão presidencial já havia sido garantida com a aprovação da emenda constitucional da reeleição – como analisado anteriormente. O desafio agora, num contexto de crise internacional, era contornar – mesmo que momentaneamente – os efeitos dessa crise no Brasil com vistas a “blindar” o presidente-candidato que iria disputar as eleições em outubro do mesmo ano.

A manobra politicoeconômica do governo foi decisiva. Como resposta imediata à crise que se manifestara de maneira irresistível em agosto, a elevação da taxa de juros – além de concessões tributárias ao capital estrangeiro com vistas a conter a “fuga de capitais” –, alcançou seu objetivo imediato, na medida em que foram suficientes para prorrogar os efeitos da crise até o período pós-eleições. Em pleno período eleitoral, o *marketing* político utilizado por Fernando Henrique insistia no discurso da estabilidade econômica como conquista histórica, na continuidade do projeto como forma de alcançar uma nova etapa de “crescimento sustentado” e, agora, na falácia de que a economia brasileira estava consolidada e que a crise era externa e nada tinha a ver com a política econômica do país.

Assim, a aliança política que deu sustentação eleitoral ao presidente-candidato (PSDB, PFL, PPB, PTB, PSD e, informalmente, PMDB, que não lançara candidato próprio) consolidou sua vitória ainda no primeiro turno do pleito de outubro de 1998, com 53,06% dos votos válidos, contra 31,71% do principal candidato *na* oposição, novamente Luiz Inácio Lula da Silva¹²⁴.

¹²⁴ Novamente, os partidos *na* esquerda que compunham a chapa liderada por Lula (PT, PDT, PCdoB, PSB) não conseguiram apresentar um projeto alternativo para o país, mesmo porque, este era inexistente, explicitando a crise estrutural que aplacara a esquerda no Brasil. A aliança com o PDT de Leonel Brizola acontecera com, no mínimo, 10 anos de atraso, demonstrando a fragilidade e a inconsistência da leitura teórica destes partidos sobre o desenvolvimento historicossocial brasileiro. Para uma discussão sobre a “crise na esquerda” durante a sucessão de 1989/1990, ver: CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. (In) *Revista Ensaio*. Nº 17/18. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

Imediatamente após a abertura das urnas e a confirmação da vitória de Cardoso, o governo anuncia um novo pacote de “ajustes” denominado “Programa de Estabilização Fiscal”, descerrando o véu da manipulação ideológica que camuflara todo o discurso do período eleitoral. Ainda no ano de 1998 foram determinados “cortes nos gastos orçamentários federais equivalentes a 1,5% do PIB do quarto trimestre”, cortes nos gastos de investimentos das estatais, redução dos empréstimos aos estados e municípios e, principalmente, a “adoção de uma **meta obrigatória para o superávit primário** do governo federal”¹²⁵.

As medidas incluídas no pacote fiscal seriam aplicadas no período de 1999 a 2001. Estas “se constituiria na base do acordo feito imediatamente após (as eleições) com o FMI”, no início do segundo mandato de Fernando Henrique. A palavra de ordem continuava sendo a redução dos gastos públicos. O objetivo era claro: diminuir a atividade econômica com o intuito de reduzir os déficits na balança comercial, inibindo as importações e estimulando as exportações, ao mesmo tempo em que propugnava a obtenção de superávits primários nas contas públicas¹²⁶. Aproveitando o clima de crise, o governo Cardoso faz uma dura investida contra a Previdência Social, identificando esta como o setor fundamental no processo de deterioração das contas públicas, responsável pelos sucessivos déficits nos resultados fiscais do governo, principalmente a previdência do setor público. Lembremo-nos que é nesse contexto que a Reforma da Previdência foi aprovada (dezembro de 1998). Mesmo que num primeiro momento tal reforma não tenha alcançado os resultados desejados pelo governo, pois as maiores e mais significativas mudanças ocorreram na previdência do setor privado, o primeiro passo já tinha sido dado.

Terminava assim o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Internamente, apesar da estabilidade política alcançada, as condições

¹²⁵ FILGUEIRAS, 2006, p. 139. O negrito é nosso.

¹²⁶ As metas estabelecidas pelo programa são reveladoras desse processo: aumento da CPMF, de 0,2% para 0,38%; aumento da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) de 2% para 3%; elevação da contribuição previdenciária do funcionalismo público, bem como a criação da contribuição para os inativos; estados e municípios deveriam transitar de uma situação deficitária em suas contas, de 0,4% negativos em 1998, para 0,4% positivo em 1999, e 0,5% em 2000 e 2001 (percentuais em relação ao PIB); para o governo federal a projeção do superávit primário era a seguinte: 1,8% do PIB em 1999, 2% em 2000, e 2,3% em 2001. (Ibid., p. 140).

econômicas eram lastimáveis. Como resultado da opção de classe feita pelo governo, a realidade brasileira apresentava uma deterioração profunda de seus índices sociais; consequências diretas da recessão, o desemprego e a precarização das relações de trabalho avançaram a passos largos sobre todo o território; somado à já histórica ausência de recursos, os cortes nos investimentos promovidos pela União – além da pressão, exercida pelo executivo federal, para que estados e municípios reduzissem seus gastos¹²⁷ – levaram os serviços públicos (saúde, saneamento básico, educação, habitação, etc) ao colapso; a violência se generaliza no país. Enfim, o custo a ser pago pelos trabalhadores e pobres em geral para que o Brasil não “perdesse o trem modernizador” da história seria extremamente elevado.

Antes, porém, de finalizar seu primeiro mandato – até porque Cardoso continuaria à frente do Palácio do Planalto –, um último ato aprofundaria a condição histórica de subordinação do país frente aos pólos hegemônicos do Capital. Em dezembro de 1998, ainda como resposta a crise da Rússia – resposta essa, nunca é demais lembrar, amparada na perspectiva do capital financeiro –, o governo brasileiro recorre ao socorro dos bancos internacionais, mais precisamente, ao FMI.

Os motivos que levaram o país a recorrer a uma das principais instituições financeiras mundiais – diga-se de passagem, bem conhecida na história recente do país – foram os mesmos da década de 1980, quando da “crise da dívida externa”, qual seja, o “estrangulamento externo”, ou em outras palavras, a impossibilidade de o Brasil “honrar” suas dívidas, deixando “a ver navios” os capitais externos aqui aplicados, desencadeando uma nova crise cambial de proporções mundiais. Obviamente, no que diz respeito à forma, o acordo não era idêntico aos da década de 1980. No entanto, sua essência mantinha o mesmo conteúdo, o da subordinação irrestrita aos comandos do capital internacional. Portanto, como agora o Brasil caminhava claramente para a bancarrota, principalmente após a crise russa, a “ajuda” das instituições financeiras e dos países centrais do capitalismo tinha como objetivo a

¹²⁷ No mesmo pacote foi criada a “Lei de Responsabilidade Fiscal”. Esta passou a vigorar em 4 de maio de 2000 e restringiu severamente os empréstimos por parte de estados e municípios – além de criar critérios específicos para os gastos públicos –, praticamente os obrigando a promover um superávit primário. Tal medida proibia, também, qualquer tipo de refinanciamento por parte do governo federal das dívidas estaduais e municipais.

preservação de seus interesses no país. Para estes organismos internacionais, era mister frear o processo de crise no Brasil, pois este poderia se aprofundar, agravando o quadro de enorme instabilidade internacional já presente naquele momento.

A análise do conteúdo do acordo não deixa dúvida quanto à opção da burguesia internamente instalada. Na ordem econômica “mundializada” do capital, quem dá as cartas é a burguesia financeira, e como verdadeiro paladino dessa fração de classe, o governo de Fernando Henrique Cardoso não exitou em avalizar o documento proposto pelo FMI. As diretrizes gerais do acordo apontadas por Filgueiras são esclarecedoras:

Assim, comprometeu-se o Governo, em memorando datado de 13 de novembro de 1998, assinado por ambas as partes, em manter o mesmo regime cambial, isto é, continuar a desvalorizar gradativamente o Real, com alargamento da banda praticada; prosseguir com a abertura comercial, não impondo restrições comerciais que fossem incompatíveis com os compromissos da OMC ou, “no contexto do programa com o FMI, restrições por motivos da balança de pagamentos”; acelerar as privatizações e a aprovação das reformas liberais e realizar um programa de ajuste fiscal para três anos (1999/2001), assumindo metas com relação à obtenção de superávits primários fiscais e ao pagamento de juros. Adicionalmente, o Governo se comprometeu formalmente nos contratos de empréstimos a não impor “controle às saídas de capital”, abdicando de criar mecanismos para interromper a queda de reservas [...].¹²⁸

As consequências economicossociais do acordo com o FMI seriam sentidas durante o segundo mandato de Fernando Henrique, mas o Plano Real como um todo já produzira efeitos significativos no conjunto da sociedade. Elencamos abaixo alguns desses efeitos.

¹²⁸ Ibid., p. 143. O autor ainda nos descreve os detalhes do acordo: “Dentro desses parâmetros, o total do empréstimo acertado no acordo foi de US\$ 41,5 bilhões, sendo US\$ 18 bilhões vindos do FMI, US\$ 4,5 bilhões, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 4,5 bilhões, do Banco Mundial (BIRD) e US\$ 14,5 bilhões, dos países mais ricos (G7), por meio do Banco de Compensações Internacionais (BIS). Todos os contratos assinados pelo Governo brasileiro com essas fontes de financiamento seguirão as metas estabelecidas pelo FMI. [...] Ademais, o Governo se comprometeu ainda com os seguintes pontos: a) as reservas não poderiam cair abaixo de US\$ 20 bilhões líquidos – o total de reservas, excluindo as parcelas do empréstimo já adiantadas –, **devendo-se informar ao FMI, diariamente, o seu valor**; b) o déficit nominal em 1998 **deveria** ficar em R\$ 72,8 bilhões, reduzindo-se para R\$ 42,6 bilhões em 1999; c) o déficit em transações correntes para 1998 **deveria** atingir 4,2% do PIB; d) a **liberação da segunda parcela** do FMI em fevereiro de 1999 **estaria condicionada à aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso**; e e) durante o período de vigência do acordo, **o país teria de demonstrar por seis vezes que estaria cumprindo o que prometeu** – condição essencial para a liberação dos recursos acordados.” Idem, p. 143 e 144. Os negritos são nossos. Como podemos observar, a burguesia internamente instalada, representada pela aliança liberal-conservadora plasmada em Cardoso, “se dobra” diante do capital financeiro internacional.

Não há dúvidas que o Plano Real alcançou o objetivo inicial da redução e estabilização do processo inflacionário que assolara a economia brasileira há mais de uma década. Todos os índices do período evidenciam esse processo. Tanto o IGP-DI, medido pela FGV, como ICV, do DIEESE, apontam nessa direção: em 1994, segundo a FGV, a inflação chegou a 2406,80%, enquanto o DIEESE apurara um índice de 2782,40%; no ano de 1998, os índices verificados foram, respectivamente, 1,70% e 0,47%¹²⁹. A grande questão que se coloca é: a que custos tais índices foram alcançados?

Segundo Filgueiras, o modelo de política econômica adotado pelo governo aprofundou uma série de problemas estruturais – além de dar origem a novas questões – da economia do país. Sinteticamente, podemos afirmar que o Real aprofundou a histórica dependência – “vulnerabilidade externa” – do Brasil em relação aos fluxos externos do capital. A abertura econômica e a âncora cambial – fundamentos do plano – necessitavam de altíssimas reservas. Como estas não existiam, o processo foi sustentado através de uma constante elevação da taxa de juros. Com exceção da inflação, verificamos como resultado desse mecanismo, uma deterioração de todas as variáveis macroeconômicas.

Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique, o maior índice de crescimento do PIB foi verificado no ano de 1995, com 4,2%; nos anos seguintes verificamos, respectivamente, 2,7% (1996), 3,3% (1997) e 0,1% (1998)¹³⁰, numa flagrante demonstração de desaquecimento e estagnação econômica, com períodos abertamente de recessão. Já a dívida externa do país obedeceu a ordem inversa: de US\$ 148. 298 bilhões em 1994, para US\$ 226.395 bilhões em 1998, um crescimento de 52% no seu valor bruto¹³¹. No que diz respeito à balança comercial, os déficits foram crescentes a partir de 1995: de um saldo positivo de US\$ 10.466 bilhões em 1994, para um saldo

¹²⁹ Ibid., p. 155.

¹³⁰ SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Brasil: produto interno bruto (PIB)* - 1995 - 05. Disponível em: <<http://www.seplan.gov.br/sepin/pub/serieEB/Port/Rev26/03-tab05.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

¹³¹ “Assim, ela derivou de uma decisão política das autoridades econômicas do país, que escolheram o endividamento externo e interno, numa velocidade nunca antes vista, como instrumento de estabilização dos preços, **aumentando dramaticamente a dependência externa do país**, mas viabilizando o clima político favorável para a implementação das reformas liberais e das privatizações, e também, evidentemente, para a reeleição do Presidente Cardoso.” (FILGUEIRAS, 2006, p. 154). Os negritos são nossos.

negativo de US\$ 6.591 bilhões¹³² em 1998, resultado direto da abertura econômica e da valorização do Real.

Outras duas variantes macroeconômicas também estão relacionadas ao processo de abertura dos mercados brasileiros ao capital externo. A primeira diz respeito à elevação da remessa de lucros e dividendos ao exterior, “que cresceu em 148%, evoluindo de próximo a US\$ 2,5 bilhões para um montante de quase US\$ 6,9 bilhões”. A segunda aponta para um crescimento da entrada líquida de capitais no país, expressando a grande liquidez dos mercados financeiros internacionais, bem como a inserção do Brasil na lógica mundial da economia capitalista mundializada: no período entre 1994 e 1998, observou-se uma entrada de capitais no montante total de US\$ 247,1 bilhões¹³³.

Outro tipo de investimento externo verificado no período foi aquele destinado à compra de empresas brasileiras, entre elas as estatais. Vale lembrar que o governo Cardoso acelera o processo de privatizações, iniciado por Collor, com a aprovação das *Reformas*, visando à entrada destes capitais: entre 1994 e 1998, US\$ 36,3 bilhões foram destinados à compra de empresas brasileiras; em termos percentuais, os investimentos externos passaram de 0,34% em 1994, para 74,1% em 1998. Entre 1990 e 1994, 240 empresas de capital brasileiro foram compradas por grupos estrangeiros; entre 1995 e 1998, esse número foi de 613 empresas, sendo que, somente no último ano, foram vendidas 237, apenas três a menos que em todo período anterior¹³⁴.

Afirmamos anteriormente que o modelo de política econômica adotado pelo governo corresponde a uma opção de defesa dos interesses de uma determinada fração de classe, qual seja, a da burguesia financeira. Um último dado que ilustra concretamente tal afirmação diz respeito às mudanças no setor bancário: quando comparamos os números totais do Sistema Bancário Nacional, verificamos que houve uma diminuição no número de instituições entre os anos de 1994 e 1998, 273 e 233, respectivamente. Tais números indicam um processo de concentração e formação de monopólios, inerentes ao capital; com relação à entrada do capital financeiro internacional, observamos que o número de instituições bancárias brasileiras, que em 1994 era de 187

¹³² Ibid., p. 157.

¹³³ Ibid., p. 161.

¹³⁴ Ibid., p. 163 e 164. Vale lembrar que o processo de privatizações de empresas públicas não se restringiu às estatais da União, mas se estendeu para esferas estaduais.

(bancos públicos, federais e estaduais, e bancos privado), teve uma queda, fechando o ano com 136 instituições; o número de bancos com controle estrangeiro subiu de 19 (1994) para 36 (1998).¹³⁵

Devido à política econômica recessiva do governo federal, as taxas de desemprego se elevaram entre 1995 e 1998, de 4,64% para 7,59%, explicitando seu caráter eminentemente estrutural. Para o governo, afinado com a ideologia liberal hegemônica, tal fato se deve aos “novos” tempos da “globalização” e à competitividade “natural” do processo, onde a “falta de qualificação” da mão-de-obra será identificada como responsável pela elevação destes índices. Próprio dessa forma de conceber as relações sociais, o desemprego é explicado como um “fenômeno inevitável, quase natural”, fazendo parecer que este independe de decisões políticas.¹³⁶

Estes foram, portanto, os principais efeitos produzidos na realidade brasileira pelo Plano Real. Procuraremos analisar no capítulo seguinte a continuidade do modelo politicoeconômico, com seus ajustes e adaptações. Apesar do discurso oficial defender que aquele era o momento inicial de um novo ciclo de crescimento, o que se observou foi o aprofundamento da crise cambial iniciada no final do mandato anterior, a reafirmação da estrutural dependência externa, bem como os efeitos que desse quadro se desdobram, e as conseqüências sociais extremamente danosas, principalmente, para o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

¹³⁵ Ibid., p. 164 e 165.

¹³⁶ Ibid., p. 169.

Capítulo II

Dependência e subordinação em um contexto de crise mundial

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso teve início em 1º de janeiro de 1999. Como afirmado, a eleição em primeiro turno no pleito do ano anterior garantiria mais quatro anos à aliança liberal-conservadora, período este caracterizado pelo aprofundamento da crise gerada pelo modelo econômico adotado pelo governo – mesmo porque, o que matizou as ações dos que ocupavam as cadeiras no Poder Executivo, tanto no campo econômico como no político, foi a aposta na “continuidade”. De qualquer forma, o discurso – ideologicamente orientado – da retomada do “crescimento sustentado”, que o país “estava no rumo” certo e de que os maiores beneficiados seriam os setores de “baixa renda” do país fora vitorioso¹.

Apesar do claro caráter de continuidade no projeto político e econômico, o segundo governo de Fernando Henrique fora obrigado a realizar “ajustes e correções” no itinerário traçado a partir do Plano Real. Já no início de 1999, o fim da “âncora cambial” demonstrara a fragilidade da moeda – e da economia – brasileira frente às contingências geradas pelos recentes ciclos de

¹ Demonstrando a grande eficácia da formulação marxiana sobre o conceito de ideologia: “As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”. (MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007, p. 49).

aprofundamento da crise estrutural do capital (México, Ásia e Rússia). As ações da equipe econômica vão ser orientadas no sentido do cumprimento dos “acordos” firmados junto às instituições financeiras internacionais. Nesse sentido, a palavra de ordem será: cumprir as metas de superávit primário exigidas pelo FMI. Para tanto, além da diminuição dos gastos públicos e da elevação da arrecadação, a ordem passa a ser “exportar ou morrer”², mecanismos defendidos como fundamentais para se chegar aos desejados (e obrigatórios) índices de superávit. Novamente, a composição política do Congresso Nacional será amplamente favorável aos “comandantes” do Poder Executivo. Com sólida maioria no Legislativo, a aliança liberal-conservadora aprovava uma série de medidas, visando a ampliação das exportações, bem como a contenção dos gastos públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, é um exemplo flagrante deste último tipo de medidas.

Contudo, a principal característica do segundo período em que a aliança liberal-conservadora esteve à frente do Palácio do Planalto, foi o aprofundamento da crise desencadeada a partir de 1998. A manutenção da “estabilidade econômica”, caracterizada pela contenção dos índices inflacionários, produziu efeitos dramáticos em praticamente todas as variáveis macroeconômicas, explicitando, cada vez mais, todas as mazelas sociais decorrentes do modo de produção capitalista.

Procuraremos demonstrar, a seguir, os principais ajustes econômicos realizados no período, bem como as articulações políticas que deram sustentação a mais quatro anos de modernização conservadora no Brasil.

1. A implosão do Real diante da crise

O programa de governo apresentado pelo presidente-candidato, Fernando Henrique Cardoso, trazia, já em seu título, a marca e o sentido do

² A frase é de Fernando Henrique Cardoso, quando este se referia à necessidade imperiosa de exportar para ampliar as reservas internas de dólares, durante o segundo mandato.

discurso a ser adotado pela aliança política que continuava a lhe oferecer sustentação: *Avança Brasil – mais 4 anos de desenvolvimento para todos*³.

Muito mais rico em dados que o seu congênere do primeiro mandato e detalhando os assuntos e aspectos a serem tratados durante o novo período que se abria, o documento mantinha, em linhas gerais, a mesma estrutura que o anterior, qual seja, a constatação da “falência histórica” e a crítica contundente ao modelo de Estado “investidor/interventor”, a necessidade da continuidade das “Reformas” em todas as esferas da vida em sociedade e a apologética modernizadora como instrumento ideológico da criação de um “novo país e de novos cidadãos”.

Naquela que poderíamos identificar como a parte introdutória do documento, intitulada *Um novo Estado para uma nova sociedade*, já fica clara a insistente argumentação presente ao longo do programa. A necessidade era dar continuidade ao processo de “virada” na condução da história econômica do país, iniciada com o Plano Real, para alcançar aquele que seria o maior objetivo do segundo mandato de Cardoso, a “inclusão dos excluídos”. A elevação do patamar do “exercício da cidadania” deveria ser fruto da conjugação de uma série de fatores que promovessem o “progresso material e social”, alcançando uma maior “distribuição de renda”. A inflação já havia sido vencida através do Real; caberia agora dar continuidade ao que já foi feito com vistas à prevenção de possíveis retrocessos.

Aqui, em específico, são definidos como retrocessos, e até mesmo como reacionários, todos os discursos contrários à hegemônica apologética modernizadora. Portanto, todos os argumentos que, de alguma forma, critiquem o sentido e o rumo das reformas implementadas no Brasil pela aliança liberal-conservadora serão ideologicamente identificados como antiprogressistas ou retrógrados, pertencentes a um período ultrapassado do ponto de vista histórico, e que os que naquele momento (1998) o reproduziam estavam interessados em manter os antigos interesses e privilégios corporativos, ligados a uma estrutura estatal “gigantesca”, “falida” e que era a principal causadora da crise que afetara a sociedade brasileira durante décadas.

³ CARDOSO, F. H. *Avança Brasil – mais 4 anos de desenvolvimento para todos*. Brasília: s. Ed., 1998.

Sendo assim, era preciso consolidar o Real – e ampliar a estabilização que este inaugurara –, promover um período de crescimento econômico, aproveitando-se das oportunidades abertas pelo processo de “globalização” – aqui as exportações ganhavam ênfase, percebida em toda a estrutura do programa –, e ainda, “consolidar a democracia” no país através da luta permanente contra a exclusão social, a fome, a pobreza e a desigualdade⁴.

Para tanto, quatro grandes objetivos serão traçados⁵: *1º - Consolidar a estabilidade econômica; 2º - Promover o crescimento econômico sustentado, a geração de empregos e de oportunidades de renda; 3º - Eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social, melhorar a distribuição de renda; e 4º - Consolidar e aprofundar a democracia, promover os direitos humanos.*

Não é incorreto afirmar que tais objetivos já estavam presentes no programa de governo de 1994. Talvez a diferença seja que, tal como foram apresentados para o segundo mandato, são elementos geradores de diretrizes politicoeconômicas para o período que se iniciaria, quando naquele primeiro documento eram tratados como conseqüências das cinco metas elencadas como prioritárias (agricultura, educação, emprego, saúde e segurança). O que estamos argumentando é que, afora questões de estruturação formal dos textos discutidos, seus conteúdos são os mesmos, com a mesma ordem de propostas e sem explicitar a concepção e o projeto de país defendidos.

Como o objetivo primeiro é dar continuidade ao modelo liberal-conservador, em muitas passagens do texto a similaridade com o primeiro programa é flagrante. Por ser o documento de candidatura do segundo mandato de Cardoso, o programa relata as reformas introduzidas no Estado durante o período 1995-1998 e as qualifica como necessárias e positivas para o conjunto da economia e da sociedade brasileira. Nesse sentido, a argumentação percorre a seguinte lógica: no que diz respeito à organização política e social do país, o primeiro e decisivo passo fora dado com a reorganização do Estado. Todo o processo de reformulação da administração pública (vulgarmente identificado com o “inchaço” da máquina estatal), o fim do

⁴ Ibid. , 1998, p. 9-25.

⁵ É importante apontar que, como nosso objetivo não é fazer uma análise do programa de governo em si, procuraremos levantar aqueles aspectos que consideramos relevantes para a compreensão dos fatos em sua íntima conexão com a processualidade histórica que os engendra e que por eles é influenciada, tal como fizemos quando da análise do programa de governo que deu origem ao primeiro mandato de Fernando Henrique.

monopólio sobre vários ramos da produção e da prestação de serviços, “libertava” o governo dos danosos interesses corporativos (principalmente do funcionalismo público, segundo os liberais), sendo que agora os investimentos sociais poderiam ser tratados com a seriedade que o “povo” brasileiro necessitava: “de administrador, o Estado passa agora a regulador e fiscalizador”⁶. É aqui que se insere o “novo” perfil econômico do Estado, pois, como não será mais um investidor, poderá se voltar às áreas sociais. Toda a argumentação e todas as propostas presentes no segundo programa de governo giram em torno deste núcleo propositivo. Assim, o documento define

A idéia básica da nova ordem econômica é a redefinição das atribuições do Estado e das empresas privadas na construção do modelo de desenvolvimento. O Estado brasileiro, amplo, heterogêneo e grande consumidor de recursos, não cumpre bem suas funções, em que pesem suas conhecidas ilhas de excelência (sic). Seu formato, concebido entre os anos 30 e 50, obrigou-o a se concentrar em áreas produtivas que, hoje em dia, podem ser assumidas pelo setor privado – com vantagens para a economia e a sociedade. O novo modelo leva o poder público a dar prioridade aos desafios do campo social, a fim de superar as profundas desigualdades que o padrão anterior de intervenção do Estado não só não conseguiu atenuar, como muitas vezes agravou.⁷

Em seguida, o programa passa a descrever as “conquistas” e os “avanços” na área propriamente econômica. O ponto de partida sempre é o combate à inflação e a estabilização econômica daí conseqüente. Aliás, nunca é demais lembrar que esse foi o principal trunfo político utilizado por Cardoso no processo eleitoral. A argumentação é que de um patamar de mais de 40%

⁶ Os grandes feitos do governo de Fernando Henrique, no primeiro mandato, apontam para “três direções”, como relata o documento: “[...] onde havia monopólio, ou situação de quase monopólio, atraíram-se várias empresas privadas para que concorram entre si, prevenindo a formação de monopólios privados; nos contratos de privatização ou concessão, estabeleceram-se metas de investimentos e de redução de tarifas a serem cumpridas pelas empresas; por último, implantaram-se os órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e Agência Nacional de Petróleo – ANP, que fortaleceram a capacidade regulatória e de supervisão do Estado brasileiro, em benefícios dos consumidores.” (CARDOSO, 1998, p. 34). Os dados reais, porém, demonstram que os grandes beneficiados foram as empresas de capital privado que passam a explorar os serviços públicos. A título de ilustração, citamos o aumento das tarifas de telefonia: segundo o jornal O Globo, entre 1995 e 2008, os preços acumularam uma alta de 785%, contra um IPCA de 176% para o mesmo período. C. f. <http://oglobo.globo.com/economia/teles/>, consultado em 10/03/2010. Entre julho de 1998 (privatização do setor) e julho de 2006, o aumento acumulado era 118%, segundo relatório da própria Anatel. C.f. <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/072006/06072006-21.shl>, consultado em 10/03/2010. Uma análise pormenorizada da composição das tarifas antes e após as privatizações que nos permite identificar os mecanismos institucionais que permitiram tais aumentos pode ser encontrada em relatório publicado pelo DIEESE, em junho de 1999: <http://www.dieese.org.br/bol/lpr/lprmai99.xml>, consultado em 10/03/2010.

⁷ CARDOSO, 1998, p. 33.

antes da implantação do Real, o índice inflacionário passou a ter uma variação de 3% a 4% ao ano em 1998⁸.

A “nova ordem econômica” brasileira deveria, a partir das mudanças introduzidas pelo Real, seguir um “novo modelo”, onde o Estado daria prioridade ao campo social e as atividades produtivas se concentrariam no setor privado, com participação dos agentes estrangeiros e nacionais. Ao apontar para o aumento do consumo interno, principalmente entre os setores de baixa renda – fenômeno este denominado “o Real e a expansão do consumo” –, o documento argumenta que tais mudanças foram possíveis devido ao aumento do poder aquisitivo e à concomitante queda dos preços, impulsionada por três fatores: a concorrência externa, promovida pela abertura econômica, os novos fornecedores nacionais e a redução de custos ocasionada pelos ganhos de escala na produção interna, esta, devido à retomada dos investimentos pelo setor privado. O ganho social mais visível desse processo teria sido a geração de mais de 1 milhão de novos postos de trabalho nas regiões metropolitanas, além do aumento de salários, gerando uma expansão da massa de rendimentos dos trabalhadores. Outros ganhos economicossociais teriam sido alcançados com o aumento do crédito oferecido pelas instituições financeiras e pelo crescimento do setor imobiliário que verificou um aumento de 14 mil lançamentos entre 1994 e 1998, passando de “25 mil novos imóveis para 39 mil”⁹.

O documento reconhece, mesmo que de forma superficial, que as crises mexicana e asiática provocaram “flutuações” no ritmo de crescimento ao longo do primeiro mandato. No entanto, “o governo do presidente Fernando Henrique agiu com energia e rapidez”, a fim de evitar seus efeitos maiores. Obviamente, não discutem o elevado grau de dependência e fragilidade externas ao qual o Brasil estava submetido devido ao modelo políticoeconômico de corte ortodoxo-liberal, adotado pelo bloco histórico no poder. Também não faz a menor referência à crise russa, cujos efeitos foram sentidos no Brasil já no período eleitoral.

Além da descrição dos “avanços” alcançados na área econômica, essa primeira parte do programa enfatiza “a herança do passado inflacionário”.

⁸ Ibid., p. 32.

⁹ Ibid., p. 34 a 37.

Insistentemente, a crítica se dirige ao modelo estatal anterior, e como forma de justificar a continuidade das “reformas”, aponta a necessidade de eliminar o déficit público, corrigindo o que é definido como o “maior desajuste na área da União”, qual seja, o sistema previdenciário, tanto do INSS como do funcionalismo estatal. Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, a discussão da Reforma da Previdência vem à tona no momento de eclosão da crise russa que coincide com o período eleitoral. E a retórica governamental será a mesma propalada durante os quatro anos de primeiro mandato, identificando no funcionalismo público a maior causa do crescimento da dívida pública e do “inchaço” do Estado. De forma alguma apontariam que o verdadeiro motivo do crescimento da dívida brasileira era o modelo econômico pautado na valorização cambial e na conseqüente política de juros elevadíssimos que esta exigia¹⁰.

Um último aspecto que gostaríamos de discutir dessa primeira parte do programa diz respeito às projeções para a política econômica no segundo mandato. Segundo o programa de governo, o “novo padrão” de desenvolvimento que levaria o país à modernização deveria enfatizar o “aumento da produtividade, das exportações e dos investimentos” internos e externos:

Isso porque, quanto melhor for o desempenho da balança comercial, menores serão as necessidades de financiamento externo da economia brasileira. E, à medida que elas puderem ser cobertas por investimentos estrangeiros diretos e créditos de longo prazo, mais viável será aproximar a taxa interna de juros do patamar internacional, o que por sua vez irá acelerar o ritmo do crescimento.¹¹

A partir dessa definição, podemos compreender a ênfase dada durante o segundo mandato de Fernando Henrique à questão das exportações. Aliás, se durante o segundo mandato (1999-2001) as condições econômicas internacionais não foram inteiramente favoráveis à promoção das exportações

¹⁰ O documento traz ainda toda uma argumentação simplista e falaciosa para justificar o saneamento do sistema financeiro, por nós analisado quando tratamos do PROER, defendendo que estes desajustes foram gerados em contextos histórico e econômico, distintos do que vivíamos no período (1994-1998), mas que foram deixados como “herança do passado inflacionário” do país. Coube ao governo de Cardoso enfrentá-los e saneá-los, sendo que no segundo mandato novas medidas seriam tomadas. O mesmo exercício de retórica é utilizado para justificar o “apoio”, via BNDES, aos bancos dos Estados e à renegociação da dívida dos mesmos, assim como a renegociação da dívida dos grandes agricultores. (Ibid., p. 39-44).

¹¹ Ibid., p. 44-45.

brasileiras, durante o governo de Luiz Inácio (2002-2005) o quadro se reverte e a balança comercial brasileira passa a bater recordes de superávit anualmente. Este é um dos principais aspectos que caracterizam a continuidade do projeto politicoeconômico entre Cardoso e Lula, que procuraremos analisar ao final da presente seção.

De qualquer modo, o documento de campanha de Fernando Henrique defende claramente a diminuição do “Custo Brasil” como forma de atrair investimentos externos e remover os “obstáculos estruturais” à competitividade internacional das mercadorias produzidas no país. Para isso seriam implementadas uma série de medidas já elaboradas pelo Programa Especial de Exportações - PEE¹². A meta principal era ultrapassar o valor de US\$ 100 bilhões em exportações no ano de 2002. O texto trata ainda do aumento de crédito para o setor de comércio exterior e para os investimentos internos, da continuidade no saneamento financeiro do Estado como forma de recuperar sua capacidade de investimento, saneando as contas públicas, da continuidade do programa de privatizações, pois com os recursos provenientes das vendas das empresas estatais, a situação patrimonial do setor público melhoraria, da redução gradual da taxa de juros e da elevação das taxas de crescimento.

Chama atenção, porém, o tratamento apenas superficial com que a temática do superávit primário é tratada. Apesar de a questão vir à tona em algumas passagens do documento, sempre é tratada como meta a ser atingida, sem explicitar os verdadeiros motivos que a condicionam. Vale lembrar, como demonstramos no capítulo anterior, que alcançar superávits primários passa a ser uma exigência dos bancos credores internacionais, principalmente do FMI, quando da liberação de recursos destinados a socorrer as finanças internas brasileiras, devido à fragilidade que esta estruturalmente apresenta. Como o propósito não é esclarecer, mas sim, enturvar o debate político, tais questões não são sequer lembradas e são, assim, genericamente formuladas “[...] reduzir os desequilíbrios estruturais entre os fluxos de receitas e despesas não

¹² Trata-se de um programa criado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), agência ligada ao Conselho de Governo da Presidência da República, criada em 1995 para coordenar as ações relacionadas ao comércio exterior, esta, por sua vez, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

financeiras, de modo a alcançar superávits primários nas três esferas de governo [...]”¹³.

Apesar do tom otimista do programa de governo – o que não poderia deixar de ser diferente, dado o seu caráter eleitoral – a realidade concreta apontava para um agravamento da crise que se arrebatara sobre o Brasil no final do primeiro mandato de Fernando Henrique¹⁴.

No plano imediatamente econômico, todas as medidas anunciadas pelo governo federal após as eleições de outubro de 1998 se mostraram ineficazes. Com o agravamento da Crise Russa (esta declarara uma moratória em agosto de 1998), a “fuga de capitais” do mercado brasileiro é retomada a passos largos¹⁵. A reeleição de Cardoso, o acordo com o FMI e a imediata elevação das taxas de juros não foram suficientes para “acalmar os ânimos” dos capitais especulativos. Era preciso mais! Ou seja, na ordem sociometabólica do capital, regulada a partir da lógica hegemônica do capital financeiro, novas medidas se faziam necessárias para “reconquistar a confiança” dos investidores mundiais. Como marca da histórica subordinação, mais uma vez, as frações burguesas internamente instaladas vão se curvar diante das demandas do capital internacional. A saída agora, empiricamente observada, foi decretar o fim da “âncora cambial”, desvalorizando bruscamente o real em relação ao dólar. Em 13 de janeiro de 1999, o Real sofreu sua primeira grande desvalorização, 8,2%, resultado direto da adoção de um “câmbio ampliado”, que passou a cotar a moeda estadunidense em R\$ 1,32. Tais mudanças, na ótica do capital especulativo internacional, não foram suficientes, e o Real continuava a sofrer “ataques”. Prova disso fora, naquele momento, a desvalorização dos títulos brasileiros no exterior e a queda dos negócios nas bolsas de valores de todo o mundo. Entre os dias 14 e 15 do mesmo mês, o Banco Central tentou manter a nova postura de “câmbio ampliado”, vendendo elevadas quantias de dólares, mas a saída de capitais continuava a pressionar o valor da moeda estrangeira para cima, ao mesmo tempo em que levava a uma diminuição drástica das

¹³ CARDOSO, 2004, p. 46.

¹⁴ Voltaremos ao programa de governo quando discutirmos o caráter da social democracia no Brasil.

¹⁵ Na primeira semana de janeiro de 1999, as remessas de capitais ao exterior alcançaram a cifra de US\$ 883 milhões, sendo que, somente no dia 12 desse mês, mais de US\$ 1 bilhão saíram do país. (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

reservas brasileiras, próxima dos níveis exigidos pelo acordo com o FMI, US\$ 20 bilhões.

Já no início do segundo mandato, Cardoso e sua equipe econômica passaram por uma espécie de “teste”, orquestrado pelo capital financeiro e que consistia, basicamente, na verificação da (in)capacidade de o governo sustentar as novas posições mantendo uma banda cambial relativamente livre (banda ampliada). O resultado, mais uma vez, foi a reafirmação da subserviência ao capital financeiro mundializado. No dia 15 de janeiro, o governo retifica sua política cambial, garantindo a “liberdade” tão esperada e defendida pelo “mercado” ao câmbio, sendo este último o “responsável” pela “correta” desvalorização da moeda brasileira¹⁶.

No entanto, tais medidas não foram ainda suficientes para conter a desvalorização do Real. Se num primeiro momento (três dias) a cotação do dólar se estabilizou, durante as duas últimas semanas de janeiro a moeda estrangeira alcançou o valor de R\$ 1,98 (29/01/1999), apontando para uma desvalorização acumulada do Real de 39%. Diante da inanição da equipe econômica, que perdera o controle total da situação, Filgueiras assim define esse momento:

[...] o Plano Real, calcado na âncora cambial, soçobrou – depois de quatro anos e meio de reformas liberais, de sucessivas tentativas de ajuste fiscal e de um processo de privatizações do patrimônio público que rendeu, para a União, quase US\$ 50 bilhões; e não foi por falta de aviso. A necessidade de correção do caminho que conduziu em direção à crise cambial, insistentemente reivindicada por economistas de distintas tendências, principalmente após as crises do México, da Ásia e da Rússia, foi rechaçada sistematicamente – a partir de uma crença que “apostava” na iminência de um salto de competitividade da economia brasileira, que iria pôr ordem na balança comercial do país¹⁷.

Corroboramos com a análise, acima exposta, quando o autor aponta para o fato de que o modelo cambial que fundara o Real levaria necessariamente a uma crise de capitais, fato evidenciado pelas crises de 1995, 1997 e agudizado pela de 1998. No entanto, é preciso observar que o Plano Real está inserido num processo mais amplo, de recomposição do bloco histórico de hegemonia burguesa no país, cuja liderança passa a ser exercida pela fração financeira do capital. Daí a insistência em manter a política cambial

¹⁶ Ibid., p. 188.

¹⁷ Ibid, p. 189.

que sobrevaloriza o Real frente ao Dólar, e que garantiu – até certo momento – a estabilidade econômica interna – mesmo que às custas de um pífio crescimento mesclado, com momentos de aberta recessão. Somente se levarmos em conta que o Plano Real faz parte de um projeto político e econômico muito mais amplo, de inserção subordinada do país na nova fase de mundialização do capital, teremos a concreta dimensão da postura da equipe econômica de Fernando Henrique diante das possíveis alternativas que se apresentaram durante o período¹⁸.

Filgueiras se apóia ainda no conceito desenvolvido por Celso Furtado de “socialização das perdas”¹⁹ para caracterizar este momento de desvalorização da moeda brasileira. O que permite ao autor estabelecer este tipo de caracterização ao discutir o fim da âncora cambial é o fato de o Estado assumir os prejuízos – ou para minimizá-los – do setor privado, onerando diretamente a produção e o consumo internos.

Presa e inerte devido às determinações do acordo com o FMI, a equipe econômica conseguiu controlar a escalada do dólar frente ao Real somente após a realização de uma “revisão” do acordo com o Fundo, firmada em 8 de março de 1999. Se apoiando num artigo de Celso Furtado, Luiz Filgueiras argumenta que a estratégia do FMI era prolongar a desvalorização da moeda nacional – e todos os efeitos da crise daí decorrente –, com vistas a promover uma “dolarização” de fato da economia brasileira²⁰.

¹⁸ É interessante notar que Filgueiras se aproxima, em algumas passagens de seu texto, da análise que aqui propusemos quando, por exemplo, identifica a política econômica do governo Cardoso em consonância com as ordens prescritas pelo FMI e pelo Consenso de Washington. (Id., 2006, p. 211). No entanto, em algumas passagens, como a que citamos no corpo do texto, parece deixar de lado tal constatação.

¹⁹ Ao analisar o Convênio de Taubaté (1906), Celso Furtado aponta para uma característica de extrema relevância na compreensão dos processos econômicos do país, qual seja, a “privatização dos lucros e a socialização das perdas”. Ao analisar o acordo de 1906, Furtado demonstra como os cafeicultores foram beneficiados pela compra, por parte dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, do excedente das lavouras de café. Segundo o autor, este seria um dos instrumentos politicoeconômicos que caracterizam a atuação das “elites” brasileiras (principalmente as ligadas ao setor de exportação) à frente do governo do país. A desvalorização da moeda em períodos de retração das exportações cumpre papel fundamental nesse mecanismo, repassando para a massa de consumidores internos a elevação (inflação) dos preços das mercadorias importadas. Para um aprofundamento de tal mecanismo, ver, FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. – 22. ed. - São Paulo: Editora Nacional, 1987, particularmente a quinta parte, intitulada “Economia de transição para um sistema industrial (século XX)”.

²⁰ “[...] a estratégia do FMI parece ser prolongar a recessão até que o paciente aceite a adoção de um sistema de ‘currency board’, ou seja, a plena dolarização, à semelhança do ocorrido na Argentina. Isto significa nada menos que compartilhar com o sistema financeiro internacional o

Não chegamos a uma dolarização nos termos da observada na economia argentina. Porém, entre janeiro e março, a crise se generalizou pelo cenário econômico brasileiro e sua solução reafirmou a posição hegemônica da fração financeira da burguesia na composição do bloco histórico que se conformara a partir do governo Cardoso. Prova disso foi a nomeação de agentes do capital financeiro internacional para ocupar os cargos diretivos do Banco Central, como Armínio Fraga, além da subordinação total da política econômica às diretrizes do FMI, caracterizada pela intervenção direta do Fundo nos processos decisórios do governo.²¹

Assim, o governo brasileiro sinalizava claramente aos investidores externos que todas as medidas “necessárias” seriam tomadas para garantir os lucros desses investimentos no país: elevação da taxa de juros, em março, para 45% ao ano, “diminuição do IOF, de 2,5% para 0,5% - para aplicações em fundos de renda fixa, operações de câmbio entre bancos no Brasil e no exterior e contas CC-5, que são utilizadas para movimentar dólares no país”, e ainda, a isenção do imposto de renda sobre os rendimentos dos fundos de renda fixa para os investidores estrangeiros até o final de junho²². Com isso, os dólares – e, portanto, o capital especulativo – retornaram ao país, interrompendo o processo de desvalorização do Real. A moeda estadunidense que, em 3 de março, atingiu o valor de R\$ 2,16, fechou o mesmo mês a R\$ 1,72.

As novas metas determinadas pela “revisão” de março de 1999 giravam em torno da redução do déficit público e, portanto, da elevação do superávit fiscal primário e da diminuição dos índices de inflação – mesmo que, num primeiro momento, fosse admitido um crescimento das variantes inflacionárias²³. Visivelmente, podemos constatar que o FMI passa a coordenar

governo do país[...]" Apud. FURTADO, C. *Folha de São Paulo*, 24/01/1999, p. 5-5. In: Op. Cit. Filgueiras, 2006, p. 190.

²¹ Duas observações são importantes à respeito do que afirmamos acima. Em 4 de março de 1999, toma posse como presidente do Banco Central do Brasil Armínio Fraga, até então gerente-diretor da Soros Fund Management LLC de Nova Iorque, um megafundo de investimentos, cuja principal forma de atuação é a especulação financeira. Fraga também trabalhou no Salomon Brothers em Nova Iorque, e no Banco de Investimentos Garantia no Brasil. A segunda observação a ser feita diz respeito às visitas periódicas ao país que os executivos do FMI passam a realizar. Tais diretores tinham a função de fiscalizar se as metas estabelecidas pela instituição financeira estavam sendo cumpridas. Vemos assim, a consolidação da hegemonia do capital financeiro na condução da política econômica brasileira.

²² FILGUEIRAS, 2006, p. 192,193 e 194.

²³ Todos os índices previstos pelo acordo, antes e depois da desvalorização cambial, são detalhadamente descritos por FILGUEIRAS, op. Cit., p. 196-198.

as ações da política econômica brasileira, pois novas “revisões” estavam previstas, sendo que a liberação das parcelas dos empréstimos só seria disponibilizadas caso o país alcançasse as metas determinadas pelos executivos do Fundo (recordemo-nos das “visitas” periódicas das “missões” do FMI ao Brasil).

Os custos sociais, ou, como preferem Furtado e Filgueiras, a “socialização das perdas”, ficara evidente, pois esta se manifestou de forma dramática no corte do investimento público em áreas sociais. Para alcançar os índices de superávit primário determinados pelo FMI (3,1% do PIB para o ano de 1999), os cortes no orçamento da união foram providenciais. Segundo nos informa Filgueiras,

[...] cortou-se R\$ 1,45 bilhão com os gastos com o funcionalismo público civil: os servidores, mais uma vez, não tiveram reajuste em (19)99 [...]. A verba destinada aos programas sociais foi cortada em 28,5%, passando de R\$ 341,4 milhões para R\$ 243,7 milhões. [...] a partir da mudança do regime cambial no início de janeiro, o principal objetivo da política econômica do Governo passou a ser o de evitar o ressurgimento da inflação, [...]. Para isso, o Governo utilizou-se de cortes orçamentários, elevação de impostos e uma política de juros altos que, além de derrubar a demanda e desacelerar a economia, também sinalizou maiores rendimentos, no curto prazo, para o capital estrangeiro especulativo [...].²⁴

Ainda segundo o autor, o processo de desvalorização cambial, bem como as soluções encontradas a partir dos acordos com as instituições financeiras internacionais, se caracterizaram como “a maior socialização dos prejuízos” já ocorrida na história brasileira. Isto porque, em essência, a lógica de reprodução do capital no interior das fronteiras brasileiras, mantém-se idêntica ao período anterior, quando a moeda brasileira esteve “ancorada” ao Dólar. Já os efeitos recessivo-tributários desse modelo vão se aprofundar.

Os endividamentos interno e externo continuavam sua escalada rumo à estratosfera (graças à política anti-inflacionária de elevação dos juros conjugada com a desvalorização do Real); mais uma vez, o governo sinalizava com a tentativa de uma reforma tributária que permitisse o “ajuste fiscal” necessário à remuneração do capital financeiro, em sua fração nacional e internacional; novamente, antigas promessas passam a compor a “agenda” política brasileira (principalmente aquelas que, por motivos variados, não foram

²⁴ Ibid., p. 194-195.

implementadas durante o primeiro mandato), tais como o aprofundamento das reformas liberais, que deveriam ser estendidas e aprofundadas na relação entre Capital e Trabalho (Reforma Trabalhista e Previdenciária do funcionalismo público), novas privatizações que englobassem as maiores empresas estatais, a saber, Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, reiterando o projeto liberal-conservador em curso há uma década.

No plano político, o Congresso Nacional continua exercendo a função que lhe cabe num governo cuja essência se caracteriza pela autocracia burguesa: com vantajosa maioria, a aliança política que reelegera Cardoso – apesar de discordâncias pontuais próprias de disputas intraclasse – aprovava todas as propostas encaminhadas pelo Executivo. Foi o caso, por exemplo, do pacote econômico contendo o acordo com o FMI, aprovado ainda no mês de janeiro de 1999.

Quando observamos os números dos índices que analisam o desempenho econômico no acumulado dos primeiros seis meses de 1999, notamos alguma recuperação em setores específicos; assim, se comparado com o trimestre anterior (último de 1998), o PIB cresceu 0,78%. Apesar de o crescimento no primeiro semestre de 1999 ter sido inferior ao do mesmo período do ano anterior (queda de 0,42%), a recessão foi menor do que se previa. Isso se deveu, sobretudo, ao aquecimento do turismo e da agricultura, ou seja, devido a questões conjunturais²⁵. A inflação, cujas estimativas mais otimistas apontavam para um índice entre 10% e 18% para 1999, fecha o primeiro semestre alcançando índices menores do que aqueles projetados. Estes elementos já foram suficientes para garantir a “tranquilidade” desejada pelo capital financeiro internacional, trazendo “confiabilidade” ao Brasil frente aos “mercados”.

No entanto, qualquer análise otimista é no mínimo precipitada, pois a maioria das variáveis econômicas que servem como referência para analisar o desempenho “macroeconômico” de uma país apontavam para um processo de crise, ou melhor, de aprofundamento da crise. Vejamos alguns dados referentes ao primeiro semestre de 1999.

²⁵ Na agricultura, o período corresponde ao da colheita, e no turismo, além de as férias coincidirem com os meses iniciais do ano, um grande número de turistas darão preferência aos passeios internos devido à elevação do Dólar frente o Real, fato este que também atrairá os turistas de outros países. (Ibid., p. 200-203).

Entre março e abril, a taxa média de desemprego no Brasil alcançou, respectivamente, 8,9% e 8,8%, fechando o semestre com uma média de 8,6%. Devido à desvalorização cambial, a dívida pública e o déficit público “bateram recordes nos meses de janeiro e fevereiro”. Com relação à primeira, em dezembro de 1998, seu valor era de R\$ 388,7 bilhões, saltando para R\$ 500,8 bilhões em fevereiro de 1999, “graças” à valorização do Dólar; proporcionalmente ao PIB, o crescimento da dívida foi de 9,2%, saltando de 42,6% para 51,8%. Já no que diz respeito ao déficit público operacional, só o mês de janeiro de 1999 observou um crescimento de quase 5% em relação ao acumulado dos 12 meses de 1998, ou seja, de 7,71% para 12,01%.²⁶

Em contrapartida, as instituições financeiras se beneficiavam com as medidas executadas pelo governo federal. A citação a seguir é flagrante quanto aos mecanismos de expropriação desenvolvidos pela lógica do capital especulativo.

Os papéis cambiáveis e a venda de dólares no mercado futuro – que transferiram o risco de uma eventual desvalorização do setor privado para a esfera pública – somaram R\$ 55, 422 bilhões, enquanto o aumento da dívida externa em Reais totalizou R\$ 47, 172 bilhões. Pouco antes da desvalorização, em dezembro de 1998, do total de títulos públicos em poder do mercado, 21% tinham correção cambial e 69% tinham rendimentos pós-fixados (*Over*). Embora, posteriormente, com a valorização do Real em março, parte desse prejuízo tenha sido revertido, essa foi uma das maiores operações de socialização de prejuízos já ocorrida na história brasileira [...]²⁷.

O mesmo conjunto de medidas que privilegiava as frações financeiras do capital, levou ao aprofundamento da histórica e estrutural dependência externa brasileira. A política de juros elevados foi responsável pelo aprofundamento do déficit operacional de todo o setor público. Este instrumento de contenção do processo inflacionário (juros), amplamente utilizado pelo governo Fernando Henrique em seus dois mandatos, será o responsável direto pela retração da atividade econômica – principalmente a industrial –, pelo desemprego e arrocho salarial que atingiram os trabalhadores brasileiros e, em ordem inversa de interesse de classe, pela concentração de renda nas mãos do capital financeiro.

²⁶ Ibid., p. 202-204.

²⁷ Ibid., p. 205. Filgueiras continua: “[...] sem falar do ‘socorro’ de US\$ 1,5 bilhão, dado pelo Banco Central, aos Bancos Marka e Fonte-Cindam, que acabou se constituindo no pivô da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar a atuação do sistema financeiro.”.

Todo o esforço empreendido pela equipe econômica de Fernando Henrique no início do segundo mandato teve como objetivo central manter a estabilidade da moeda brasileira frente ao Dólar. O combate à inflação e a garantia da manutenção da estabilidade econômica se constituíram como elementos centrais do processo de ajustes desencadeados com a crise da Rússia em 1998. O fundamental para o governo era não cometer os mesmos erros do passado recente, principalmente aqueles que levaram, por exemplo, o Plano Collor à bancarrota. Como vimos no início dessa seção, as análises empreendidas pelos agentes do capital financeiro internacional em 1993, quando da avaliação do Consenso de Washington, apontavam a necessidade imperativa de manter a estabilização da moeda como pressuposto da desregulamentação e abertura econômicas. Próprio de sua postura de classe, a fração financeira da burguesia mundial não reconhecia o verdadeiro motivo da crise, qual seja, a incapacidade de o modelo econômico liberal-ortodoxo apresentar alternativas diante da crise estrutural do modo de produção capitalista²⁸. Desde este ponto de vista, o problema estaria na forma como os governos nacionais “gerenciavam” suas economias. Portanto, partindo desse pressuposto ideológico, as crises nacionais se caracterizavam como um problema de “gestão”. Daí decorre a necessidade de cumprir à risca a “cartilha” determinada pelo FMI.

É importante notar que, de certa forma, a própria equipe econômica tinha consciência das possíveis alternativas a serem seguidas, visando uma relativa autonomia em relação ao regime cambial. Ao afirmar a imperiosa necessidade de elevar os índices de exportação – afirmação esta já presente no próprio Programa de Governo para o segundo mandato –, Cardoso sinalizava para um dos possíveis mecanismos que poderia livrar, de forma definitiva, a economia brasileira da “armadilha cambial”. Um dos motes centrais do discurso econômico durante o segundo mandato de Fernando Henrique foi justamente o da necessidade de “alavancar” as exportações brasileiras, pois se compreendia que sucessivos saldos positivos na balança comercial seriam fundamentais à redução dos déficits na conta de transações correntes, o que

²⁸ Na verdade, não há alternativa possível para a humanidade dentro dos marcos do capitalismo. As tentativas de recomposição da economia capitalista mundial, sejam elas de corte liberal-ortodoxo ou liberal-keynesiano, só fazem aprofundar e reproduzir a barbárie, própria deste modo de produção.

possibilitaria “uma menor dependência com relação ao capital externo”, principalmente em sua fração especulativa²⁹.

No entanto, a condição de subordinação, marca indelével do *sentido histórico* da forma de *ser precisamente assim* da objetivação do capitalismo brasileiro, mais uma vez se fez presente. A explicitação de um novo ciclo de crise – estrutural – do capital afetara o cenário politicoeconômico internacional no alvorecer do novo milênio, fato este que, de imediato, comprometia os “esforços exportadores” do governo brasileiro.

Em linhas gerais, a crise mundial se manifestou a partir da constatação do esgotamento do curto ciclo de crescimento iniciado nos anos de 1990. Os sintomas da crise se fizeram manifestar a partir dos pólos centrais do capital, cujo epicentro fora o “estouro da bolha”, em 2000, da economia estadunidense³⁰. Na zona do Euro, as metas de déficit fiscal e dívida pública estabelecidas no Acordo de Maastricht ficaram cada vez mais inalcançáveis. O Japão permanecia imerso num processo de estagnação econômica que já durava mais de uma década, e a economia dolarizada da Argentina – até então, o modelo econômico a ser seguido pelos países da América Latina, segundo o FMI – entrou em colapso, levando consigo todo arranjo de integração econômica arquitetado a partir do Mercosul³¹.

Como não poderia deixar de ser, o Brasil não passou incólume à crise. Após um breve período de estabilidade, correspondente ao ano de 2000, a economia brasileira sentirá o empuxo da crise internacional de forma direta.

²⁹ FILGUEIRAS, 2006, p. 212. Vale ainda ressaltar que o “esforço exportador” desempenhado durante o segundo mandato de Cardoso será continuado por Lula da Silva, sendo que os saldos da balança comercial brasileira alcançaram sucessivos resultados positivos já a partir do final do governo Fernando Henrique. Talvez este seja um dos fundamentos da recuperação econômica verificada durante o governo Lula, sem, no entanto, eliminar o caráter da dependência externa. Aprofundaremos essa discussão quando tratarmos do referido mandato de Lula.

³⁰ Segundo argumentação de Luiz Filgueiras, o ciclo de crescimento iniciado em 1990 “desembocou numa frenética atividade especulativa nos mercados financeiros, que prolongou sua trajetória ascendente mas não impediu sua reversão”, a ponto de o então presidente do *Federal Reserve System* (o banco central americano, informalmente denominado *The Fed*), Alan Greenspan, denominar o processo como uma “exuberância irracional” e/ou “ganância infecciosa”. Durante o governo de George W. Bush, a balança comercial e as receitas fiscais dos EUA acumularam crescentes déficits, resultado direto do “estouro da bolha americana.” (Ibid., p. 226).

³¹ Ibid., p. 227 e 228. O Tratado de Maastricht de 1991 dispõe, entre outras questões, sobre a criação de uma moeda única a ser adota pela União Européia, o Euro. Para que tal objetivo fosse alcançado, o tratado determinava que os países membros deveriam reduzir o déficit do setor público em, no máximo, 3% de seu PIB e alcançar índices de inflação e taxas de juros semelhantes aos dos países membros com economias estáveis.

Essa tímida e curta recuperação pode ser identificada como um primeiro reflexo das medidas anunciadas pela revisão dos acordos com o FMI. Diante da prostração da equipe econômica, os capitais especulativos retornam ao país, assim como os investimentos externos diretos. Conseqüentemente, com a entrada de Dólares, o Real passa por um processo de valorização, permitindo uma redução permanente na taxa de juros, entre março de 1999 e abril de 2001. Essa aparente “calmaria” interna permitiu ao país um crescimento de 4,4% em seu PIB, além de uma queda significativa da inflação durante o ano de 2000³².

Faz-se necessário apontar que, no cenário político, o ano de 2000 abrigou eleições em nível municipal, o que significou que, do ponto de vista do governo federal, era fundamental manter/propagandear um “clima” de otimismo, pois a estabilidade seria, em tese, condicionante de bons resultados nas urnas. No entanto, os resultados das eleições demonstraram que os efeitos da crise já tinham produzido alguns “estragos” que, no longo prazo, foram irreversíveis para aliança política que dava sustentação ao governo. Apesar de os partidos da base governista elegerem seus candidatos na maioria das capitais, observou-se um sólido crescimento da oposição, principalmente dos partidos *na esquerda*, que elegeram seus candidatos em importantes cidades. É o caso da vitória da candidata do PT, Marta Suplicy, em São Paulo³³.

O biênio 2001-2002 foi marcado pelo agravamento da crise. Como já afirmado, as condições externas não eram nada favoráveis. A crise americana – agravada naquele ano pelo ataque ao World Trade Center, em setembro – se aprofunda, mesmo processo verificado na Argentina, e a economia brasileira mergulha em um novo processo de retração. O crescimento do PIB em 2001 foi de apenas 1,5%; a partir de abril do mesmo ano, o Real passa por forte

³² Ibid., p. 229-234. Os índices inflacionários caíram quase pela metade quando comparados aos dos anos de 1999 e 2000. Segundo o IGP-M, tais índices variaram neste período, de 20,10% para 9,95%, respectivamente; o IGP-DI aponta para uma inflação de 19,98% em 1999, com queda para 9,81% em 2000; já o ICV constatou uma queda menor, de 9,57% em 1999, para 7,21 em 2000.

³³ Os resultados foram os seguintes: PT, seis capitais (São Paulo, Porto Alegre, Goiânia, Recife, Belém e Aracaju); PSDB, quatro capitais (Vitória, Cuiabá, Teresina e Boa Vista); PSB, quatro capitais (Belo Horizonte, Maceió, Natal e Macapá); PMDB, quatro capitais (Campo Grande, Fortaleza, João Pessoa e Rio Branco); PFL, três capitais (Curitiba, Salvador e Palmas); PDT, duas capitais (São Luís e Porto Velho); PL, uma capital (Manaus); PP, uma capital (Florianópolis); e PTB, uma capital (Rio de Janeiro). Fonte: <http://www.estadao.com.br/especiais/a-disputa-pelas-capitais,32376.htm>. Consultado em 14/04/2010.

processo de desvalorização; concomitantemente, observou-se uma intensa “fuga” de capitais, o que levou a equipe econômica a, mais uma vez, elevar as taxas de juros. A saída encontrada foi a assinatura (em setembro) de um novo acordo com o FMI. De caráter “preventivo”, este acordo tentava “abortar a nova crise cambial que se esboçava”³⁴. Porém, as medidas foram insuficientes, pois, a partir de abril 2002, uma nova crise cambial se inaugura, com forte desvalorização do Real e crescente “fuga” de capitais. Este amplo processo de especulação contra a moeda brasileira fora agravado pelo “aprofundamento da fragilidade financeira do setor público”, pelo “vencimento de grandes parcelas da dívida (externa)” e pela visível “possibilidade da vitória de Lula”. É importante notar que, obedecendo à lógica do capital financeiro, as medidas finais da equipe econômica de Fernando Henrique favoreceram amplamente tais setores, pois a nova fase de especulação:

[...] em boa medida (fora) ajudada pelo comportamento do próprio Banco Central que, ao anunciar que resgataria essas parcelas (da dívida) quando dos seus vencimentos, induziu reiterados movimentos especulativos que pressionaram a subida do dólar, um pouco antes da data dos resgates dos títulos, propiciando, assim, enormes ganhos aos credores. [...] ³⁵.

Diante dessa nova crise cambial e das medidas adotadas pelo governo, o impacto na economia foi novamente negativo, expresso na retração econômica e no pífio crescimento explicitado pelo PIB, que cresceu apenas 1,51% em 2002, mesmo índice do ano anterior.

Observamos, portanto, que a condução da política econômica do governo Cardoso em seu segundo mandato esteve condicionada às mesmas determinantes que orientaram a criação do Real: sobrevalorização da moeda, abertura comercial e, principalmente, financeira. O que diferenciou o segundo do primeiro mandatos foram os mecanismos econômico-conjunturais utilizados pela equipe econômica com vistas a alcançar tais objetivos. Os dados que apresentaremos a seguir demonstram que nem mesmo as “metas de inflação” foram alcançadas, sendo que o conjunto das variáveis macroeconômicas se deterioraram drasticamente, aprofundando – mais uma vez – a estrutural

³⁴ FILGUEIRAS, 2006, p. 229 e 230. Como bem nos lembra o autor, 2001 foi o ano do “apagão energético”, consequência direta da política privatizante do governo Fernando Henrique para o setor. Os transtornos causados pelo racionamento imposto à população seriam amplamente utilizados pelo candidato da oposição, Luiz Inácio, no processo eleitoral que se avizinhava.

³⁵ Ibid., p. 230.

dependência e subordinação da economia brasileira em relação aos pólos hegemônicos do capital.

No que diz respeito à inflação, “metas” foram estabelecidas a partir dos acordos com o FMI em 1999. Com exceção do ano 2000, nenhum dos índices estabelecidos foi alcançado. As metas de inflação eram: 1999 8%, 2000 6%, 2001 4% e 2002 3,5%; no entanto, o apurado foi, respectivamente, 8,94%, 5,97%, 7,67%, 12,53%³⁶. Segundo a análise de Filgueiras, o problema da inflação é estrutural e está diretamente relacionado à vulnerabilidade externa do país, pois com a substituição das “metas monetárias” por “metas inflacionárias”, ocorrida a partir da década de 1990 nos chamados “países emergentes”, a adoção do “câmbio flutuante” promoveu uma espécie de “privatização” das moedas nacionais. O autor argumenta que:

O objetivo de uma política de “metas inflacionárias” é o de controlar a inflação com menor volatilidade na taxa de crescimento do PIB e, por consequência, com menor instabilidade e flutuação do emprego – quando comparada com a utilização de “metas monetárias” que, adicionalmente, também são difíceis de se atingir, uma vez que a fluidez do sistema financeiro inviabilizou, de vez, o controle dos agregados monetários pelas autoridades monetárias, tornando, assim, irrelevante esse conceito.³⁷

A fragilidade das contas públicas e a estrutural vulnerabilidade externa da economia brasileira levaram, no entanto, ao fracasso da política de metas inflacionárias, ou seja, os mesmos problemas que já haviam colocado em “xeque-mate” o modelo econômico do Plano Real. É importante notar que, para que esse tipo de “política de estabilização” alcance seus resultados, o Banco Central tem de prever – e com razoável antecedência – o movimento tendencial da inflação. Paralelamente, o câmbio deve ser estipulado em “função da dinâmica do balanço de pagamentos”, ou seja, “através da oferta e demanda por divisas”. O movimento da taxa de juros deve ser orientado no combate aos surtos inflacionários “independentemente de problemas fiscais”, o que implica em dizer que, em caso de um encarecimento da dívida pública estimulado pela elevação da taxa de juros – fato concreto no Brasil –, o superávit primário deve ser elevado para que o governo “honre” suas dívidas. Para que todo processo ocorra, O Banco Central deve “receber do poder

³⁶ Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201003_3.shtm. Consultado em 16/04/2010.

³⁷ FILGUEIRAS, 2006, p. 233-238.

político as ‘metas’ e o tempo adequado para realizá-las”. Decorrência direta desse mecanismo, a autonomia e a independência operacionais do Banco Central passam a ser um elemento essencial da implementação de tais mecanismos da política de estabilização³⁸.

O debate em torno da autonomia do Banco Central expressa claramente os contornos ideológicos do projeto politicoeconômico, de corte liberal conservador liderado por Cardoso. O discurso oficial aponta para a necessidade de autonomia do Banco Central na condução da política monetária. O arrimo teórico de tais formulações pode ser encontrado nos economistas “neo-clássicos”, vertente que busca o resgate dos pressupostos liberais dos séculos XVIII-XIX, adaptando-os às novas condições do mercado mundial “financeirizado e globalizado”. O “monetarismo” é uma das vertentes resultantes desse “reavivamento” da ortodoxia liberal. Em linhas gerais, defendem que as autoridades monetárias nacionais devem perseguir o objetivo primeiro da estabilidade dos preços e, para tanto, devem orientar suas decisões a partir de critérios puramente econômicos, “blindando” tais decisões de possíveis orientações “ideológicas” e do debate político, principalmente em períodos eleitorais. Sendo assim, o corpo *burocrático* do Banco Central deve orientar suas decisões, única e exclusivamente, a partir de critérios *técnicos* que possam frear a elevação dos preços, mantendo, assim, a estabilidade inflacionária. É sempre importante frisar – a despeito do que afirmam seus defensores – que tais formulações se coadunam com o ideário político liberal, cuja definição propugna ao Estado um caráter a-histórico e natural, esfera coletiva de realização dos interesses – antagônicos – presentes na sociedade civil.

A esse tipo de formulação, subjazem conceitos próprios da teoria weberiana sobre o *tipo de domínio legal*. Segundo o autor alemão, as modernas estruturas do Estado devem ser organizadas a partir de um procedimento racional, expresso pelas Cartas Constitucionais – estas sendo caracterizadas como um mundo abstrato de prescrições técnicas e de normas. Todos os indivíduos, inclusive os *chefes legais* ou as *instâncias superiores*, devem respeitar e orientar suas ações segundo a *ordem impessoal do direito*.

³⁸ Ibid., p. 238.

Daí decorre a necessidade de uma equipe de funcionários qualificados – burocracia – para garantir a correta aplicação daquilo que prescrevem as leis. Reconhece que a burocracia moderna se desenvolve paralelamente à economia financeira, porém, não há vínculo unilateral entre ambas, pois o que deve orientar as ações da esfera administrativa é a racionalização da técnica, já que o interesse privado move os negócios no campo econômico. Assim, o burocrata é caracterizado como um técnico/operário especializado na máquina administrativa do poderio, o Estado.³⁹

No entanto, o que não é explicitado pelos defensores da autonomia e da independência do Banco Central é que tal medida é uma exigência das instituições financeiras internacionais. Estas argumentam que a adoção de uma política econômica “saudável” deve se sustentar em “bons” fundamentos, quais sejam, estabilidade dos preços, adoção de um câmbio livre e responsabilidade fiscal. Estes garantiriam a “blindagem” necessária ao país diante de novas crises cambiais e dos consequentes “ataques” do capital especulativo.

Outra questão importante é que, na prática, o Banco Central já atuava de forma autônoma, pois o Comitê de Política Monetária (COPOM) teve total liberdade para modificar a taxa de juros de acordo com o movimento dos índices inflacionários. Se a equipe econômica já atuava de acordo com as condicionantes dos organismos econômicos internacionais, qual é o sentido de tal debate no contexto em que este se insere? A resposta à tal questão passa pelo esclarecimento sobre a diferenciação – em termos jurídicos – dos conceitos de *autonomia* e *independência*.

A *autonomia* operacional do Banco Central está prevista desde sua criação, em 1964⁴⁰, como autarquia federal com personalidade jurídica e patrimônios próprios. No entanto, a partir de 1967, o presidente da instituição passa a ser escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ou seja, pelo Poder Executivo⁴¹. Portanto, a autonomia operacional é comprometida pela

³⁹ Tais formulações podem ser encontradas em CONH, 2008, p. 128-130.

⁴⁰ BRASIL. *Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964*. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4595.htm>>. Acesso em: 22/04/2010.

⁴¹ O artigo 14 da Lei nº 4.595/64 teve sua redação alterada pela Lei 5.362, de 30/11/1967: “O Banco Central do Brasil será administrado por uma Diretoria de cinco (5) membros, um dos quais será o Presidente, escolhidos pelo Conselho Monetário Nacional dentre seus membros mencionados no inciso IV do art. 6º desta Lei.” (Ibid.)

falta de autonomia administrativa, ou pela falta de *independência* dos cargos diretivos da instituição, uma vez que estes derivam diretamente das decisões do CMN. Ao apontar para a necessidade de reformulação administrativa do Banco Central, os agentes do capital financeiro⁴² reivindicam um mandato fixo – preferencialmente de 6 anos – para a diretoria da instituição, identificando esta modificação como garantia de manutenção dos “bons” fundamentos da política econômica, *independentemente* das escolhas eleitorais. Lembremo-nos que o referido debate vem à tona num contexto de final de mandato presidencial, cujos indicadores apontavam para a vitória do candidato da oposição. Portanto, do ponto de vista das frações financeiras, dominantes no bloco histórico burguês, era fundamental garantir a continuidade do modelo econômico independente do candidato eleito.

De fato, as discussões se estenderam durante o governo de Luiz Inácio. No entanto, as garantias ao capital financeiro foram mantidas a partir da divulgação – ainda no período eleitoral – do documento intitulado *Carta ao Povo Brasileiro* pelo candidato que viria a ser eleito. Tal documento será objeto de nossa discussão no capítulo seguinte.

Assim, nos parece claro que todo o debate acima exposto, condiciona-se a partir da necessidade de oferecer garantias aos investidores externos quanto aos rumos da economia brasileira. Segundo a apologética modernizadora, era preciso “acalmar os mercados”, demonstrando que a política econômica do país assentava-se em “fundamentos saudáveis”. Nada mais ideológico do que tais argumentações, pois, como vimos demonstrando, a manutenção da política econômica, então vigente, favorecia diretamente a

⁴² Entre os principais defensores da total autonomia e independência do Banco Central – além das já citadas instituições do capital financeiro – destacamos os nomes de Edmar Lisboa Bacha, economista vinculado a PUC-RJ, doutorou-se em economia pela Universidade de Yale, nos EUA. Presidiu o BNDES entre janeiro e novembro de 1995; Pérsio Arida, economista, com doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), EUA. Presidiu o BNDES entre 1993 e 1995, tendo ocupado ainda o cargo de Presidente do Banco Central entre janeiro e junho de 1995. Foi sócio de Daniel Dantas no Banco Opportunity. É sócio-fundador do BGT Pactual, um dos maiores bancos de investimentos independentes baseados em mercados emergentes; André Lara Resende, economista com Phd em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), EUA. Presidiu o BNDES entre abril e novembro de 1998. Antes de participar da equipe econômica de Fernando Henrique, atuou no Banco de Investimentos Garantia, no Unibanco e foi sócio-fundador do Banco Matrix. Vale ainda ressaltar que os três nomes aqui elencados participaram diretamente da criação do Plano Cruzado (governo Sarney), sendo que os dois primeiros atuaram, também, com papel preponderante na elaboração do Plano Real.

acumulação do capital financeiro, em detrimento de todas as variáveis econômicas de crescimento interno.

Outra variável que comprova tal argumentação se refere ao balanço de pagamentos. Durante o segundo Governo Cardoso as, contas externas brasileiras saltaram de um déficit de 22,4% para um superávit de 13,9%. Se tomado isoladamente, tal índice nos dá a (falsa) impressão de melhora das contas externas. No entanto, o aumento das exportações e os conseqüentes números positivos da balança comercial estiveram associados diretamente aos efeitos da forte desvalorização cambial, ocorridos principalmente em 1999 e 2002, e ao baixo crescimento do PIB no período⁴³.

Alguns dados indicam o aprofundamento da dependência externa: a elevação dos investimentos externos diretos (US\$ 100,38 bilhões); mesmo em queda, os investimentos estrangeiros em carteira mantiveram índices elevados (US\$ 8,27 bilhões); durante o segundo Governo Cardoso, o “país” desembolsou com amortizações de suas dívidas US\$ 191,3 bilhões, ao passo em que recebeu, com empréstimos e financiamentos, no mesmo período, US\$ 156,7 bilhões, ou seja, no que diz respeito a essa variante, o governo gastou mais com amortizações do que recebeu em empréstimos; a soma total de juros líquidos, lucros e dividendos e amortizações, “cresceu em quase 80%”, quando comparados o primeiro e o segundo mandatos de Cardoso, “passando de US\$ 148,3 bilhões para US\$ 266,4 bilhões”; a dívida externa brasileira fecha o ano de 2001 com uma leve queda, devido à redução da dívida privada, que alcançou a cifra de US\$ 101.329 milhões, contra US\$ 108.605 milhões da dívida pública, totalizando US\$ 209.934 milhões⁴⁴.

Diante desse quadro de aprofundamento da histórica dependência externa brasileira, os superávits na balança comercial serão cada vez mais

⁴³ É preciso lembrar, como afirmado anteriormente, que a equipe econômica vinha tomando uma série de medidas para alavancar as exportações brasileiras. Ao questionar a capacidade de manutenção do ritmo de crescimento da balança comercial, Filgueiras (2006, p. 242), afirma que “[...] a consistência desse ajuste na balança comercial, iniciado com a mudança da política cambial em 1999, e aprofundado em 2002 com nova crise cambial, será testado, de fato, quando o câmbio se estabilizar num patamar compatível com taxas de inflação abaixo de dois dígitos e o país voltar a crescer a taxas acima de 4% ao ano – nível mínimo de crescimento para compensar, lentamente, o péssimo desempenho verificado nas duas décadas perdidas e reduzir as taxas de desemprego.” Nos parece que tais condições só foram alcançadas plenamente no final do primeiro mandato de Luiz Inácio, devido, sobretudo, ao crescimento do comércio internacional e à respectiva valorização das *commodities* brasileiras.

⁴⁴ *Ibid.*, 2006, p. 248, 249 e 250.

imprescindíveis para que os governos consigam fechar o balanço de pagamentos (dado que as exportações se constituem, nesse modelo, como a principal fonte de recursos para remuneração do capital estrangeiro internamente investido).

A busca pela obtenção constante (e elevada) de superávits primários passou a ser uma condição imposta pelo FMI a partir dos acordos de 1998/1999, analisados anteriormente. Como vimos, a partir de 1999, a política de estabilização se desloca da âncora cambial para as políticas fiscal e monetária. A nova ordem é atingir as metas de inflação estabelecidas e aplicar ajustes fiscais para alcançá-las. O principal objetivo da equipe econômica passa a ser, durante o segundo mandato de Fernando Henrique, a obtenção de sucessivos e crescentes superávits fiscais primários destinados à acumulação de recursos do Tesouro para pagamento dos juros aos seus credores internacionais. Nesse sentido, uma série de medidas serão propostas pelo governo que, com ampla maioria no Congresso Nacional, não encontrou grandes dificuldades para aprová-las.

Em maio de 2000, entra em vigor a “Lei de Responsabilidade Fiscal”⁴⁵. Ao responsabilizar criminalmente os chefes do executivo, nas três esferas da federação, que, por qualquer motivo, não cumprissem com as diretrizes orçamentárias determinadas em suas respectivas esferas legislativas, tal lei cria um rígido mecanismo de controle do orçamento público, pois estabelece normas rígidas e percentuais fixos para os gastos do poder executivo. A única “variável de ajustes” diz respeito aos gastos sociais, ou seja, como não há uma obrigatoriedade “fixa”, em termos percentuais, desses gastos, os chefes do executivo podem (e devem!) reduzi-los para “fecharem o balanço” de suas respectivas contas públicas. Outra medida diretamente relacionada à contenção dos gastos públicos nas áreas sociais, aprovada no mesmo contexto de exigência de superávits primários, foi a Emenda Constitucional nº 27, em março de 2000, que estabelecia a Desvinculação das Receitas da União, a

⁴⁵ BRASIL. *Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm >. Acesso em: 24 abr. 2010. O Art. 1º define: “Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.”

DRU⁴⁶. Na verdade, tal dispositivo é uma reedição do Fundo Social de Emergência, criado quando da implantação do Real e que havia sido reeditado até então. Naquele momento, devido à impossibilidade jurídica de reedição do FSE, criou-se a DRU, sendo que os principais setores atingidos com a desvinculação foram o da seguridade social e o da educação. Paralelamente à diminuição dos gastos, o governo federal promove um vertiginoso aumento da carga tributária, alcançando o índice de 36% do PIB em 2002.

Mesmo com esse “enorme esforço fiscal”, a dívida líquida do setor público continuou aumentando. Em 1999, devido à desvalorização cambial, houve um salto de R\$ 385,9 bilhões para R\$ 516,6 bilhões, o que corresponde a um aumento de 41,7% para 49,2% em relação ao PIB. Em 2002, o montante da dívida líquida alcançou a cifra recorde de R\$ 881,1 bilhões, ou 56,5% do PIB. Observe-se ainda que o referido crescimento ocorre mesmo com a elevação dos índices de superávit primário, nos quatro anos do segundo mandato, a saber, 3,28% em 1999, 3,55% em 2000, 3,7% em 2001 e 4,06% em 2002 (percentuais em relação ao PIB). O que levou ao crescimento constante da dívida pública, mesmo com a redução dos gastos públicos e com o aumento da carga tributária, foi a própria política monetária do governo, que se amparou na elevação da taxa de juros como mecanismo de contenção da inflação, submetendo a política econômica a um verdadeiro “ciclo vicioso, no qual a política monetária desfaz o que é feito pela política fiscal”⁴⁷.

Nota-se, portanto, que o discurso que apontava para a necessidade de ajuste das contas públicas – amplamente utilizado pela equipe econômica e difundido pelos meios de comunicação aos quatro cantos do país – não

⁴⁶ BRASIL (b). Emenda Constitucional nº. 27, de 21 de março de 2000. Desvinculação de Arrecadação de Impostos e Contribuições Sociais da União . *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 mar. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc27.htm >. Acesso em: 24 abr. 2010. Tal emenda “Acrescenta o art. 76 ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo a desvinculação de arrecadação de impostos e contribuições sociais da União”. O referido artigo possui a seguinte redação: “É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2000 a 2003, vinte por cento da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.” É importante observar que tal dispositivo constitucional vem sendo prorrogado periodicamente, sendo que sua vigência está prevista até 2011.

⁴⁷ FILGUEIRAS, 2006, p. 251 e 252.

passava de falácia ideológica que escamoteava suas reais intenções e objetivos ao se buscar constantes e elevados índices de superávits primários, quais sejam, demonstrar aos agentes financeiros internacionais que a burguesia internamente instalada cumpria à risca as determinações de seus credores (FMI e Banco Mundial, principalmente). Tanto assim que o máximo alcançado pelo governo foi a momentânea redução do “risco-país”⁴⁸.

Em contrapartida ao crescente endividamento do Estado, observa-se um vertiginoso aumento da rentabilidade dos bancos, demonstrando claramente que a aliança política no bloco histórico contava com a hegemonia do capital financeiro, em suas frações internas e externas, quando do delineamento do projeto político e econômico para o país. Ao comparar os números do setor bancário observados durante os dois mandatos de Cardoso, Filgueiras explicita o que argumentamos:

[...] Considerados em conjunto, os dez maiores bancos privados brasileiros, quando se comparam os resultados obtidos em 2001 com os de 1994, tiveram um crescimento de 70% no patrimônio, 64% na rentabilidade e 180% no lucro. Já a rentabilidade do setor não financeiro no Brasil em 2002, foi de 5,6%; mas esse resultado se eleva para 15% quando se retiram as despesas financeiras.

E complementa o argumento demonstrando a monopolização do setor a despeito do discurso oficial dos benefícios da livre concorrência:

[...] As cinco maiores instituições financeiras do país, que respondiam, em 1994, por 45,2% do ativo total do sistema e por 48% dos depósitos existentes, passaram a deter, em 2002, 60,2% do ativo total e 69,2% dos depósitos. Esses mesmos números, para as dez maiores instituições, alcançaram, em 2002, 75,8% do ativo total e 85,9% dos depósitos, quando, em 1994, eram de 60,2% e 65,1% respectivamente.⁴⁹

Os impactos observados sobre a atividade produtiva, sobre o emprego e a renda, deixam claro que a forma de inserção subordinada do país ao novo ciclo de internacionalização do capital, arquitetada pela aliança liberal-conservadora, produziram efeitos dramáticos para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Além da elevação dos índices de desemprego, observa-se, paralelamente, o aumento da precarização das relações de

⁴⁸ O conceito de “risco-país” é uma criação de agências de consultoria do capital financeiro mundializado que serve como instrumento de mensuração da segurança politicoeconômica dos países. As variáveis que compõem o referido índice são extremamente imprecisas e manipuláveis, característica que deriva diretamente da natureza (fictícia) do capital especulativo, para o qual o “risco-país” serve como referência.

⁴⁹ FILGUEIRAS, 2006, p. 254.

trabalho impulsionada pelo processo das Reformas Trabalhista e Previdenciária – e a correspondente flexibilização das relações entre Trabalho e Capital, discutidas anteriormente –, fator decisivo para a redução reiterada da renda média dos trabalhadores com “carteira assinada”, bem como para o aumento vertiginoso do chamado “trabalho informal”. Para se ter uma idéia, em abril de 2002, a taxa de desemprego para a população economicamente ativa, na Região Metropolitana de São Paulo chegou a 20,4%⁵⁰.

Assim se encerra o período em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente da aliança política que promoveu mais uma etapa da modernização conservadora no Brasil. Ao terminar seu segundo mandato, os baixos índices de aprovação do Governo Cardoso refletiam as péssimas condições da economia brasileira. No plano político, a aliança que sustentara os oito anos de governo do PSDB se esgotara; para que a burguesia pudesse levar adiante seu projeto de modernização conservadora, marca indelével do *ser precisamente assim* da *entificação* do capitalismo no Brasil, “novas” composições eram necessárias; a liderança política de uma nova aliança em construção passa a ser exercida por um ex-operário, Luiz Inácio Lula da Silva, que desponta naquele contexto de sucessão como a alternativa possível para o “desenvolvimento sustentado” do país, pautado na retomada do “crescimento da economia”, na “cidadania” e na “ética na política”. Passados quatro anos de seu primeiro mandato – Lula se reelege em 2006 –, parecia ter início na economia brasileira um novo ciclo expansivo. Porém, tal ciclo se sustenta a partir das mesmas premissas do governo Cardoso, garantindo assim, um caráter de continuidade à política econômica implementada no país na última década. O que procuraremos demonstrar no próximo capítulo são os vínculos políticos, econômicos e sociais que permitem identificar os projetos políticos destes dois governantes como homogêneos e congruentes – mesmo que com algumas diferenciações pontuais e conjunturais –, como projetos de corte social democrata, moldados a partir do caráter particular, prussiano-colonial, do capitalismo brasileiro.

⁵⁰ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Desemprego*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/cju/anote28.pdf>> Acesso em: 24 abr. 2010.

Capítulo III

Um “operário rentista” no poder

Depois de concorrer ao cargo em três ocasiões (1989, 1994 e 1998), Luiz Inácio Lula da Silva consegue vencer as eleições presidenciais em 2002. Eleito em segundo turno com 61,27% dos votos, Lula entraria para a história – naquele momento – como o segundo presidente mais votado do mundo, com 52,8 milhões de votos, atrás apenas de Ronald Reagan, presidente estadunidense reeleito com 54,5 milhões de votos, em 1984.

A expressiva adesão à candidatura de Lula da Silva aponta para novos elementos no cenário político brasileiro, assim como expressa a insatisfação e os efeitos da política econômica do governo anterior que soçobrara diante da crise mundial, sobretudo a partir de 1999 (Crise Russa). A “ampla” aliança política formada pelo PT durante o pleito de 2002 apontava para uma inflexão de ordem ideológica e programática, caracterizando o que Antonio Gramsci denominou como *transformismo*¹. Apesar da participação de partidos políticos

¹ No sentido gramsciano, o *transformismo* diz respeito à absorção ou cooptação pelo bloco histórico hegemônico de indivíduos, ou mesmo grupos (partidos), de classes sociais rivais, anulando sua direção ideológica e política. Gramsci argumenta ainda que, frações de uma mesma classe podem ser agregadas em torno dos interesses da fração hegemônica no bloco de poder. Para uma discussão aprofundada sobre o *transformismo* ver: GRAMSCI, 2000, Vol. 3, passim; PORTELLI, 1977, p. 69-74; COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 206-207.

que historicamente defenderam a bandeira do comunismo – PCB e PC do B –, a hegemonia burguesa no interior da aliança em torno de Lula se fez perceber pela presença de partidos políticos ligados diretamente aos interesses industriais e da agroindústria – num primeiro momento o PL, posteriormente o PMDB, o PTB e o PP. As frações financeira e comercial da burguesia foram contempladas a partir do Programa de Governo, intitulado *Um Brasil para todos*, e com documentos lançados ao longo da campanha, principalmente o de título *Carta ao povo brasileiro*, este, um explícito compromisso com o capital financeiro mundial e com a continuidade da política econômica implementada pelo Governo Cardoso. A presença de frações da burguesia brasileira na composição do novo governo que estava em formação em nada alterou – além do discurso eleitoral – tal quadro de coisas. Isto se deve, antes de mais nada, ao caráter endêmico de associação subordinada da burguesia brasileira em relação à burguesia dos pólos centrais do capitalismo mundial.

É fato que, durante o período eleitoral e ao longo do mandato de Luiz Inácio, a burguesia industrial e rural internamente instaladas tiveram uma maior participação no bloco histórico. Esse aspecto deriva diretamente de um novo ciclo de crescimento da economia mundial que alavancou as exportações brasileiras e, portanto, impulsionou a produção interna. No entanto, em nenhum momento as premissas econômicas que estruturavam (e estruturam) a economia do país foram alteradas. O discurso oficial do candidato – e depois do presidente – é claro: “não seremos irresponsáveis”, “não há milagres”, “cumpriremos todos os contratos”, para citar apenas alguns dos jargões criados pelo governo. A fração financeira do capital, em suas variantes interna e externa, continua e consolida sua hegemonia no interior do bloco histórico que esteve à frente do Brasil durante o Governo Lula².

² A respeito da participação das frações burguesas no Governo Lula, bem como a hegemonia exercida pelo capital financeiro, ver: BOITO JR, A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M. & ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Além de dados que ilustram a ampliação dos ganhos da burguesia, em todas as suas frações, durante o Governo Lula, o artigo traz ainda importante análise, com a qual corroboramos, sobre as “continuidades” entre o referido governo e seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Diz o artigo: “[...] O que ocorre é que o governo Lula amplia e dá nova dimensão ao que foi iniciado no segundo mandato de FHC. [...]”. Ibid., p. 259. Eis um elemento fundamental que procuramos demonstrar em nosso trabalho.

A tese central de nosso trabalho consiste em demonstrar como esse *continuum* político representa a *forma de ser precisamente assim* da social democracia brasileira. O que procuraremos demonstrar nesse capítulo é como o mandato de Luiz Inácio da Silva representou uma clara e explícita continuidade política e econômica do projeto de resgate e reafirmação dos pressupostos liberais conservadores no Brasil. Importante afirmar que tal resgate possui novos condicionantes, determinados por contingências históricas diversas daquelas presentes durante o século XVIII e XIX. No entanto, os fundamentos filosófico-políticos são os mesmos: o indivíduo entendido como uma mônada de onde emanam todas as relações sociais, o mercado como regulador primeiro das relações econômicas, e o Estado como um “mal necessário” que deve restringir suas ações à garantia dos interesses individuais – a propriedade privada – e a ações de “caridade” reconfiguradas na forma do assistencialismo. Posto dessa forma, claro está que o projeto da social democracia brasileira, pela sua particularidade, possui um caráter visivelmente *anômalo*. As determinantes históricas e sociais que marcaram o processo de consolidação do capitalismo no país engendraram uma concepção política socialdemocrata que, ao mesmo tempo em que defende a ampliação da cidadania e a democracia como “valores universais”, relega ao mercado – e, portanto, aos interesses individuais – o poder de controlar os processos econômicos. As questões sociais que caracterizam a construção do Estado de bem-estar, próprio das formulações clássicas da social democracia européia, são aqui transmutadas em programas assistencialistas denominados genericamente pelo eufemismo “transferência de renda” e se caracterizam muito mais como paliativos do que propriamente como respostas e/ou soluções à miséria estrutural a que está submetida uma grande parcela da população brasileira.

Para demonstrar o acima afirmado, procuraremos expor nesse capítulo o desempenho da economia brasileira durante o primeiro mandato de Luiz Inácio, apontando para as características que permitem identificá-lo como uma continuidade do governo anterior. As articulações políticas que daí se desdobraram e reafirmaram a necessária composição de classe que levou adiante o referido projeto também serão analisadas. Por fim, os projetos sociais serão discutidos e caracterizados a partir de suas orientações teóricas e seus

alcances objetivos na realidade brasileira. Como procedemos nos outros capítulos, partiremos das proposições contidas no Programa de Governo Presidencial, procurando caracterizá-lo como instrumento ideologicoeleitoral conformado a partir de formulações genericoabstratas, mas que, nem por isso, deixam de apontar – mesmo que superficialmente – os caminhos a serem percorridos pelo governo.

1. A sucessão presidencial no contexto da crise

O novo ciclo da crise estrutural do capital, desencadeado nos anos 1990, produziu efeitos nefastos para o conjunto da economia mundial e, em específico, para o Brasil. Durante os oito anos em que esteve à frente do Palácio do Planalto, Fernando Henrique Cardoso tratou de administrar os efeitos da crise e garantir a inserção do país no novo ciclo de internacionalização do capital sob a égide do capital financeiro mundializado. As reformas “necessárias”, os mecanismos e os efeitos desse processo foram extremamente danosos para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, ao mesmo tempo em que favoreceram amplamente a fração financeira da burguesia internamente instalada, como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores. A partir de 1999, com a deflagração da crise na Rússia, o cenário de crise interna se aprofunda e intensifica, ganhando contornos dramáticos e provocando até mesmo a ruptura da aliança política que sustentara o governo de Cardoso durante seus dois mandatos. O resultado não poderia ser outro; numa eleição disputada em dois turnos, o candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, impusera uma fragorosa derrota ao congênere do Governo, José Serra.

A composição das alianças politicoeleitorais em 2002 elucida de forma inquestionável o que afirmamos. Até então fiel ao PSDB, o PFL rompe com a aliança que garantiu apoio incondicional ao Governo Fernando Henrique durante os dois mandatos. Lembremo-nos que o Vice-Presidente da República, Marco Maciel, saíra das fileiras do próprio PFL.

Esse processo de ruptura é divulgado pela grande mídia como uma disputa entre membros do PSDB e do PFL, quando da decisão pelo nome do

candidato governista que disputaria a vaga de Cardoso. Referimo-nos à *Operação Lunus*, desencadeada pela Polícia Federal, que apontava para esquemas de corrupção envolvendo a família Sarney e o governo do Estado do Maranhão. A então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, despontou no cenário sucessório como forte candidata do governo à presidência, disputa que se viu obrigada a abandonar devido às acusações levadas a cabo pela referida operação policial, acusações estas que apontavam para um possível esquema de favorecimento ilícito das empresas de seu marido, Jorge Murad Júnior, pela administração pública daquele Estado. A governadora, assim como sua família – lembremos que o pai, José Sarney, fora Presidente da República –, qualificou a operação como uma “armação” do PSDB que teria como objetivo barrar o nome de Roseana e deixar, assim, o caminho livre para José Serra. Outros aliados do Governo Cardoso também surgiram como pré-candidatos; Itamar Franco, do PMDB, lança sua pré-candidatura empunhando a bandeira da “paternidade” do Plano Real, referência direta ao fato de o plano econômico ter sido lançado durante o seu (curto) mandato. No entanto, os baixos índices de intenção de voto logo lhe fizeram desistir de tal empreitada, caso semelhante ao do então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, este do PSDB.

Independentemente das manobras e arranjos, lícitos ou não, próprios da forma de ser das disputas politicoinstitucionais, o fato é que a aliança nacional, até então vencedora e hegemônica no cenário brasileiro, havia se rompido. Setores significativos da burguesia interna – principalmente industriais – demonstravam sua insatisfação com os rumos da política econômica brasileira. Apesar de ser um fato isolado, o caso envolvendo o “clã” dos Sarney – que passaria a apoiar o candidato da oposição, Lula da Silva – precipitou a ruptura entre PSDB e PFL. Outro importante partido aliado, o PMDB, apesar de continuar apoiando o PSDB, inclusive indicando a candidata à Vice-Presidência na chapa de Serra, Rita Camata, não foi unânime na opção, demonstrando pouco afinco e dedicação na campanha para presidente³. Os interesses regionais dos políticos e/ou candidatos ligados ao partido impossibilitaram uma postura hegemônica em nível nacional, pois para alcançarem seus objetivos

³ O posicionamento de José Sarney nos parece emblemático. Apesar do caso envolvendo sua filha, entendemos que a postura de Sarney expressa muito mais uma tendência política no interior do PMDB (agremiação política da qual Sarney é afiliado) do que propriamente um problema de ordem “pessoal”.

nos estados e municípios, se aproximaram dos candidatos com maiores expectativas de votos – nesse momento, Lula da Silva –, principalmente no segundo turno das eleições.

Outros candidaturas de menor expressão também figuraram no cenário sucessório de 2002. Anthony Garotinho, pela aliança PSB, PGT e PTC, e Ciro Gomes, do PPS, com o apoio de PTB e PDT. O primeiro expressava uma composição política que contava com o apoio de parcelas da pequena burguesia – principalmente do Rio de Janeiro, estado governado por Garotinho entre 1999 e 2002 – e de setores de menor expressão da burguesia industrial e rural, amalgamados em torno de um conteúdo cristão-presbiteriano⁴. É importante apontar que no Rio de Janeiro Garotinho contava com um amplo apoio da população de baixa renda, principalmente desempregados e trabalhadores precarizados – em grande medida, ligados às igrejas evangélicas – que, durante o seu governo, foram contemplados por políticas sociais claramente assistencialistas, como por exemplo, os restaurantes e os hotéis populares e o “Cheque-Cidadão”.

Já Ciro Gomes compôs uma aliança que reivindicava a “verdadeira” herança trabalhista. A “Frente Trabalhista” foi composta pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que indicou o vice na chapa, Paulo Pereira da Silva – o Paulinho da Força Sindical – e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), além do Partido Popular Socialista (PPS), que capitaneou a candidatura. Ciro se autointitulava como a verdadeira alternativa aos trabalhadores; como proposta politicoeconômica, defendia um projeto reformista, nos moldes do que viria a ser implantado por Luiz Inácio, qual seja,

⁴ Anthony William Matheus de Oliveira, o Anthony Garotinho, é vinculado religiosamente à Igreja Presbiteriana do Brasil. A igreja presbiteriana foi fundada no país durante o período do Império pelas mãos de missionários estadunidenses que reivindicavam uma leitura calvinista da bíblia. Atualmente, possui filiais por todo o país, atuando, inclusive, na área educacional, no comando de importantes instituições privadas de ensino, como o Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), cuja sede está localizada em São Paulo, capital. A campanha de Garotinho teve apoio das mais diversas seitas religiosas de orientação protestante. (GAROTINHO sai com choro de culto evangélico. *Folha de S. Paulo On line*. São Paulo, 06 abr. 2002. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha.shtml> >. Acesso em: 19 maio 2010. Outra informação relevante: o Partido Trabalhista Cristão (PTC) era a nova sigla do Partido da Renovação Nacional (PRN), encabeçada por Collor de Mello em 1989. Alguns empresários da era Collor financiaram diretamente a campanha de Garotinho através da montagem de uma cadeia nacional de rádios evangélicas. O Partido Geral dos Trabalhadores (PGT) foi incorporado pelo Partido Liberal (PL). (SUMMA, G. *O microfone de deus*. Com ajuda de empresário da era Collor, Garotinho monta rede nacional de rádios evangélicas para tentar chegar ao Planalto. *Carta Capital*, São Paulo, Ano VII, n. 15, 18 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/cartacapital/151/destaque.htm>>. Acesso em: 19 maio 2010).

retomar o crescimento econômico sem romper com o modelo implementado por Cardoso, “ampliando” os direitos sociais dos trabalhadores, gerando emprego e renda e “unindo” trabalhadores e empresários para a construção de um “novo país”. Durante a campanha, as velhas bandeiras trabalhistas – ecos de um passado distante, onde alguns núcleos burgueses nacionalistas ainda lutavam por um lugar ao sol – foram retomadas. O apoio veio, antes de mais nada, de setores da classe trabalhadora, organizados em torno e através da Força Sindical⁵, de setores da burguesia rural e industrial, principalmente do nordeste – região de atuação política de Ciro Gomes – e até mesmo de importantes nomes do próprio PSDB, como Tasso Jereissati, apontando mais uma vez para a fragmentação da aliança política de sustentação dos tucanos no poder⁶.

Diante de um contexto de crise econômica aguda e de fragmentação política no interior do bloco histórico, a candidatura Lula se consolida. A aliança com setores conservadores da burguesia brasileira, consubstanciada na nomeação do industrial José de Alencar, do Partido Liberal (PL), como vice da chapa de Lula da Silva apontava para a consolidação da mudança tática e estratégica do PT em direção à “conciliação de classes”. Em nome da luta exclusivamente institucional, restrita às esferas do Estado, o Partido dos Trabalhadores abria mão de qualquer bandeira de transformação que soasse como demasiada radical aos ouvidos da sociedade brasileira. Consolidava-se assim, como partido da ordem autocrática burguesa vigente no Brasil.

⁵ Central de trabalhadores fundada em 1991, a partir de dissidências da antiga CGT, como uma alternativa à CUT. Representante primeira do famigerado modelo conciliador de sindicalismo, hegemônico no Brasil a partir de meados dos anos 1990, cuja palavra de ordem é a negociação e o slogan é o “sindicalismo de resultado”. Tal propositura sindical ganha força e espaço entre os meios burgueses à medida que a reestruturação produtiva é implementada – como processo “inexorável” – no país. As conseqüências dessa postura político sindical para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, adotada inclusive pela CUT ao longo desse processo, será um agudo quadro de precarização das relações de trabalho, observado a partir da citada década. A respeito do processo de reestruturação produtiva e conseqüente precarização do trabalho, ver fundamentalmente: ANTUNES, 1995; BOITO JR., 1999; ALVES, 2000; GALVÃO, 2007.

⁶ A expressão tucano faz referência direta à ave símbolo do PSDB. É importante lembrar que Ciro Ferreira Gomes iniciou sua participação na política brasileira na ARENA; em 1980 a ARENA passa a ser denominada PDS. Inicialmente participou do movimento estudantil concorrendo à vice-presidência da UNE em 1979 pela chapa Maioria, uma clara tentativa de ampliação da inserção da direita no movimento estudantil. Antes de migrar para o PPS, passou pelo PMDB e pelo PSDB, quando foi eleito governador do Estado do Ceará (1991-1994). Atualmente integra os quadros do PSB.

No entanto, era necessário demonstrar à burguesia, em suas frações internas e externas, que a candidatura de Lula não ofereceria nenhum risco ao processo de acumulação do capital tal como este se estruturara no país na última década. Mesmo que seu programa de governo já apontasse para uma postura reformadora com conteúdo claramente conservador, era necessário mais. Assim, em junho de 2002, com o agravamento da crise cambial e dos conseqüentes ataques especulativos – próprios desse processo – contra o Real, e diante da constatação pelas pesquisas eleitorais de uma possível (e iminente) vitória de Luiz Inácio, com o claro intuito de “acalmar os mercados”, o PT lança o documento *Carta ao povo brasileiro, por Luiz Inácio Lula da Silva*⁷. Diminuta em suas dimensões, mas generosa em suas afirmações, a *Carta* aponta para a responsabilidade do Governo Cardoso pela gestação da crise, mas, ao mesmo tempo, nega a viabilidade de qualquer “protesto destrutivo” em relação ao quadro econômico nacional.

Visualiza-se no documento uma linguagem própria do léxico eleitoral, voltada para a tergiversação em relação aos trabalhadores, pois o conceito de classes – como não poderia deixar de ser – é substituído pela categoria sociológica “povo”, forma genericoabstrata amorfa, própria do vernáculo contrafeito pós-moderno, que nega a luta de classes como motor da história⁸.

Em pouco mais de três laudas (35 parágrafos precisamente), o candidato da oposição, que se autodenominava e era identificado como *de esquerda*, descerra o véu da retórica eleitoral e deixa explícito o conteúdo e o caráter do futuro governo, que garantiria o *sentido* de continuidade do projeto de modernização conservadora no Brasil. Assim, acena positivamente para as frações industrial, agrária e comercial da burguesia ao afirmar que:

[...] O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é **umentar e melhorar a qualidade das exportações** e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a **valorizar o agronegócio e a agricultura familiar**. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes

⁷ SILVA, L. I. L. (a) *Carta ao povo brasileiro*, por Luiz Inácio Lula da Silva. São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: < <http://www2.fpa.org.br/portal> >. Acesso em 08 ago. 2007.

⁸ Outras generalizações abstratas, de caráter abertamente liberal, podem ser lidas no seguinte trecho: “A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil (sic), de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. [...] Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.”. (Ibid., p. 1).

de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa **política externa** deve ser orientada para esse imenso desafio de **promover nossos interesses comerciais** e **remover graves obstáculos** impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento⁹.

É importante notar que, ao acenar para os setores produtivos e comerciais internamente instalados, a proposta reafirma a imperiosa necessidade de ampliação das exportações como forma de alocação das reservas em dólares necessárias à remuneração do elevado volume de capital externo introduzido na economia brasileira. Algumas considerações a esse respeito são fundamentais. Em primeiro lugar, notamos que a “saída” encontrada e proposta pelo principal candidato da oposição (que venceria as eleições) se apóia no mesmo princípio já presente nos acordos econômicos assinados com o FMI em 1998 e 1999 pelo Governo Fernando Henrique: a necessidade imperiosa – “exportação ou morte” – de elevar o superávit da balança comercial brasileira através, paralelamente, do aumento das exportações e da diminuição dos gastos públicos, este último vinculado diretamente ao compromisso – também firmado junto ao FMI – de elevação do superávit primário.

Outra observação importante diz respeito à postura do governo brasileiro diante do comércio internacional. Ao apontar como um “desafio” a promoção dos “nossos interesses comerciais”, sendo necessário, para tanto, “remover graves obstáculos” erguidos principalmente “pelos países mais ricos”, o documento explicita que a opção do Governo Lula em relação ao comércio exterior seria a defesa (que se mostrou, em certa medida, intransigente) dos fundamentos do mais puro liberalismo econômico. A crítica radical aos mecanismos protecionistas (barreiras alfandegárias, subsídios internos), verificada durante o primeiro mandato de Luiz Inácio, aponta para uma postura muito mais liberal do que aquela defendida pelos países centrais do capitalismo¹⁰. Tal postura revelaria uma nova posição da burguesia brasileira

⁹ Ibid, p. 3. Os negritos são nossos.

¹⁰ Sempre é importante lembrar que as reivindicações econômicas que apontam para uma ampla liberalização do fluxo de circulação das mercadorias surgem num contexto histórico de ampliação e expansão das relações mercantis que marcaram o momento de acumulação originária do capital, nos séculos XVII e XVIII. Como a lógica é a da acumulação privada, a burguesia buscará, sempre, uma “maximização” dos resultados aliada a uma “minimização”

no cenário internacional, qual seja, a condição de protagonista nas disputas imperialistas internacionais. O que afirmamos é que no mandato de Luiz Inácio o Brasil se consolida como um país imperialista. Certo é que o imperialismo meridional não ocupa a mesma posição na hierarquia econômica mundial que aquela ocupada pelos países centrais. No caso do Brasil, as particularidades determinantes desse processo estão intimamente vinculadas ao caráter associativo-subordinado da burguesia internamente instalada em relação aos pólos hegemônicos do capital. Discutiremos o caráter do imperialismo brasileiro em seção específica de nosso trabalho. Por hora, é suficiente apontar para sua consolidação no período acima mencionado. É o que nos revelam o discurso e a posterior postura do Governo Lula em relação as “relações internacionais”.

Vale ainda ressaltar que a reafirmação do “esforço exportador” transcrito na citação acima, recoloca, sobre novas contingências históricas, um dos elementos estruturais de nossa também estrutural dependência externa, qual seja, as exportações como fonte de remuneração do capital internamente investido. Tal característica percorre toda a história econômica brasileira. Não com as mesmas características e importância nos mais diversos “ciclos” da economia nacional, é verdade. Mas, mesmo assim, se faz presente como uma das “marcas de nascença” que o processo sociometabólico do país traz consigo, marcando o *ser precisamente assim* brasileiro.

Ao mesmo tempo em que a *Carta* abre espaço às frações industrial, agrária e comercial da burguesia, deixa claro ao capital financeiro que nenhuma mudança será feita nos “saudáveis fundamentos econômicos” do Brasil. Sempre com a mesma lógica discursiva de apontar para o Governo de Cardoso como o responsável pela crise, o documento não deixa dúvidas:

dos esforços, ou, em conceitos precisos, uma ampliação constante de sua taxa de lucro. O fato é que, a partir do século XVIII e, sobretudo, durante o século XIX, o processo de concentração/monopolização do capital faz com que os Estados Nacionais, “postos avançados” de suas respectivas burguesias, passem a recriar mecanismos que “protejam” os interesses destas num momento de ampliação da concorrência em escala mundial. Esta é uma das características apontadas por Lênin ao analisar o Imperialismo como uma fase de expansão (superior) do modo de produção capitalista. Portanto, a partir do século XIX, a lógica da maximização dos resultados e minimização dos esforços terá como um de seus pressupostos a defesa da “livre concorrência” aliada ao “protecionismo”, ou seja, ao mesmo tempo em que a burguesia defende a liberdade para o negócio alheio, procura proteger o seu próprio. De certa forma, esta é uma característica endêmica à lógica do capital, que se explicita em determinados contextos históricos. Sendo assim, a defesa intransigente da liberdade comercial, tal como a propugnada pelo Governo Lula, nos parece se coadunar com uma proposição claramente imperialista.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, **não se fará num passe de mágica**, de um dia para o outro. **Não há milagres na vida de um povo e de um país.**

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. [...] Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma **autêntica aliança pelo país**, um **novo contrato social**, [...].

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.¹¹

“Respeito aos contratos”! Essa é, sem dúvida, a maior garantia que o candidato Lula da Silva poderia oferecer à fração financeira da burguesia, interna e externa. Respeitar contratos significa não romper com a lógica de reprodução do capital hegemoneizada pela burguesia financeira internacional; significa manter os mesmos pressupostos (“fundamentos”) políticos e econômicos que sustentaram e sustentam a estabilidade da moeda; daí decorre a necessidade de “preservar o superávit primário o quanto for necessário”¹² – veremos que o Governo Lula não só mantém, como eleva os patamares de superávit; significa, portanto, dar continuidade ao projeto de modernização conservadora iniciado por Collor, aperfeiçoado por Cardoso e que viria a ser consolidado por Lula.

A *Carta ao povo brasileiro* caracteriza-se, portanto, como um compromisso do futuro Presidente da República com a ordem burguesa vigente. É direcionada claramente à burguesia, em especial à sua fração financeira. Como veremos, o capital financeiro alcançou elevados lucros durante o primeiro mandato de Lula, batendo todos os recordes históricos do setor no que diz respeito à acumulação de capitais. Ao se referir a um “novo contrato social”, tal expressão – em si impregnada de um conteúdo liberal – faz referência ao “povo”. Estas expressões são apenas generalizações abstratas, sem fundamento na real divisão social do trabalho que caracteriza o complexo societário brasileiro, próprias da retórica liberal, ideologicamente orientada para fins eleitorais.

¹¹ SILVA (a), op. Cit., p. 2. Os grifos são nossos.

¹² Ibid., p. 4.

Do ponto de vista da burguesia, a candidatura Luiz Inácio Lula da Silva, apresenta-se como a expressão política mais bem delineada para um contexto de crise. Ao mesmo tempo em que há uma identidade historicamente construída com as diversas frações da classe trabalhadora, Lula acena generosamente para a burguesia. Assim, o discurso eleitoral da “mudança do modelo econômico”, da “ética na política”, do “combate às desigualdades”, abrigará as esperanças da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que os compromissos – estes sim concretizados – com a burguesia apontavam para uma continuidade do projeto de modernização conservadora brasileira.

O resultado das eleições não deixa dúvidas. Disputado em dois turnos, o pleito de 2002 possibilitou a aproximação de inimigos políticos históricos, como, por exemplo, o apoio do Partido Progressista (PP), de Paulo Maluf, à candidatura Lula durante o segundo turno. Como dito anteriormente, grupos ligados ao PMDB também declaram apoio a Lula, o mesmo acontecendo com o PTB. Antony Garotinho e Ciro Gomes declaram apoio formal a Lula, colocando a candidatura de José Serra no isolamento. O resultado obtido explicitou o sucesso da ampla aliança – de caráter burguês-conservador, nunca é demais afirmar – formada em torno de Luiz Inácio, 52. 793 milhões de votos contra 33. 370 milhões de José Serra, respectivamente, 61,27% e 38,73% dos votos válidos.¹³

A seguir, passaremos à análise do primeiro mandato do Governo Lula da Silva, especificamente o desempenho da economia e as articulações políticas do período.

2. Governo Lula: um operário a serviço do capital financeiro

Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República em 1º de janeiro de 2003. Em seu programa de campanha, intitulado *Coligação Lula*

¹³ APURAÇÃO presidente. Folha de S. Paulo on Line. São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://eleicoes.folha.uol.com.br/2002/apuracao2/br1int.htm>>. Acesso em: 25 maio 2010.

presidente: um Brasil para todos¹⁴, o então candidato aponta as principais diretrizes que deveriam orientar seu mandato.

A estrutura do documento é muito semelhante às propostas de campanha de seu antecessor, Fernando Henrique, no tocante a forma como esta é exposta. Estrutura-se a partir da descrição e constatação da falência do modelo político econômico herdado para, em seguida, apresentar propostas incrivelmente genéricas. Aliás, diga-se de passagem, a superficialidade com que são tratados os mais diversos temas contidos no programa de Lula supera as abstrações e generalizações dos programas de Cardoso, por nós analisadas anteriormente.

No que diz respeito ao conteúdo, uma rápida – e precipitada – leitura aponta para uma proposta oposta ao modelo então vigente, principalmente no tocante ao papel do Estado no controle do processo econômico. Na primeira parte, intitulada *Crescimento, emprego e inclusão social*, encontramos a seguinte generalização:

É indispensável [...] promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados. Desprivatizar o Estado implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública. A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como ocorreu até agora¹⁵.

Assim, o programa aponta para a constituição de um “novo contrato social”, onde os princípios de “defesa das liberdades civis” e dos “direitos humanos” devem orientar a “construção de um País mais justo”. Observamos que o conceito de “justiça social” é fundamental nessa formulação¹⁶. A propugnada “igualdade”, fundamental nesse panorama, só seria possível com a retomada do “crescimento econômico”, fundamento primeiro da “geração de emprego” e da conseqüente “inclusão social”.

Ainda nessa primeira parte, o programa aponta “a imensa tarefa de criar uma alternativa econômica” que pudesse “vencer o desafio histórico da

¹⁴ SILVA, L. I. L. (b). *Programa de Governo 2002*. Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos. São Paulo, 2002. Disponível em: <www.fpabramo.org.br >. Acesso em: 20 jan. 2008

¹⁵ Ibid., p. 2.

¹⁶ Na conclusão dessa seção apontaremos os principais fundamentos da chamada “teoria da justiça”. Por hora basta apontar que esta é uma das formas de manifestação de reposição do liberalismo na segunda metade do século XX, formulação esta que conjugou “elementos sociais” à assertiva liberal.

exclusão social”, exigindo para isso “a presença ativa e a ação reguladora do Estado sobre o mercado”¹⁷.

Como apontado, uma análise superficial e, portanto, desatenta, nos levaria a concluir que a proposta apresentada pela candidatura de Lula da Silva seria substancialmente diferente daquela que vinha sendo implementada pela aliança PSDB-PFL. No entanto, ainda na primeira parte do programa, ao tratar da política externa brasileira, o documento já sinaliza para o caráter de continuidade da política econômica praticada pelo Governo Fernando Henrique:

A política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do País diante da instabilidade dos mercados financeiros globais.¹⁸

A ênfase dispensada às relações exteriores tem como objetivo alavancar as exportações brasileiras como fonte de captação de recursos que deveriam ser revertidos para o “desenvolvimento” interno. Nesse sentido, a defesa da “liberdade comercial” contra as barreiras protecionistas impostas pelas nações centrais – daí a negativa em relação à ALCA, tal como vinha sendo proposta pelo governo estadunidense –, o resgate ou a “refundação” do Mercosul, o estabelecimento de novos parceiros comerciais – principalmente na Ásia e na África – e o apoio irrestrito à agroindústria e ao turismo fariam parte do “esforço exportador” encampado pelo programa de Luiz Inácio. O setor industrial também seria beneficiado, principalmente pela necessidade de “diversificar as exportações” brasileiras, além do que, como sempre, “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”.

Novamente, apesar da aparente mudança de projeto, observamos que os elementos centrais da política econômica do Governo anterior são repostos, pois as exportações são fundamentais para o estabelecimento de crescentes superávits comerciais, contribuindo, assim, para o cumprimento das metas de superávit primário estabelecidas pelo FMI. Além disso, a proposta de Lula reafirma o setor agrícola como estratégico para alavancar as exportações,

¹⁷ SILVA (b), op. Cit., p. 3.

¹⁸ Ibid., p. 6.

reafirmando e recolocando – sob novas contingências históricas – a estrutural dependência econômica que marca o *Sentido* do evolver histórico brasileiro¹⁹.

Afirmamos anteriormente, quando da análise do documento *Carta ao povo brasileiro*, que a candidatura Lula “reafirmava” o compromisso com a fração financeira da burguesia; a *Carta* era uma reafirmação na medida em que encontramos elementos claros no programa de governo – anterior à *Carta* – que já apontavam para o referido compromisso. Ao analisar a vulnerabilidade da economia brasileira frente aos fluxos internacionais do capital, o documento assim define:

Nosso governo vai preservar o **superávit primário** o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida em relação ao PIB, o que poderia destruir a **confiança** na capacidade do **governo de cumprir seus compromissos**.²⁰

As expressões em destaque, principalmente aquelas que apontam para a necessidade de garantir a “confiança na capacidade do governo” no cumprimento de seus “compromissos”, serão traduzidas na “*Carta*” através da expressão “honrar contratos”. O que estamos apontando é que já no documento de campanha, a candidatura Lula se compromete *visceralmente* com a ordem econômica estabelecida pelo projeto de modernização conservadora capitaneado por Cardoso. A *Carta* se fez necessária num momento específico da corrida presidencial, quando o país se aprofundava na crise gestada naquele contexto internacional (2002), sendo, isto sim, uma reafirmação explícita dos compromissos já estabelecidos com a fração financeira da burguesia internamente instalada²¹.

Nossa argumentação pode ser sedimentada através de outras passagens do documento. Aquela que viria a ser uma das principais estratégias da retórica do Governo Lula, no sentido de justificar a continuidade do projeto, a saber, o discurso da “herança maldita”, já está presente no

¹⁹ Ibid., p. 6-9. O documento assim define: “A agroindústria é hoje um dos maiores bens do Brasil e deve ser incentivada, inclusive por seu papel estratégico na obtenção de superávits comerciais.” Idem, p. 9.

²⁰ Ibid., p. 10. Os negritos são nossos.

²¹ É interessante notar que o *Programa de Governo* identifica corretamente as deficiências geradas pela política econômica de Fernando Henrique. Assim, aponta: “É preciso evitar que se consolide uma segunda armadilha, que estabiliza, mas impede o crescimento econômico do País. Já tivemos a armadilha cambial. Saímos dela em 1999 com muitas dores, mas sobrevivemos. Agora, temos o dilema da âncora fiscal”. (Ibid., p. 10). No entanto, as propostas propugnadas e praticadas reafirmaram a mesma lógica, como demonstraremos a seguir.

documento de campanha quando aponta para “[...] a realidade que o futuro governo vai herdar [...]”, justificando, assim, o caráter de continuidade reformista, pois esta (realidade) não poderá ser revertida “num passe de mágica”²²,

Exatamente por isso, o esforço pelo crescimento será estruturado simultaneamente a uma **criteriosa e responsável transição** entre o que temos hoje e o que a sociedade brasileira reivindica. Mesmo porque o agravamento da vulnerabilidade de nossa economia não se originará da mudança do atual modelo econômico, mas da sua continuidade.²³

A oscilação entre a ruptura e o continuísmo pode ser verificada ao longo de todo o documento; ao mesmo tempo em que aponta à necessidade de mudança do modelo, reafirma a “criteriosa e responsável transição”. Essa lógica retórica orienta o discurso em todos os temas abordados pelo documento. Assim, num primeiro momento, a argumentação se estrutura com a finalidade de demonstrar os equívocos do modelo anterior, que levara o país à bancarrota – Governo Cardoso; a partir dessa crítica, as propostas se estruturam de forma genérica e abstrata – formulações próprias de um documento ideologicamente orientado para uma disputa eleitoral –, invocando a necessidade de “mudanças” nos rumos do país; finalmente, apontados os desvios e os “novos” caminhos que serão trilhados, o documento deixa claro que não haverá nenhuma ruptura brusca, garantindo, assim, a mais “perfeita ordem” no processo de transição.

Afirmamos na introdução do presente capítulo que o Governo Lula dá continuidade e aperfeiçoa o modelo politicoeconômico de Cardoso. No entanto, poderíamos observar, mesmo que no plano discursivo, alguma diferença entre os dois mandatos? A resposta a esta indagação passa pela análise dos desdobramentos econômicos e políticos do primeiro mandato de Luiz Inácio. Andes disso, no entanto, vale ressaltar um último aspecto do programa.

Declaradamente, o programa se estrutura a partir de um eixo central denominado *O social como eixo do desenvolvimento*. A tese “desenvolvimentista” propugnada pelo documento pode ser caracterizada como uma espécie de resgate, no âmbito econômico, dos pressupostos keynesianos – ou, simplesmente, um *neokeynesianismo* –, que proporcionaria um novo

²² Ibid., p. 10.

²³ Ibid., p. 38. Os negritos são nossos.

patamar de inserção política e social à população brasileira. Assim, o pressuposto da analítica petista é o fortalecimento da economia nacional, pois, com a expansão do mercado interno, os três aspectos prioritários do “novo modelo” se concretizariam, a saber: “[...] (a) o crescimento do emprego; (b) a geração e distribuição de renda; (c) a ampliação da infraestrutura social.”²⁴

Assim, todo o *Programa de Reformas*, políticas e institucionais, deveria ser orientado “pelo interesse público” com “espírito nacional e democrático”, objetivando uma “maior inserção social de todos os setores excluídos” do povo brasileiro²⁵.

A “inclusão social” seria promovida através de programas de transferência de renda, genericamente denominados programas de “renda mínima”. Tais programas – que viriam a ser conhecidos pela denominação *Fome Zero* – seriam estruturados paralelamente ao sistema de proteção social, este garantido pela Constituição Federal de 1988. A constatação é que, tal como previsto na Constituição, o referido sistema não foi suficiente e eficaz, relegando à pobreza “53 milhões” de brasileiros, “[...] dos quais 23 milhões de indigentes, 11,5 milhões de desempregados, crianças desamparadas e moradores de rua, analfabetos declarados e analfabetos funcionais [...]”²⁶. Os programas de renda mínima seriam uma espécie de complemento ao sistema de proteção social. Para isso, o governo unificaria e “incrementaria” todos os programas criados durante o Governo Cardoso, evitando “[...] a sobreposição de programas, que pulveriza os recursos públicos, causa disputa entre as instituições e fragmenta as ações, tornando-as pouco efetivas”²⁷.

Observa-se, assim, que o “novo contrato social” arquitetado e defendido no *Programa de governo* do candidato Lula da Silva abrange todos os “setores da população brasileira”: o capital financeiro terá a segurança e o compromisso do governo na observação rigorosa do “cumprimento dos contratos”; a burguesia industrial será contemplada com uma ampla reforma tributária e

²⁴ Ibid., p. 30.

²⁵ Não é uma mera coincidência que a agenda de reformas do programa de governo do candidato Lula da Silva, comporte um leque de temas idênticos aos programas de governo de Fernando Henrique. São elencadas como prioritárias, as seguintes reformas: reforma tributária, reforma da previdência, reforma agrária, reforma trabalhista e reforma política. (Ibid., p. 16-23). Como as propostas são por demais genéricas, analisaremos os desdobramentos destas reformas em sua concretude, ou seja, como foram, de fato, encaminhadas pelo governo Lula.

²⁶ Ibid., 39.

²⁷ Ibid., p. 40.

trabalhista que desonere a produção, assim como a fração rural do capital será beneficiada pelo financiamento e o incentivo à ampliação da produção como forma de reafirmar a “vocação agrícola” da economia brasileira; ambas, burguesia industrial e rural, seriam contempladas ainda, juntamente com as frações burguesas representantes do comércio, pelo *hercúleo* “esforço exportador” daqueles que viriam a ser os futuros comandantes da nação! Já aos “pobres e excluídos”..., bem a estes “setores”, a candidatura se compromete em criar programas assistencialistas que dependem das variações conjunturais, econômicas e políticas presentes durante o mandato. Em outras palavras, se a economia crescer e o governo federal arrecadar o suficiente, os “53 milhões” de pobres brasileiros ter o algum auxílio através do *Programa Fome Zero*. A retórica eleitoral do aumento da oferta de empregos a partir da “retomada do crescimento econômico” não passa de uma caricatura infantil da teoria keynesiana, uma vez que não leva em considera o o desenvolvimento das forças produtivas, esta última responsável pela radicaliza o do desemprego estrutural na sociedade capitalista na segunda metade do século XX²⁸.

Afirmamos que uma leitura desatenta e superficial do *Programa* de Luiz In cio poderia levar a conclusões precipitadamente equivocadas. Isso se deve, antes de mais nada, a uma aparente dubiedade do discurso. Como a proposta prevê o estabelecimento de um “novo pacto social”, a retórica propagandística busca contemplar os “vários setores” do “povo” brasileiro: por isso, é possível encontrar expressões como as que apontam a necessidade de “fortalecimento da capacidade de regula o do Estado”²⁹ ao mesmo tempo em que reivindica o critério da “competitividade” – ou seja, da lógica do mercado – como motor do desenvolvimento industrial³⁰; ou ainda, ao tratar da *Infra-estrutura e desenvolvimento sustentável*, declarar que o “governo manter  distância tanto

²⁸ Se   verdade que ciclos mais ou menos duradouros de crescimento econômico possibilitam uma retomada do nível de empregabilidade, também   verdade que este será determinado pelas características atuais da composi o orgânica do capital. No setor produtivo, por exemplo, a automa o e a reestrutura o produtivas observadas ao longo dos últimos trinta anos relegaram ao desemprego e   informalidade milhões de trabalhadores brasileiros, sobretudo a partir dos anos 1990. Tal contingente pode ser parcialmente absorvido em momentos de retomada da produ o, sendo que a maior parte desse *exército industrial de reservas* deslocar-se-  para outros setores da economia, sobretudo para o setor de serviços e, principalmente, para o mercado de trabalho informal.

²⁹ SILVA (b), 2002, p. 26.

³⁰ *Ibid.*, p. 36.

do velho nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1950, 1960 e 1970 quanto do liberalismo que marcou os anos 90”³¹.

A dubiedade do discurso se desvanece quando identificamos seus fundamentos ideológicos. A teoria liberal que fundamenta o conceito *contrato social*³² parte do pressuposto de que a sociedade civil se assenta no comum acordo entre os indivíduos que buscam resguardar seus direitos naturais. Sendo assim, é fundamental que os indivíduos “abram mão” de “parte de sua liberdade” para que a sociedade civil possa viver e se desenvolver harmoniosamente³³; o Estado, portanto, através do Direito – as *Leis Humanas*, diferente das *Leis Naturais* –, tem o dever de fazer valer os direitos naturais dos indivíduos³⁴, garantindo a igualdade entre todos. Como é uma teoria *a-histórica*, que não compreende – ou simplesmente despreza – as contradições geradas a partir dos interesses materiais antagônicos das classes sociais que compõem a sociedade civil, o liberalismo alcança, no plano abstrato da legalidade jurídica burguesa, a “igualdade” propugnada pelo *Programa* de Lula da Silva. No entanto, cabe ressaltar que a propalada “igualdade” só se efetiva no plano subjetivo, pois lhe falta o arrimo concreto, material, de sua realização³⁵. A sociedade civil, no entanto, é o *locus* histórico – real-concreto – onde se manifestam os antagonismos materiais entre as classes sociais que a compõem; o Estado absorve tais contradições, anulando sua existência no plano meramente formal-abstrato da “ciência” jurídica – a partir de uma

³¹ Ibid., p. 52.

³² Vale ressaltar que as teorias *contratualistas* não são idênticas. As elaborações e argumentações de Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu e Emanuel Kant, possuem particularidades que as caracterizam como originais. No entanto, alguns elementos as identificam, principalmente aquele que estabelece que os indivíduos possuem direitos naturais e que, portanto, são sujeitos a-históricos. Ver, DEL ROIO, 1998.

³³ Essa é a análise própria à visão hobbesiana. HOBBS, T. *Leviatan*. O la matéria, forma y poder de uma republica, eclesiástica y civil. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1994. Em especial os capítulos XIII: “De la condición natural del Género Humano, en lo que Concierne a su Felicidad y su Miseria”, cap. XIV: “De la Primera y de la Segunda leyes naturales, y de los contratos” e cap. XV: “De Otras Leyes de Naturaleza”.

³⁴ LOCKE, J. *Segundo tratado do governo*. Ensaio relativo à verdadeira origem extensão e objetivo do governo civil. Coleção Os Pensadores, Vol. XVIII, 1973. Em especial os capítulos II: “Do estado de natureza”; cap. V: “Da propriedade” e cap. VII: “Da sociedade política ou civil”.

³⁵ Até mesmo no que diz respeito à “igualdade abstrata” alcançada pela plena emancipação política burguesa, esta se apresenta com deformidades em sociedades cuja revolução burguesa apresenta um caráter *anômalo*, ou seja, a “igualdade perante a lei” enunciada pelo “Estado democrático de direito”, não se estende a todos.

perspectiva de classe burguesa. O Estado, portanto, é uma instituição necessária à dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade civil³⁶.

Tais formulações marxianas se renovam em atualidade no processo de mundialização do capital. E o Governo Lula, como fiel representante da autocracia burguesa em sua forma legalizada, “não fugirá à regra”. É o que passaremos a demonstrar nos parágrafos a seguir.

3. O fôlego conjuntural da economia mundial

A inserção da economia brasileira no cenário internacional possui como condicionante histórico a lógica daquilo que identificamos na introdução de nosso trabalho como *desenvolvimento desigual e combinado*. Os vínculos das economias nacionais em relação aos mercados externos são fundamentais para a compreensão da dinâmica que “movimenta” essa forma de “desenvolvimento”. Ao longo da história brasileira, observamos uma oscilação entre ciclos de maior ou menor grau de vinculação e conseqüente dependência do mercado interno em relação aos fluxos internacionais de reprodução do capital.

A década de 1990 foi marcada por um aprofundamento da dependência externa. O projeto politicoeconômico de modernização conservadora, levado adiante pela social democracia brasileira, insere o país na etapa de mundialização do capital, via lógica financeira, aprofundando os vínculos e a dependência do país em relação aos pólos centrais do capitalismo. Com isso, aumenta o grau de “vulnerabilidade externa” da economia brasileira³⁷. Tal

³⁶ MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2005.

³⁷ O conceito “vulnerabilidade externa” foi extraído de: GONÇALVES, Reinaldo. *A história do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2006. Ver também: FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. João Manuel Cardoso de Mello aponta para o fato de que até a consolidação da produção cafeeira, a dinâmica econômica interna era determinada por fatores “exógenos” ao mercado brasileiro, sendo que, a partir da estruturação do “complexo industrial cafeeiro”, tal dinâmica será conduzida por fatores “endógenos.” (MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982). Mello se refere ao núcleo do processo de acumulação de capital ao argumentar que a cafeicultura promoveu a “acumulação primitiva” necessária ao início da industrialização do Brasil. Concordamos com o autor quanto à sua caracterização do processo de acumulação originária do capital industrial no país. No entanto, é preciso ponderar que, mesmo que o núcleo da acumulação capitalista passe a ser dinamizado pela burguesia internamente instalada, esta

vulnerabilidade indica que os “movimentos internos” da economia são influenciados – e determinados – diretamente por fatores “exógenos”. No entanto, sempre é importante lembrar que, por mais que a dinâmica econômica externa – principalmente numa “economia mundializada” – exerça um verdadeiro *movimento de empuxo* sobre os mercados locais, os Estados nacionais, bem como as burguesias por eles representadas, contribuem, corroboram e ratificam a lógica financeira – no atual momento de internacionalização – a partir de projetos politicoeconômicos hegemônicos materializados para tal fim.

Assim, se durante o final do segundo mandato de Cardoso, os fluxos do comércio mundial eram baixíssimos, arruinando – mais ainda – a balança comercial brasileira, durante o primeiro mandato de Lula, o quadro se inverte rapidamente, promovendo a tão “sonhada” e propalada alavancagem das exportações.

O que observamos no quadriênio 2003-2006 é o início de um curto, porém vigoroso, ciclo de aquecimento da economia mundial, uma espécie de *fôlego conjuntural*, onde a produção e conseqüente circulação de mercadorias ao redor do planeta se expandem³⁸. A economia brasileira será amplamente impulsionada por este ciclo, no qual quatro “esferas econômicas” fundamentais, a saber, a *produtivo-real*, a *comercial*, a *monetário-financeira* e a *tecnológica*³⁹, apresentarão crescimento em escala mundial.

No que diz respeito à esfera produtivo-real, observamos que a média de crescimento da renda mundial durante o período 2003-2006 é maior do que a média histórica traçada de 1890 a 2006. No período do Governo de Luis Inácio observamos um crescimento mundial de 4,9% para essa variável, ao passo que sua média histórica era de 3,2%, ou seja, um crescimento de cerca de 50%.

A expansão também é perceptível na taxa de investimento na economia e no PIB mundiais. De 20,8% em 2002, a taxa de investimento na economia

nunca deixou de manter os vínculos de associação subordinada que a caracteriza desde sua ontogênese em relação ao processo de reprodução internacional do capital.

³⁸ Metaforicamente, esse curto ciclo de crescimento pode ser comparado à melhora repentina de um paciente em fase terminal. Melhora esta que encontra os limites de sua existência, no caso da economia mundial, em 2009, com a explosão da bolha financeira no centro nevrálgico do capitalismo mundial, o império estadunidense.

³⁹ FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, Cap. 1, especificamente, p. 33-46.

mundial aumenta para 22,8% em 2006; correlaciona-se a este índice o crescimento do PIB mundial: em 2002, 21,3% e em 2006, 22,6%. Outro evento diretamente relacionado aos anteriores é a forte aceleração no crescimento do investimento externo direto, de aproximadamente US\$ 600 bilhões em 2003, para mais de US\$ 1200 bilhões em 2006, ou seja, mais de 100% de crescimento neste tipo de transação econômica internacional, apontando para um “avanço do processo de internacionalização da produção via compra de ativos produtivos no exterior”⁴⁰.

Os principais fatores que levaram a esse fôlego conjuntural foram o dinamismo da economia estadunidense e o vertiginoso crescimento da economia chinesa ao longo da última década (1990).

Durante o período em questão, os Estados Unidos tiveram um crescimento médio real do PIB de 3,2%; já a China teve um crescimento médio anual de 10,3%. Esses dois países produziram um verdadeiro “efeito locomotiva” na economia mundial, impulsionando, através do comércio internacional, as economias nacionais⁴¹. Junte-se a isso o fato de a inflação mundial alcançar médias relativamente baixas, 3,7% no período aqui analisado.

Na esfera comercial, observamos a abertura de uma fase ascendente no ciclo econômico mundial, cujas características principais podem ser definidas pelo crescimento do volume do comércio exterior e pela elevação dos preços internacionais, principalmente das *commodities* – a despeito da baixa inflação média mundial, como afirmado acima⁴².

Todo o crescimento da produção e do comércio, em escalas mundiais, gerou uma elevação do excedente econômico que pode ser visualizado na expansão dos investimentos em escala global, principalmente no que diz respeito às aplicações financeiras internacionais. Assim, a esfera monetário-financeira também experimentou um ciclo de crescimento cujo nível de liquidez internacional e a quantidade de ativos financeiros negociados internacionalmente elevaram-se exponencialmente. O que nos oferece a real

⁴⁰ Idem, p. 37.

⁴¹ Para uma descrição dos mecanismos internos e externos que levaram ao referido crescimento estadunidense e chinês, bem como dados quantitativos do mesmo, ver FILGUEIRAS; GONÇALVES, op. Cit., p. 38-40.

⁴² O petróleo acumulou no período, uma elevação superior a 150%; outras *commodities* aumentaram 80%; os manufaturados também acumularam altas de preços, 35%. Novamente, o principal determinante dessa elevação dos preços internacionais foi a demanda desencadeada pelo crescimento chinês. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, op. Cit., p. 41 e 42).

medida desse crescimento é o volume de reservas internacionais mundiais, que, no período, mais do que dobrou, passando de US\$ 2,4 trilhões no final de 2002, para US\$ 4,9 trilhões em 2006; a relação entre tais reservas e o PIB mundial também aumentou: de 10,9% em 2002, para 14,1% em 2006⁴³.

Especialmente favorecidos nesse processo serão os chamados “países em desenvolvimento”⁴⁴. Importantes – quando não principais – produtores de *commodities*, estes se beneficiaram diretamente da intensificação das transações do comércio mundial:

A conjuntura financeira internacional é especialmente favorável para os países em desenvolvimento que têm problemas estruturais de vulnerabilidade externa. A melhora dos indicadores de vulnerabilidade financeira externa é generalizada e contínua ao longo do período 2003-2006. O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos desses países aumenta de US\$ 77 bilhões em 2002 para US\$ 544 bilhões em 2006 [...]. A melhora do saldo global das contas externas permitiu que as reservas internacionais desses países praticamente triplicassem, passando de US\$ 1.075 bilhões em 2002 para US\$ 3.019 bilhões em 2006.⁴⁵

Observamos, a partir da passagem em destaque, que alguns dos pressupostos que fundamentavam o modelo econômico brasileiro serão sensivelmente alavancados a partir da expansão do comércio internacional. Chamamos a atenção para o fato de a balança comercial e, conseqüentemente, o saldo das contas externas globais dos chamados “países emergentes”, elevarem-se vertiginosamente, o que lhes permitiu um acúmulo significativo de reservas internacionais. Tais reservas são fundamentais para remunerar o capital internacional investido nos “mercados emergentes”, seja no investimento externo direto, seja no investimento fictício-financeiro. É importante notar que os indicadores que medem o “grau de confiabilidade dos mercados” em relação às economias nacionais vão experimentar importantes alterações. Derivada desse contexto de redução da “vulnerabilidade externa conjuntural”, a redução do “risco-país” é generalizada.

Por fim, uma última e importante esfera econômica que passou por alterações significativas, reafirmando o aquecimento da economia mundial no período 2003-2006, foi a tecnológica. Núcleo central do atual processo de

⁴³ Ibid., p. 43 e 44.

⁴⁴ Eufemismo *pós-moderno* designativo de certa categoria de países periféricos, sobretudo aqueles cujo conjunto econômico atingiu elevado grau de complexidade e integração à economia mundial durante a década de 1990, por exemplo, Brasil, Índia e China.

⁴⁵ FILGUEIRAS; GONÇALVES, op. Cit., p. 44.

desenvolvimento técnico das forças produtivas, a indústria de informática e de telecomunicações se constituiu ao longo dos últimos vinte anos como fator primordial na trajetória de crescimento de longo prazo da economia mundial. Ainda que os dados disponíveis não apresentem um crescimento vertiginoso, estes demonstram uma trajetória de constante elevação. Entre 1999 e 2005, os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento em escala mundial se elevaram de 2,10%, para 2,30%, em relação ao PIB mundial, o que equivale a um aumento de quase US\$ 1 bilhão em pagamentos de *royalties e licenças*.⁴⁶

Vimos, portanto, que todas as esferas econômicas internacionais apresentaram uma conjuntura extremamente favorável de crescimento a partir de 2003. Tomadas em seu conjunto, as economias periféricas – principalmente os países industrializados – também apresentaram melhora generalizada, principalmente no que diz respeito à sua inserção no sistema econômico internacional⁴⁷. Com o Brasil não foi diferente. Durante o período que corresponde ao primeiro mandato de Lula da Silva, a economia brasileira alcançou os melhores níveis de estabilidade dos últimos 20 anos, apontando, inclusive, para uma possível retomada do crescimento econômico interno – fato este que viria a ocorrer no segundo mandato de Lula (2007-2010), período não discutido nesse trabalho.

A seguir, discutiremos o desenvolvimento político e econômico da realidade brasileira durante o Governo Lula.

4. *A dinâmica econômica interna*

Durante o mandato de Luis Inácio, a economia brasileira se insere definitivamente no novo ciclo de internacionalização do capital. No entanto, tal

⁴⁶ Ibid., p. 46 e 47.

⁴⁷ Filgueiras & Gonçalves argumentam que os indicadores de “vulnerabilidade externa dos países em desenvolvimento” apresentaram melhora significativa durante o período. Ao analisarem comparativamente a vulnerabilidade externa dos governos Fernando Henrique e Luis Inácio, concluem que, se por um lado o governo Cardoso aprofundou a histórica vulnerabilidade da economia brasileira, por outro, o governo Lula foi responsável pela perda de uma oportunidade histórica de “colocar o país em trajetória de desenvolvimento econômico estável e dinâmico”, pois o cenário econômico internacional lhe fora extremamente favorável. Toda discussão sobre o conceito de “vulnerabilidade externa”, os indicadores econômicos que compõem tal índice, bem como o detalhamento dos mesmos no período, podem ser encontrados em Filgueiras; Gonçalves (2007, p. 47-59).

processo não só reafirma, mas também aprofunda as formas históricas de inserção subordinada da economia do país ao sistema econômico internacional. Ou seja, o *Sentido* histórico de associação subordinada da burguesia brasileira, que está presente desde o período da *Colonização*, não é rompido pelo governante eleito a partir das fileiras do proletariado brasileiro; pelo contrário, tal governo dá continuidade e aprofunda o que já estava presente, não só no Governo de Fernando Henrique, mas também na processualidade que marca a objetivação do capitalismo no Brasil. Este *Sentido*, porém, se manifesta agora como elemento de *Modernização* da sociedade brasileira.

Obviamente que, nessa nova fase, novos elementos fenomênicos irão compor os contornos sociometabólicos de reprodução da acumulação capitalista. O que buscamos demonstrar é que tais elementos não negam, mas, pelo contrário, reafirmam a essência da particularidade histórica brasileira.

No Governo Lula, a balança comercial brasileira alcançou índices crescentes de superávits, invertendo a tendência de déficits observada no período de 1995-2000. Alguns fatores contribuíram decisivamente para esse novo quadro. No cenário externo, a expansão da economia mundial, descrita anteriormente, foi determinante; internamente, as medidas tomadas a partir da crise de Rússia (1999) começaram a surtir o efeito desejado. Com a mudança do regime cambial (câmbio livre/flutuante), o Real passa por um processo de depreciação, favorecendo as exportações. Junte-se a isso o aumento da “produtividade” e da “competitividade” das mercadorias brasileiras, resultado direto da reestruturação produtiva e da abertura comercial verificadas durante a década de 1990. Devido ao baixo dinamismo do mercado interno – resultado do pífio crescimento econômico brasileiro na citada década –, importantes setores produtivos buscaram nas exportações uma forma de “compensação” para seus negócios.

A nova equipe econômica, nomeada em 2003, dará continuidade ao modelo imediatamente pretérito, pois, além do câmbio flutuante, as metas de inflação e o compromisso de elevação do superávit fiscal primário continuaram

a compor o núcleo da política econômica brasileira⁴⁸. A grande novidade a partir de 2003 é a inversão observada no saldo das transações correntes; tal inversão só foi possível devido aos saldos continuamente elevados e positivos da balança comercial brasileira, a partir de 2001.

Os números relativos ao saldo das transações correntes e à balança comercial são elucidativos. No que diz respeito às transações correntes, temos os seguintes saldos: déficit de US\$ 105,7 bilhões para o período 1995-1998; déficit de US\$ 80,3 bilhões para o período 1999-2002; superávit de US\$ 43,8 bilhões para o período 2003-2006. O superávit observado só foi possível graças à vertiginosa elevação das exportações. Para os mesmos períodos, a balança comercial brasileira alcançou, respectivamente, os seguintes valores: déficit de US\$ 22,4 bilhões, superávit de US\$ 13,9 bilhões e superávit de US\$ 149, 3 bilhões⁴⁹. Entende-se, portanto, a significativa relevância atribuída pelo Governo Fernando Henrique às exportações brasileiras a partir da crise Russa, importância essa reafirmada dramaticamente por seu sucessor.

Dois questões importantes derivam dessa forma de expansão da atividade econômica pautada na elevação das exportações. A primeira diz respeito aos vínculos com o mercado externo, pois da mesma forma que o cenário internacional favorece a balança comercial brasileira em momentos de expansão, a reversão do processo certamente prejudicará seu desempenho. Isso porque a rentabilidade das exportações depende essencialmente da taxa de câmbio. Daí decorre a “necessidade” de a equipe econômica criar mecanismos de contenção de valorização do Real a despeito do regime de câmbio flutuante, mantendo volumosas reservas de Dólares. A segunda questão importante a ser levantada é a que concerne ao “caráter” das exportações brasileiras, ou seja, além de todos os vínculos de dependência externa que tal modelo estabelece, existe o agravante “do que exportamos”. Vimos que o “carro chefe” das exportações mundiais naquele momento foram as *commodities*; no Brasil, o processo será idêntico, ou seja, a elevação da demanda e dos preços das *commodities* no mercado internacional

⁴⁸ Lembremo-nos que tais “fundamentos” se condicionavam às exigências do FMI.

⁴⁹ FILGUEIRAS; GONÇALVES, op. Cit., 2007, p. 67. Outras duas variáveis compõem o cálculo das transações correntes: “serviços e rendas” e “transferências”. Segundo os autores, apesar das alterações verificadas nestas duas variantes durante os períodos analisados, foi a variação da balança comercial que alavancou o saldo das transações correntes.

comandaram a pauta das exportações brasileiras. Tal “caráter” produz uma limitação incontornável a curto prazo, qual seja, a incapacidade – ou a baixa capacidade – de articulação produtiva dos setores exportadores com outras atividades internas. Isso porque as mercadorias que compõem as *commodities* brasileiras possuem, na média geral, pouco valor agregado. É por isso que, segundo Filgueiras e Gonçalves, mesmo com uma “maior participação dos seus valores no PIB”, as exportações contribuíram de forma limitada para um crescimento significativo da atividade econômica interna, redundando em “um deslocamento entre o crescimento das exportações e o do PIB”⁵⁰.

A dinâmica acima exposta aprofunda a histórica dependência externa da economia brasileira. Ao mesmo tempo em que as exportações impulsionam as contas externas e participam de forma *extensiva* na composição do PIB, devido ao seu caráter – *commodities* –, estas vinculam cada vez mais a produção interna ao consumo externo, sem, no entanto, desenvolver os fundamentos e os alicerces que permitam o desenvolvimento de uma pauta exportadora fundada em mercadorias de elevado valor agregado, sobretudo nos dias atuais, àquelas necessárias ao mercado tecnológico e às telecomunicações. O “desenvolvimento” interno é duplamente dependente de fatores externos: dependemos do consumo externo das *commodities* produzidas internamente, ao mesmo tempo em que dependemos do conhecimento tecnológico que não produzimos, o que implica na constante necessidade de dólares, seja para remunerar o complexo industrial internamente instalado, incrementado pelo investimento externo direto, seja para importar a tecnologia na forma de mercadorias finais. Eis um dos elementos essenciais da atual fase do *desenvolvimento desigual e combinado*, próprio da internacionalização do capital.

No que diz respeito à balança comercial, observamos, portanto, um processo de “reprimarização” da pauta de exportações brasileiras. É importante apontar que as *commodities* ocupam, historicamente, uma posição importante no conjunto das exportações do país. No entanto, essa participação diminui à medida que a economia brasileira alcança um alto grau de industrialização, sobretudo a partir de meados dos anos 1970, com a consolidação do mercado

⁵⁰ Ibid. p. 75.

interno. O que tentamos aqui argumentar é que durante os governos de Cardoso e Luis Inácio, esse processo sofre uma inversão, pois, progressivamente, os produtos cuja cadeia produtiva se utiliza de “baixa intensidade tecnológica” ganham cada vez mais espaço e importância na pauta exportadora, produzindo um fenômeno identificado por Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves como “especialização retrógrada”⁵¹.

Esse processo de “especialização retrógrada”, que aponta para uma “reprimarização” das exportações brasileiras, não implica, entretanto, numa “destruição” do parque industrial do país. A questão aqui a ser discutida é o caráter da inserção econômica do Brasil nessa nova etapa de internacionalização do capital, especificamente a partir da expansão econômica mundial iniciada na década de 2000.

Se por um lado as exportações brasileiras cresceram exponencialmente no período por nós denominado de *fôlego conjuntural* da economia mundial, por outro se observou que a atividade industrial perdeu espaço e importância relativamente ao PIB. Durante a década de 1970, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro oscilou entre 27,4% (1970) e 31,7% (1974). Em 1986, essa participação atingiu seu maior percentual, 32,6%. Durante o período por nós estudado, a queda é visível, 22,5% em 1995 e 19,7% em 1998, com ligeira recuperação em 2004, 23%.⁵² Esse relativo processo de retrocesso industrial se deve, antes de mais nada às políticas econômicas adotadas a partir da abertura econômica da década de 1990, sendo caracterizada por três

⁵¹ Ibid., p. 78-88. Entre os vários dados apontados pelos autores na seção citada, destacamos aqueles pertinentes ao *Padrão de exportações segundo grupos de produtos: 1999-2006*. Afirmam que “[...] a participação dos produtos primários aumentou de 18,7% em 1999-2002 para 21,6% em 2003-2006. Esse incremento decorre da expansão das exportações de minérios e produtos energéticos. No caso dos manufaturados houve queda da participação de 48,1% em 1999-2002 para 45,5% em 2003-06. Este movimento resulta das reduções das participações relativas das indústrias intensivas em mão-de-obra e das indústrias intensivas em tecnologia.” (Ibid., p. 80). Quando os dados tomam como referência a *Participação dos 20 principais produtos de exportação*, verificamos que em 2005 apenas dois produtos agregam alta tecnologia, aviões e aparelhos transmissores ou receptores e componentes; seis produtos agregam média tecnologia, automóveis de passageiros, partes e peças para veículos automóveis e tratores, produtos laminados planos de ferro ou aços, motores para veículos automóveis e suas partes, calçados, suas partes e componentes e veículos de carga; os outros doze componentes da lista são produtos que agregam baixa tecnologia. Destacamos os dois primeiros, que encabeçam a lista segundo a participação percentual, minérios de ferro e seus concentrados, 6,2%, e soja (mesmo triturada), 4,5%. Importante apontar que o conjunto desses 20 produtos respondia em 2005 a 50% do total das exportações brasileiras. (Ibid., p. 82).

⁵² FEIJÓ, C. A.; Almeida, J. S. G.. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* São Paulo: IEDI, nov. 2005, p. 2.

aspectos: a) o atraso da evolução e modernização dos serviços industriais brasileiros em relação aos outros países periféricos industrializados; b) a indústria de transformação deixou de ser o “carro chefe” da economia sem ser substituída por nenhum outro setor de dinamismo e capacidade de desenvolvimento semelhantes – o que acarretou em taxas de crescimento irrisórias do PIB; c) a reestruturação industrial implementada durante a década de 1990, ocasionando a desarticulação de importantes cadeias produtivas, como, por exemplo, a de material elétrico e eletrônico⁵³.

Como consequência dessa dinâmica, observamos uma maior concentração da produção industrial em um número menor de atividades e ramos, além da perda de participação dos segmentos de maior intensidade tecnológica na composição do valor total da indústria de transformação. No entanto, com o acirramento da concorrência, observa-se um aumento da produtividade em quase todos os setores industriais⁵⁴. O que parece ser uma contradição aponta, na verdade, para as características gerais da estrutura produtiva brasileira a partir da década de 1990.

Com uma economia altamente complexa, tal estrutura produtiva “caminha em diversas direções”. Segundo Filgueiras e Gonçalves,

[...] O movimento atual da estrutura produtiva não se resume exclusivamente à especialização em produtos centrados no baixo custo da mão-de-obra e em recursos naturais. Mas, ela tampouco caminha para exportar, com destaque, produtos de alta tecnologia. Além disso, também não é plataforma de exportação [...]. O mercado interno continua a ser mais relevante que o externo, embora tenha reduzido seu dinamismo, perdido importância relativa na formação do PIB e esteja deixando, gradativamente, de ser relevante para frações significativas do capital, em particular algumas daquelas voltadas, principalmente ou exclusivamente, para o mercado externo.⁵⁵

O delineamento do complexo produtivo brasileiro deve ser compreendido a partir de sua inserção na atual fase de internacionalização do capital ou, dito de outro modo, a partir da posição que o país ocupa na atual etapa da *divisão internacional do trabalho*. Assim, observamos uma relativa “reprimarização das exportações brasileiras”, com o avanço da agroindústria e

⁵³ Ibid., p. 3 e 4.

⁵⁴ “Nos últimos anos constata-se a manutenção, no essencial, da mesma estrutura produtiva na indústria de transformação com algumas alterações dos seus pesos relativos e maior eficiência produtiva e, em alguns casos, maior competitividade internacional.” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 84-87).

⁵⁵ Ibid., p. 89-90.

da produção industrial de baixo valor agregado. Porém, estes setores se utilizam de “novas bases tecnológicas” em seus respectivos processos produtivos. Paralelamente, observamos o fortalecimento de segmentos industriais que se originaram na primeira metade do século XX – sobretudo o setor automobilístico e aeronáutico –, mas que incorporaram o desenvolvimento tecnológico do segundo pós Guerra – a microeletrônica e a informática.

A crise cambial observada a partir de 1999 fez com que a equipe econômica buscasse, novamente, um ajuste externo. Este foi redefinido “de forma compulsória”, tendo como mote central “a obtenção de elevados superávits na balança comercial”, cujos Dólares seriam utilizados no pagamento da dívida externa e na remuneração do capital financeiro investido internamente. Daí deriva a necessidade de o setor público realizar constantes e elevados superávits primários, além de todo “esforço” para garantir a retomada e ampliação das exportações brasileiras, componente de centralidade da dinâmica macroeconômica do projeto de modernização conservadora levado a cabo pela socialdemocracia brasileira.⁵⁶

Filgueiras e Gonçalves denominam o modelo macroeconômico brasileiro a partir do conceito *modelo liberal periférico*. Tal definição se assenta em três “conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulamentação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro”⁵⁷. Esse “novo” modelo, segundo os autores, foi implantado devido à falência do modelo anterior, pautado na industrialização via “substituição de importações”. Afirmam que o modelo industrial brasileiro havia superado “um tipo de dependência que era próprio da fase primário-exportadora”⁵⁸, e que agora estaria sendo retomado, em novas bases, pelo *modelo liberal periférico*. Optamos por não utilizar o conceito sugerido pelos autores, pois nele subentende-se que há uma *nova forma de inserção* da economia brasileira no processo de *divisão internacional do trabalho*. Existem, sem dúvida alguma, novos elementos que caracterizam essa atual fase, como aqueles apontados pelos autores, que garantem uma especificidade particular

⁵⁶ Ibid., p. 90.

⁵⁷ Ibid., p. 250.

⁵⁸ Ibid., p. 91.

ao “liberalismo brasileiro”. Porém, estes novos fenômenos econômicos e políticos não contradizem a *forma de ser precisamente assim* da processualidade histórica brasileiro. São novos elementos de um antigo processo. Por isso optamos pelo conceito de modernização conservadora, que capta a centralidade e a essencialidade, em perspectiva histórica, da objetivação do capitalismo no Brasil, de seu *Sentido Modernizador*. Este deve ser entendido a partir da lógica do *desenvolvimento desigual e combinado*, elemento fundante das relações econômicas capitalistas mundiais.

Ao verificarmos que o Governo de Luiz Inácio não rompe, pelo contrário, aprofunda o modelo iniciado por Collor e aperfeiçoado por Fernando Henrique, buscamos afirmar que a socialdemocracia brasileira implementa um projeto politicoeconômico que se coaduna com a particularidade histórica nacional, cujo conceito *via prussiano-colonial* se apresenta como a *abstração razoável* que melhor captura a *concreticidade* de tal processualidade.

A dinâmica macroeconômica e a orientação política do primeiro mandato de Lula não deixam dúvida quanto à continuidade do projeto. Aliás, em vários aspectos, a administração do referido mandatário se mostrou tão ou mais liberal que seus congêneres anteriores. A mudança relevante do Governo de Luiz Inácio em relação a Fernando Henrique, diz respeito à participação das frações industriais e agrárias da burguesia internamente instalada na composição do bloco histórico hegemônico. Tais frações da burguesia, vinculadas umbilicalmente ao setor exportador, terão uma maior participação e influência na composição da aliança política que dará sustentação a Lula. No entanto, é preciso apontar que esta é uma tendência que já pode ser observada durante o segundo mandato de Cardoso, quando este inaugura o *slogan* “exportação ou morte”. Porém, a hegemonia do capital financeiro é mantida de forma intacta.

É o que podemos observar quando analisamos a política econômica do Governo Lula. Esta se alicerçou nos mesmos pressupostos que foram estabelecidos pelo governo anterior, sobretudo no segundo mandato de Cardoso, quais sejam, câmbio livre (flutuante), metas de inflação e ajuste fiscal permanente. Podemos constatar que a equipe econômica de Luiz Inácio aprofundou o modelo então vigente quando visualizamos, por exemplo, a política de superávits fiscais primários do período; as metas percentuais em

relação ao PIB foram sempre crescentes: 4,3% em 2003, 4,6% em 2004, 4,8% em 2005 e 4,3% em 2006⁵⁹. A nomeação de Henrique Meirelles para a Presidência do Banco Central do Brasil também pode ser entendida como um claro aceno ao capital financeiro internacional de que a estrutura econômica do país continuaria amparada nos mesmos “fundamentos”⁶⁰. Afinal, o seu prestígio junto aos “mercados internacionais” o alçou à posição de administrador das finanças brasileiras.

O quadro favorável estabelecido a partir do cenário internacional redundou em melhora nos principais índices macroeconômicos. O crescente desempenho da balança comercial brasileira foi, novamente, o principal responsável por esse processo. Mesmo com uma conta de serviços e rendas deficitária – cuja maior responsável foi a remessa de lucros e dividendos ao exterior – na ordem de US\$ 119,6 bilhões, no período 2003-2006, o saldo das transações correntes do balanço de pagamentos alcançou a cifra positiva de US\$ 41,8 bilhões.

O principal instrumento de contenção da inflação permaneceu sendo a política de elevação da taxa de juros. Em 2003, esta alcançou o patamar de 26,5% ao ano, sendo que ao final de 2006, o índice encontrava-se em 13,25% ao ano, ainda muito elevada quando comparada aos padrões internacionais. Mesmo apresentando redução quanto aos índices finais, as metas de inflação estabelecidas pelo governo não foram alcançadas, à exceção do último ano do primeiro mandato de Lula. As metas de inflação e os índices medidos pelo

⁵⁹ Ibid., p. 101.

⁶⁰ A trajetória profissional e política de Henrique de Campos Meirelles é reveladora. Graduado em engenharia civil pela Escola Politécnica da USP, cursou o *Advanced Management Program (AMP)* na Harvard Business School depois de mestrar-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recebeu ainda, o título honorário de doutor do Bryant College. Como um legítimo paladino do capital financeiro, ingressou no Bank of Boston em 1974. Em 1984, assume a presidência do “braço” brasileiro da mesma instituição. Muda-se para os Estados Unidos, onde em 1996, assume o cargo de *Chief executive officer* (CEO) do recém criado Bank Boston Corporation. O cargo de CEO corresponde aos cargos de diretor executivo ou diretor geral, cuja nomeação confere a mais alta responsabilidade ou autoridade numa organização. Da fusão desta instituição e do Fleet Financial Group em 1999, forma-se o Fleet Boston Financial, onde Meirelles passa a ocupar o cargo de *president of Global Banking*, uma espécie de vice-presidência para operações internacionais. Depois de se aposentar em 2002, ingressa na carreira política onde, no mesmo ano, é eleito deputado federal pelo PSDB (foi o candidato mais votado do Estado de Goiás, com 183 mil votos). Ao assumir a cadeira de Presidente do Banco Central em 2003, mudou de partido filiando-se ao PMDB, uma vez que seu partido de origem se colocou na oposição ao então governo eleito.

IPCA foram, respectivamente, os seguintes: 8,5% e 9,3% em 2003; 5,5% e 7,6% em 2004; 4,5% e 5,7% em 2005; e 4,5% e 3,1% em 2006.⁶¹

A dívida pública brasileira também apresentou trajetória favorável a partir de 2003. A melhora das contas externas – a partir dos já comentados superávits da balança comercial – juntamente com a política de elevação do superávit primário, reforçada pelo Governo Lula – ou o “aprofundamento da política econômica que vinha do período anterior” – podem ser identificados como os principais elementos responsáveis pela redução de 5,6 pontos percentuais da dívida líquida total do setor público; proporcionalmente ao PIB, a dívida passou de 50,5% em 2003, para 44,9% em 2006.

Filgueiras e Gonçalves argumentam que quatro aspectos importantes desse processo precisam ser sublinhados. O primeiro diz respeito à redução dos índices da dívida, propriamente, que só começam a baixar a partir de 2004. Segundo os autores, o índice da taxa de juros praticado pelo governo foi o responsável por essa variação. Enquanto os índices permaneceram elevados, em 2003, a estagnação econômica se fez presente, levando ao aumento da dívida; com a progressiva redução da taxa de juros e o tímido, porém presente, crescimento da economia, a partir de 2004, a dívida passa a decrescer. Acrescente-se a isso a continuidade da apreciação cambial verificada a partir da retomada da estabilidade.

O segundo aspecto importante é que “[...] no período 2003-2006, a redução relativa da dívida total se deve à redução sistemática da dívida externa em todos os anos, tanto em valores absolutos quanto em proporção do PIB [...]”. Os dados a seguir ilustram o argumento: em 1994, a dívida total era de R\$ 153,2 bilhões (30% do PIB); destes, R\$ 108,8 bilhões (21,3%-PIB) correspondiam à dívida interna e R\$ 44,4 bilhões (8,7%-PIB) eram de dívida externa. Em 1998, temos os seguintes valores, respectivamente, R\$ 385,9 bilhões (38,9%-PIB), R\$ 328,7 bilhões (33,2%-PIB) e R\$ 57,2 bilhões (5,8%-PIB). Em 2002, respectivamente, R\$ 881,1 bilhões (50%-PIB), R\$ 654,3 bilhões (37,5%-PIB) e R\$ 226,8 bilhões (13%-PIB). Finalmente, em 2006, temos respectivamente, R\$ 1.067,4 bilhões (44,9%-PIB), R\$ 1.130,9 bilhões (47,6%-PIB) e **valor negativo** de R\$ 63,5 bilhões (-2,7%-PIB) para a dívida externa.

⁶¹ FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 102-103.

Importante notar que, ao mesmo tempo em que a dívida externa diminui, há um crescimento da dívida interna. Como já discutido, essa foi (é) uma das principais formas de remuneração do capital financeiro no interior da economia brasileira, o que se deve, antes de mais nada à política de elevação das taxas de juros.

O terceiro aspecto é aquele que aponta para uma “troca de dívida”. Argumentam os autores que os saldos da dívida líquida externa foram reduzidos graças ao acúmulo de dólares proporcionado pelos sucessivos saldos positivos da balança comercial brasileira, pois parte destes dólares foi utilizada para pagamento da referida dívida. No entanto, temos como contrapartida o aumento da dívida interna. “[...] há uma troca de dívida externa, de prazo maior e juro menor, por dívida interna, de prazo menor e taxas de juros mais elevadas [...]”⁶². A apreciação do Real no período, colaborou para a redução da dívida pública externa. Estes elementos, acrescentamos nós, permitem que visualizemos a forma concreta pela qual o capital financeiro mundial expropria a riqueza das economias locais, ou seja, é a expressão real/concreta da lógica mundializada do capital sob a hegemonia de sua fração fictício-especulativa.

O último aspecto aponta para um movimento de “mão dupla”. Apesar da redução, proporcionalmente ao PIB, no período de 2003 a 2006, os valores absolutos da dívida pública extrapolaram a casa de R\$ 1 trilhão, a despeito dos enormes superávits primários verificados no período. Aqui, os argumentos de Filgueiras e Gonçalves se coadunam com os nossos: a grande questão que se coloca, ou a “questão central”, diz respeito ao “benefício” – e aos beneficiados, acrescentaríamos – “dessa política fiscal”,

[...] A questão central é que a redução foi produto apenas da diminuição da dívida externa líquida do setor público, propiciada por grandes superávits na balança comercial e pelo crescimento das reservas cambiais (de US\$ 37,8 bilhões ao final de 2002 para US\$ 84,6 bilhões em dezembro de 2006). Portanto, qualquer reversão na situação internacional, que piore o balanço de pagamentos do país, poderá aumentar rapidamente o total da dívida pública como proporção do PIB [...].⁶³

E continuam,

⁶² Ibid., p. 105-106.

⁶³ Ibid., p. 106-107.

O governo Lula não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento, caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira e pela vulnerabilidade estrutural externa. O custo da política econômica, condicionada (e articulada) fortemente pela (e com a) abertura comercial-financeira, resulta em um dos mais pífios desempenhos em termos de taxas de crescimento do PIB entre os países em desenvolvimento, além da manutenção de taxas de desemprego ainda muito elevadas e do crescimento da dívida pública interna.⁶⁴

Observa-se, dessa forma, um claro *continuum* no projeto politicoeconômico entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Os grandes “beneficiados” foram os investidores e especuladores nacionais e internacionais, travestidos na forma de bancos e fundos de investimentos, que arrecadaram “mais de R\$ 1 trilhão em juros da dívida pública”, ou o equivalente a 8% do PIB no segundo mandato de Fernando Henrique, e 8,2% no Governo Lula. Tomado em seu conjunto, o período histórico por nós estudado apresenta dados reveladores quanto a essa continuidade. O total do superávit fiscal primário foi de R\$ 489,8 bilhões, com claro aumento no período de Lula da Silva: entre 1995-1998, déficit de R\$ 6,5 bilhões; entre 1999-2002, superávit de R\$ 165,4 bilhões; e, entre 2003-2006, superávit de R\$ 330,9 bilhões. O pagamento de juros da dívida pública também apresentou crescimento: R\$ 211,4 bilhões entre 1995-1998; R\$ 365,8 bilhões entre 1999-2002; e R\$ 590,6 bilhões entre 2003-2006, totalizando R\$ 1.167,8 bilhões. Apesar de um decréscimo significativo no último período, a dívida pública também apresentou números elevados: entre 1995-1998, R\$ 232,7 bilhões; entre 1999-2002, R\$ 495,1 bilhões; e entre 2003-2006, R\$ 185,9 bilhões, totalizando R\$ 913,7 bilhões em todo o período.⁶⁵

A relação do Governo Lula com o FMI deve ser caracterizada como mais um indicativo de continuidade do projeto de Cardoso. Ainda quando candidato, em setembro de 2002, Luiz Inácio apoiou declaradamente a assinatura do acordo com o FMI, firmado pela equipe econômica de Fernando Henrique, no auge de mais uma crise cambial. O acordo assinado expiraria em 31 de março de 2005. Diante do ciclo ascendente da economia mundial a partir de 2003, as contas externas brasileiras apresentaram melhoras contundentes, o que permitiria a interrupção do acordo. O governo não só descartou essa decisão,

⁶⁴ Ibid., p. 107.

⁶⁵ Ibid., p. 107.

como pelo contrário “decidiu pela elevação unilateral da meta de superávit fiscal primário”. A meta estabelecida na Carta de Intenção que compunha o acordo era de 3,75% do PIB; a equipe econômica propôs uma nova Carta de Intenção elevando o índice para 4,25%. Além disso, mesmo diante da conjuntura internacional favorável às contas externas do país, o governo abriu uma nova linha de crédito em 2003 junto ao FMI. O valor foi de US\$ 19,2 bilhões, fazendo com que a dívida brasileira ultrapassasse a casa dos US\$ 29 bilhões naquele ano, somente com a referida instituição. O que mais chama a atenção é que esses valores não foram utilizados, e mesmo assim, custaram ao país US\$ 3,65 bilhões na forma de juros e taxas de administração. Todos esses elementos fazem do episódio “um fato inusitado na história de seis décadas das relações entre o FMI e os seus 185 países-membros”⁶⁶. Eis aí um exemplo que expressa, de forma concreta, todos os contornos da frase grafada na *Carta ao povo brasileiro*: “respeitaremos todos os contratos”. É a continuidade da lógica associativo-subordinada congênita, própria da burguesia que se desenvolve no país, representada agora por um *operário rentista*.

Se por um lado, a equipe econômica de Luiz Inácio não media esforços para promover os ajustes impostos pelos agentes do capital financeiro internacional, por outro, tais conjunto de medidas produziam poucos ou nenhum efeito para o conjunto dos trabalhadores. Se tomarmos como referência os índices de desemprego no país, verificaremos que a redução dos mesmos foi risível diante das reais necessidades da classe trabalhadora. A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo recuou de 19,9% para 15,9% em 2003, com uma média para o período de 17,8%, muito próxima, portanto, da média do segundo mandato de Cardoso, 18,4%, sendo superior à média de 1995-98, 15,5%⁶⁷. Essa baixa redução nos índices de desemprego está relacionada ao também risível crescimento da economia no período mencionado, resultado direto da política econômica levada adiante pelo governo.

Afirmamos anteriormente que durante o Governo Lula, as frações industriais e agrárias da burguesia ampliaram sua participação e influência na

⁶⁶ Ibid., p. 71. Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves adjetivam tais fatos como anomalias que marcam o Governo Lula. Discordamos de tal definição, pois, na verdade, trata-se da total subordinação à hegemonia financeira mundial.

⁶⁷ Ibid., p. 109.

aliança política de sustentação de seu governo. Contudo, essa maior influência não nega a determinação hegemônica por parte do capital financeiro no bloco de poder dominante, mesmo porque, as frações da burguesia industrial e da burguesia agrária que conseguem ampliar sua participação passam a exercer também funções financeiras, pois suas atividades econômicas estão diretamente ligadas ao setor exportador. Tal fato foi possível devido à iniciativa da equipe econômica de Luiz Inácio de dilatar o “prazo para cobertura cambial das exportações”, o que implicou ainda em uma ampliação da abertura financeira do país⁶⁸. Essa medida permite aos exportadores escolher o momento de internalizar suas receitas, aumentando assim “a volatilidade de capital e financeira do balanço de pagamentos”. As divisas geradas com as exportações passam a ingressar no país de acordo com os interesses dos exportadores, que podem agora explorar as taxas de juros externas. Ou seja, os setores exportadores passam a comparar as melhores taxas de juros – interna ou externa – e as expectativas cambiais, para introduzirem no mercado interno os recursos gerados pelas exportações, o que “aponta para o aprofundamento do processo de financeirização da economia”. Esse mecanismo proporciona uma forte aproximação entre os interesses dos setores exportadores e financeiros. Na verdade, passam “a ser um só”:

O fato é que o exportador agora também funciona como especulador financeiro, pois a livre oferta (pelos exportadores) e demanda (pelos agentes financeiros) de dólares unifica os interesses do capital financeiro em geral.⁶⁹

Os exportadores são, ao mesmo tempo, produtores, distribuidores circuladores e especuladores, de mercadorias (lembrando que a moeda é uma mercadoria, equivalente-geral).

Paralelamente, a aliança política arquitetada em torno de Lula garantiu as mudanças juridico-institucionais necessárias à continuidade do projeto de reposição liberal-conservadora da burguesia internamente instalada. A “agenda política” do Governo de Luiz Inácio contou com amplo apoio do Congresso Nacional, fato que não podia ser diferente, dado o caráter da aliança que lhe deu sustentação.

⁶⁸ Ibid., p. 111. O governo adota essa medida a partir da pressão política exercida pelo setor agroexportador.

⁶⁹ Ibid., p. 111.

Mais uma vez se fazem flagrantes os elementos que unem Cardoso a Lula, a começar pela nomeação do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, tratada acima. Mas, além de colocar um legítimo representante da burguesia financeira internacional à frente da instituição, o Governo Lula promoveu aquilo que seu congênere imediatamente pretérito tentara e não conseguira, a independência “de fato” do Banco Central. Em 29 de maio de 2003, o Congresso aprova a Emenda Constitucional nº 40, que, entre outras medidas, altera a redação do artigo 192 da Constituição Federal. O referido artigo estrutura o Sistema Financeiro Nacional, sendo que o seu inciso V, pela redação anterior à EC nº40, estabelecia como sendo de responsabilidade do órgão a definição dos “requisitos para designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras”. Pela nova redação, todos os incisos e parágrafos do art. 192 foram suprimidos; um novo texto extremamente amplo e genérico passa a ter validade jurídica⁷⁰. Óbvio está que, desta forma posta, não existe nenhuma lei na Constituição Federal determinando a independência jurídica e/ou administrativa do Banco Central. Mas esta foi, exatamente, a grande manobra realizada pela base governista: reformular uma lei estabelecendo a inexistência de regras onde, até então, elas existiam. Assim, o caminho ficou aberto para, no futuro, leis complementares estabelecerem a tão sonhada “independência e autonomia” operacionais do BC.

Independentemente da discussão jurídica, o fato é que, com tal postura, o recém empossado governo acenava claramente – mais uma vez – que todos os esforços políticos seriam feitos para garantir a continuidade do modelo financeiro implantado. De fato, observamos que o BC nunca atuou com “independência e autonomia”, pois esta instituição está vinculada historicamente aos interesses da burguesia brasileira incrustada no Estado. No

⁷⁰ A nova redação do artigo 192, aprovada com a EC nº 40 é a seguinte; “O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. ” (BRASIL. *Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003* (a). Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc40.htm>. Acesso em: 22 jul. 2010.). Tanto a atual como a antiga redação do referido artigo podem ser consultadas no endereço eletrônico citado.

presente processo de mundialização financeira, o BC responde “às ordens” do capital especulativo internacional. O que está em jogo nesse debate é o grau de ingerência a ser permitido, o que, a nosso ver, é praticamente irrestrito atualmente.

No que diz respeito à carga tributária, a CPMF foi prorrogada até 31 de dezembro de 2007⁷¹. Tal medida foi possível a partir da aprovação, em 2003, da EC nº 42. Ao final desse período, a base aliada do governo tentou uma nova prorrogação até 2011, desaprovada pelo Senado Federal, a despeito dos apelos do próprio Presidente da República, este alegando que deixariam de ser repassados ao SUS R\$ 40 bilhões, aproximadamente⁷². A saída encontrada pelo governo seria a elevação de outros tributos, tais como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)⁷³.

Ainda em 2003, o governo consegue aprovar um pacote de medidas que comporiam os contornos da Reforma Tributária do Governo Lula. Em linhas gerais, as medidas apontam para o mesmo caráter arrecadatório do governo anterior. Destacamos aqui a prorrogação da DRU. Como discutido anteriormente, a DRU foi criada como um mecanismo que garante “maior mobilidade” ao Poder Federal quando da execução de seu orçamento, desvinculando a obrigatoriedade com gastos específicos como educação, por exemplo. Vimos também que tal medida foi aprovada em substituição ao FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), cuja origem é o FSE (Fundo Social de Emergência), criado na implantação do Plano Real. O Governo de Inácio da Silva reafirma a postura tributária que vinha sendo tomada por Cardoso,

⁷¹ Em 19 de dezembro de 2003, a EC nº 42 prorrogou o prazo de incidência da CPMF até 31 de dezembro de 2007. (BRASIL. *Emenda Constitucional nº 42*, de 19 de dezembro de 2003 (b). Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm>. Acesso em: 22 jul. 2010.)

⁷² LULA defende CPMF e desafia oposição a explicar origem de recursos para a saúde. Folha de São Paulo On Line, São Paulo, 19 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u346599.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2010. É importante lembrar que 2008 seria um ano eleitoral (eleições municipais) e a aprovação da prorrogação da CPMF poderia soar como “antipopular” aos ouvidos do eleitorado brasileiro.

⁷³ Veja as principais medidas para compensar fim da CPMF. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,,96005,0.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

propondo e aprovando a prorrogação da DRU, num primeiro momento, entre 2003 e 2007 (EC nº 42, de dezembro de 2003, a mesma que aprovou a prorrogação da CPMF), e posteriormente entre 2008 e 2011 (EC nº 56, de dezembro de 2007)⁷⁴.

Essa postura claramente arrecadatória está vinculada ao compromisso permanente de elevação das metas de superávit primário firmado junto ao FMI pelo governo brasileiro.

Seguindo o mesmo diapasão das Reformas do Estado propugnadas por seus antecessores, Luiz Inácio percorre mais um capítulo da Reforma da Previdência, focalizando, agora, o setor público, e inicia as discussões sobre as Reformas Sindical e Trabalhista.

Em 19 de dezembro de 2003 é aprovada a EC nº 41, que definiu as novas regras para o sistema previdenciário do funcionalismo público. O tema fora debatido durante o segundo mandato de Cardoso, que conseguiu aprovar algumas mudanças – através de medidas que não exigiam alterações no texto constitucional – sem, no entanto, aprovar o fundamental: mudança no regime de contribuição, fim da integralidade, tributação dos inativos e o fim da paridade nos reajustes. Tais fracassos resultaram, sobretudo, da oposição exercida por partidos vinculados historicamente ao funcionalismo público, entre eles o próprio PT. No entanto, durante o primeiro ano de mandato do presidente que fora eleito, justamente, pelo principal partido que se opunha à reforma, tal como era proposta pelo seu congênere tucano, as alterações previdenciárias foram aprovadas com extrema rapidez, aprofundando e radicalizando, inclusive, a proposta anterior. Todo o conteúdo da proposta de Fernando Henrique foi retomado pelo Governo Lula, que conseguiu sua aprovação a “toque de caixa”⁷⁵. A retórica utilizada pelo novo governo reproduz o discurso, iniciado pelo Governo Collor, de desqualificação do funcionalismo público, identificando

⁷⁴ DIAS, F. A. C. Desvinculação de receitas da união, gastos sociais e ajuste fiscal. In: *Consultoria Legislativa do Senado Federal – Coordenação de Estudos*. Brasília, fev. 2008. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/texto38-fernandodias1.pdf>. Acesso em 22 jul. 2010.

⁷⁵ Para um aprofundamento dos aspectos específicos da reforma, tais como “tempo de contribuição”, “regras de transição”, bem como os índices e cálculos introduzidos, ver fundamentalmente, MARQUES, R. M.; MENDES, A. *O governo Lula e a contra-reforma da presidência*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, nº 3, p. 3-15, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24774.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2010. Os autores entabulam, ainda, importante discussão sobre o caráter da reforma, bem como os vínculos que o projeto possui com a lógica financeira atual.

este setor como “privilegiado” diante das “injustiças sociais” que acometiam o restante dos trabalhadores brasileiros⁷⁶.

Nem mesmo a reação de setores internos do PT e dos servidores públicos federais foi suficiente para barrar a continuidade do projeto de modernização conservadora em curso⁷⁷. Mais uma vez, Luiz Inácio não poupou esforços para “cumprir os contratos” com o capital financeiro mundializado. A Reforma da Previdência, tanto do setor privado como do setor público, está umbilicalmente vinculada às metas de superávit primário estabelecidas nos acordos com o FMI. Nunca é demais lembrar que tais metas foram revisadas para cima (4,25%), já no início do mandato petista.

Outras discussões no âmbito politicoinstitucional apontam para a continuidade do modelo de reposição do projeto liberal-conservador no país⁷⁸. Destacaremos outras duas medidas do governo que nos permitem visualizar com exemplos concretos o nosso argumento. Trata-se das aprovações da Nova Lei de Falências e da Parceria Público Privado (PPP).

A Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, “Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”⁷⁹. Em linhas gerais, podemos compreender a aprovação desta lei como mais uma iniciativa do Governo Lula no sentido de estabelecer “regras

⁷⁶ Objetivando a aprovação da proposta rapidamente, a aliança política governamental lançou mão de argumentos falaciosos, reproduzidos incessantemente pela grande mídia. A retórica era direcionada a partir de três eixos temáticos, ou seja, a Reforma da Previdência era necessária para cobrir o “déficit” do setor; para corrigir “distorções” econômicas, pois “privilegiava” os trabalhadores do setor público, em detrimento dos trabalhadores da iniciativa privada; e deveria ser feita em nome da “justiça social”, pois os recursos economizados pelo governo deveriam ser investidos nas áreas da saúde e educação, por exemplo. (MARQUES; MENDES, 2004, p. 9–11).

⁷⁷ A primeira grande manifestação contra o Governo Lula fora protagonizada pelos funcionários públicos federais em agosto de 2003. Importante apontar que os deputados e senadores do PT que votaram contra a Reforma da Previdência foram expulsos do partido. Estes, capitaneados pela senadora Heloísa Helena (Alagoas), fundaram o Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL.

⁷⁸ As reformas sindical e trabalhista passam a ocupar e a compor a “agenda política” do governo a partir de 2003, com a criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) através do Decreto-lei 4.796, de 30 de julho daquele ano. Tendo como pressuposto uma posição declaradamente conciliatória, o FNT é composto por segmentos da sociedade civil que representam os diversos setores que compõem as relações entre trabalho e capital. Assim, objetiva criar um consenso – “pacto social” – em torno da reformulação da legislação sindical e trabalhista. Concretamente, tais debates não geraram um projeto único de reforma. No entanto, como a perspectiva da conciliação é, na verdade, uma postura defensiva dos trabalhadores, as reformulações na legislação empreendidas pelo Governo Lula favoreceram amplamente a burguesia em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

⁷⁹ BRASIL. *Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005*. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm >. Acesso em: 22 jul. 2010.

claras” aos investidores, principalmente externos. Além disso, o objetivo é facilitar a resolução da insolvência financeira de empresas privadas, disciplinando mecanismos judiciais e extrajudiciais para tanto.

Entre 1990 e 2002, a estrutura estatal brasileira passou por uma significativa transformação. Um dos pilares da Reforma do Estado foi o processo de privatizações iniciado por Collor e levado a cabo por Fernando Henrique, já discutido por nós anteriormente. Historicamente, o Partido dos Trabalhadores se posicionara contrariamente à venda de empresas estatais, principalmente daquelas consideradas “estratégicas” – energéticas, mineradoras, por exemplo. No entanto, a despeito de o governo petista não realizar nenhuma venda de empresa estatal, a aprovação da lei que inaugura a possibilidade de “parcerias” entre as instituições públicas e o setor privado dá início a uma nova modalidade de privatização. Assim, a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, “Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”⁸⁰. A essência *privatizante* dos governos anteriores permanece, através da denominação “concessão”, em sua modalidade “patrocinada” ou “administrativa”⁸¹, ou seja, a exploração de patrimônios e serviços públicos pela iniciativa privada é, desta forma, garantida pelo governo petista. A “competitividade”, a “lógica de mercado” e a “eficiência” resultante da “concorrência” – de que falavam o Programa de Governo de Lula – concretizam-se a partir da aprovação das PPP’s.

Observa-se, assim, que o compromisso de “promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado”, contido no *Programa de governo* de Lula, não passou de falácia eleitoral!

Claro está, portanto, que desde o momento da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, o modelo de revitalização dos princípios liberais continuou sendo o

⁸⁰ BRASIL. *Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em: 26 jul. 2010.

⁸¹ “ Art. 2º § 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas [...] quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. § 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.” (Ibid.).

elemento essencial na condução do projeto politicoeconômico da burguesia internamente instalada, que agora se unira em torno da figura de um ex-metalúrgico para dar continuidade e aprofundar seu projeto de modernização. Este, orientado pela lógica – estruturalmente presente no processo histórico brasileiro – da associação subordinada ao movimento de internacionalização do capital, tinha (e tem) como “ponta de lança” o capital financeiro. É por isso que, em carta endereçada ao diretor-gerente do FMI, Horst Köhler, ainda em maio de 2003, o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, prestam contas de todos os esforços do novo governo em cumprir as diretrizes gerais determinadas pela instituição financeira internacional. Não é por acaso que os temas tratados nesse documento são os mesmos que envolvem as reformas analisadas acima. O texto é explícito,

O governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. A política fiscal tem se concentrado na redução da dívida pública: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso, aumenta a meta de superávit primário de médio prazo para 4,25 por cento do PIB. Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulação do setor financeiro – um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central – foi aprovada.

[...] Todos os critérios de desempenho desta revisão foram cumpridos e houve avanços nas discussões voltadas para a votação de uma nova Lei de Falências no Congresso ainda neste ano. Os parâmetros estruturais de final de junho, relativos ao envio das reformas tributária e previdenciária ao Congresso, foram atingidos antes do prazo. As perspectivas econômicas permaneceram, de um modo geral, inalteradas e estamos confiantes em relação ao cumprimento dos critérios de desempenho do programa.

E finaliza de forma exemplarmente submissa,

O programa do governo irá consolidar os avanços econômicos que já foram observados nos primeiros meses desta administração. Acreditamos que a crescente estabilidade econômica trará ganhos tangíveis para o bem-estar dos brasileiros, especialmente os mais necessitados. **Continuaremos a manter estreito diálogo com o FMI e estamos dispostos a adotar medidas adicionais, conforme necessário, para atingir estes objetivos.**⁸²

⁸² MINISTÉRIO DA FAZENDA. Carta de intenção referente à terceira revisão do acordo do Brasil com o FMI, 2003. Disponível em < <http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em 26 jul. 2010. Os negritos são nossos.

Portanto, o que procuramos demonstrar aqui é o núcleo central do projeto politicoeconômico que une o governo de Fernando Henrique Cardoso – em seus dois mandatos – e o Governo de Luis Inácio Lula da Silva – em seu primeiro mandato.

Observamos que as mudanças conjunturais – principalmente diante dos processos de crise internacional – caracterizaram-se como ajustes necessários ao “projeto maior”, cuja essência vincula-se à forma *de ser precisamente assim* da burguesia brasileira e à modernização conservadora do país, em mais uma etapa de sua concretização histórica.

5. *O imperialismo brasileiro*

Entre as várias mudanças que o processo de abertura econômica e financeira iniciado em 1990 impulsionou, chama-nos a atenção aquele que diz respeito ao papel ocupado por empresas brasileiras no cenário internacional. Dito de outro modo, trata-se aqui do caráter imperialista, ou para ser mais preciso, do *imperialismo subordinado*, exercido pela capital de origem brasileira – ou mesmo internacional, mas que possui sua “base geográfica” no Brasil – no atual momento de internacionalização do capital.

Três conjuntos de fatores caracterizam a intensificação da exportação de capitais a partir de países cujo caráter dependente-associativo imprime uma lógica particular ao desenvolvimento do capitalismo. O primeiro diz respeito a uma *lei imanente* ao modo de produção capitalista, qual seja, o permanente caráter e tendência a *concentração e monopolização* do capital. O segundo fator está vinculado ao papel que o Estado assume como *ente* impulsionador do processo de expansão do capital monopolista em países periféricos. Por fim, observa-se que os monopólios – privados ou estatais – envolvidos nesse processo de expansão são quase que exclusivamente de ramos produtivos que se assentam em um baixo e médio nível de densidade tecnológica. Acrescente-se a isso, o papel hegemônico desempenhado pelo capital financeiro na fase de mundialização do capital como condicionante do processo.

O fenômeno a que identificamos como imperialismo brasileiro não é algo “novo”, apesar de recente, se tomado em perspectiva histórica. Ruy Mauro Marini o identifica como um processo próprio de economias dependentes “intermediárias” (industrializadas), que passam a exercer tal papel na divisão internacional do trabalho já a partir da década de 1950⁸³.

Segundo Marini, o processo de industrialização via substituição de importações, observado em economias dependentes – como a brasileira –, produz uma série de condicionantes particulares à realização do capital. Argumenta que esta dinâmica industrial produziu um mercado interno de consumo insuficiente à realização de elevadas taxas de mais-valia e, conseqüentemente, de lucros, pois destinou-se a pequenas parcelas da população, a saber, a alta burguesia, mas também setores médios da mesma classe. Diante da ausência de um mercado de consumo de massas interno, os mercados externos surgem como elemento de realização de elevadas taxas de lucro. Importante caracterização desse processo é a questão da remuneração da classe trabalhadora. A concentração e a monopolização dos setores produtivos é um resultado direto da industrialização via substituição de importações; tais monopólios exercem uma superexploração da mão-de-obra, extraindo desta índices elevados de mais-valia. Daí se desdobram duas conseqüências: a já referida incapacidade de estruturação de um mercado de consumo de massa interno, e a atuação do Estado como principal investidor em setores econômicos estratégicos, como infraestrutura e indústria de base – ou do departamento 1, para utilizar uma linguagem própria ao marxismo. O Estado passa a agir, portanto, como forma de impulsionar o consumo interno, à medida em que gera renda a uma parcela de trabalhadores que, até então, estão excluídas do consumo. Além disso, o Estado passa a atuar como exportador de capitais através da expansão de empresas estatais para além de suas fronteiras nacionais. Paralelamente ao processo de substituição de importações, observa-se um extraordinário desenvolvimento do capital

⁸³ MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª Ed. México: Siglo XXI Editores, 1974. Disponível em <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso: 15 jul. 2010.; MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. (In) *Cuadernos Políticos* nº 12. México: Ediciones Era, abril-junio de 1977. Disponível em < <http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

financeiro, pois este passa a ser fundamental à realização deste tipo de industrialização⁸⁴.

Quando de sua elaboração, Marini identifica que um elemento fundamental à compreensão do conceito de “subimperialismo” é a relação entre o capitalismo dominante e as economias dependentes. O que caracteriza esta dependência é o fato de as economias dependentes transferirem parte significativa de suas taxas de lucro para os países centrais, que controlam o capitalismo mundial. Assim, as burguesias instaladas nas economias intermediárias “lançam mão da superexploração do trabalho e da conquista de uma esfera de influência própria, onde tenham uma hegemonia regional como mecanismo de compensação do produto excedente”⁸⁵ que fora transferido aos pólos hegemônicos do capital.

As formulações acima expostas tiveram lugar na década de 1970, quando Marini buscou compreender as então recentes, transformações observadas na economia brasileira, motivadas pela expansão industrial dos anos 1950. Como apontado em nossa introdução, as elaborações desenvolvidas por Marini possuem validade teórica, porém, estão inseridas num dado contexto de desenvolvimento industrial do país que, por mais que mantenham suas características essenciais, passaram por transformações em suas formas de manifestação.

Assim, se algumas características apontadas por Marini, daquilo que o autor denominou “subimperialismo”, ainda se fazem presentes – tais como a tendência à concentração monopolista do capital, aliás, apontada primeiramente por Marx – e se intensificam na atualidade brasileira, outras não foram apontadas, ou quando o fez, não as desenvolveu de forma suficiente – até porque o momento histórico não lhe permitia –, como por exemplo o papel desempenhado pelo Estado brasileiro e sua relação com o capital financeiro mundial – portanto, imperialista – na composição daquilo que aqui denominamos como uma forma específica de imperialismo subordinando.

⁸⁴ MARINI, 1974. Em especial, o *Prefácio* da referida edição.

⁸⁵ LUCE, M. La expansión del subimperialismo brasileño. La política de integración Del gobierno Lula em América Latina. (In) *Patria Grande*. Ano 1. Nº 9, p. 48-67, 2008. No mesmo sentido ver Marini (1974).

Utilizamos aqui as precisas formulações de Fontes sobre tal problemática:

[...] Para dar conta do processo real em curso, é preciso incorporar as formas específicas de interpenetração de capitais no plano internacional, sob o predomínio do capital monetário contemporâneo, que conduziu a um aprofundamento da “união íntima” [...], em direção a uma *fusão pornográfica* de capitais das mais variadas precedências, cuja valorização exige e impõe as mais variadas formas de extração de sobretrabalho e expropriação. Mais ainda, é preciso compreender as formas específicas da política capital-imperialista. Se identificar os traços que configuram as periferias segue sendo fundamental, estes não são estáveis e se alteram segundo as modalidades de dominação e subordinação em curso, sob uma nova escala de concentração de capitais e divisão internacional do trabalho.⁸⁶

Em que pese o caráter referencial da obra de Marini – como apontado em nossa introdução – e a contextualização histórica de seus textos, o fato é que a dinâmica do imperialismo brasileiro apresenta características atuais que não foram tratadas pelo autor. Assim o caráter subordinado e dependente do desenvolvimento – desigual e combinado – sociometabólico brasileiro manifestar-se-á também na composição do imperialismo desenvolvido pela burguesia internamente instalada, ou, na conceituação de Fontes, do *capital-imperialismo* brasileiro.

Procuraremos demonstrar a seguir, como a expansão de empresas brasileiras rumo aos mercados externos a partir da década de 1990, principalmente pela América Latina, delineiam os elementos que nos permitem identificar o papel imperialista (subordinado) exercido pelo capital de origem brasileira.

Afirmamos acima que a concentração e conseqüente formação de capitais monopolistas é uma tendência imanente ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Os autores que primeiro teorizaram sobre os condicionantes e caracterizações da fase *imperialista* de expansão do capital sinalizaram de forma explícita e precisa para a questão⁸⁷. No Brasil, desde os primeiros vagidos da industrialização, a tendência à formação de monopólios

⁸⁶ FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010, p. 359.

⁸⁷ Ver nota 44 (infra) de nossa “A guisa de introdução”. Engels e Marx apenas “tatearam” a questão da *tendência a monopolização do capital*, sem, no entanto, aprofundarem a temática. Mesmo porque, no momento em que viveram, tais condições não estavam plenamente desenvolvidas. De qualquer forma, podemos encontrar algumas considerações em ENGELS, 1981, e MARX, 2008.

já se faz presente. A partir dos anos de 1950, tal processo se acentua devido à intensificação da industrialização.

No entanto, nada se compara ao que passamos a observar a partir da abertura econômico-financeira inaugurada por Collor de Mello, sobretudo nos anos posteriores à quebra dos monopólios estatais, já durante o governo de Fernando Henrique, e à posterior venda das empresas públicas, principalmente para o capital estrangeiro⁸⁸. O monopólio de setores estratégicos da economia brasileira foi rapidamente transferido do controle estatal para o controle privado. Durante o governo Lula, todos os recordes anteriores foram superados quando o assunto são *fusões e aquisições* – eufemismo mercadológico cujo significado é a formação de capitais monopolistas. Esta foi a forma encontrada por grandes empresas de capital brasileiro para “fazerem frente” à concorrência externa. Importante apontar que nesse processo algumas empresas estrangeiras também foram incorporadas por brasileiras, denotando novos elementos nesse momento da concentração de capitais em solo brasileiro.

Tal movimentação de capitais pode ser verificada a partir do número de fusões e aquisições no período mencionado, bem como do volume de recursos que estas envolveram⁸⁹. O número total deste tipo de transação foi de 227 em 2002; 230 em 2003; 290 em 2004; 363 em 2005; e 473 em 2006⁹⁰. O volume de recursos envolvidos nas transações foi, respectivamente, US\$ 15 bilhões; US\$ 17,1 bilhões; US\$ 23,1 bilhões; US\$ 14,9 bilhões; e US\$ 54 bilhões!⁹¹

⁸⁸ Tratamos dessa temática no capítulo I, sobre o primeiro mandato de Cardoso.

⁸⁹ Para esta pesquisa, utilizaremos os dados pertinentes ao período de 2002 a 2006 por entendermos que tais números refletem claramente a concentração de capitais no país. Isso não quer dizer, no entanto, que esta seja uma característica exclusiva do primeiro mandato de Luis Inácio. Pelo contrário, o processo é anterior, e se mantém durante o segundo mandato do referido presidente. A diferença é a intensidade com que ocorre, ou seja, se é verdade que as operações de fusão e aquisição já se fazem perceber a partir dos anos de 1990, também é verdade que elas se multiplicam vertiginosamente no governo Lula.

⁹⁰ BORGES, A. C. G.; COSTA, V. M. H. de M. *Fusões e aquisições: caracterização e evolução no Brasil no período de 1992 a 2007*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_075_532_11385.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2010.

⁹¹ TEMPORADA de compras. O Brasil vive a maior onda de aquisições de empresas de sua história – e o número de negócios vai crescer nos próximos meses. O que há por trás disso. Revista Exame, 16 nov. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0881/negocios/m0116559.html>>. Acesso em 04 ago. 2010. Observe-se que o valor das transações para o ano de 2006 foram

Paralelamente a esse processo de monopolização capitalista, observamos a “investida” de empresas brasileiras no mercado exterior, via exportação de capitais. Em 1980, o montante de investimento direto de empresas brasileiras no exterior era de US\$ 38,5 bilhões. Este valor saltou para US\$ 51,9 bilhões, em 2000, e atingiu US\$ 129,8 bilhões, em 2007, segundo dados da UNCTAD⁹². Segundo o órgão da ONU, três empresas brasileiras figuravam entre as cinquenta maiores “multinacionais de países emergentes”, a saber, Petrobras, Vale do Rio Doce e Gerdau. Os dados a seguir, referentes ao ano de 2006, nos oferecem a real medida da expansão do imperialismo brasileiro.

A Gerdau possuía 30 unidades espalhadas por sete países, sendo que quase a metade do seu faturamento (R\$ 25,5 bilhões) em 2005 foi proveniente dessas filiais. A Votorantim penetrou no mercado canadense e estadunidense – controlando 5% da produção de cimento neste último – implantando 40 unidades entre os dois países. A Vale do Rio Doce já era a quarta maior mineradora do mundo, atuando em mais de 20 países. Após a fusão com a americana Springs, a Coteminas se transformou na líder mundial no setor de têxteis para cama, mesa e banho, contando com 36 fábricas em cinco países. Com operação em seis países, a Santista passou a ocupar a liderança mundial no mercado de denim a partir da fusão com a espanhola Tavex⁹³.

Apesar da expansão mundo afora, o principal “mercado de atuação” dos capitais monopolistas brasileiros no exterior foi – e é – a América do Sul. À exceção das Guianas e do Suriname, observamos a presença de empresas brasileiras em todos os países da região, atuando principalmente nos ramos de produção de energia, metalurgia, construção civil e alimentos, ou seja,

computados até novembro, mês de publicação da matéria. O ano de 2007 ficou marcado como aquele em que o número de fusões e aquisições atingiu seu maior patamar, 699 no total, com o crescimento de, aproximadamente, 25% no valor das transações.

⁹² HERNANDES, R. Nossas campeãs mundiais. Retrato do Brasil. São Paulo, nº 30, p. 9-11, jan. 2010. In: MACIEL, D. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. *Revista Universidade e Sociedade*. São Paulo, nº 46, p. 120-133, jun. 2010.

⁹³ A VEZ das gigantes do mundo emergente. *Revista Exame*, 29 mar. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0864/negocios/m0081212.html>>.

Acesso em 29 jul. 2010. Com relação à Vale do Rio Doce, no final de 2005, a empresa adquiriu a canadense Canico. No momento em que escrevemos este trabalho, os trabalhadores da empresa no Canadá completam 1 ano de paralisação/greve, devido à reestruturação produtiva imposta pelos novos donos, o que gerou desemprego e precarização das condições de trabalho.

como afirmado anteriormente, setores produtivos que envolvem a utilização de baixa ou média densidade tecnológica em suas cadeias produtivas.

No Uruguai, através da aquisição de frigoríficos locais e de terras agricultáveis, observou-se recentemente uma penetração vertiginosa de capital estrangeiro. Em 2006, 50% das exportações realizadas pela agroindústria uruguaia, era controlada por grupos estrangeiros, entre eles alguns brasileiros exerceram papel de liderança, tais como os frigoríficos Bertin e Marfrig. O caso que mais chama atenção é o deste último; através de quatro aquisições envolvendo empresas uruguaias e argentinas, a Marfrig tornou-se o maior exportador de carnes do Uruguai, isso num país onde somente a pecuária responde por 25% das exportações.⁹⁴ Além da exploração produtiva propriamente dita, as taxas de lucro da burguesia agrária brasileira foram incrementadas através da exploração da renda da terra, pois todo esse processo de aquisições envolveu a compra de propriedades rurais a preços muito baixos.

No Paraguai, estima-se que entre 90 e 95% da produção de soja seja controlada por “brasiguayos”. Latifundiários brasileiros se deslocaram, desde a década de 1950, para as regiões do alto Paraguai e de Canideyú, e somavam em 2008, algo em torno de 380 mil habitantes, aproximadamente 10% da população do país. Somente nessas duas regiões controlavam 40% do território e mais de 80% da produção de soja provinham de suas terras. É importante apontar que, em 2004, o Paraguai figurava como o terceiro maior produtor de soja da região e o sexto maior do mundo, sendo a *commodities* o principal produto da pauta exportadora do país. Além da exploração de capitais brasileiros privados, o Paraguai presencia ainda a interferência do “imperialismo estatal” brasileiro. Referimo-nos aos acordos que deram origem à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tais acordos datam da década de 1970, e foram extremamente favoráveis ao governo brasileiro. Assim, o Paraguai ficou proibido de vender, para outro país que não seja o Brasil, o excedente energético da parte que lhe é conferida pelo acordo; junte-se a isto o fato de os preços pagos pelo Brasil pela energia excedente que o vizinho lhe destina, estarem muito abaixo dos valores considerados adequados;

⁹⁴ LUCE, M. La expansión del subimperialismo brasileño. La política de integración Del gobierno Lula em América Latina. (In) *Patria Grande*. Ano 1. N° 9, p. 48-67, 2008.

completando o quadro, a dívida que o Paraguai contraiu junto ao Brasil durante o período de construção da usina só fez aumentar, devido às altas taxas de juros praticadas⁹⁵. Tal quadro explica as recentes contendas entre os dois países, onde de certa maneira, o governo paraguaio tentou reagir à subordinação imposta pelas necessidades energéticas do capitalismo brasileiro.

A crise na qual está mergulhada a nação argentina desde 2001 produziu efeitos nefastos para o conjunto de sua economia. Resultado direto do avanço das políticas liberais implementadas pela burguesia daquele país, que, assim como no Brasil, seguiu o receituário do Consenso de Washington, um de seus principais efeitos foi a transferência – via fusões e aquisições – de empresas de setores estratégicos, que passaram a ser controladas pelo capital monopolista de origem brasileira. Em 2005, a JBF Friboi incorporou a Swift Armour, maior empresa frigorífica argentina até então; também em 2005, a Loma Negra, então maior produtora de cimento do país – responsável por metade da produção nacional –, foi adquirida pela Camargo Correa; a brasileira Ambev incorporou a Quilmes a partir de 2002, monopolizando o mercado cervejeiro argentino; a Petrobras, também em 2002, passa a controlar as operações da Pecom, incorporando parte importante da produção petrolífera da YPF na Argentina, além das atividades da empresa em outros países latino-americanos⁹⁶. A disputa entre as burguesias argentina e brasileira tem gerado uma série de conflitos comerciais ao longo dos últimos anos. O principal mecanismo de resolução dos mesmos tem sido a diplomacia, através do MERCOSUL. Tal disputa representa, na verdade, uma forma de reação ao domínio e hegemonia regionais que o *imperialismo brasileiro* passa a exercer no chamado “cone sul”. Voltaremos à questão ainda nesta seção.

Referimo-nos acima à atuação da estatal Petrobras na Argentina. A empresa brasileira é, sem dúvida, a principal protagonista na América do Sul na exploração do território nacional de nossos “hermanos”. Os exemplos da Bolívia, do Peru e do Equador são emblemáticos.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Ibid.

Na Bolívia, a Petrobras Bolívia S. A. alcançou a condição de maior empresa em atividade no país no curto período de dez anos. Contando com informações privilegiadas de ex-funcionários da YPFB, a empresa brasileira arrematou, no final da década de 1990, os maiores campos de gás natural do país, San Alberto e San Antonio. Logo em seguida (1999), em sociedade com a argentina Pecom, incorporou as refinarias de Santa Cruz e Cochabamba. O monopólio exercido pela empresa sobre a produção de hidrocarbonetos em 2005 é assustadoramente revelador: 45,9% das reservas de gás comprovadas e 39,5% das prováveis; controle sobre todas as etapas da cadeia produtiva; e, depois de incorporar a Pecom (2002), controle de 100% da atividade de refino no país. Além disso, até 2006 – quando o governo boliviano interrompe o bombeamento de gás para o Brasil a fim de rever os preços praticados – a Petrobras vendia gás natural ao Brasil a preços bem inferiores aos praticados pelo mercado⁹⁷. Vemos, portanto, que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro – no que diz respeito à produção de energia – se sustenta, em grande medida, na exploração de nossos vizinhos, sobretudo Paraguai e Bolívia. Mais uma vez se repete uma outra *lei imanente* ao desenvolvimento do capitalismo, agora em sua fase imperialista: a expansão do capital monopolista e a realização de elevadas taxas de lucro possuem como arrimo a rapina e absorção da riqueza socialmente produzida por outras nações.

A Petrobras também é responsável pela maior área de exploração de petróleo no Perú. Estimativas apontavam, em 2005, para uma produção diária de 100 mil barris de petróleo. Outra empresa que expandiu suas atividades no setor minerador peruano foi a Votorantim. Em 2004, a Votorantim Metais comprou a nipo-canadense Refinaria de Zinc Cajamarquilla – empresa estatal que havia sido privatizada em 1981. A VM-Cajamarquilla ocupava em 2008 o 3º lugar entre as 50 maiores empresas do setor metal-mecânico do país. Isso numa economia cuja exportação de minérios responde por aproximadamente 50% da pauta exportadora. Com a compra de 24,9% do controle da Companhia Minera Milpo em 2005, a VM se transformou no 5º maior produtor mundial de zinco. Um dos principais

⁹⁷ Ibid.

objetivos dos investimentos do Grupo Votorantim no Peru é oferecer matéria-prima a um baixo custo para suas atividades industriais no Brasil. Ou seja, explora-se a mão-de-obra barata e toda a estrutura produtiva de um país vizinho, para alavancar suas atividades no país de origem.

Ainda no Peru, destacamos a participação de outras duas empresas, de capital privado brasileiras: a Vale do Rio Doce e o Grupo Gerdau. Em 2004, a Vale – apoiada pela diplomacia brasileira – obteve a concessão para exploração de fosfato na região de Bayóvar. Os contratos foram amplamente vantajosos para a empresa: entre impostos e royalties a Vale desembolsará US\$ 800 mil anuais contra US\$ 190 bilhões de ganhos, caso sejam alcançadas as metas de produção mínima até 2014. Portanto, uma taxa de lucro de 633% a 760%. Em 2006, o Grupo Gerdau arrematou a siderúrgica estatal Siderperú. O governo de Luis Inácio desempenhou papel fundamental em favor do grupo brasileiro no processo de privatização da referida siderúrgica⁹⁸.

No Equador, as atividades da Petrobras se iniciam nos marcos do processo de privatização do setor de hidrocarbonetos daquele país, durante a década de 1990. Saliente-se que em 2004 o setor respondia por, aproximadamente, 56% das exportações equatorianas. A despeito das irregularidades contratuais – a Petrobras não obteve as autorizações necessárias das autoridades daquele país – a estatal brasileira, através da compra da argentina Pecom, passou a controlar 70% das operações do Bloco 18 e do Campo adjacente Palo Azul. Além disso, a empresa brasileira avança sua exploração, desprezando a legislação ambiental equatoriana, pois, o Bloco 31 – outra concessão – localiza-se numa das áreas de maior biodiversidade do mundo, em plena Amazônia Equatoriana, região esta habitada por povos indígenas que vivem num isolamento voluntário. Outro grupo que expandiu suas atividades no Equador foi a Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Com aproximadamente 75% de suas receitas vinculadas à atividades no exterior, os contratos firmados com o governo equatoriano representam a maior “fatia” dos negócios da empresa na América Latina. Em vinte anos, dez projetos concluídos, concentrando-se em grandes obras de

⁹⁸ Ibid.

engenharia, tais como a construção de hidrelétricas e a transposição de rios.⁹⁹

Várias foram as contendas resultantes desse processo de expansão do capital monopolista brasileiro rumo ao exterior e, em específico, à América Latina. Como afirmado, a crescente expansão de empresas brasileiras no mercado argentino gerou uma série de manifestações da burguesia daquele país, lideradas pelo então presidente Néstor Kirchner, que reclamava da “invasão dos produtos brasileiros” e da “desnacionalização” das empresas argentinas. Alegava-se que os acordos comerciais firmados no interior do MERCOSUL favoreceram amplamente os capitalistas brasileiros, fato que pode ser comprovado com a constatação do movimento da balança comercial entre os dois países; em 2005, o saldo foi deficitário para a Argentina em US\$ 2,8 milhões, invertendo os saldos positivos anteriores. Apesar das soluções conjunturais, tais disputas estão longe de encontrar uma solução definitiva¹⁰⁰. De qualquer forma, o fato é que com uma economia extremamente fragilizada desde os “panelaços de 2001”, a Argentina tem pouco poder de reação diante da expansão do capital monopolista radicado no Brasil.

No Paraguai, as reações do governo de Fernando Lugo em 2008, fizeram com que os acordos sobre os preços pagos pelo Brasil fossem revistos. No entanto, até abril de 2010, estes não haviam sido concretizados¹⁰¹.

Os casos mais emblemáticos das recentes disputas envolvendo os interesses de empresas brasileiras e os governos de países vizinhos são os da Bolívia e do Equador. Principalmente se levarmos em conta que entre as empresas envolvidas em tais contendas está a principal estatal brasileira, a Petrobras. Na Bolívia, em maio de 2006, uma refinaria da empresa foi

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ A ARTE de viver com um vizinho em crise. *Revista Exame*. 15 jun. 2010. Disponível em <<http://portalexame.abril.com.br/economia/noticias/arte-conviver-visitinho-crise-569626.html?page=2>>. Acesso em 08 ago. 2010. A reportagem faz referência as recentes medidas da administração de Cristina Kirchner, que “proibiu a entrada no país de alimentos importados que possuíssem similares produzidos localmente”.

¹⁰¹ Os novos acordos preveem uma elevação do repasse de cerca de US\$ 110 milhões/ano para US\$ 320 milhões /ano por parte dos brasileiros aos paraguaios. Até onde apuramos, os novos números dependiam de aprovação do Congresso Nacional brasileiro. LULA encontra Hugo Chávez esta semana. *Terra Notícias*, 25 abr. 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias>>. Acesso em: 08 ago. 2010. Vale ainda ressaltar que 95% da energia produzida pela “binacional” Itaipu é destinada ao Brasil.

ocupada por tropas do exército do país governado por Evo Morales, levando à suspensão do bombeamento de gás natural para o Brasil¹⁰². Em 2008, no Equador, o presidente Rafael Correa ameaçou nacionalizar o Bloco 18, no qual opera a Petrobras, caso a empresa não aceitasse as novas regras determinadas pelo governo para a exploração petrolífera. Além disso, o governo de Correa expulsou a Odebrecht do país sob a alegação de que a empresa teria incorrido em várias irregularidades quando da construção da usina hidrelétrica San Francisco, a segunda maior do país¹⁰³.

A despeito dos acordos alcançados, ou ainda em discussão, o que podemos observar é que a atuação do governo brasileiro – via Itamarati – buscou garantir a expansão dos capitais monopolistas radicados no país no plano externo. Isso nos remete a outra questão, que diz respeito à política externa brasileira, que, dado o interesse e alcance de nosso trabalho, não podemos senão pontuar.

Nos parece correta a tese que aponta para a atuação da diplomacia brasileira como um dos principais instrumentos – como não poderia deixar de ser – de inserção do imperialismo brasileiro no mundo. Nesse sentido, durante o primeiro mandato de Luis Inácio, o governo brasileiro capturou de maneira precisa (do ponto de vista burguês) as possibilidades que o aquecimento da economia mundial proporcionaram às exportações brasileiras, não só de produtos manufaturados como também de capitais. De tal constatação se desdobram duas conseqüências correlatas: ao ampliar as relações comerciais brasileiras pelo mundo, principalmente em direção à Europa e à Ásia, o governo buscou alcançar uma relativa – e somente relativa – autonomia em relação à economia estadunidense, ao mesmo tempo em que se abria a possibilidade de exploração de mercados em plena expansão, como a China. Para tanto, e essa é a segunda conseqüência, o governo – e, em especial, o presidente Lula – deveria consolidar o papel de “líder regional” na América do Sul, dirigindo a economia do subcontinente no atual processo de internacionalização do capital. Tais questões explicam o posicionamento do Brasil diante das assim denominadas “relações

¹⁰² NACIONALIZAÇÃO do gás pôs Bolívia em choque com o Brasil. 06 dez. 2009. Disponível em <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias>>. Acesso em 08 ago. 2010.

¹⁰³ CRISE entre Brasil e Equador pode afetar integração. 09 out. 2008. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/mundo>>. Acesso em 08 ago. 2010.

internacionais”, sobretudo o protagonismo em fóruns internacionais como o G-20. O envio de tropas brasileiras ao Haiti, a interrupção nas negociações para formação da Alca, bem como os obstáculos erguidos à consolidação da “Rodada de Doha”, a constante crítica ao protecionismo econômico exercido pelos pólos centrais do capitalismo, a candidatura do Brasil para uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e o papel de interlocutor desempenhado pelo governo brasileiro nos mais diversos conflitos internos da América Latina são exemplos concretos da forma pela qual o Brasil tenta figurar como protagonista no quadro das disputas interimperialistas internacionais¹⁰⁴.

Motivado ou não pelo cenário econômico internacional favorável, o fato é que, tal quadro de questões diferencia singularmente a postura do governo de Lula da Silva da de seu antecessor, Fernando Henrique, que sempre manteve o país “sob as asas” do imperialismo estadunidense, pelo menos no que diz respeito à política externa brasileira¹⁰⁵.

Porém, isso não nega, pelo contrário, reafirma a tese por nós aqui defendida do imperialismo brasileiro. A participação do capital financeiro nesse processo de internacionalização nos oferece a precisa dimensão de como, mesmo se tratando de uma expansão de caráter imperialista, esta se concretiza sem romper os laços de associação subordinada em relação aos fluxos centrais da acumulação capitalista.

A principal forma de as empresas capitalizarem recursos para seus investimentos é através da abertura de capitais no mercado financeiro. Ao lançarem seus “papéis” na bolsa de valores contabilizam bilhões através da especulação, que serão revertidos em investimentos dos mais diversos. Entre estes investimentos, encontram-se as operações de fusões e aquisições no mercado brasileiro e no exterior, que permitiram o processo de expansão do capital monopolista brasileiro rumo aos mercados mundiais. Desde este ponto de vista, o Estado já desempenha um papel fundamental no processo, pois ao garantir os “fundamentos saudáveis” de uma política econômica

¹⁰⁴ Lembremo-nos da posição crítica do governo brasileiro diante do golpe de Estado que depôs o presidente hondurenho Manuel Zelaya (2009), bem como das recentes negociações sobre produção nuclear no Irã.

¹⁰⁵ Maciel, op. Cit. (2010), também identifica esse caráter “independente” da política externa durante o primeiro mandato de Lula como qualitativamente distinta dos governos anteriores. O autor define o processo de expansão do capital monopolista brasileiro como “imperialista”, apesar de apontar para as similaridades deste com o conceito de Marini de “subimperialismo”.

estabilizadora – entenda-se, controle da inflação/juros elevados, superávit primário/arrocho fiscal, abertura econômica e financeira –, permite o livre circuito do capital especulativo que irá “remunerar” as ações de empresas imperialistas.¹⁰⁶ Em 2006, o valor das empresas listadas na Bovespa havia crescido 76%, quando comparadas com o ano de 2004. Diariamente, circulava pela bolsa cerca de U\$S 1 bilhão; “nunca correu tanto dinheiro pela bolsa”, transformando o capital especulativo “em um instrumento eficaz de financiamento para as empresas, algo inédito no país”¹⁰⁷.

Além da manutenção do modelo econômico orientado pela lógica do capital especulativo, o Estado atuou – e atua – em outras frentes, também de forma extremamente “generosa”, para que empresas capitaneadas no Brasil expandissem seus negócios mundo a fora. Além de todas as facilidades possíveis para a criação de capitais monopolistas – a fiscalização do CADE é quase que uma pró-forma –, o governo brasileiro, através do BNDES, financiou – e financia – diretamente as operações de empresas de capital brasileiro no exterior. Assim, por exemplo, a operação de compra da argentina Swift Armour pela JBS Friboi contou com um empréstimo de US\$ 80 milhões generosamente repassados à empresa pelo banco estatal. Na mesma lógica, obras que seriam executadas pela Odebrecht no Equador foram parcialmente financiadas pelo governo brasileiro – US\$ 119 milhões, aproximadamente. Além disso, o governo de Lula condicionou uma série de empréstimos aos vizinhos sul-americanos, visando proteger os interesses da burguesia radicada no Brasil, interesses que se espalham pelo subcontinente. Assim, quando dos conflitos no departamento de Santa Cruz (Bolívia) em 2008, o governo brasileiro condicionou um empréstimo do BNDES ao governo boliviano a que permanecessem intactas as terras dos produtores de

¹⁰⁶ Destaque-se que a proposta de utilização do mercado de capitais como instrumento de desenvolvimento econômico, já se fazia presente durante a campanha de Lula à presidência. Em 17 de outubro de 2002, portanto entre o 1º e 2º turnos do pleito daquele ano, representantes da candidatura de Luiz Inácio e representantes da Bovespa lançaram o documento intitulado PLANO diretor do mercado de capitais. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/plano-diretor/plano-diretor.br>>. Acesso em: 09 out. 2010.

¹⁰⁷ O BRASIL descobre a Bolsa. *Revista Exame*. 24 mar. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0864/financas/m0081219.html>>. Acesso em: 09 set. 2010.

soja brasileiros radicados naquele departamento – a despeito da reforma agrária prevista pela reforma constitucional boliviana¹⁰⁸.

Importante ainda apontar que a principal forma de capitalização do BNDES foi (é) através da dívida pública. O governo vende títulos da dívida pública com o compromisso de elevada remuneração aos compradores, já que a taxa referencial para este tipo de transação é a Selic. Nos quatro anos do primeiro mandato de Luis Inácio, a referida taxa oscilou entre 13,18% (dezembro de 2006) e 26,32% (Maio de 2003). Lembremo-nos que, assim como o governo anterior, a taxa de juros foi um dos principais instrumentos de controle da inflação da equipe econômica de Lula, daí seu caráter “instável”. Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro remunera abundantemente o capital especulativo internacional para capitalizar o BNDES, o banco estatal repassa recursos a empresas radicadas no Brasil a taxas de juros (6,25% ao ano) muito inferiores às estabelecidas na Selic. A partir dessa lógica compreendemos o porquê de o Brasil, durante o governo Inácio da Silva, “trocar” a dívida externa pela dívida interna, como descrito anteriormente. Tal mecanismo esteve vinculado subordinadamente aos interesses do capital financeiro internacional, muito bem representado por nosso *operário rentista*.¹⁰⁹

Os recursos necessários ao pagamento da dívida externa são provenientes da elevada tributação brasileira. Assim, o Estado exerce o papel de “valorizador do capital” ao transformar a dívida pública em ativos financeiros, contribuindo decisivamente com a lógica do capital fictício através da “rolagem” da dívida pública¹¹⁰. Segundo David Maciel, somente o Estado pode exercer essa função no cenário financeiro “devido à sua capacidade de

¹⁰⁸ Tais reformas deram início a uma reação por parte da burguesia do departamento de Santa Cruz, que passou a reivindicar a autonomia administrativa da região. Luce (2008), analisa de forma precisa as consequências sociais, principalmente para os trabalhadores e povos indígenas, da expansão, segundo o autor, subimperialista brasileira pela América Latina.

¹⁰⁹ No exato momento em que redigimos nosso trabalho, dois dos maiores jornais de circulação nacional trazem matérias apontando para o crescente papel desempenhado pelo BNDES no financiamento de empresas brasileiras no Brasil e no exterior. “Doze grupos ficam com 57% de repasses do BNDES”. *Folha de São Paulo*, Mercado, 8/08/2010. Em 5 de agosto de 2010, entidades ligadas aos interesses empresariais no Brasil, assinam um informe publicitário intitulado *Em defesa do investimento*, publicado nos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. No documento, as entidades signatárias defendem a continuidade e a ampliação dos financiamentos do BNDES, praticados pelo governo de Luiz Inácio.

¹¹⁰ MACIEL, 2010. Ver também, PAULANI, L. Automização das formas sociais e crise. *Crítica Marxista*. São Paulo: nº 29, p. 25-31, 2009.

realizar uma ‘punção’ sobre a mais-valia social e a renda salarial” através, precisamente, da tributação,

[...] Para tanto, é crucial que parte do montante arrecadado pelo Estado seja ‘reservado’ para pagar os juros e serviços da dívida pública, negociados no mercado financeiro; o que explica a política de superávit primário, as reformas da previdência, os cortes de gastos, a lei de responsabilidade fiscal e o próprio programa de privatizações, que livrou o Estado do ônus de financiar ‘gigantes acorrentados’[...].¹¹¹

Ou seja, o conjunto de medidas preconizadas pelos organismos financeiros internacionais, cuja matriz era as determinações do Consenso de Washington.

Portanto, na lógica mundializada pelo capital financeiro, o Estado brasileiro passa a exercer o papel de “lastro” que, por meio de uma intensa “política fiscal”, transfere grande parte da renda salarial dos trabalhadores e da mais-valia social de parcelas do capital produtivo para o capital financeiro. Aos capitalistas do setor produtivo resta, no entanto, a possibilidade de financiamento – via Estado – para ampliarem suas atividades, tanto no mercado externo, como internamente, o que explica parcialmente a retomada do crescimento do PIB a partir do governo Lula – ainda que muito modestas durante o primeiro mandato. Aos trabalhadores, atenuam-se e diversificam-se as formas de exploração sobre sua mão-de-obra.

Observamos, portanto, como a composição e a expansão do capital monopolista radicado no Brasil se vincula umbilicalmente ao movimento do capital financeiro através da intermediação do Estado. Reafirmam-se, desta maneira, a *forma de ser precisamente assim* do capitalismo brasileiro, pois, mesmo que numa fase imperialista, a burguesia internamente instalada se apóia na associação subordinada ao capital internacional – agora financeirizado –, bem como na atuação do Estado, como elementos centrais a realização de seus interesses.

¹¹¹ Em Maciel (2010), o autor esclarece que a expressão “gigantes acorrentados” é de Francisco de Oliveira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DO COLONIAL-BONAPARTISMO

Como procuramos demonstrar ao longo de nosso trabalho, a via prussiano-colonial de entificação do capitalismo condicionou os determinantes do metabolismo social no Brasil. Ao discutirmos as determinações desta particularidade sobre o processo de consolidação da social democracia no país, apontamos para a permanência de um sentido histórico, que procuramos caracterizar como o *sentido da modernização*. No presente capítulo, demonstraremos, conclusivamente, como a autocracia burguesa – característica fundamental da via prussiano-colonial – se reproduz através dos governos de conteúdo socialdemocrata, absorvendo e reproduzindo uma forma também particular de *bonapartismo*, que aqui denominaremos *colonial-bonapartismo*¹, sobretudo com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao posto de Presidente da República.

¹ Tomamos o conceito tal como apresentado por MAZZEO, A. C., *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp/Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

Com a chegada do PT ao Palácio do Planalto em 2003, algumas frações da burguesia – principalmente aquelas que ocuparam uma posição subordinada no interior do Bloco Histórico – passam a criticar alguns aspectos do projeto econômico-político capitaneado por Luiz Inácio. Em linhas gerais, a crítica apontava para o acerto do novo governo em manter o núcleo central da política econômica do PSDB, mas sinalizava como um erro a manutenção da “elevada” carga tributária e a elevação das taxas de juros como mecanismo de controle inflacionário. Aliás, esta sempre fora a maior diferença entre as frações industriais e agrárias da burguesia com relação aos mecanismos de estabilização da moeda brasileira introduzidos com o governo Fernando Henrique, como já apontado². No entanto, durante o primeiro mandato de Lula, a elevação da arrecadação foi um pressuposto fundamental à manutenção e ampliação do programa de “bolsas sociais”. Com a retomada do crescimento da economia mundial e seus respectivos efeitos sobre o mercado interno brasileiro a partir de 2003, o governo ampliou o programa “Bolsa Família” beneficiando milhares de famílias brasileiras excluídas do mínimo acesso aos bens materiais elementares à sua sobrevivência. Paralelamente, o Poder Executivo retoma alguns investimentos em obras públicas, tendência que se intensificou, sobretudo, no segundo mandato de Lula (2007-2010) com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Politicamente, o governo petista abre espaço – pequeno, é verdade – à participação dos movimentos sociais nas esferas centrais do poder estatal, além de levar consigo para o Planalto as principais lideranças da aristocracia do trabalho, representadas pelo próprio PT e pela CUT. Nunca é demais afirmar que essa fração do proletariado brasileiro passou por um processo de cooptação ideológico-política identificada como *transformismo*, tal como procuramos caracterizar na primeira parte do presente trabalho. Sendo assim, a composição do Bloco Histórico, cujo comando partidário estava nas mãos do

² A análise de Armando Boito Jr. a esse respeito é esclarecedora: “[...] Em resumo, da perspectiva da fração hegemônica no bloco do poder, a produção deve ser estimulada na direção (comércio externo) e na medida em que interesse aos banqueiros. [...] Tal fato tem gerado alguns atritos no seio do Governo, ou seja, a aliança entre o capital financeiro e a grande burguesia interna industrial e agrária não exclui disputa por espaço na definição da política econômica. [...]”. BOITO JR, A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 254.

PT, contava com as mais diversas frações da burguesia e com o apoio de fração específica do proletariado, que descambou para o lado do inimigo de classe com vistas a se deleitar no “banquete burguês” oferecido pela hegemonia do capital financeiro.

Progressivamente, a crítica de frações da burguesia passa a cunhar uma série de expressões para identificar a forma por meio da qual o PT governava. Amplamente absorvida pela manifestação rancorosa, raivosa e, antes de tudo, preconceituosa da pequena burguesia, e propagandeada pelos monopólios privados que controlam os meios de comunicação no país, a pretensa “análise” expressou um conteúdo ideológico de combate aos trabalhadores, ao apontar o “lulismo” ou o “petismo” como uma forma de resgate da política “populista” brasileira, “fantasma” do passado que teria renascido nas paragens sul-americanas com os governos de esquerda de Hugo Chavez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, e de Rafael Correa, no Equador. Segundo a crítica ideológica burguesa, a demagogia tinha retornado com toda força ao país, pois através da “esmola” do Bolsa Família, o “lulismo” manipulava os pobres da nação com vistas a promover todos os desmandos possíveis no cenário político brasileiro, como por exemplo os casos de corrupção³, o clientelismo e o corporativismo, que serviriam como arrimo da governabilidade petista. A fraseologia midiática cunhou então a expressão “neopopulismo” para identificar o projeto liderado por Lula.

Próprio do vocábulo rarefeito dos “pós-modernos”, que introduzem o prefixo “neo” para indicar uma pseudo “novidade” nas relações sociais contemporâneas, descartando assim, a processualidade histórica que as originaram, o conceito de “neopopulismo” é tão ou mais frágil do que o já debilitado – desde sua origem – conceito que o originou, o “populismo”. Para demonstrar a falácia ideológica do “neopopulismo”, nada melhor do que ir as suas origens e analisar a partir de sua imanência os equívocos e distorções

³ Lembremo-nos que em 2005 vem à tona um esquema de compra de votos de deputados, montado a partir do Palácio do Planalto, conhecido popularmente como “Mensalão”. Importantes membros do PT, no poder executivo e legislativo, tiveram seus nomes associados ao esquema, o que levou a perda de seus cargos, seja através de cassações, ou das renúncias.

germinais que permeiam a temática. Passemos à análise do conceito de “populismo”.

A “teoria do populismo” passou a ganhar importância nos meios politicoacadêmicos a partir do Golpe Civil-Militar de 1964. Naquele contexto, pretendia desempenhar um caráter de proposição crítica aos caminhos tomados pela esquerda brasileira no pré-64, principalmente à política de alianças desenvolvida pelo principal partido de esquerda, o PCB. Os “críticos do populismo” apontavam que a principal consequência daquele tipo de estratégia da esquerda comprometeu decisivamente a – suposta – independência da classe trabalhadora, pois esta passa a apoiar a fração nacional do capital industrial e, ao fazê-lo, abandona as bandeiras revolucionárias. Ou seja, defendiam o resgate da radicalidade operária, que abrisse mão de uma concepção de classe, para apoiar a “política de massas” da burguesia industrial crescente.

Mesmo que o caráter *politicista* da teoria do populismo esteja presente desde a sua origem, nesse momento tal formulação pretendeu expressar um conteúdo analítico histórico, ao se lançar como uma teoria que buscava explicitar o desenvolvimento brasileiro no interregno de 1930-1964⁴. Assim, caracterizou-se como uma tentativa de explicar a transição do país agrarioexportador à sua fisionomia urbanoindustrial, a partir de “noções marxistas” que tomadas abstratamente e sob a “influência weberiana”, as transformou em noções amplamente genéricas “[...] na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos ideais.”⁵.

Como dito, as teses da teoria do populismo propugnavam que o período que vai de 1930 a 1964 se configurou como momento de transição da estrutura econômico-política agrarioexportadora, para o modelo urbano-fábril, ou seja, o momento da consolidação do capitalismo industrial no Brasil. Politicamente, contudo, a burguesia industrial não teria se consolidado hegemonicamente, tendo que dividir o poder com outras frações de proprietários, inclusive com seus antigos adversários – a “derrotada” oligarquia rural. A esta configuração

⁴ CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 249.

⁵ *Ibid.*, p. 250.

política veio se somar o elemento fundamental da “política de massas”, cuja participação política passa a ser uma realidade, embora subordinada aos interesses dominantes. Esta seria a configuração final de uma forma política que os defensores da teoria denominaram “democracia populista”. Como especificidade, o populismo aponta para uma forma de dominação que se estrutura no contexto de um “vazio de poder”, onde nenhuma classe conseguiu efetivar sua hegemonia, em decorrência da crise da “hegemonia oligárquica” e do contexto liberal do pré-1930. Mas ao mesmo tempo em que aponta para o “vazio de poder”, indica que esse seria um período de fortalecimento do executivo, em que o Estado passa a atuar como principal impulsionador da atividade econômicoindustrial do país.⁶

Entendemos que esse pressuposto contém um equívoco irremediável, qual seja, a presunção de que diante da debilidade política da fração industrial, esta elabora uma “grande artimanha” para, ao mesmo tempo, obter o apoio das “massas”, mantendo-a sob seu controle e anulando, portanto, a “radicalidade imanente” a este grupo social.⁷ Nesse sentido, as “massas” passam a ser responsáveis pela legitimação da ordem dominante, uma vez que reconhecem e corroboram com a dominação constituída num quadro de “ausência de poder”. Observemos que tal “armação teórica” não leva em conta a real divisão da sociedade em classes, distintas e antagônicas entre si. Ao empreender tamanho esforço gnosiológico, apóia suas teses a partir dos conceitos – se é que assim podemos caracterizá-los – de “povo” ou “nação”, cujo conteúdo é identificado como “comunhão de interesses”, como se todos os “segmentos sociais da nação” pudessem desenvolver interesses comuns, abrindo mão das prerrogativas particulares *de classe* em favor da “solidariedade” própria das

⁶ Chasin argumenta que o conceito de “populismo” se caracteriza como uma “armação teórica” que não vai além do “descritivismo empirista”, “permeado por conceitos muito problemáticos”. Assim, a elaboração do conceito de populismo é muito mais do que uma “eventual contradição nos termos”. O problema reside no fato de o conceito operar “somente com universais, pretensamente de orientação marxista”, tendo a pretensão de expressar a “consciência teórica da imanente radicalidade operária”. (Ibid., p. 250). Corroborando com a argumentação do autor, afirmamos que ao operar com universais, sem a mediação da particularidade brasileira, a teoria do populismo não apreende o *complexo de complexos* da reprodução sociometabólica do país ao modo de sua *totalidade concreta*. Sendo assim, escapa-lhe o caráter “anômalo” da reprodução social internamente constituída.

⁷ “[...] para a teoria do populismo, a democracia, o partido e o líder populista são em conjunto ou cada um *per si* o *feiticeiro nefasto*, que executa a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes [...]” (Ibid., p. 250).

comunidades. Assim, para a teoria do populismo, a “grande artimanha” deve ser revelada, pois a partir de sua revelação seria possível resgatar a “radicalidade espontânea dos trabalhadores”, servindo, ao mesmo tempo, como instrumento de denúncia dos equívocos da esquerda tradicional.

Como desdobramento desse engodo, não só as “massas”, mas a própria esquerda teria sido atada pelas amarras do populismo, o que teria impossibilitado a superação da “política de massas” em direção a “política de classes”. Como a esquerda sucumbiu ao populismo, não foi apresentada aos trabalhadores uma formulação alternativa que levasse em conta a “rebeldia” que é – supostamente – própria do proletariado, ou seja, a esquerda tradicional não elaborou um projeto original de superação do capitalismo. Aqui, encontramos dois equívocos: o primeiro diz respeito ao suposto caráter natural, portanto espontâneo, da *rebeldia do proletariado*. As formulações do populismo não levaram em consideração que a *rebeldia*, como forma de construção permanente e consciente-prática da crítica ao capital, é resultado de um processo de educação⁸ de classe, de superação da *consciência em si*, simultaneamente à construção da *consciência para si* do proletariado. Assim, na tentativa de apontar os equívocos – que de fato existiram – da esquerda brasileira, tomaram como referência a “insatisfação” imediata da classe trabalhadora como necessariamente – e não potencialmente – revolucionária, e ao assim fazê-lo, desprezaram o poder concreto da ideologia hegemônica. A partir desse equívoco, desdobra-se o segundo: tais formulações se amparavam – o que é pior – na genérica tese de que as condições sociais para uma revolução de caráter socialista no país estavam dadas no contexto do pré-1964. Talvez o fato que mais comprove o descolamento dessa formulação da situação concreta daquele momento histórico seja o fato de a sociedade civil reagir – ou melhor, não reagir – passivamente no momento imediatamente posterior ao golpe.

Contudo, se no momento de seu surgimento, a teoria do populismo tinha pouco a dizer, com o passar do tempo suas formulações ficaram, cada vez mais, sem significação real, ou seja, não refletiam os processos de reprodução

⁸ Obviamente, não nos referimos à educação oficialmente reproduzida pelos aparelhos ideológicos do Estado.

sociometabólicos da realidade brasileira. A prova cabal do que afirmamos se verifica ao constatarmos que o “arcabouço teórico” elaborado pela teoria do populismo serve de arrimo às análises da própria burguesia, além daqueles remanescentes de esquerda que privilegiam as análises politicistas⁹. Ou seja, aquilo que seria o instrumento necessário da crítica, passou a ser o instrumento necessário da ordem, onde todo e qualquer líder ou partido político que possua alguma identidade – ideológica ou histórica – com a classe trabalhadora, passa a ser identificado pela burguesia como “populista” e, sendo assim, extremamente maléfico e manipulatório, de cujo combate depende o futuro da democracia. Isso se deve ao fato da teoria do populismo se revestir de um aspecto *alegórico* no período pós-1964. Ou seja, além de não contribuir à compreensão do processo brasileiro após a tomada de poder pelos militares, é utilizada como uma forma de recordar que o *demônio existe* e precisa ser evitado e combatido permanentemente.

O golpe saído das casernas teria sido – sempre segundo as teses do populismo – o esgotamento do assim denominado “colapso do populismo”, período este iniciado logo após o governo de Juscelino Kubitschek. Em outras palavras, significou o esgotamento de uma fase de acumulação capitalista, esta arrimada no processo de substituição de importações, que teve uma forma de dominação política que também se esgota, qual seja, a “democracia populista”. Assim, a própria teoria determina seu “prazo de validade” (1930-1964), sendo substituída nas análises políticas da ditadura civil militar do pós-1964 por outro “ismo”, o da “teoria do autoritarismo”. Segundo Chasin¹⁰, opera-se uma espécie de “readequação de suas finalidades ideológicas”, pois combina-se com a teoria do autoritarismo, fundindo-se a esta e, ao fazê-lo, “perde substância”. Esta perda de substância pode ser visualizada a partir do abandono em relação à análise histórica – presente em sua origem – e da pretensão de resgate da radicalidade operária. Acompanhando a teoria do autoritarismo, o populismo passou a proceder uma “autonomização e um seccionamento do *circuito*

⁹ “[...] Como tantas vezes ocorre, sua vitória coincide com sua derrota. Reduzida a cadáver formal, impera como um parasita da inteligência e da sensibilidade políticas, e enquanto tal vem exercendo na sucessão presidencial um papel de enorme importância.” (CHASIN, op. Cit., p. 253). Apesar do trecho citado se referir ao contexto das eleições de 1989, o mesmo se reveste de plena atualidade quando o comparamos com as circunstâncias e os debates dos pleitos de 2002, 2006 e 2010.

¹⁰ Ibid., p. 253 e 254.

político”, reafirmando seu caráter *politicista* na análise da realidade brasileira¹¹. A partir de então, a teoria populista – e a artimanha política que esta compreende – passou a valorizar “elementos secundários” que vão ser fundamentais na construção do estereótipo dos líderes e partidos ditos populistas. A elaboração final dessa simbiose entre as duas formulações é a formulação teórica que transcende a tese da *democracia populista*, ao elaborar o conceito de *autoritarismo populista*.

Comprometida em sua origem, a teoria do populismo “não ultrapassa a mera condição de operador na abstratividade”, pois se apoiou em elaborações mentais que buscaram evidenciar características empíricas da realidade brasileira, sem compreender sua dimensão imanente e essencial. Além da insuficiência dessa “empiricidade”, os construtos ideais operaram a partir de uma “abstração todo-poderosa”, de onde a realidade passou a ser deduzida. Cria-se o modelo, ou, para utilizarmos a linguagem acadêmica, o *ideal tipo*, a partir de singularidades que podem ser empiricamente identificadas na história, para, em seguida, aplicá-lo à realidade e atribuir um sentido cognitivo às ações sociais dos indivíduos. Eis o fundamento de corte *idealista* que afasta, em todos os seus momentos, a teoria populista das formulações marxianas¹².

Se em suas origens a teoria do populismo apresenta os equívocos que sumariamente expusemos, sua versão “neo” aprofunda tais deformações conceituais, assumindo contornos que lhe conferiram um teor conservador – e em alguns aspectos reacionários –, refletindo a atual fase da ofensiva do capital, arrimada pelo resgate da ortodoxia liberal. Agora, aqueles que arvoram a bandeira do “neopopulismo” como forma de identificação de alguns governos

¹¹ Vale afirmar que, desde sua origem, os *nódulos policitistas* já se fazem presentes. A diferença fundamental das análises populistas do pré e do pós-1964, é que as primeiras ainda se valiam de fundamentos da análise histórica, ao passo que as segundas descambam para o determinismo político.

¹² Pelo contrário, tais formulações estão muito mais próximas das conceituações weberianas, sobretudo aquelas desenvolvidas pelo autor quando este trata dos *três tipos puros de dominação legítima*, especificamente o tipo de dominação *carismático*. É esse tipo de “armação teórica” deformadora que permite identificar uma miríade de governos e seus líderes como populistas. Chasin assim se refere a esta característica: “[...] Tão extenso quanto vago, tão impróprio quanto dúctil e indutor de múltiplas absurdidades analíticas, o conceito de populismo não é mais, enquanto conceito, do que um nome. Em verdade, não mais do que um rótulo ou apelido, um frouxíssimo tipo ideal, que para se enformar no âmbito mais geral partiu de uma atrocidade, perpetrando o embaralhamento de eventos históricos específicos como o movimento dos granjeiros norte-americanos, o *narodnichestvo* russo e fenômenos urbano-industriais diversos da periferia do sistema do capital.” (CHASIN, op. Cit., p. 254).

na América Latina e, em específico, do Brasil, o fazem não no sentido de revelar as “artimanhas políticas” da burguesia na manipulação do proletariado, e muito menos como forma de apontar criticamente os erros das análises de esquerda. Não pretendem resgatar a radicalidade da classe trabalhadora, pelo contrário, identificam qualquer governo que mantenham alguma identidade com a perspectiva do trabalho como “autoritário”, portanto, “antidemocrático”, que deve ser combatido como um “fantasma do passado”, em nome da liberdade e da igualdade entre os cidadãos. Valorizam em suas análises, exclusivamente, aqueles aspectos secundários, enfatizando o estereótipo dos “líderes neopopulistas”, obedecendo e aprofundando a “readequação das finalidades ideológicas” a que nos referimos anteriormente. Na presente “versão”, a teoria do populismo é resgatada – sem muito critério, é verdade – como expressão ideológica que procura sepultar qualquer perspectiva de transformação profunda da sociedade, atuando como repositório ético-moral dos “direitos naturais e inalienáveis” dos indivíduos.

É a partir dessa perspectiva que, ao analisarem o governo Lula, vão identificá-lo como de tipo “neopopulista”. Os instrumentos de propagação desta deformação analítica serão os aparelhos privados de hegemonia burguesa, sobretudo os monopólios dos meios de comunicação. Através da grande imprensa, argumentam que a manipulação dos trabalhadores e dos miseráveis da nação foi garantida pelo programa “Bolsa Família”; contribuiu para essa manipulação o discurso demagógico da liderança carismática exercida pelo presidente, que se apoiou em suas origens históricas para construir a imagem de líder das “massas”. A legitimidade alcançada permitiu que os antigos líderes sindicais se incrustassem na estrutura estatal em busca da realização de interesses corporativos e pessoais, utilizando-se da corrupção como ferramenta para tal fim. Nesse contexto, os devotos do neopopulismo argumentam que as centrais sindicais, a CUT principalmente, exerceram o papel de *correias de transmissão*, próprias do modelo soviético stalinista – que, por motivos ideológicos, identificam como bolchevismo – para manter a classe trabalhadora sobre controle. Ao buscar o apoio de outros “setores sociais”, o governo petista se utilizou do expediente da corrupção e do clientelismo, garantindo o apoio de “antigos inimigos”, supostamente “derrotados”, que se

manifestou na ampla maioria que Lula alcançou no Congresso Nacional. Eis o caráter atual da “artimanha política”, que deveria ser desvendada e denunciada pelos “críticos do neopopulismo” como forma de garantir as premissas de um “Estado democrático de direito”.

Desde já, afirmamos que a crítica do neopopulismo não passa de um arremedo teórico que não contribui para o desvendamento da particularidade histórica brasileira em seu presente processo de desenvolvimento. Ao invés disso, exerce um papel de reafirmação ideológica burguesa, com viés conservador-reacionário, ao postular a incapacidade dos trabalhadores em governar o país.

A organização do bloco histórico hegemônico durante o período por nós analisado está diretamente relacionada à forma pela qual a autocracia burguesa se estrutura e se reproduz no país em períodos de legalidade constitucional. Esta, por sua vez, manifesta-se a partir de uma forma de organização política que a aproxima daquele fenômeno identificado por Marx e Engels como *bonapartismo*¹³. Condicionado pelas particularidades próprias do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o bonapartismo absorve contornos específicos e reproduz uma forma também específica de *autocracia parlamentar* que aqui denominamos *colonial-bonapartismo*.

O bonapartismo é um regime político que nasce a partir do esgotamento das possibilidades revolucionárias do projeto burguês. Na França, sua “terra natal”, as jornadas revolucionárias de 1848 explicitaram os limites da emancipação política sob o comando da burguesia, que passou a defender o poder que alcançara, lançando mão de uma forma de governo autocrática. Era preciso manter a ordem burguesa conquistada a partir de 1789; ampliar as conquistas burguesas em direção ao proletariado seria o equivalente a “cavar a própria cova”. Portanto, era necessário interromper a revolução, como forma de defender as conquistas – burguesas – até ali alcançadas, e a “melhor” forma

¹³ Como é sabido, Marx desenvolve o conceito de *bonapartismo* a partir da análise do governo de Luís Napoleão, na França, governo este que deu origem ao II Império Francês, sob o comando do auto-intitulado Napoleão III. Além da discussão da variante bonapartista na Alemanha de Bismarck, Engels foi responsável direto pelo desenvolvimento do próprio conceito, contribuindo de forma decisiva à compreensão do fenômeno político em suas origens. É o que nos demonstra BARSOTTI, P., Engels e o bonapartismo. In: COGGIOLA, O. (org.) *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 231-248.

encontrada foi o estabelecimento de um regime autocrático, baseado no braço militar do Estado, que passou a concentrar todos os poderes em torno da liderança do Executivo.¹⁴

No entanto, se em suas origens o bonapartismo se caracteriza como um “regime político defensivo”, estruturado para frear a ascensão revolucionária do proletariado, em sua variante *colonial-legalizada*, no momento de consolidação da social democracia brasileira, estas questões não estão colocadas, ou seja, não há nenhuma “ameaça revolucionária” de esquerda em processo no Brasil quando PSDB e PT estiveram à frente do poder executivo. O *colonial-bonapartismo*, em sua manifestação nos quadros da legalidade burguesa, foi a forma mais bem acabada de domínio político que a burguesia internamente instalada logrou arquitetar no atual contexto – mundial, diga-se de passagem – de ofensiva do capital sobre as conquistas históricas dos trabalhadores. Os anos de governo Fernando Henrique Cardoso e, principalmente, Luiz Inácio Lula da Silva, foram os mais prósperos para a burguesia que se instala no país, sobretudo sua fração financeira hegemônica e o que nos permite identificar ambos os governos como de corte bonapartista é o conceito de *bonapartismo soft*, desenvolvido por Domenico Losurdo¹⁵. Passemos à sua caracterização e à identificação com o caso brasileiro.

Diferentemente do bonapartismo clássico, cuja liderança é mantida no poder a partir de um golpe de estado, em sua “versão suave”, esta forma de domínio político burguês é capaz de se assegurar no tempo sem a necessidade de uma intervenção militar. Mas o fundamento para que isso ocorra é o mesmo em todas as variantes bonapartistas, qual seja, a

¹⁴ MARX, K. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. BARSOTTI (1996, p.239), ainda nos oferece a seguinte definição: “Fica clara, a caracterização do bonapartismo como um *regime político defensivo*, de contenção e repressão à luta de classes e de reafirmação da ordem social vigente. Este despotismo policial e militar cumpre o papel de “salvador” da sociedade, colocando-se *aparentemente* acima das classes e de qualquer instituição parlamentar como árbitro exclusivo das contendas sociais”.

¹⁵ LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004. A análise de Losurdo recai sobre o caso estadunidense, onde o autor procura demonstrar como o modelo democrático daquele país se aproxima das formas clássicas de bonapartismo, desenvolvendo características específicas que permitem identificá-lo como uma forma “suave” de sua manifestação. Entendemos que muitas das características presentes na realidade política dos EUA podem ser encontradas no Brasil, como por exemplo, aquilo que Losurdo define como *monopartidarismo competitivo* e o caráter *plebiscitário* do sufrágio universal das democracias atuais. Discutiremos estes conceitos ao longo de nossa argumentação.

legitimidade atribuída pelo apoio da maioria. Se na França de Luís Bonaparte o consenso, ou melhor dizendo, a legitimidade veio através da verificação plebiscitária, no Brasil governado pela social democracia tal apoio se manifesta através do “sufrágio universal”. Este passa a ser o princípio que legitima as lideranças que assumem a presidência do país. A identificação com as “massas” é verificada através de eleições regulares. No Brasil, devido às características do sistema politicoeleitoral, que se baseia no colégio uninominal, valoriza-se amplamente o candidato, em detrimento da discussão de seus projetos políticos. Enquanto o voto em lista possivelmente colocaria num segundo plano a figura da liderança, abrindo espaço para o debate partidário, o voto uninominal “personaliza a luta eleitoral”, transformando o partido em mero veículo institucional, ao mesmo tempo em que valoriza e reproduz a relação da liderança com o “povo”, onde o líder passa a investir em sua imagem com o intuito de criar uma identidade com a “massa” dos eleitores. Esta, dado o baixíssimo grau de formação e consciência política, será facilmente influenciada pelo carisma exercido pelas lideranças. Nesse sistema, os representantes eleitos para o Poder Legislativo aparecem ao eleitorado como representantes de interesses locais, abrindo espaço ao presidente, ao “líder propriamente dito”, para que este surja como o verdadeiro representante da nação, como seu “único intérprete” e que somente a ela deve responder.¹⁶

Nesse contexto, o discurso hegemônico reproduz as formulações ideologicamente orientadas que apontam para a inexistência de interesses de classes antagônicas, ou, de outra forma, coloca o Presidente da República acima e imune aos interesses particulares e aos conflitos sociais. Pelo contrário, este é o representante dos interesses do “povo brasileiro” da nação como um todo, pois exerce a função de representante único e supremo da nação. Subjaz a esse tipo de discurso, a concepção de que a “massa” carece de um líder, de um grande tutor para orientá-la nos caminhos corretos rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Como já discutido em vários momentos de nosso trabalho, trata-se, antes de mais nada, de garantir a ordem socialmente existente, pautada na propriedade privada dos meios de produção, e protegê-la

¹⁶ LOSURDO, 2004, p. 64.

de qualquer tipo de ameaça derivada da ampliação das lutas dos trabalhadores¹⁷.

As massas devem participar da política através do sufrágio, mas não podem estar organizadas através dos sindicatos ou partidos que ampliem e aprofundem o debate político, que envolvam grandes temas e projetos de interesse nacional, quiçá em polêmicas que pretendam superar o capitalismo. É a redução da discussão política ao mero “jogo institucional”, dos meandros parlamentares, da análise cotidiana das estruturas de governo e de todas as mazelas que a mesma reproduz. Para utilizarmos a conceituação gramsciana, trata-se do predomínio ou da hegemonia da *pequena política* sobre a *grande política*.¹⁸ Reproduz-se dessa forma o princípio liberal da “multidão criança”, onde os subalternos devem ser guiados politicamente devido à sua incapacidade de pensar as “grandes” questões políticas.

A personificação do poder é uma característica central do fenômeno bonapartista, pois a celebração do “líder carismático” – uma espécie de culto ao herói – passa a ser o principal instrumento de controle das massas. E o sufrágio universal é o termômetro necessário para identificar o grau de adesão das massas a um determinado líder. O colonial-bonapartismo em sua forma de manifestação legalizada, apresenta esta característica de forma explícita. Ao identificarmos os governos de Fernando Henrique e Luiz Inácio como de corte bonapartista, nos referimos ao controle que estes líderes exerceram sobre a “massa” da população brasileira. Ambos os presidentes cumpriram dois mandatos consecutivos, o que indica grande adesão aos seus governos – muito maior ao de Lula, é verdade. O consenso criado em torno das duas lideranças permitiu a configuração de um bloco histórico de hegemonia financeira, mas ambos, em seus discursos, colocavam-se acima dos interesses particulares, vangloriando-se como interlocutores da nação, representantes

¹⁷ Segundo LOSURDO, op. Cit., p. 67, a tarefa de “tutor da multidão criança” é a de garantir “[...] nas novas condições [...] a segurança da propriedade privada contra a intrusão de um poder político prevaricador, que nutre do *pathos* do *citoyen* e das reivindicações sociais das classes populares”.

¹⁸ Para uma discussão sobre o tema, em uma análise sobre o Governo Lula, ver COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

máximos do Brasil.¹⁹ Ao mesmo tempo em que se sustentam através do sufrágio universal – e as pesquisas ao longo dos mandatos que medem a popularidade dos presidentes, exercem o mesmo papel que o sufrágio – reprimem todas as formas de contestação social, combatendo duramente os “núcleos” radicais da sociedade. No Brasil, esta característica pode ser visualizada a partir da vigorosa escalada do Estado, em todos os níveis, contra os movimentos sociais. Escalada esta que se utiliza da violência física, policial-militar, para reprimir de forma explícita, ou da criminalização judicial como meio de desarticular a organização daqueles que elaboram algum tipo de crítica, ou mesmo se manifestam contrariamente em relação à violência com a qual o Estado trata as comunidades pobres no Brasil²⁰.

O principal mecanismo para garantir amplo apoio das massas, sobretudo em períodos eleitorais, é o que a “ciência política moderna” denomina *marketing político*, mas que nós aqui identificamos como uma das características dos aparelhos ideológicos do Estado. As cifras destinadas às campanhas eleitorais são, cada vez mais, gigantescas; agências de publicidade se especializaram em criar a “imagem perfeita” do candidato, valorizando os “atributos” de caráter moral, de personalidade, ou mesmo físico, de acordo com pesquisas que “medem” as preferências do eleitorado. Assim, a lógica de criação da imagem de uma grande liderança consiste em “repetir mentiras” até que elas se “transformem em verdades”. Essa força extraordinária da publicidade e seu papel fundamental nas democracias contemporâneas revelam o caráter discriminatório e censitário do sufrágio

¹⁹ LOSURDO (2004, p. 77), chama atenção para a forma como o sufrágio é utilizado, ao aproximar os governos de Disraeli, na Inglaterra, Bismarck na Alemanha e Luís Bonaparte, na França, dizendo que “[...] ignorando a burguesia liberal, todos os três se dirigem diretamente às massas, à qual concedem o sufrágio em medida mais ou menos ampla e da qual obtêm ou buscam obter apoio, fazendo concessões no plano da política econômica e social, estimulando a excitação nacional e chauvinista e fomentando, nesta base, o culto ao líder carismático, acima das partes, intérprete e líder indiscutível da nação.” É possível identificar o mesmo mecanismo de controle das massas no caso brasileiro. Tais características, como apontadas acima, são muito mais visíveis no Governo Lula, mas já estão presentes no Governo de Fernando Henrique. O principal mecanismo de “concessão” ao “povo” brasileiro foi o assistencialismo através dos programas de “bolsas sociais”, e o estímulo ao “sentimento nacional” pode ser representado, por exemplo, através de um *slogan* de peça publicitária produzida pelo governo federal, onde se lê “sou brasileiro e não desisto nunca”, entre tantos outros mecanismos de manipulação ideológica.

²⁰ A forma pela qual a polícia brasileira em nível federal, estadual ou municipal age em ações de ocupações de morros e favelas exemplifica claramente o afirmado por nós. Contrariando o preceito constitucional em vigor, “todos são *culpados* até que se prove o contrário”.

universal. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o sufrágio universal garante a participação de todas as classes sociais no processo de escolha de seus representantes, o fenômeno político colonial-bonapartista, através da manipulação publicitária, garante destaque a uns poucos concorrentes, imprimindo um caráter plebiscitário às eleições, isto porque as “regras do jogo” eleitoral não contemplam a todos os partidos de forma idêntica, e os recursos disponíveis à campanha são gigantescos para os partidos da ordem (provenientes de doações privadas), ao passo que qualquer proposta alternativa tem de se estruturar a partir de seus próprios recursos. Junte-se a isso, o fato de a legislação eleitoral brasileira prever a realização de eleições em dois turnos para os cargos do Poder Executivo, em todos os níveis da Federação, transformando o sufrágio universal em plebiscito, onde uma entre duas candidaturas deverá ser nomeada.²¹ O monopólio privado dos meios de comunicação completam o quadro acima exposto, imprimindo uma espécie de “discriminação censitária” em um regime de sufrágio ampliado, ao noticiar o cotidiano daqueles candidatos comprometidos com o *status quo*, ao mesmo tempo em que negligenciam e omitem qualquer informação dos candidatos contrários à ordem.

Outra característica que é própria do colonial-bonapartismo em sua forma de manifestação legalizada é o papel exercido pelo parlamento no interior do bloco histórico de poder. Se na forma clássica de bonapartismo o poder se concentra em torno do Executivo, do líder que governa com poderes irrestritos, graças ao conteúdo militar de seu governo, no Brasil comandado pela social democracia a autocracia burguesa se consubstancia a partir da combinação entre o papel exercido pelo líder máximo, à frente do Poder Executivo, e a *autocracia do parlamento*, que garante a aparência de legalidade constitucional à esta forma de governo.

²¹ A legislação eleitoral brasileira estabelece que em nível federal e estadual as eleições sejam realizadas em dois turnos. Nos municípios, esta regra só é aplicada quando o número de eleitores for igual ou superior a duzentos mil. No que diz respeito aos gastos com campanha, apenas como forma de ilustrar o que afirmamos, vale apontar que em 2002 o PT declarou um gasto de R\$ 52,4 milhões com a campanha nacional, sendo que na campanha de 2006 o montante dobrou, alcançando a cifra de R\$ 104,3 milhões; o PSDB declarou um gasto de, respectivamente, R\$ 46,6 milhões e R\$ 81,9 milhões. Isso para nos restringirmos aos dois maiores concorrentes em nível nacional dos dois pleitos.

A *autocracia do parlamento* é própria de governos democráticos²². Ao absorver para seu interior as discussões e debates de interesse nacional, o parlamento promove uma “desideologização” do discurso político-partidário, “estatizando” os partidos políticos, ou seja, absorvendo-os para o interior de sua lógica, que se restringe à observância e a obediência das “regras do jogo”. Ao institucionalizar a luta política, o parlamento promove um deslocamento e um distanciamento dos partidos de sua base social, principalmente os partidos que defendem um projeto caracterizado como de esquerda. O parlamento manifesta, portanto, um caráter conservador, pois seus mecanismos institucionais priorizam o “consenso”, eliminando as posturas antagonistas – de classe – ao mesmo tempo em que reafirmam a valorização conciliadora – contratual – do consenso. O objetivo fundamental dessa forma de organização política do parlamento é o estabelecimento de uma democracia constitucional sem a participação direta do proletariado. Combinado com a variante colonial do bonapartismo, isso seria o equivalente ao “expurgo das massas” dos processos decisórios, pois estas atribuíram ao chefe do Executivo o poder de representá-las²³. Mais uma vez, encontramos aqui o discurso ideologicamente orientado que aponta para o parlamento como o representante da nação, como o fórum de discussão *par excellence* dos problemas do país. A reprodução dessa ideologia constitui o mecanismo essencial de manipulação para a criação de “uma consciência cidadã neutra”, que busca a observância da “pluralidade” dos grupos sociais, livre de interesses particulares, negando dessa forma – e, portanto, fetichizando as relações sociais – as contradições de classe inerentes à divisão social. As instituições estabelecidas – parlamento, partidos, justiça, polícia, etc. – são constitucionalmente investidas de poderes para representar os interesses do “povo”.²⁴ Há uma forma de “estatização da consciência”, pois a negação da divisão da sociedade em classes reconduz a “consciência” das massas à condição de cidadãos.

²² AGNOLI, J. *La transformación de la democracia*. México: Siglo XXI Editores S. A., 1971.

²³ “[...] O que conduziria definitivamente – e de modo plenamente consciente – a uma democracia sem *demos*.” (Ibid., p. 51).

²⁴ “[...] Em outros termos: o Estado político pode integrar socialmente, da maneira mais eficaz, as massas que se mantêm alijadas do processo de decisão, incorporá-las a subordinação e conciliá-las assim com sua dependência cabal, quando não aparece como órgão do governo, mas como coisa pública. [...]” (Ibid., p. 53 e 54).

Toda forma de dominação burguesa se realiza através de um Estado poderoso, que garanta a reprodução sociometabólica do capital. No Brasil da social democracia, o Parlamento imprime um conteúdo de legalidade ao bonapartismo, tal como esta forma de domínio se manifesta internamente. Assim, a autocracia burguesa, em sua forma institucional-legalizada, arrima-se não só no domínio exercido pelo poder Executivo, mas, também, no domínio exercido pelo Parlamento. Através da esfera parlamentar, as mais diversas frações da burguesia se fazem representar a partir de seus interesses específicos. As lutas intestinas que dão formato ao bloco histórico dependem diretamente das disputas intra-classe burguesa que se desdobram no interior do Poder Legislativo. A formação de “oligarquias políticas” no interior do parlamento garante a hegemonia à determinada fração da burguesia durante as disputas pela configuração de seu projeto politicoeconômico.²⁵ Conjugando os interesses dessas oligarquias às decisões do Poder Executivo, a fração hegemônica no interior do bloco histórico consegue aprovar as medidas necessárias à realização de seu projeto.

O exemplo mais nítido, que ilustra de forma exemplar esse mecanismo no Brasil, tanto no Governo de Fernando Henrique Cardoso, como no de Luiz Inácio Lula da Silva, é a conformação de uma base de deputados e senadores aliados ao Poder Executivo no interior do Parlamento. Essa maioria legislativa foi fundamental à aprovação de uma série de mecanismos legais que permitiu a reconfiguração jurídica do Estado brasileiro de acordo com as prerrogativas da fração financeira do capital – desde a aprovação de medidas provisórias, até a reformulação da constituição brasileira durante o processo das *Reformas*. O mecanismo utilizado para compor tal maioria foi a já conhecida distribuição de cargos pelo Executivo entre os partidos da base aliada, reforçando uma prática bem conhecida na estrutura autocrática brasileira. Mas, ao mesmo tempo em que a fração financeira se fez hegemônica no interior do bloco histórico liderado por ambos os partidos, PSDB e PT, as outras frações da burguesia também se fizeram representar através dos poderes Executivo e Legislativo, e o principal instrumento para sua realização foi – e é – a influência do *lobby*. Apesar de legalmente proibido no Brasil, a atividade lobbyista é mais

²⁵ Ibid., p. 71 e 72.

que uma realidade na política brasileira, faz parte do processo decisório do Estado, em todas as suas esferas. As principais entidades representativas da burguesia brasileira possuem escritórios na Capital Federal que atuam diretamente junto a deputados, senadores e membros do alto escalão do Poder Executivo. Utilizam-se de uma linguagem eufemística para designar suas práticas, arvorando-se como “empresas de consultoria” que prestam serviços ao poder público. Tal caracterização tem como finalidade driblar a justiça, que faz vistas grossas quando os interesses envolvidos estão de acordo com a ordem do capital. Na verdade, reproduzem as mais velhas práticas que fazem do Estado o “escritório da burguesia”²⁶. É essa mesma atividade lobbyista que garante as “doações faraônicas” aos principais candidatos que disputam a Presidência da República. E essa questão nos remete à uma última característica do *bonapartismo soft*, conceito que nos permite uma aproximação com o que aqui denominamos colonial-bonapartismo. Trata-se do *monopartidarismo competitivo*.

Podemos afirmar que o sistema de representação partidária no Brasil caminhou para uma estruturação, durante as últimas duas décadas, semelhante ao bipartidarismo observado nos Estados Unidos da América. O fato de a Constituição Brasileira prever a liberdade de organização partidária não contradiz o argumento. Isso se deve à incapacidade financeira de os partidos se organizarem de forma representativa. No Brasil, PT e PSDB monopolizam as maiores cifras destinadas pela atividade lobbyista aos processos eleitorais. Ambos os partidos se constituíram como paladinos do capital financeiro, o que explica as generosas doações – não só – dessa fração da burguesia para suas campanhas.

Como tentamos demonstrar ao longo de nosso trabalho, ambos os partidos são variações de uma mesma forma de estruturação do domínio econômico-político da burguesia. Assim, observamos um esvaziamento

²⁶ Um minucioso e detalhado estudo sobre o papel desempenhado pelas associações empresariais junto ao Congresso Nacional, pode ser encontrado em DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. Mesmo que a proposta da obra seja muito mais descritiva do que propriamente analítica, orientando-se a partir de uma metodologia sociológica compreensiva, o texto nos apresenta informações claras de como a burguesia internamente instalada (o conceito é por nossa conta) organiza seus interesses e se faz representar através da atividade do *lobby*.

programático dos partidos, onde o debate se restringiu à constatação do melhor nome – entenda-se o mais capacitado – para administrar o capitalismo brasileiro. O vácuo deixado pelo abandono do debate politizado foi ocupado pela disponibilidade financeira, viabilizada a partir do *marketing político*. Como argumentado, o sistema eleitoral uninominal imprime um caráter plebiscitário ao sufrágio. Tomadas em seu conjunto, tais características edificam os contornos do monopartidarismo competitivo²⁷.

O que procuramos demonstrar com as argumentações acima pode ser assim resumido: a consolidação da social democracia no Brasil reproduz a forma particular do colonial-bonapartismo no país em sua variante autocrático-legalizada. Se o governo de Fernando Henrique Cardoso, pela argumentação por nós apresentada, pode ser caracterizado como de corte bonapartista, o primeiro período em que Luiz Inácio Lula da Silva esteve à frente do poder se caracteriza como o momento de coroamento e consolidação desta forma burguesa de dominação. Incapaz de reproduzir de forma direta sua dominação, a burguesia recorre a um ex-operário para exercer o papel de líder, que foi o responsável pela manipulação das classes subalternas, ao mesmo tempo em que realiza um governo de acordo com os interesses do capital. Eis a fórmula pela qual a autocracia burguesa se reproduz no Brasil em períodos de legalidade, característica imanente do bonapartismo em sua variante colonial.²⁸

Portanto, ao empreendermos tal esforço analítico, nos distanciamos daquelas proposituras que identificam no Governo Lula uma forma específica de *hegemonia às avessas*, exercida por uma “nova classe social”, e que

²⁷ “[...] se no plano tático são concorrentes, dadas as diferentes dimensões e os interesses e cálculos diversos e discrepantes dos partidos e das forças políticas em jogo, por outro lado, no plano mais propriamente estratégico, mostram-se entrelaçados e convergentes. [...]” (LOSURDO, 2004, p. 318.).

²⁸ “A *política bonapartista* é a alternativa utilizada pela burguesia diante do impasse, fracasso ou impossibilidade de realização e continuidade da sua dominação direta e *de classe*. Forma autocrática de poder político, o bonapartismo leva às últimas consequências a tendência, contida no Estado moderno, de representar os interesses gerais e estar acima dos interesses privados, de abstrair e querer eliminar as diferenças dos homens reais dispostos na vida cotidiana concretamente em classes sociais. Ilusão extrema na força, imparcialidade e autonomia do Estado diante da sociedade, condição de sua arbitragem despótica sobre toda a nação, que em momento algum nega o seu caráter de classe frente às classes subalternas e que garante às frações da classe dominante a ‘paz social’ necessária para o desenvolvimento de seus negócios. Ela representa efetivamente ‘a forma mais prostituída’ e repressiva do poder estatal burguês que se transforma em ‘meio de escravidão do trabalho pelo capital’”. (BARSOTTI, 1996, p. 245).

identifica a social democracia como uma forma de dominação, por assim dizer, diferente da capitalista. Aqui, nos referimos às formulações de Francisco de Oliveira, sobretudo aos seus escritos “O ornitorrinco”²⁹ e “Hegemonia às avessas”.³⁰

Segundo as formulações de Oliveira, a partir da posse de Lula, observou-se uma “modificação” ou um “truncamento” na estrutura de classes no Brasil. A antiga aristocracia do trabalho, “as capas mais altas do antigo proletariado”, deu origem a uma “nova classe” social, juntamente com a “tecnocracia”, os “*doublés* de banqueiros”, herdada do período em que Fernando Henrique governou. Esta “nova classe” passa a atuar como os gestores dos fundos de pensão das empresas estatais, movimentando bilhões de dólares no mercado financeiro; administradores que passam a se preocupar com a rentabilidade desses fundos que, paralelamente, “financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego”. O autor argumenta ainda que a partir da estruturação dessa “nova classe” no poder estatal, observamos a confluência programática entre PSDB e PT, ou seja, a identidade que os dois partidos foram criando, está diretamente relacionada à forma semelhante pela qual propõe o “controle do acesso aos fundos públicos”³¹.

Para Oliveira, no caso especificamente do governo petista, houve uma espécie de inversão dos sentidos e significados do poder político na relação entre dominantes e dominados: os dominados chegaram ao poder, portanto exercem a “direção moral” da sociedade, pois estão à frente – inclusive fisicamente – da estrutura de poder estatal; controlam cargos públicos, fundos de pensão, as grandes empresas estatais, etc. E é exatamente por controlarem esta estrutura econômica, sobretudo os fundos de pensão das estatais – que para o autor se constituem como “o coração do novo sistema financeiro brasileiro” – que se dá a “inversão”, pois o fazem não da perspectiva “dos de baixo”, mas segundo a lógica “dos de cima”. Em outras palavras, apesar de os

²⁹ OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

³⁰ OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

³¹ OLIVEIRA (2003, p. 146 e 147).

“dominados” controlarem o processo de reprodução economicossocial, eles o fazem de acordo com a lógica dos “dominantes”³².

Entendemos que as formulações de Oliveira são precisas quando este aponta a forma como a “aristocracia operária”, do PT e da CUT, arvorou-se nas entranhas do Estado. De fato, os antigos sindicalistas passam a ter em suas mãos o controle de grandes cifras que envolvem a administração dos fundos de pensão – só não afirmaríamos que estes constituem o coração do sistema, diríamos que é uma de suas principais artérias. Esse controle se manifesta através do poder que expressam, pois possuem em suas mãos mecanismos fundamentais à reprodução do capital na sua atual fase de internacionalização. No entanto, entendemos que não se trata de uma “nova classe social”, e muito menos de uma “hegemonia às avessas”, pelo contrário, na atual fase de reprodução do capital, o colonial-bonapartismo brasileiro reorganiza o bloco histórico de hegemonia burguesa. Com Lula e o PT à frente do Palácio do Planalto, as antigas lideranças sindicais e dos trabalhadores passam a exercer o papel da burguesia, e o que explica esta “metamorfose” é o processo de *transformismo* pelo qual passou o principal partido *na esquerda* brasileira, surgido no pós-1964. Suas principais lideranças e quadros foram cooptados – e se deixaram cooptar – pela burguesia. Esta adesão não é só política, mas também ideológica, intelectual, o que no caso do PT foi um problema menor para a burguesia, dado o baixo grau – e até mesmo desprezo – de elaboração teórica produzida pelo partido. De qualquer forma, os antigos membros do proletariado passam a reproduzir uma postura de classe burguesa, até chegarem ao poder e colaborarem diretamente com a reprodução da ordem capitalista. Trata-se de uma hegemonia burguesa, de uma forma de organização do Estado que atenda à lógica financeira e, portanto, de reprodução do modo de produção capitalista.

³² OLIVEIRA; BRAGA e RIZEK (orgs.) (2010, p. 24 a 26). Segundo Ruy Braga, a “hegemonia às avessas”, pode ser assim definida: “[...] vitórias políticas, intelectuais e morais ‘dos de baixo’ fortalecem dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício ‘dos de cima’ [...]”. *Ibid.*, p. 8.

O período que analisamos e que identificamos como o da *consolidação da social democracia no Brasil*, representa o momento de coroamento da *autocracia burguesa* no país. Esta transitou de sua forma militar-ditatorial para a forma legalizada-institucional, reproduzindo o *colonial-bonapartismo* brasileiro, sem sofrer grandes abalos, nem ameaças significativas por parte de seu inimigo de classe, o proletariado. Pelo contrário, a presente *ofensiva do Capital* em relação ao *Trabalho* alcançou enorme êxito internamente a partir do *transformismo* operado nas principais lideranças da classe trabalhadora. A *autocracia do parlamento*, presente na democracia brasileira, imprime contornos de legalidade aos governos de corte *bonapartista*. Toda essa estrutura política reproduz a lógica do capital na sua atual fase de internacionalização, onde a fração financeira da burguesia ocupa posição hegemônica no bloco histórico de poder. O Brasil *moderniza-se* economicamente, transformando-se em protagonista no cenário internacional, onde o *capital-imperialismo* brasileiro se expande pelo mundo. Contudo, as *marcas indeléveis* da reprodução sociometabólica brasileira não são superadas. A referida autocracia burguesa se consolida e se reproduz sobre novas bases, a subordinação econômica em relação aos pólos centrais do capital não é rompida – apesar de seus novos elementos condicionantes –, reproduzindo a lógica desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. Paralelamente, antigos e novos problemas reproduzem um quadro de ampla miséria social no país, manifestação da crise de sociabilidade própria do capitalismo. Assim, observamos que o *Sentido da Colonização* se reproduz sobre novas bases e novos condicionantes históricos, reafirmando o caminho *prussiano-colonial* de objetivação do capitalismo no Brasil, que agora se manifesta como *Sentido da Modernização*, processo este capitaneado pela social democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

A ARTE de viver com um vizinho em crise. *Revista Exame*. 15 jun. 2010. Disponível em <<http://portalexame.abril.com.br/economia/noticias/arte-conviver-vizinho-crise-569626.html?page=2>>. Acesso em 08 ago. 2010.

A VEZ das gigantes do mundo emergente. *Revista Exame*, 29 mar. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0864/negocios/m0081212.html>>. Acesso em 29 jul. 2010.

AGNOLI, J. *La transformación de la democracia*. México: Siglo XXI Editores S. A., 1971.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.

AMIN, S. *O desenvolvimento desigual*. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

APURAÇÃO presidente. Folha de S. Paulo on Line. São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://eleicoes.folha.uol.com.br/2002/apuracao2/br1int.htm>>. Acesso em: 25 maio 2010.

BARSOTTI, P., Engels e o bonapartismo. In: COGGIOLA, O. (org.) *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996.

BATISTA, P. N., et al. *Em defesa do interesse nacional*. Desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BIANCHI, A. *Hegemonia em construção*. A trajetória do PNBE. São Paulo: Xamã, 2001.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BORGES, A. C. G.; COSTA, V. M. H. de M. *Fusões e aquisições: caracterização e evolução no Brasil no período de 1992 a 2007*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_075_532_11385.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2010.

BRANDÃO, G. M. Totalidade e determinação econômica. In: *Temas de Ciências Humanas*. Vol. 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

BRASIL. *Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964*. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4595.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. *Decreto-lei nº 277, de 28 de fevereiro de 1967*. Altera os artigos 48 e 53, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. *Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990*. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. *Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1º de março de 1994*. Acrescenta os arts. 71, 72 e 73 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/ECR/ecr1.htm>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. *Emenda Constitucional nº 5 de 15 de agosto de 1995 (a)*. Altera o § 2º do art. 25 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. *Emenda Constitucional nº 6 de 15 de agosto de 1995 (b)*. Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995 (c). Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. Emenda Constitucional nº 9, de 09 de novembro de 1995 (d). Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. *Emenda constitucional nº 10, de 04 de março de 1996* (a). Altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc10.htm>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. *Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996* (b). Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/LCP/Lcp87.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. Lei 9.314, de 14 de novembro de 1996 (c). Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9314.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. *Emenda Constitucional nº 21, de 18 de março de 1999*. Prorroga, alterando a alíquota, a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e de direitos de natureza financeira, a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_003/constituicao/emendas>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000* (a). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000 (b). Desvinculação de Arrecadação de Impostos e Contribuições Sociais da União. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 mar. 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc27.htm >. Acesso em: 24 abr. 2010.

_____. *Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002*. Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc37.htm >. Acesso em: 22 jul. 2010.

_____. *Emenda Constitucional nº 40*, de 29 de maio de 2003 (a). Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc40.htm>. Acesso em: 22 jul. 2010.

_____. *Emenda Constitucional nº 42*, de 19 de dezembro de 2003 (b). Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm >. Acesso em: 22 jul. 2010.

_____. *Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em: 26 jul. 2010

_____. *Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005*. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm >. Acesso em: 22 jul. 2010.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1998 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – 38. ed. atual. – São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Consolidação das leis do trabalho. Vade Mecum Acadêmico de Direito*. Org. Anne J. Angher. – 9. ed. – São Paulo: Rideel, 2009.

CAMACHO, K. Sindicalização cai pela metade depois da década de 80. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 maio. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400883.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

CARODOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina* – Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1970.

CARDOSO, F. H. *Mãos à obra Brasil: proposta de governo* / Fernando Henrique Cardoso. Brasília: s. Ed., 1994.

_____. *Avança Brasil* – mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Brasília: s. Ed., 1998.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

_____. As máquinas param, germina a democracia! In: *Escrita Ensaio*. Ano IV. Nº 7. P. 107-132. São Paulo: 1980.

_____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: *Revista Ensaio*. Nº 17/18. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

_____. Estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

_____. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 249.

CHESNAI, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado – Pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

COHN, G. *Crítica e resignação – Max Weber e a teoria social*. – 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. (org.). *Max Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 2008.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CRISE entre Brasil e Equador pode afetar integração. 09 out. 2008. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/mundo>>. Acesso em 08 ago. 2010

DEL ROIO, M. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

_____. Rosa Luxemburg e as origens da refundação comunista. In: *Revista Novos Rumos* nº 32. São Paulo: Revista do Instituto Astrojildo Pereira, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Desemprego*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/cju/anote28.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

DIAS, F. A. C. Desvinculação de receitas da união, gastos sociais e ajuste fiscal. In: *Consultoria Legislativa do Senado Federal – Coordenação de*

Estudos. Brasília, fev. 2008. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/texto38-fernandodias1.pdf>. Acesso em 22 jul. 2010.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ENGELS, F. Esboço de uma crítica da economia política. In: NETTO, J. P. (org.). *Engels*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

FEIJÓ, C. A.; Almeida, J. S. G.. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* São Paulo: IEDI, nov. 2005.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FILGUEIRAS, L. *História do plano real*. – 3. ed. – São Paulo: Boitempo, 2006.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, J. L. *Moedeiros Falsos*. - 4ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1998.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. - 3. ed. - São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. – 22. ed. - São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GALVÃO, A. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/FAPESP, 2007.

GAROTINHO sai com choro de culto evangélico. *Folha de S.Paulo On line*. São Paulo, 06 abr. 2002. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha.shtml> >. Acesso em: 19 maio 2010.

GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. (6 vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HERNANDES, R. Nossas campeãs mundiais. *Retrato do Brasil*. São Paulo, nº 30, p. 9-11, jan. 2010

HOBBS, T. *Leviatan*. O la matéria, forma y poder de uma republica, eclesiástica y civil. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Em 2003, expectativa de vida do brasileiro subiu para 71,3 anos*. 01 dez. 2004. Disponível em: < [http://www. ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 jul. 2010. Acesso em: 20 julho 2010.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

LAMPEDUSA, G. T. *O leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LENIN, V. I. *Materialismo y empiriocriticismo*. Notas críticas sobre una filosofia reaccionaria. Moscú: Editorial Progreso, 1983.

_____. *Obras Completas*. Moscú: Editorial Progreso, 1983.

_____. *O estado e a revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

_____. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Abril Cultural: São Paulo, 1983.

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual. In: *Revista Outubro*. Nº 1. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: 1988, p. 73-80.

LUCE, M. La expansión del subimperialismo brasilenõ. La política de integración Del gobierno Lula em América Latina. (In) *Patria Grande*. Ano 1. Nº 9, p. 48-67, 2008.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. – 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LULA encontra Hugo Chávez esta semana. Terra Notícias, 25 abr. 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias>>. Acesso em: 08 ago 2010.

LULA defende CPMF e desafia oposição a explicar origem de recursos para a saúde. *Folha de São Paulo On Line*, São Paulo, 19 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u346599.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACIEL, D. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. *Revista Universidade e Sociedade*. São Paulo, nº 46, p. 120-133, jun. 2010.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª Ed. México: Siglo XXI Editores, 1974. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. (In) *Cuadernos Políticos nº 12*. México: Ediciones Era, abril-junio de 1977. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. *O governo Lula e a contra-reforma da presidência*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, nº 3, p. 3-15, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24774.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2010

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: *Os Pensadores*. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Os Pensadores*. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974

_____. *O capital*. Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo *O rei da Prússia e a reforma social*. In: *Revista Praxis*. Nº 5, outubro-dezembro, 1995

_____. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1997.

_____. *El Capital – Crítica de la economía política*. Tomo III, Livro III, “El proceso de producción capitalista, en su conjunto”. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2005.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008

_____. O método da economia política. In: *Crítica Marxista*. Nº 30 – 2010. São Paulo: São Paulo, Fundação Editora UNESP, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, A. C.. *Estado e burguesia no Brasil – Origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp/Marília-Publicações, São Paulo: Boitempo, 1999.

MELO, M. A. *Reformas constitucionais no Brasil – instituições políticas e processos decisórios*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2002.

_____. *O século XXI – Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Carta de intenção referente à terceira revisão do acordo do Brasil com o FMI, 2003. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

MOURA, A. M.; DEO, A. *A greve dos petroleiros de 1995*. Santo André: CUFSA, 2001. Monografia desenvolvida no curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Sociologia e História do Trabalho. Centro Universitário Fundação Santo André, 2001.

NACIONALIZAÇÃO do gás pôs Bolívia em choque com o Brasil. 06 dez. 2009. Disponível em <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias>>. Acesso em 08 ago. 2010.

NASSIF, L. *Os cabeças-de-planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

NETTO, J. P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NOZICK, R. *Anarquía, estado y utopia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

O BRASIL descobre a Bolsa. *Revista Exame*. 24 mar. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0864/financas/m0081219.html>>. Acesso em: 09 set. 2010.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, L. Automização das formas sociais e crise. *Crítica Marxista*. São Paulo: nº 29, p. 25-31, 2009.

PLANO diretor do mercado de capitais. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/plano-diretor/plano-diretor.br>>. Acesso em: 09 out. 2010.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, N. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. Ciudad del México: Siglo XXI, 2007.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. – 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SADER, E. (org.); GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, E. (org.). *A dialética da dependência*. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: Clacso, 2000.

SANTOS, A. F. J. Posições de classe destituídas no Brasil. In: SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SCHWARTZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Brasil: produto interno bruto (PIB) - 1995 – 05*. Disponível em: <<http://www.seplan.gov.br/sepin/pub/serieEB/Port/Rev26/03-tab05.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

SEGATTO, J. A. Política e Literatura em Machado de Assis. In: *Novos Rumos*, ano 22, nº 48, 2007.

SILVA, L. I. L. *Carta ao povo brasileiro*, por Luiz Inácio Lula da Silva. São Paulo, 22 jun. 2002 (a). Disponível em: < <http://www2.fpa.org.br/portal> >. Acesso em 08 ago. 2007.

_____. *Programa de Governo 2002*. Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos. São Paulo, 2002 (b). Disponível em: <www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2008

SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUMMA, G. *O microfone de deus*. Com ajuda de empresário da era Collor, Garotinho monta rede nacional de rádios evangélicas para tentar chegar ao Planalto. Carta Capital, São Paulo, Ano VII, n. 15, 18 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/cartacapital/151/destaque.htm>>. Acesso em: 19 maio 2010

TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez, 2010.

TEMPORADA de compras. O Brasil vive a maior onda de aquisições de empresas de sua história – e o número de negócios vai crescer nos próximos meses. O que há por trás disso. Revista Exame, 16 nov. 2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0881/negocios/m0116559.html>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

TONET, I. *Democracia ou liberdade?* Maceió: EDUFAL, 1997.

TONET, I.; NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda*. Da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2009.

TROTSKY, L. *Historia de la revolución rusa*. – 1. ed. - Buenos Aires: RyR, 2007.

VEJA as principais medidas para compensar fim da CPMF. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,,96005,0.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

WALDENBERG, M. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSBAUWN, E. et al. *História do marxismo II: o marxismo na época da II Internacional*; tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WEBER, M. *Ciência e política – Duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (org.). *Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2008.